

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Mestrado em Ciência Política**

**O Brasil diante da ALCA:
Integração ou perda de soberania ?**

David Cavalcante

Recife, janeiro de 2004.

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Mestrado em Ciência Política

**O Brasil diante da ALCA:
integração ou perda de soberania ?**

Autor:
David Cavalcante

Dissertação apresentada à Banca de Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política-UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política

Orientador:
Prof. Dr. Marcos Costa Lima

Palavras chaves:

1.ALCA; 2.Globalização; 3.Relações Internacionais; 4.Imperialismo; 5.Integração Regional; 6.Hegemonia Americana; 7.Relações Brasil-Estados Unidos.

Recife, janeiro de 2004.

Folha de avaliação



Prof. Marcos Costa Lima (orientador)



Prof. Dênis Bernardes (avaliador externo)



Prof. Fernando Magalhães (avaliador interno)

Quantos anos deve existir um povo
antes que permitam que ele seja livre ?
A resposta meu amigo, vem soprando com o vento
A resposta vem soprando com o vento

Bob Dylan

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os jovens e trabalhadores que participaram da organização do Plebiscito Popular sobre a ALCA, no mês de setembro de 2002, e cujo esforço deve ser redobrado para conquistar o Plebiscito Oficial, em outubro de 2004..

Agradecimentos

Aos meus pais, Carlos Vital da Silva e Maria Elielza Cavalcante da Silva, por todo o amparo durante todos estes anos.

À Elaine Viana Vilar, pelo carinho, apoio e incentivo.

Ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Prof. Marcelo Medeiros, pela relação cordial e atenciosa.

Aos Servidores da Secretaria do Programa de Pós-Graduação, Amariles Revoredo e M^a José Barbosa, pelos serviços prestados e urbanidade.

Ao Departamento de Serviço Social da UFPE, pelo acolhimento e experiência adquirida nestes dois anos de docência.

Aos colegas professores da Diretoria Ampliada da Associação dos Docentes da UFPE-ADUFEPE (gestão 2003/2004) que se solidarizaram com a finalização deste trabalho.

Ao Professor e Orientador Marcos Costa Lima pela paciência, respeito e relação democrática.

Ao CNPq pelo financiamento.

Sumário

- i. Listas de tabelas, quadros, gráficos e mapas
- ii. Listas de siglas
- iii. Resumo
- iv. Abstract
- v. Résumé
- vi. Resumem
- vii. Apresentação

- viii. Introdução

- ix. Capítulo 1: A globalização é dinamizada pelo grande capital
 - a) A análise crítica das relações internacionais
 - b) Crise do capitalismo e globalização
 - c) Blocos Regionais como resposta à crise do capital

- x. Capítulo 2: A hegemonia americana
 - a) As origens do domínio dos Estados Unidos da América
 - b) A política externa brasileira diante dos EUA: da bilateralidade dependente à hegemonia de um bloco subordinado

- xi. Capítulo 3: O significado da ALCA e suas implicações
 - a) O neoliberalismo prepara o terreno para ALCA
 - b) As origens do Tratado de seus impactos
 - c) Os movimentos sociais e a resistência ao neoliberalismo e ao projeto da ALCA
 - d) A nova conjuntura com a eleição de Lula: a estratégia da “ALCA light”

- xii. Conclusão

- xiii. Anexos
- xiv. Bibliografia

Lista de Tabelas, Gráficos, Quadros e Mapas

Índice de Tabelas, Gráficos, Quadros e Mapas

Tabela 1. Alguns setores de grande concentração na economia mundial por países principais – 36

Tabela 2. Fases ascendentes e decrescentes dos ciclos de Kondratiev – 42

Tabela 3. Estoque de investimento estrangeiro dos principais países investidores - 49

Tabela 4. Assimetrias econômicas no continente americano (PIB-1998) - 53

Tabela 5. Parcelas relativas da produção manufatureira mundial (1750-1900) - 70

Tabela 6. Níveis per capita de industrialização (1750-1900) - 71

Tabela 7. Capitalismo e expansão colonial (1870-1914) - 74

Tabela 8. Evolução da participação das empresas estrangeiras, nacionais e estatais no total das vendas maiores (1978-2000) - 112

Tabela 9. Programa Nacional de Destatização (1991-2002) - 117

Tabela 10. Produto Interno Bruto (1990-2002) - 119

Tabela 11. Entrada de IED (1995-2002) - 120

Tabela 12. Desemprego Grande São Paulo (1990-2003) - 122

Tabela 13. Dívida externa da América latina (1994-2003) - 147

Quadro 1. Emenda constitucional nos Art. 170 e 171 - 118

Quadro 2. Rodízio da Presidência da ALCA - 130

Quadro 3. Estrutura Institucional da ALCA - 130

Quadro 4. Principais resultados das reuniões de negociação da ALCA - 131

Quadro 5. Sumário da Minuta do Acordo da ALCA - 137

Gráfico 1. Fase B do 4º Kondratiev - 42

Gráfico 2. Evolução do PIB e do Emprego na América Latina - 123

Gráfico 3. Distribuição de renda na América Latina

Mapa 1. Formação político-territorial dos Estados Unidos - 74

Mapa 2. Primeira intervenções dos EUA na Região do Caribe - 82

Lista de siglas

ALADI – Associação Latino Americana de Desenvolvimento e Integração
ALALC – Associação Latino Americana de Livre Comércio
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ASC – Aliança Social Continental
ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras
AUE – Ato Único Europeu
BENELUX – Bélgica, Holanda e Luxemburgo
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CAN – Comunidade Andina
CE – Comunidade Européia
CECA – Comunidade Européia do Carvão e do Aço
CEE – Comunidade Econômica Européia
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CIA – Central de Inteligência Americana
CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais (Equador)
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC – Comitê de Negociações Comerciais
CNS – Companhia Siderúrgica Nacional
COB – Central Operária Boliviana
CONAIE – Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Deptº Intersindical de Estudos Econômicos Sociais e Estatísticos
EUA – Estados Unidos da América
EURATOM – Comunidade Européia do Átomo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSM – Fórum Social Mundial
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MST – Movimento dos Sem Terra
NAFTA – North American Free Trade Agreement
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEE – Organização para Cooperação Econômica Européia
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização Mundial do Comércio
OPA – Operação Pan-Americana
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PEA – População Econômica Ativa
PESC – Política Externa e Segurança Comum
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
TEC – Tarifa Externa Comum
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TRIPS – Acordo sobre os Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio
UE – União Européia
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Resumo

O Brasil diante da ALCA: Integração ou perda de soberania ?

A presente pesquisa tem como objeto de análise as prováveis consequências da política externa brasileira para o desenvolvimento nacional diante da possibilidade da formação da Área de Livre Comércio das Américas-ALCA, projeto de formação de uma zona de livre comércio entre todos os países do continente americano, exceto Cuba, lançado por proposta do governo dos Estados Unidos, na I Cúpula das Américas, em 1994.

As fundamentações teóricas se localizam nas análises do processo da globalização, etapa do capitalismo iniciada com o aprofundamento da liberalização dos mercados financeiros, a partir do último quartel do Século XX, cuja dinâmica é dada pelas grandes corporações internacionais, redefinindo o papel e a configuração do Estado Nação a partir da formação dos blocos econômicos regionais, dinamizando zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns entre países.

No contexto específico da América Latina desenvolve-se o papel da consolidação dos Estados Unidos da América como potência hegemônica imperialista, localizando historicamente as relações externas do Brasil numa bilateralidade dependente formatada ao longo do Século XX, sem desconsiderar os conflitos conjunturais, em cada período distinto do desenvolvimento nacional, reflexo das movimentações sócio-políticas domésticas.

Tratando propriamente da formação da ALCA e dos documentos que envolvem o processo negociador, enquadram-se as negociações na égide da predominância do neoliberalismo, sob as coordenadas do Consenso de Washington, cujas implicações ao Estado brasileiro e ao modelo de desenvolvimento econômico são o aprofundamento da dependência em relação aos países desenvolvidos. Ressalta-se, porém a evidência das consequências sociais negativas diante dos crescentes questionamentos organizados pelos movimentos sociais à escala internacional e nacional, na década de 1990. Há ainda uma reflexão sobre o papel do novo governo eleito no Brasil, em 2002, e as incidências sobre o processo negociador.

Por fim, conclui-se sobre os impactos da formação da ALCA para soberania nacional num cenário da busca pela composição de uma nova ordem mundial no sistema mundial de Estados sob estratégia da hegemonia unilateralista estadunidense.

Abstract

Brazil in face the FTAA: Integration or loss of sovereignty?

The main objectives of this research are the probable consequences to the Brazilian foreign policy and for the national development, of a project that aims to establish a free trade zone among all the countries of the American continent, except Cuba, proposed by the USA government in the 1st Summit of America, in Miami 1994, due to the creation of the Free Trade Area of America-FTAA

The theoretical backgrounds are based in the analyses of the globalisation process, a stage of capitalism which begun with the deepening of finance liberalization markets, starting since the last quarter of XX century, whose dynamics is given by the largest international corporations, redefining the place and role of Nation-State and its configurations, as well creating regional economic blocks, stimulating free zones of commerce, trade unions and common markets among countries.

In Latin American specific context, the United States of America is being consolidated as hegemonic imperialistic power, which defines, historically, the Brazilian foreign relations as a dependent one, developed all along the XX Century, even considering occasional conflicts in some historical periods, reflecting social domestic political movements.

Strictly speaking on FTAA formation and about the official documents that involve the negotiating process, they were framed under neoliberalism ideas, and the guide-lines of the Washington Consensus, whose implications to the Brazilian State and to economic development model are the deepening of dependence toward the developed countries. This work stood out, the evidences of the negative social consequences, in the decade of 1990, expressed by the social movements, in international and national scale. The analyses reflects on Brazilian new government, elected in the end of 2002, and its positionning on the negotiating process.

Finally, it is concluded on the impacts of the FTAA formation for the national sovereignty, in a scenery of searching for the composition of a new world order among a world system of States under a strategy of unilateral hegemony of the United States of America.

Resumé

Brésil face à la ZLEA. Intégration ou perte de souveraineté?

Les objectifs principaux de cette recherche sont les conséquences qui peuvent advenir, soit à la politique étrangère Brésilienne, soit au développement national, de la création de la ZLEA, un projet qui a l'intention d'établir une zone du libre-échange parmi tous les pays du continent Américain, sauf Cuba, proposée par le gouvernement des EUA à Miami, 1994.

La fondamentatation théoriques est basée dans l'analyse du processus de la mondialisation, une étape du capitalisme qui a commencée avec l'approfondissement de libéralisation de la finance, depuis le dernier quart du XX^{ème} siècle, dont la dynamique est donnée par les plus grandes corporations internationales aussi bien que par la redéfinition de la place et rôle de l'État-nation et ses configurations et aussi par la création des blocs économiques régionaux ou zones libres de commerce.

Dans le contexte spécifique latino-américain, les États-Unis d'Amérique sont consolidés en tant que pouvoir impérialiste hégémonique et définissent leurs politique et relations étrangères historiques avec le Brésil comme une relation de dépendance, développée tout au long du XX^{ème} siècle, sauf dans brèves occasions quand, des conflits sociaux et mouvements politiques internes au Brésil réclament plus d'autonomie.

En abordant strictement la création de la ZLEA et au sujet des documents officiels qui impliquent le processus de négociation, ils ont été encadrés selon le dessin du neoliberalism, et les procédés du Consensus Washington, dont les implications pour l'État Brésilien et pour le modèle économique de développement sont l'approfondissement de la dépendance vers les pays développés, les États-Unis en premier lieu.

Ce travail a ressorti, dans la décade de 1990, les conséquences sociales négatives de la voie neoliberal, soufferts par les mouvements sociaux, soit à l'échelle internationale, soit nationale. L'analyse renvoie au nouveau gouvernement Brésilien, élu à fin 2002, et son parti-pris vis-à-vis de la négociation de la ZLEA.

Finalement, il conclut sur les impacts de la formation ZLEA pour la souveraineté nationale brésilienne, dans une critique qui plaide pour la composition d'un nouvel ordre mondial, parmi un système mondial d'États, qui soit différent d'une stratégie d'hégémonie unilatérale des États-Unis d'Amérique.

Resumen

Brasil delante del ALCA: ¿Integración o pérdida de soberanía?

Los objetivos principales de esta investigación son las consecuencias probables de la política extranjera brasileña para el desarrollo nacional, considerando un proyecto que apunta para establecer una zona de comercio libre entre todos los países del continente americano, excepto Cuba, propuesta por el gobierno de EE.UU. en la ocasión de la Cúpula de las Américas, en Miami 1994, debido a la creación de la Área de Comercio Libre de América-FTAA

Los argumentos teóricos están basados en los análisis del proceso de la globalización, una fase del capitalismo que empezó con el ahondar de liberalización de finanzas comerciales, mientras empezando desde el último cuarto de XX siglo, cuya dinámica se da por las corporaciones internacionales más grandes, mientras redefiniendo el lugar y el papel de Estado-nación y sus configuraciones, creando los bloques económicos y también los regionales, estimulando zonas libres de comercio, sindicatos y mercados comunes entre los países.

En contexto específico latinoamericano, los Estados Unidos de América han consolidado históricamente la hegemonía del poder imperialista que define las relaciones extranjeras del Brasil como dependiente, desarrollada por todo siglo XX, incluso considerando los conflictos ocasionales en algunos periodos históricos, desde el principio reflejando los movimientos políticos domésticos sociales.

Hablando estrictamente en la formación del ALCA y sobre los documentos oficiales que involucran el proceso negociante, ellos se idearon bajo las ideas del neoliberalismo, y los guía-línea del Acuerdo de Washington cuyo las implicaciones al Estado brasileño y al modelo de desarrollo económico es el ahondando de dependencia hacia los países desarrollados. Este trabajo destaca las evidencias de las consecuencias sociales negativas, en la década de 1990, expresó por los movimientos sociales, en la balanza internacional y nacional. Los análisis reflejan en el nuevo gobierno brasileño, elegido en el extremo de 2002, y su incidencia en el proceso negociando.

Finalmente, la conclusión darse sobre los impactos de la formación del ALCA para la soberanía nacional, en un paisaje de buscar la composición de un nuevo orden mundial entre un sistema mundial de Estados bajo una estrategia de hegemonía única de los Estados Unidos de América.

Apresentação

A escolha do tema desta pesquisa ocorreu num momento difícil para a investigação. As primeiras limitações estão nas relações que estabelecemos com o mundo real, onde estudamos e pesquisamos, cujas determinações não dependem apenas de iniciativas subjetivas. Em se tratando de um tema de abordagem internacional, as dificuldades e impedimentos de deslocamento, aquisição de fontes externas, acesso a informações diversas, entre outros meios da pesquisa qualitativa, tão necessários ao enriquecimento teórico, esbarram na crise da Universidade Pública Brasileira.

Os cortes de verbas orçamentárias, o congelamento dos valores das bolsas, o abandono das bibliotecas, a falta de infra-estrutura nos departamentos, o déficit de professores, entre outros flagelos que acometem a rede de ensino superior estatal se agravando, a cada dia e a cada governo, são impedimentos efetivos para o desenvolvimento de estudos em nível de excelência, particularmente na área das Ciências Humanas e Sociais, cujo valor é cada vez mais desprezado numa sociedade direcionada pelos critérios da mercantilização das diversas relações humanas.

Outro aspecto decisivo é a pesquisa sobre um objeto de estudo sócio-político no auge dos acontecimentos tornar-se um desafio na medida em que a problematização é um processo vivo em interação com a realidade a qual o pesquisador está envolvido.

Desta maneira deverá haver necessárias complementações e abordagens em emergência para novas incorporações às análises, após a defesa da Dissertação, pois o processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas-ALCA iniciou-se formalmente em 1994, mas há uma gama de antecedentes históricos e um quadro contextual aberto desde os anos 80, que se cruzam no momento

presente com o ápice decisório para consolidação do projeto de criação da zona de livre comércio hemisférica, que se configura com a subida ao poder do Presidente Lula.

Nossa perspectiva metodológica baseia-se no resgate do materialismo histórico como foco central de instrumental de análise, sem desprezar as diversas e confrontantes fontes que possam elucidar a compreensão do fenômeno escolhido, recurso fundamental para compreender a realidade social como parte da história que ora se constrói e se forja ao calor das forças dinâmicas conflitivas da sociedade em que vivemos.

Entendendo metodologia também como a concepção de mundo que possui o pesquisador, optamos pelo uso das técnicas de pesquisa de abordagem qualitativa de base documental e bibliográfica. Priorizamos as fontes oficiais da execução da agenda governamental e não-governamental da política externa brasileira, ressaltando prioritariamente a Minuta do Processo de Negociação da ALCA; os discursos oficiais do Ministério das Relações Exteriores e da Presidência da República, enfatizando os anos 2001, 2002 e 2003; textos, discursos, materiais de propaganda, revistas eletrônicas, vídeos e documentos oficiais dos movimentos sociais; além de diversas fontes bibliográficas sobre o tema central e outros correlacionados.

Esperamos oferecer com os resultados desta pesquisa e as reflexões dela decorrentes uma singela contribuição sobre as prováveis conseqüências para a soberania nacional do Brasil e seus respectivos impactos sociais negativos, se for assinada a adesão do nosso país à zona de livre comércio hemisférica americana, hipótese atualmente mais provável. Além de estimular novos estudos acerca do tema que necessariamente serão exigidos diante dos novos acontecimentos ao longo dos anos de 2004 e 2005 que serão decisivos para consolidação ou não da ALCA.

Introdução

Desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, há uma busca frenética, teórico-política para a compreensão das relações internacionais inauguradas com a ruptura da ordem anteriormente definida como bipolar. A erupção de um padrão político hegemônico causa reordenamentos analíticos com seus reflexos na predominância de certos paradigmas vigentes.

Ocorre que no campo da teoria social, as precipitações e os modismos estimulados pelas violentas forças do mercado capitalista, freqüentemente tentam substituir as análises científicas mais profundas, necessariamente mais lentas por serem mais rigorosas em suas buscas, pelas avaliações dos fenômenos aparentes e segmentados de curto prazo, estas muito úteis para a indústria bibliográfica e para o uso ideológico das forças políticas dominantes da sociedade.

A realidade histórico-social, no entanto, é muito mais complexa do que qualquer avalanche ideológico-editorial. Desde que decretaram o fim da história, da luta de classes e da predominância imutável de um sistema estável, ocorreram diversos acontecimentos políticos na década de 1990 e no início do Século XXI que não escapam às teses de que nossa época histórica é marcada por “guerras, crises e revoluções”.

Citemos apenas os fatos mais conhecidos: a Guerra do Golfo, em 1992; a guerra na Bósnia-Hezergovina, em 1993; a insurreição de Chiapas, em 1994; as crises econômicas no sudeste asiático, Rússia, Brasil e Argentina, entre 1997 e 1999; a invasão da Iugoslávia, em 1999; o recrudescimento da guerra civil na Colômbia; a insurreição no Equador, em 2000; a tentativa de golpe derrotada na Venezuela, em 2002; os atentados terroristas nos EUA, em 2001; a insurreição popular na Argentina, em 2001; a ocupação do Afeganistão, em 2001; a ocupação do Iraque, em 2003; as manifestações de milhões de pessoas, principalmente na Europa, contra a ocupação

do Iraque, em 2002 e 2003; o recrudescimento dos conflitos na região da Palestina; a insurreição operária-indígena-camponesa na Bolívia, em 2003.

É neste contexto que se busca a edificação de uma nova ordem mundial em substituição à anterior. Esta ordem procura sustentar-se num tripé horizontal econômico, político e militar com suas respectivas instituições e iniciativas multilaterais sob a base do capitalismo mundial, mas também numa hierarquia vertical cujo topo está dinamizado pela busca da hegemonia unilateralista dos Estados Unidos, principalmente a partir dos atentados terroristas no solo norte-americano, no ano 2001, e a decorrente “Doutrina Bush” da “guerra preventiva” e do “eixo do mal”.

Nosso enfoque tem como objeto específico da tentativa da edificação da nova ordem mundial, a busca pela formação da zona de livre comércio hemisférica americana projetada pelo governo norte-americano, como parte da agenda mundial de liberalização comercial dinamizada pelo capitalismo e coordenada pela OMC, com suas implicações políticas, institucionais e sociais para o Brasil, caso ocorra a adesão ou a construção conjunta, como prefere afirmar o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, da Área de Livre Comércio das Américas.

Assim, buscamos expor nossa análise em três capítulos: o primeiro, teórico; o segundo, histórico; e o terceiro, analítico-conjuntural. No capítulo teórico, parte “a”, há uma busca inicial para compilar alguns enfoques predominantes na Área de Relações Internacionais, ressaltando os paradigmas realista, idealista, dependentista e da economia política como instrumentos adotados para compreensão do sistema mundial de Estados; na parte “b”, localizamos o processo da globalização como etapa específica da época imperialista aberta a partir da década de 1960 cuja curva declinante de crescimento marca o reordenamento sistêmico financeiro e a busca pela liberalização comercial como vetores de superação da crise; na parte “c”, atribuímos o fenômeno da formação dos blocos regionais como parte decisiva da liberalização comercial.

No capítulo segundo, estão incluídas as origens da formação do Estado Nacional Norte-Americano como um dos fatores da consolidação do imperialismo ianque na América Latina e em seguida, no item “b”, o papel destacado pela política externa brasileira ao longo do Século XX como elemento chave para compreensão da subordinação à hegemonia norte-americana.

O capítulo três está subdividido em quatro itens: o primeiro, enfatizando o Consenso de Washington na década de noventa como instrumento decisivo para a predominância do neoliberalismo no continente latino-americano; o segundo, tratando das origens e das características da busca do Tratado da ALCA, as assimetrias entre países envolvidos na negociação bem como seus impactos para o Brasil; o terceiro, as conseqüências sociais da adoção do modelo neoliberal como gestão do Estado para o recrudescimento dos movimentos sociais no continente; e, no quarto item, abordamos o processo negociador para formação da ALCA, a nova conjuntura aberta com a eleição do Presidente Lula e a estratégia adotada da “ALCA light”.

Por último tentamos desenvolver alguns elementos de conclusões para a economia, ordenamento jurídico-político, bem como para soberania nacional caso o Brasil participe ou construa um modelo de desenvolvimento pautado na busca da liberalização comercial hemisférica, além de apontar algumas reflexões sobre os novos desafios relativos ao tema problematizado e possíveis assuntos correlacionados.

I – A globalização é dinamizada pelo grande capital

a) Uma análise crítica das Relações Internacionais

Como é próprio das Ciências Sociais, qualquer objeto de estudo e suas diversas problemáticas são motivos de uma larga plêiade teórica de interpretações dos fenômenos relacionados cuja manifestação está na construção das diversas linhas de pensamento que podem se completar ou, ao contrário, se chocarem frontalmente no entendimento dos acontecimentos sociais. A disciplina Teoria das Relações Internacionais não poderia fugir a esta premissa, já que é parte integrante das ciências que buscam compreender as relações sociais humanas, cabendo ao pesquisador adotar os instrumentos metodológicos de investigação tendo como objetivo a aproximação da compreensão da realidade baseando-se no método científico visando desvendar as múltiplas determinações que desenham o desenrolar dos fatos sociais sem esquecer porém, que a própria escolha do objeto e adoção dos instrumentais de análise, dar-se-ão de acordo com seus compromissos subjetivos e sociais e com a visão de mundo do pesquisador.

Existem vários paradigmas teóricos de análise das relações internacionais. A maioria dos autores aponta para a predominância de duas grandes vertentes das relações internacionais: a realista e a idealista. Outros autores porém, acrescentam os paradigmas da Teoria da Dependência e o da Teoria da Interdependência ou da Globalização como referências também representativas dos estudos da área. Gilmar Antônio Bedin, professor de Direito Constitucional e de Direito Internacional da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, ressalta contudo, que o paradigma realista seria o mais conhecido ou aceito como modelo teórico tradicional ou clássico da teoria das relações internacionais, sendo a construção teórica das relações internacionais mais antiga, devido ao seu surgimento ter-se dado em paralelo, juntamente com o seu objeto maior de análise - o Estado

moderno -, e que provavelmente foi o paradigma que mais se difundiu nos últimos cinquenta anos, obtendo o maior número de adeptos no decorrer do amplo período histórico designado de mundo moderno. (Bedin et all, 2000)

Os resultados geopolíticos da Segunda Guerra Mundial com a emergência da ordem bipolar entre Estados Unidos e União Soviética foram bastante fortes para impor o paradigma realista como referencial predominante das relações internacionais no período que ficou conhecido como Guerra Fria. Alguns teóricos da área inclusive se destacaram em assessorias governamentais, a exemplo de Raymond Aron que foi assessor do general Charles de Gaulle, na França e inspirou o crescimento do paradigma realista na Europa, bem como Hans Morgenthau que assessorou o governo norte-americano no início da guerra fria.

Após a queda do Muro de Berlim, com o ruir da bipolaridade, tomam força outros aportes de análises que questionam a manutenção dos referenciais baseados na teoria do imperialismo e dos conflitos entre países pobres e ricos, mencionando o fim do modelo de economia planificada do Leste Europeu como sinônimo do fim do marxismo e, portanto, do fim dos conflitos estratégicos mundiais. O exemplo de Fukuyama com sua obra *O Fim da História e o Último Homem* é o mais emblemático, some-se a isso a crise do *welfare state* europeu cuja causalidade foi dada à participação do Estado em diversos ramos da vida econômica e à prestação de serviços sociais. Desta conjuntura surgem também as teses da chamada Terceira Via, a suposta alternativa entre o capitalismo e o socialismo expressa nas concepções de Anthony Giddens.

Diversos autores mencionaram durante a década de 90 que a globalização traria um novo reordenamento econômico-político cuja única saída restante aos países dependentes seria a busca de como melhor se inserir neste processo, a barganha pela inserção no mercado globalizado deveria substituir a busca por novos modelos que tinham como referência a contraposição ao imperialismo, a afirmação da soberania nacional e a busca por modelos de formações sociais que

apontassem para uma alternativa ao capitalismo. Atílio Boron, professor titular de Teoria Política e Social da Universidade de Buenos Aires (UBA), em livro no qual critica uma das mais recentes publicações que exalta algumas destas tais idéias, *O Império*, de autoria de Michael Hardt e Antonio Negri, afirma:

“De acordo com nossos autores a soberania que os estados nacionais tinham no passado foi transferida para uma nova estrutura global de domínio, na qual as decadentes formações estatais teriam um papel cada vez mais marginal. Não há, asseguram eles, atores imperialistas, nem um centro territorial do poder; tampouco existem barreiras ou limites estabelecidos, identidades fixas, nem hierarquias cristalizadas. A transição da era do imperialismo, baseada em um conjunto de Estados belicosos em permanente conflito entre si, à era do império, está marcada pelo irreversível declínio do fundamento institucional e legal da velha ordem: o Estado-nação”¹

A **concepção realista**, como o próprio termo tenta evidenciar, se baseia numa visão hobbesiana do homem e da sociedade, pois se o Leviatã, concepção de Estado Moderno no âmbito doméstico nacional, deveria existir para impedir a anarquia social que seria expressão da maléfica natureza humana herdada do medievalismo, sendo assim, o contrato da sociedade política, o instrumento eficaz capaz de evitar a “guerra de todos contra todos” garantindo paz e harmonia social. No âmbito internacional, por analogia aos indivíduos numa sociedade pré-estatal, os estados nacionais estariam cada um com sua soberania individual incontestada, entre todos os outros Estados também soberanos, situação conflitiva tal, que poderia se expressar numa condição de guerra perpétua.

Na visão realista, cada um dos Estados possui o monopólio da violência de forma legítima, assim, todos os Estados podem dispor legitimamente da força, daí o caráter idealista que teria a outra corrente das relações internacionais, pois seria impossível um equilíbrio harmonioso internacional, a partir de uma sociedade mundial de Estados porque o poder e a expansão dele seria a meta maior da unidade nacional política. O sistema internacional seria o estado de natureza de guerra de todos os

¹ BORON, Atílio A. *Império & imperialismo – uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

Estados contra todos os Estados, portanto, a paz só seria alcançada a partir de um sistema de equilíbrio de poderes em que cada parte pudesse limitar o poder da outra, evitando a expansão territorial e a ampliação das conquistas, não caberia então a abdicação de soberania em prol de uma sociedade política internacional, mas ao contrário, o objetivo do poder político nacional deveria ser o fortalecimento dos Estados nacionais sob pena de, não o fazendo, ficar vulnerável aos interesses hegemônicos dos Estados mais fortes.

Poderíamos sintetizar as características do pensamento realista nos seguintes pontos, segundo Bedin:

- a) Os realistas possuem uma concepção estadocêntrica das relações internacionais, ou seja, apenas os Estados são atores das relações internacionais dotados de poder soberano;
- b) Defendem uma concepção racional das relações internacionais, então os Estados teriam comportamentos de decisão baseado nos cálculos de custos e benefícios;
- c) Todos os Estados baseiam suas ações no interesse do poder e no uso da força, o poder seria um fim em si mesmo ou meio para atingir outro fim e, nesta busca pelo poder, o uso da força e da guerra seriam legítimos;
- d) Separam a política interna da política externa em duas esferas tornando-as independente uma da outra. Na política externa deve prevalecer, acima de qualquer princípio moral, as questões de poder e de segurança;
- e) Entendem o sistema internacional como uma estrutura anárquica e conflitiva e portanto, não haveria nenhum sistema de regras e princípios éticos e jurídicos universalmente aceitos, cabendo a cada Estado prover os seus próprios recursos e meios para sobreviver; todos os Estados são soberanos e nenhum teria o direito de determinar o que o outro deve fazer.

O **paradigma idealista** das relações internacionais, por sua vez, obteve mais audiência no período entre as guerras mundiais (1919-1939), devido às catastróficas seqüelas da Primeira Grande Guerra, pois as aspirações de paz num mundo recém saído do primeiro grande conflito militar planetário encontravam nos intelectuais, acadêmicos, políticos e diversas organizações os porta-vozes dos apelos populares que sofreram perdas humanas e materiais irreparáveis. Apesar de bastante diversa a concepção idealista, visto que entre seus defensores encontram-se personalidades evidentes que variam desde o líder indiano Mahatma Gandhi até o senador e depois presidente americano Woodrow Wilson, possui como pressuposto básico a busca por um sistema internacional que estabeleça formas de contenção internas e externas para o comportamento dos Estados numa visão que nega o hobbesianismo, pois crê que a emergência de um sistema internacional seria produto do aperfeiçoamento ético e jurídico resultado de uma convivência social progressivamente harmônica entre os Estados.

Poderíamos ainda sintetizar o paradigma idealista com as seguintes questões:

- a) A negativa da natureza humana na visão hobbesiana, os instintos humanos estariam mais para uma concepção rousseauiana de positividade do caráter humano e que a sociabilidade democrática tenderia a harmonizar as relações entre os Estados;
- b) Atribui ao regime político democrático a capacidade de indução a um comportamento pacífico entre os Estados e que portanto os Estados não estariam submetidos ao alerta da guerra de todos contra todos;
- c) A possibilidade de constituição de instituições de abrangência mundial, baseadas em regras e ordenamento jurídico universais capazes de garantir a estabilidade das relações internacionais, disciplinando a convivência harmoniosa entre os Estados soberanos.

As evidências histórico-políticas contribuíram para verificar o verdadeiro caráter do que seria o maior descendente institucional da perspectiva idealista, a Liga das Nações, cuja existência formal datou de 10 de novembro de 1919 até o ano de 1947, tendo porém vigor limitado entre os anos 20 até meados dos anos 30. O que dinamizou a realidade no pós-Primeira Guerra foi a sombra do Tratado de Paz de Versalhes cuja submissão dos perdedores, em particular a Alemanha, alimentava a caldeira fervente por novos conflitos bélicos, realidade que aflorou com a crescente rivalidade entre as potências européias pela hegemonia do mercado mundial e pelo domínio colonial e depois, também pela ameaça constante ao capitalismo, a consolidação do Estado Socialista Soviético tornando-se referencial alternativo aos povos europeus, motivo pelo qual o outro extremo da polarizada realidade em conflito crescente, o nazifascismo, igualmente se fortalecia como alternativa à democracia liberal, esta incapaz de garantir a estabilidade social e o desenvolvimento econômico.

A Teoria da Dependência, por sua vez, surge na segunda metade do Século XX tomando como base de análise o processo de desigualdade de desenvolvimento entre os países enfocando a estrutura de relações que se estabelece entre os denominados países de centro, hegemônicos, e os países periféricos, explorados, apontando causalidades no processo sócio-histórico para a combinação entre desenvolvimento sistêmico do capitalismo e a desigualdade no resultado da distribuição dos resultados do crescimento entre as nações.

Devido a influência da teoria do imperialismo de Lênin e de Rosa Luxemburgo, o dependentismo também ficou conhecido como neomarxista, porém há distinções entre a perspectiva marxista e a dependentista, não propriamente nos alicerces da análise das fundações da relação entre os países imperialistas hegemônicos e os países dependentes, mas nas estratégias políticas a serem adotadas pelos Estados dependentes, já que o marxismo aponta o conflito de libertação política e econômica nacionais como parte de um processo de superação do próprio capitalismo e os dependentistas indicam um modelo de desenvolvimento independente

aos países periféricos como forma de alcançar o referencial dos países centrais ou como modelo de desenvolvimento autônomo, sem que para isso haja rompimento político-estratégico com o modo de produção capitalista, ao contrário, o modelo apontado pelos dependentistas visa o crescimento econômico baseado no processo de industrialização e substituição de importações, com referenciais keynesianos de regulamentação da economia a partir da intervenção do Estado, almejando a expansão do capitalismo moderno desenvolvido para os países e regiões que não alcançaram tal patamar.

Outros aspectos são importantes para caracterizar a Teoria da Dependência: primeiro, é que não há uma identificação com o pensamento idealista de convivência harmônica internacional entre os Estados, neste sentido não se nega o processo cooperativo estabelecido entre países pobres e ricos, no entanto, ressalta seu caráter assimétrico e conflitivo, daí a importância dada ao papel do Estado nacional como instrumento decisivo para garantia das demandas econômicas nacionais dos países dependentes; segundo, também não se alinha automaticamente com o enfoque realista puro, já que atribui aos atores sociais não estatais um papel de primeira ordem como atores internacionais a exemplo das ONGs, os movimentos de libertação nacional, classes e grupos sociais organizados, etc; o terceiro aspecto, não menos importante é que a Teoria da Dependência surge e desenvolve-se nos marcos de um movimento de afirmação das Ciências Sociais com aportes latino-americanos.

O latino-americanismo nas Ciências Sociais nas décadas de 50 e 60, teve como expressão de afirmação na Ciência Política com enfoque na área de relações internacionais, a Teoria da Dependência, como sugere Odete Maria de Oliveira, Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina:

“a teoria da dependência... representa uma justa tentativa de rompimento da importação de conceitos estruturais e paradigmas externos, como também a emancipação do conhecimento latino-americano no sentido mais estreito, objeto em si mesmo, de conteúdo analítico-

interpretativo dos problemas de suas sociedades e os reflexos dos seus processos globais, como ainda de outros países ou regiões dependentes do mundo"².

Há porém uma amplitude de enfoques no âmbito dependentista que reúne correntes com interpretações diferentes. Odete Maria de Oliveira, citando Theotônio dos Santos, indica uma síntese de tais pensamentos e pensadores:

- a) A corrente crítica estruturalista, constituída principalmente pelos cientistas sociais ligados à CEPAL, enfatiza os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo sem que este leve em conta a premissa de que o subdesenvolvimento da América Latina originava-se da relação de trocas que progressivamente se deteriorava na exportação de matérias-primas e das importações de manufaturas. Este campo estaria representado por Raúl Prebisch, Celso Furtado, Oswaldo Sunkel e em alguns aspectos Fernando Henrique Cardoso;
- b) A corrente neomarxista, estruturada nos trabalhos do próprio Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra. André Gunder Frank e Paul Baran também são citados como importantes membros desta corrente. O marxismo fundamenta sua análise das relações internacionais a partir das noções de colonialismo como resultado do processo de acumulação de capital em busca de novos territórios para expansão da acumulação como resultado da concorrência oligopólica e, a referência maior que este agrupamento adotaria seria a contribuição da tese de Lênin do Imperialismo, como fase financeira e monopolística do capitalismo, etapa superior do capitalismo concorrencial do século XIX;
- c) Fernando Henrique e Enzo Faletto apareceriam como mais ecléticos, pois transitaram de forma mais flexível entre as posições acima citadas.

² BEDIN, Gilmar Antônio et all. *Paradigmas das relações internacionais*. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2000.

Para além destas tipologias cuja concordância dos autores não temos pleno conhecimento, o que é mais importante demonstrar é a importância de contribuições de diversos autores e enfoques no sentido de compreender, resgatando o ponto de vista da produção científica nas Ciências Sociais latino-americanas, de alguns fatores-chaves do domínio estabelecido a partir das relações coloniais de acumulação capitalista no continente. Foi neste sentido que diferentes autores, entre eles também estão Caio Prado Júnior e Paul Baran, redefiniram os marcos teóricos da compreensão das relações de domínio entre Estados avançados economicamente e Estados dependentes, apontando saídas para enfrentar a enorme elasticidade de diferenciação sócio-econômica.

Cabe ressaltar algumas contribuições teóricas deixadas pelos teóricos da dependência como a noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento, o conceito de centro e periferia, e a noção de dependência. A noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento está diretamente associada ao rompimento com a visão sociológica funcionalista a qual predominava a concepção de estágios de progressos onde as nações menos desenvolvidas tenderiam a atingir, com o simples crescimento econômico, os patamares alcançados pelos países desenvolvidos. A análise dependentista compreende o processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento como parte de um mesmo processo histórico-social, uma totalidade com condicionantes nas quais entram também em jogo não somente os aspectos econômicos, mas também os aspectos sociais, incluindo as classes e os grupos sociais em conflito.

A categoria de desenvolvimento é vista como parte de uma estrutura social e política cuja expressão econômica faz parte do processo de dominação resultante dos conflitos entre os grupos sociais por orientar ao conjunto da sociedade o arranjo do modo de produção capitalista vigente e a categoria de subdesenvolvimento está associada, além da localização num sistema capitalista de

países exportadores de matérias primas, com forte concentração de renda e pouca complexificação e produtividade do sistema econômico nacional dependente, a vinculação histórica dos países subdesenvolvidos ao mercado mundial de forma subordinada e a formação dos grupos sociais como resultado desta, gerando estruturas de dominação e estratificação social, organização e controle social da produção, circulação e consumo, no sentido de reproduzir a hierarquia ditada pelas potências dominantes em acordo com segmentos sociais domésticos beneficiários da relação de dependência.

O conceito de centro e periferia teria uma similaridade com as noções de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, no entanto, não seriam exatamente a mesma coisa, pois a idéia de centro e periferia estaria desprovida de fatores político-sociais que seriam melhor alcançados com a concepção de dependência. A dependência seria resultante da situação de subdesenvolvimento, implicando uma forma de dominação com suas expressões no sistema de produção e consumo de um país em relação a outro de situação distinta, ou seja, não-dependente, ou ainda, a um sistema cuja totalidade pode ser expressa em um conjunto de países dominantes.

Em sentido geral, os teóricos da dependência, em seus diversos matizes, tratam alguns conceitos como fatores centrais para o entendimento da desigualdade de desenvolvimento entre centro e periferia. Primeiro, a questão do condicionamento do subdesenvolvimento a partir de fatores externos, ou seja, a dominação dos países centrais antecedida pelo sistema colonial, o que pressupõe a divisão do mundo entre países atrasados e países adiantados nas relações capitalistas de produção; segundo, a ênfase dada nesta dominação à extração de excedentes dos países subdesenvolvidos pelos países desenvolvidos, ou seja, o mecanismo anterior de domínio colonial do saque e da espoliação direta é substituído pela apropriação dos excedentes devido às condicionantes desiguais de desenvolvimento econômico no processo de troca entre os produtos primários e produtos industrializados com alto valor agregado.

Há autores, porém, que enfocam a economia política como melhor modelo metodológico para compreender as relações internacionais entre os Estados, os referenciais realistas e idealistas não seriam adotados como paradigmas. Para Robert Gilpin, professor Titular de Relações Internacionais de Princeton-EUA, a expressão “economia política” é compreendida e adotada de forma diversa, no entanto, o esforço analítico do autor busca adotar a economia política no sentido da síntese para compreensão geral do processo das mudanças sociais, incluindo a interação dos aspectos sociais, econômicos e políticos da sociedade.

A compreensão das transformações das relações internacionais não prescinde de uma abordagem sobre o comércio, relações monetárias e o desenvolvimento econômico integrando as perspectivas teóricas da Economia e da Ciência Política. As fronteiras acadêmicas impostas entre a política e a economia seriam artificiais, cuja adoção segmentada já reflete mecanismos ideológicos de uso da economia, por parte dos grupos sociais que melhor se sobressaem socialmente na economia capitalista, como um suposto ordenamento econômico objetivo, pois estudar a economia sem entender as relações sociais que a cercam é buscar erroneamente uma interpretação tecnicista das leis econômicas como se fossem forças naturais inquestionáveis pela história e pelos grupos sociais em conflitos a propósito da organização econômica, expressos na forma política da luta de classes e nos dissídios entre os Estados. (Gilpin, 2002)

A consolidação do Estado moderno, esfera política maior da modernidade, desenvolve-se em paralelo com outro mecanismo de interação e complexificação social, expandido a partir do comércio medieval, tornando-se depois expressão maior determinante nas diversas atividades da vida econômica e social, o mercado capitalista. O Estado e o mercado, no sentido universal e atemporal, apesar de possuírem aspectos distintos, com origens e características específicas não podem ser separados completamente, principalmente com o desenvolvimento capitalista, que recorreu à formação e à centralização do Estado nacional para impulsionar a quebra

das barreiras medievalistas políticas e culturais ao desenvolvimento do comércio e à formação dos grandes centros urbanos burgueses.

O Estado passou cada vez mais a influenciar na formação das características das atividades do mercado cujos resultados são perceptíveis nas regras jurídicas de propriedades, regulação da conduta econômica dos atores sociais e na organização da apropriação dos frutos da produção, circulação e distribuição da riqueza social. O poder político moderno concentrado nas mãos estatais torna-se objeto de disputa dos setores sociais que se relacionam de forma inevitável, mas também desigual, na esfera do mercado. O controle estatal passa a ser uma das garantias de sobrevivência no mercado e vice-versa, de forma que a economia e a política mesmo como forças distintas não sobrevivem nem funcionam independentes uma da outra.

Tornando-se foco de concentração de poder nacional e de delimitação das fronteiras territoriais com sua expressão de unidade política na soberania e autonomia nacionais, o Estado, sua concepção e organização passam a fazer parte indissociável dos conflitos geopolíticos nas relações internacionais. O sistema político mundial é composto por unidades territoriais, com seus respectivos mercados, que são matéria decisiva para o exercício do poder e, por sua vez, o Estado é usado para reproduzir, reforçar ou redefinir as relações sociais da sociedade que tem como base fundante o mercado capitalista moderno, hoje globalizado, ou dizendo de outra forma, mundializado, com seus rebatimentos no comportamento e ações das etnias, grupos e classes sociais em luta por suas necessidades e sobrevivência.

A análise com enfoque da economia política é fatalmente pertinente para compreendermos as unidades estatais não somente a partir de um ideário racionalista como prevê o enfoque realista puro, mas essencialmente como unidades políticas que expressam, com suas diversas mediações histórico-culturais, a sociedade baseada nas estruturas determinantes da vida social, que no caso da sociedade global contemporânea, é a sociedade capitalista alicerçada no mercado com suas diversas

hierarquias de comando definidas pela localização que as unidades estatais possuem no mercado mundial, como reflexo também dos grupos e classes sociais que se apoderam do poder político estatal conjuntural e estruturalmente.

Então, discutir o lugar político de um país como os Estados Unidos no mundo atual, por exemplo, não pode estar dissociado de seu peso como detentor da moeda padrão predominante das transações comerciais, nem da grandiosa fatia de 30% do produto interno bruto mundial que possui este país, bem como do setor hegemônico da sociedade capitalista global que atualmente é o setor financeiro, com seus rebatimentos nas instituições políticas e militares internacionais.

Estabelecendo um status de primeira ordem à relação Estado-mercado como base de análise da economia política, Gilpin elenca três temas oriundos desta relação como focos inter-relacionados que atravessam as abordagens no campo da economia política internacional. O primeiro tem a ver com as causalidades e as conseqüências econômicas e políticas do surgimento de uma economia de mercado, ou seja, a referência entre harmonia e conflituosidade numa economia de mercado globalizada entre os Estados nacionais. O segundo tema traz a vinculação entre as mudanças políticas e econômicas e seus efeitos nas relações internacionais, as discussões e co-relações sobre os ciclos econômicos, os fatores endógenos e exógenos, as guerras e demais eventos políticos internacionais. O terceiro tema é a relação entre a emergência de uma economia globalizada e seu impacto sobre as economias nacionais, os impactos em relação ao desenvolvimento das nações localizadas desigualmente nesta economia de mercado global, a redistribuição do poder e da riqueza entre e dentro das sociedades nacionais.

O olhar sobre estes três temas é focalizado a partir dos paradigmas nacionalista, liberal e marxista. A concepção liberal da economia política, em suas diversas variantes que inclui desde os clássicos, neoclássicos e monetaristas, está comprometida com o mercado e com o mecanismo dos preços como a forma mais

eficiente de organizar as relações econômicas internas e regular as relações externas entre os Estados.

A premissa central do liberalismo é que o mercado surgiu e se desenvolveu de forma natural para satisfação das necessidades humanas e suas próprias leis internas são capazes de o fazer funcionar de forma mais eficiente e justa possível. O mercado tenderia à eficiência naturalmente gerando a maximização do crescimento econômico e a melhoria do bem estar humano. A defesa do livre comércio se fundamenta na visão individualista do comportamento consumidor de racionalidade no cálculo da relação custo/benefício ao buscar satisfazer suas necessidades. A confluência dos comportamentos racionais geraria o equilíbrio entre demandas e ofertas de bens com o pressuposto do prévio conhecimento dos preços disponíveis por parte dos consumidores, assim haveria uma tendência natural ao equilíbrio econômico, a intervenção estatal só é aceita no sentido de restabelecer tal equilíbrio se este for quebrado por algum fator não previsto como guerras e conflitos políticos, daí a tentativa de separação que fazem os liberais da economia da esfera política.

Em relação ao comportamento dos Estados numa economia globalizada a defesa liberal melhor sistematizada baseia-se na tese de David Ricardo das vantagens comparativas que seria o equilíbrio no mercado que envolva países com características produtivas diferenciadas onde haveria um equilíbrio de demandas e ofertas entre os bens ofertados e demandados pelas distintas nacionalidades, supõe-se daqui que quanto menor a interferência para regulamentar tal tendência ao equilíbrio melhor o funcionamento do mercado e melhor os resultados da economia na alocação das características produtivas nacionais no mercado internacional.

Na perspectiva nacionalista, os quais aqui seriam incluídos os mercantilistas, protecionistas e os teóricos da dependência, o centro da defesa das atividades econômicas deve estar subordinado à primazia do Estado como fator decisivo do resguardo da economia nacional. Segundo Gilpin, existiriam os nacionalistas “benignos” e os nacionalistas “malignos”. Os benignos seriam os

nacionalistas que consideram a proteção aos interesses nacionais como essencial para sobrevivência e segurança da soberania alicerçada no Estado e os malignos seriam os nacionalistas que consideram o sistema internacional como uma arena de expansão imperialista para o crescimento da sua nação. O modelo social-democrata do *welfare state* keynesiano seria o exemplo dos primeiros e o nazifascismo seria o exemplo dos segundos.

Os nacionalistas, ao contrário dos liberais, não vêem a esfera das relações internacionais como um campo que tende a harmonia, embora não neguem a necessidade de cooperação entre países, a essência do sistema internacional seria a disputa entre os Estados. Daí a importância da defesa da relação entre riqueza e poder como campos totalmente intrínsecos, sendo ambos objetivos finais da política nacional. Um dos elementos essenciais para a acumulação da riqueza e do desenvolvimento nacionais seria o investimento na industrialização como mecanismo de auto-suficiência econômica e autonomia política, além do mais a indústria é a base da possibilidade do poder militar, fundamental para defesa da segurança nacional como apontou Alexander Hamilton, um grande teórico do mercantilismo norte-americano.

Os nacionalistas não acentuam as vantagens mútuas como possibilidade do comércio internacional. O comércio e as relações internacionais seriam eminentemente conflitivas, portanto, nesta concepção, a interdependência econômica jamais pode ser considerada simétrica em suas finalidades e resultados, a localização de uma nação na ordem global econômica da atualidade seria de disputa de espaços no sentido de favorecer a economia nacional.

O marxismo possui várias correntes as quais não serão objetos de estudo desta pesquisa, no entanto, há um sistema de leis e metodologias que define o pensamento marxista, que obviamente nem sempre coincide quando da resposta política aos problemas sociais. Mas do ponto de vista do método de análise torna-se

imprescindível destacar as características centrais de modo a melhor entender a decorrência deste pensamento na compreensão das relações internacionais.

O primeiro aspecto é o uso da dialética como concepção filosófica de interpretação do conhecimento e da sociedade. A realidade social é vista em movimento e em conflito constante, os desequilíbrios e as mudanças sociais são parte da vida social, e a luta de classes é a principal propulsora das contradições inerentes às sociedades de classes. O segundo aspecto é a concepção materialista da história, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas com suas características na organização do processo de produção e seus resultados na organização da sociedade é a matéria pela qual se debate a luta de classes. O terceiro é uma compreensão da totalidade do modo de produção capitalista que se reflete em leis interpretativas do sistema. E o quarto é vinculação entre produção intelectual e o compromisso com a mudança social almejando a necessidade histórica do socialismo.

Do ponto de vista das relações internacionais cabe ressaltar as características do modo de produção capitalista, essenciais para entendermos melhor as relações do mercado com o Estado e seus rebatimentos na esfera política internacional. Para o marxismo, a distinção entre o capitalismo e os outros sistemas de classes precedentes é a subordinação de toda a dinâmica produtiva social à busca do lucro, condição necessária à sobrevivência do capital. A propriedade privada dos meios de produção e de troca bem como o trabalho assalariado fonte de extração de mais-valia são as bases distintivas do capitalismo em busca do lucro. Estes seriam os pilares da acumulação capitalista que não pode cessar sua lógica de crescimento expansiva, inclusive para além das fronteiras nacionais, sob pena de alimentar a sua também intrínseca necessidade de destruição das forças produtivas pretéritas para alimentar sua sobrevivência.

Tal dinâmica é engendrada por três leis endógenas fundamentais: a impossibilidade do equilíbrio em longo prazo, daí a dinâmica no sentido da superprodução de mercadorias gerando os ciclos periódicos de crises sistêmicas; a

busca necessária da acumulação de capital visando investir para acumular mais capital devido à existência da competitividade entre os próprios capitalistas; e a lei da taxa decrescente dos lucros, pois no médio e longo espaço de tempo a taxa de retorno dos investimentos tende a diminuir dado que o montante investido necessita de retornos cada vez maiores para compensar os investimentos pretéritos, daí a busca constante por novos mecanismos para aumentar a produtividade cuja fonte essencial é a taxa de mais-valia extraída do trabalho assalariado.

Do ponto de vista marxista, sobre o comportamento individual dos capitalistas no mercado, não haveria um choque completo em relação à visão liberal de comportamento racional, no entanto, a confluência do conjunto dos capitalistas ao mercado produziria uma irracionalidade sistêmica, na medida em que gera competitividade, necessidade de mais acumulação para enfrentar a competitividade entre os rivais, superprodução de bens incompatível com a demanda social dado que ao proletariado em seu conjunto fica reservado apenas o aumento do desemprego e da exploração e não o aumento da renda. Assim, estariam dadas as bases para o acirramento da luta de classes, com possibilidades para além das conquistas da vida material imediata e, diante de conjunturas históricas, o “assalto aos céus” pelo proletariado levaria à superação sistêmica do capitalismo, ou seja, a remoção do poder da classe dominante baseada no capital.

Do capitalismo concorrencial ao oligopolista

Resultante de sua necessidade de acumulação e expansão, a partir do último quartel do Século XIX, o capitalismo exacerba uma dinâmica que iria caracterizar uma nova fase de seu desenvolvimento, a disputa oligopolística para além das fronteiras dos países centrais. Entre os anos de 1894 e 1913 teria ocorrido, uma expansão da economia mundial com investimentos crescentes de capital nas colônias e semicolônias da periferia do sistema internacional, lançando as bases para

generalização dos oligopólios e monopólios, a partir também em nível microeconômico do desenvolvimento da chamada “segunda revolução tecnológica” com a emergência da eletricidade substituindo o motor a vapor.

A partir deste período houve um aumento radical nas taxas de produtividades nas economias centrais permitindo um rápido crescimento econômico e uma expansão, até então jamais vista no mercado mundial, incluindo os países periféricos nas grandes redes internacionais de disputa pelo mercado originadas nas metrópoles. São as condições para a acirrada disputa dos mercados pré-capitalistas entre as potências européias, decorrendo no primeiro grande conflito militar à escala planetária, a I Guerra Mundial, em 1914. Deste grande conflito pelo controle do mundo até 1929, a marca da economia global foi o declínio do sistema, gerando a maior e histórica crise do mercado mundial, com a famosa quebra da bolsa de Nova York (Mandel, 1982).

A fase capitalista predominante até o final do Século XIX ficaria conhecida como capitalismo concorrencial e a fase pós-concorrencial, como fase monopolista, ou fase imperialista. Cabe ressaltar que o termo, imperialismo, é de domínio do senso comum em analogia a noção vaga de império, ou seja, de domínio de uma nação sobre outra cujo exemplo clássico seria o Império Romano. Todavia o marxismo do Século XX sistematizou uma teoria sobre o imperialismo como fase específica do capitalismo, como um padrão de acumulação pós-capitalismo concorrencial.

Vários autores marxistas contribuíram na investigação do que seria esta nova fase do capitalismo cujas características não haviam sido totalmente desenvolvidas na época de Marx. O austríaco Rudolf Hilferding, um dos membros da escola do Partido Social Democrata alemão-SPD e deputado do parlamento *Reichstag* de 1924 a 1933, foi um dos pioneiros nestes estudos ao publicar em 1910 uma obra intitulada *O capital financeiro* onde já apontava com ênfase uma das características centrais do capitalismo imperialista, o crescimento de sua face especulativa.

Também a líder socialista polonesa Rosa Luxemburg, em sua obra, *Acumulação do Capital*, de 1913, procurou explicar as causas do imperialismo, a partir dos excedentes de acumulação de mais-valia nas economias centrais e a necessidade de expansão às formações sociais não-capitalistas como um mecanismo de competitividade o que levaria, num primeiro momento, ao domínio das nações não desenvolvidas e posteriormente a uma crise sistêmica.

O então mais importante teórico da II Internacional Socialista, Karl Kautsky, não entendia o imperialismo como fase superior do capitalismo e definiu imperialismo como uma relação entre os países capitalistas adiantados e os países subdesenvolvidos, entendendo que a monopolização tendia para o fim da rivalidade entre os países capitalistas adiantados e portanto, a perspectiva não era de conflitos inter-imperialistas, mas de cooperação imperialista contra os países não-desenvolvidos, a chamada Teoria do Super-imperialismo.

A teoria do imperialismo que predominou como interpretação de uma nova fase da acumulação capitalista foi a teoria do socialista russo Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin), em seu texto *O imperialismo, fase superior do capitalismo* desenvolveu aspectos antes indicados por Hilferding, sobre a questão do papel crescente do setor financeiro, e pelo também bolchevique russo Nikolai Ivanovitch Bukharin, sobre o papel dos *trustes* na substituição do capitalismo concorrencial, além disso, elucidou novos pontos de vista sobre a fase imperialista do capitalismo.

A sistematização da teoria do imperialismo como fase posterior do capitalismo concorrencial foi desenvolvida a partir de vários autores, mas a concepção do imperialismo como fase particular, uma etapa que significava nas palavras de Lênin como “fase decadente do sistema” devido as suas potencialidades destrutivas tanto em relação ao desenvolvimento das forças produtivas quanto em relação ao relacionamento entre os Estados nacionais com suas reflexões a respeito do caráter de instituições internacionais, a exemplo de sua análise negativa sobre a Liga das Nações, teve uma sistematização específica, combinando análise econômica e política

nos diversos aspectos da nova fase mundial da economia erigida a partir do final do Século XIX.

As principais características dessa nova fase seriam:

1. **A concentração da produção e a emergência dos monopólios, oligopólios e cartéis:** o enorme desenvolvimento das indústrias européias e norte-americanas, desde o final do Século XIX, combinado com uma concentração crescente da produção em empresas de grande porte à escala nacional dos países industrializados, alicerçando a disputa por controle do mercado mundial;
2. **O novo papel do sistema bancário e de crédito:** o sistema bancário, devido ao seu crescimento e expansão, deixa de ser um mero intermediário do processo produtivo, para assumir um papel de primeira ordem na transformação do capital inativo em capital ativo, ou seja, em capitais que rendem lucro, a partir também da eliminação dos pequenos estabelecimentos, concentração em grandes empresas bancárias, gerando um novo papel para o capital bancário que, em associação com a grande indústria, transforma-se em capital financeiro, passando a cumprir a função de agente crescente na economia, inclusive com tendências à superação do setor produtivo na dinâmica de capitais;
3. **A exportação de capitais:** no capitalismo concorrencial predominava a exportação de mercadorias, na qual a produção e exportação de manufaturas dos países industrializados tinham a contrapartida do fornecimento de matérias-primas dos países coloniais e semicoloniais. Já na fase imperialista, com a consolidação das potências nacionais, principalmente européias, gera-se um excedente de capitais cuja forma de escoamento é, não só a expansão do mercado de manufaturas aos países subdesenvolvidos, mas também a exportação de capitais para desenvolver

infra-estrutura produtiva e mercados dependentes de bens capital, em associação com o crescente capital financeiro;

4. O desenvolvimento do mercado mundial, gerando **a partilha do mercado do mundo entre os grandes grupos dos países industrializados**: os cartéis e os *trusts* primeiro dividiram entre si os principais ramos do mercado interno das grandes potências, a partir do alargamento do mercado mundial com os países dependentes, desenvolveu-se também as associações internacionais dos grandes capitais, hoje conhecidas como empresas multinacionais ou transnacionais. As grandes associações entre os capitais tiveram origem nas grandes potências, principalmente a Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e França, por decorrência, tais potências exerceram, e ainda exercem até hoje, o papel de potências política-econômicas mundiais.

Depois da 2ª Guerra este movimento de expansão se internacionaliza ainda mais e são criadas as grandes corporações multinacionais de bens de consumo e de bens de capital que antes produziam endogenamente e vendiam para o mercado mundial. No caso do Japão, a Guerra da Coreia impulsiona a expansão de grandes companhias, com desempenho internacional a partir década de 70.

Cabe ressaltar ainda a principal implicação decorrente das características citadas acima que é a possibilidade recorrente de conflitos internacionais mediados pelos Estados nacionais. A exportação de capitais e a concentração da acumulação em grandes empresas internacionais oligopolistas, como também a tendência à financeirização da economia não entram em conflito entre os capitalistas apenas pelas leis econômicas do mercado apontadas pelos liberais.

A localização e a contenda dos capitais na esfera internacional traz objetivamente a intermediação do Estado nacional como instrumento essencial de mediação destes conflitos potenciais já que cada formação econômica nacional possui

suas classes dominantes e exploradas locais, assim os conflitos podem ocorrer não só entre os próprios países desenvolvidos como também entre estes e os países periféricos do sistema, portanto tal enfoque acende uma questão decisiva para dezenas de conflitos econômicos e militares que viriam ocorrer no século XX, daí também a interpretação marxista predominante sobre as causalidades e o alcance da I Guerra Mundial como produto da etapa imperialista do modo de produção capitalista.

Do ponto de vista das relações internacionais com enfoque na economia política, a teoria leninista do imperialismo trouxe grandes contribuições e tornou-se hegemônica na compreensão nos conflitos internacionais, ainda que atualmente há uma grande quantidade de autores que questionam a teoria do imperialismo com o advento da chamada globalização com a qual haveria uma suposta desterritorialização das multinacionais e por consequência dos países desenvolvidos.

Nesta pesquisa não se adota uma dicotomia formal entre as teorias realistas e idealistas, porém há uma opção em se tomar o Estado nacional como fonte decisiva e preponderante na esfera das relações internacionais, não numa perspectiva politicista hobbesiana de enfoque numa suposta natureza perversa do ser humano, da existência do estado de natureza da “guerra de todos contra todos”, mas entendendo o Estado nacional como reflexo da sociedade civil no sentido marxista, ou seja, da sociedade burguesa, sociedade esta que desenvolve mutações históricas e sociais ao longo das diversas fases do capitalismo e que portanto o Estado ainda que seja reflexo desta sociedade alicerçada no domínio do capital possui características distintas mediadas pelas diversas conjunturas nacionais-regionais e suas formações histórico-sócio-culturais.

A crítica aqui desenvolvida à visão realista ou neo-realista pura está em função da ausência desta em buscar as bases dos conflitos entre os Estados nação na luta pelo poder desprovida de causalidades que existem no seio social, ou seja, conflituosidades que tem origem em si mesmas a partir de uma visão racionalista mercadológica da compreensão do custo-benefício originária da microeconomia e

transferida para análise política através do enfoque das teorias da escolha racional.

Ora, um conflito social não possui uma existência própria deslocada do solo real de como a sociedade se encontra em suas diversas esferas de organização, principalmente a esfera produtiva, há uma correlação dialética entre as necessidades humanas desenvolvidas globalmente e a formação social específica do capitalismo que não permite a satisfação destas, pois da sobrevivência do sistema do capital depende a formação social capitalista, assim o Estado-nação não pode ser visto como um ente que possui vida própria, o Estado-nação é o reflexo da formação social predominante no período histórico moderno dominado pelas relações capitalistas de produção com suas diversas mutações e desigualdades.

O Estado-nação é o objeto determinante de transferência dos conflitos e negociações no âmbito das relações internacionais, no entanto, tais conflitos e negociações não estão dissociados da formação social existente no âmbito de cada nacionalidade(s), etnicidade(s), cultura(s), classes sociais e especificidades políticas oriundas destas com seus diversos acúmulos históricos.

Por outro lado, quanto aos chamados atores internacionais, podemos ressaltar as instituições políticas, econômicas, militares, sindicais, as grandes empresas e corporações multinacionais, além das organizações não-governamentais, encontram-se em grande parte correlacionados com as formações sociais nacionais e portanto vinculados aos respectivos Estados-nações diversos, daí a consequência da nacionalidade, política e cultura hegemônica no mundo atual, a norte-americana, ser a origem territorial das principais e maiores empresas multinacionais do planeta.

Tabela 1
Alguns setores de grande concentração na economia mundial por países principais

	Grupos não-financeiros mais internacionalizados em 1990	Localização no país das grandes companhias segundo depósito de patentes em 1990 (%)	Concentração mundial de serviços de resseguros. 70,6 % do mercado em 1986	Concentração mundial de serviços de publicidade. 60,7 % do mercado em 1989	Principais concentrações de ativos de fundos privados de pensão, companhias de seguros e <i>mutual funds</i> em 1992. US\$ bilhões
EUA	8 grupos	92,2 de 249 empresas	11 companhias	10 companhias	7.182,9
Japão	5	98,9 de 143 empresas	7	2	1.972,1
Alemanha	4	84,7 de 43 empresas	6	--	763,5
Reino Unido	4 *	54,9 de 56 empresas	1	3	1.432,0
França	3	86,6 de 26 empresas	3	1	nd
Itália	2	88,1 de 7 empresas	1	--	nd
Outros	4	63 empresas para outros 7 países	3	--	367,4 **
Total	30	587	32	16	9.745,8

Organização do autor

Fonte: CHESNAIS, 1996/1998)

* Dois grupos em associação com grupos holandeses

** Canadá

O economista e professor da Universidade de Paris-XIII Villeteneuse, François Chesnais, comentando a rivalidade oligopolística na globalização, indica:

“a primeira fonte de desigualdades de que a maioria das multinacionais se beneficiam e que , geralmente, desejam conservar, relaciona-se com suas próprias ‘vantagens de país’, as que lhes são dadas pelo fato de pertencerem a um espaço nacional. Essas vantagens não servem apenas para delimitar, até hoje, os países do Norte dos do Sul, sendo que este último continua a reunir a maioria dos países e regiões que conheceram uma dominação colonial ou semicolonial. Constituem também componentes centrais da concorrência oligopolística, dentro do grupo de países mais ricos.”³

A visão idealista pura, por sua vez, atribui um caráter cooperativo às instituições internacionais multilaterais desprovido-as do dissídio real que existe entre os Estados-nações. Esta acepção torna-se ingênua, pois retira da análise política

³ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

a hierarquia e relação de domínio que existe de fato entre os Estados-nações e que já foi, e continua sendo, motivo de diversos conflitos e realinhamentos geopolíticos globais cuja resultante está justamente na edificação de pactos e instituições entre os Estados-nações que conseguiram manter ou ampliar sua hegemonia, terminar as guerras ou contendas diplomáticas.

Há porém uma crescente emergência de ações das organizações relacionadas aos movimentos sociais com atuações internacionais que não são diretamente vinculados ao núcleo central de decisão política estatal, mas podem ter seus espectros de interferência na vida social a partir de posicionamentos governamentais, por exemplo, o Fórum Social Mundial, se realizou 3 vezes em Porto Alegre porque teve incentivos e apoio tanto da prefeitura local como do governo do Estado do Rio Grande do Sul, há ainda várias Organizações Não-Governamentais que sobrevivem diretamente das subvenções estatais.

As próprias empresas multinacionais quando se deparam com dificuldades financeiras recorrem aos respectivos Estados-nações para solicitarem subsídios para sobrevivência, senão vejamos o caso das empresas aéreas norte-americanas que obtiveram generosos apoios do governo americano depois dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001. Apesar das diversas contradições, não se pode subestimar a capacidade de organização, manifestação e *lobbies* em escala planetária de Fóruns como o Social Mundial e o Econômico Mundial, além das instituições como o FMI, Banco Mundial e OMC que possuem uma hegemonia dos países dominantes, mas também se articulam diretamente com as corporações e organizações sociais internacionais.

O enfoque idealista não contempla o perfil das organizações internacionais como representantes de interesses diversos e vetores de conflitos, já que sua predominância interpretativa baseia-se numa dinâmica objetiva às ações cooperativas. Poderíamos distinguir inclusive as organizações políticas internacionais em dois tipos: àquelas que reúnem representantes dos Estados e ou organizações

nacionais, conhecidas como multilaterais, ainda que em muitos casos com pesos desiguais dos países, refletindo uma hegemonia dos países centrais, a exemplo do FMI, Banco Mundial, ONU, OMC, OEA, etc, e àquelas que teriam uma organização própria internacional representando grupos e classes sociais ou agrupamentos econômicos e/ou financeiros de distintos países em uma única organização com estrutura administrativa, financeira e ações próprias, a exemplo das organizações não-governamentais, organizações sindicais e empresas multinacionais.

Concluimos tais apontamentos teóricos discutindo as principais referências que dão subsídio ao método de interpretação geral do sistema político internacional. A sistemática prioritária adotada nesta pesquisa baseia-se na teoria das relações internacionais sustentando-se na economia política, pois esta engendra um procedimento interpretativo da sociedade capitalista em sua esfera de mercado internacional e das relações políticas-econômicas entre os Estados nacionais, partindo da concepção materialista dialética dos fenômenos sociais que, por sua vez, busca o desvendar entre as aparências e as essências de tais fenômenos, levando em conta que a realidade social não é um dado acabado, que responde de forma objetiva e evolutiva aos interesses do capitalismo sem contradições ou conflitos, daí a defesa de Rosdolsky citando Marx enfatiza:

“toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem diretamente... a forma acabada das relações econômicas, tal como aparece na superfície, em sua existência real, e portanto também nas idéias com as quais os portadores e agentes dessas relações adquirem consciência delas, difere muito – de fato, é inversa, antitética – de sua essência encoberta e do conceito que lhe corresponde”,

E continua com Lukács:

“para captar corretamente os fatos, primeiro se deve captar com clareza e exatidão [...] a diferença entre sua existência real e sua essência [...]. Precisamos, de um lado, separar os fenômenos e a forma imediata na qual eles aparecem, encontrar as mediações através das quais se pode relacioná-la com seu núcleo, sua essência. Ao fazê-lo, compreenderemos sua forma aparente e a veremos como a forma necessária de manifestação de sua essência.”⁴

⁴ ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

De modo que a aparência dos chamados processos de integração regionais não serão plenamente compreendidos se nos limitarmos ao enfoques politicistas sem considerar o centro dinâmico da sociedade a qual vivemos, que é a necessidade de acumulação e reprodução do capital, cujas fronteiras nacionais que já foram propulsoras da consolidação do capitalismo concorrencial hoje são uma contradição para as necessidades de um sistema mundializado em busca da internacionalização plena do processo de produção e circulação de capitais, principalmente do setor financeiro.

b) A crise contemporânea do capitalismo e a globalização

Há várias teorias sobre a crise do capitalismo, inclusive entre os que possuem uma visão crítica, numa perspectiva de superação do sistema, existem diversas nuances de abordagens. Não aprofundaremos este tema neste trabalho visto que abriríamos outro leque de debates teóricos cujos objetivos recorreriam a uma amplitude analítica que não é o foco central do nosso objeto de estudo e da problemática envolvida. Cabe-nos apenas localizar o fenômeno conhecido como globalização da economia como panorama contemporâneo do processo de desenvolvimento do capitalismo com suas diversas características em níveis distintos e combinados das novas formas de produção de mercadorias e reprodução de capitais, pautando a reconfiguração política do sistema mundial de Estados, assinalando ainda algumas contradições e perspectivas em dinâmica processual e conflituosa nas relações internacionais.

Aos liberais não coube o aprofundamento do entendimento da sociedade capitalista como objeto de crises recorrentes, pois o lema *laissez faire, laissez passer* e a simbologia da “*mão invisível*” reguladora da economia e da sociedade, tendo como fundamentos a supremacia do livre mercado numa sociedade composta por indivíduos racionais, não pressupõem uma concepção estrutural do sistema capitalista contida numa tendência às crises, ao contrário, as diversas visões liberais advogam que a tendência dominante do sistema é o equilíbrio e à auto-regulação, daí a defesa da existência minimalista do Estado como forma de não interferir na livre concorrência e no encontro harmônico entre oferta e demanda dos bens e serviços postos no mercado, aqui prevalece a visão de que quanto mais interferência exógena às leis naturais do mercado pior seria para o bom funcionamento do sistema de livre concorrência.

A tese marxista, ao contrário, fundamenta-se na perspectiva do modo de produção capitalista como um sistema centrado nas crises recorrentes produto da Lei da Taxa Decrescente dos Lucros e das Crises de Superprodução de mercadorias. A predominância do decréscimo em longo prazo das taxas médias de lucros baseia-se na

interpretação das relações capitalistas não a partir dos fenômenos secundários das leis da oferta e demanda, mas buscando entender na fonte de produção das riquezas sociais, específica ao capitalismo, que é o trabalho assalariado, gerador do valor das mercadorias nas relações de troca, a contradição fundante do sistema. A base da geração do valor, o trabalho assalariado, não se apropria coletivamente do que produz, daí a propriedade dos meios de produção serem monopolizadas pelos capitalistas permitindo a apropriação e reprodução do capital a partir da busca do lucro.

O capitalista porém, encontra seu concorrente no mercado, obrigando-o a desenvolver mecanismos de aumento da produtividade e redução dos custos pagos ao trabalho. A busca por maiores taxas de produtividade e aumento da extração de mais-valia relativa torna-se um objetivo de vida ou morte para o capitalista individual, assim diminui os custos e os preços relativos que por sua vez diminui também, em médio prazo, as taxas médias de lucratividade do capital investido. Por sua vez, a disponibilidade de mercadorias à escala decrescente de preços e taxas de lucros, baseada num aumento da produtividade, em médio prazo, tende a dispor uma quantidade em demasia no mercado para vencer a concorrência a preços menores, gerando de tempos em tempos períodos de prosperidade seguidos de fases de declínios econômicos.

O economista russo N. D. Kondratieff, que foi membro integrante do governo provisório depois da Revolução de Fevereiro de 1917 e depois também colaborador da União Soviética, desenvolveu na década de 20 uma teoria que se tornou referência entre diversos analistas, tendo como base a existência dos ciclos longos de expansão e contração da economia mundial a qual posteriormente foi incorporada por Joseph Schumpeter para desenvolver as teorias do ciclo do comércio e do papel do surgimento de novos padrões em inovações tecnológicas nos processos de expansão.

Os ciclos longos de Kondratieff, representados graficamente por curvas ondulatórias, seriam separados por dois cumes de aproximadamente cinquenta anos marcados por processos de expansão e contração nos preços, característica intrínseca à economia mundial. Segundo o historiador Osvaldo Coggiola, citando a contribuição de

Kondratiev, as ondas longas não tinham sido estudadas por Marx que tinha estudado os ciclos da produção capitalista, concluindo que as crises produzidas a cada período de 7 a 11 anos deviam-se às contradições próprias desse modo de produção, que geravam superacumulação de mercadorias e capitais, mas ao lado dos ciclos curtos haveria os ciclos longos de expansão e contração, que marcariam vários decênios cada fase. No gráfico abaixo a “fase A” seria de ascensão e a “fase B” seria de depressões, completando três ciclos gerais, sendo que alguns autores como o economista belga, Ernest Mandel, apontava o quarto ciclo de Kondratiev, a partir de 1973 (Coggiola, 2002, p. 159):

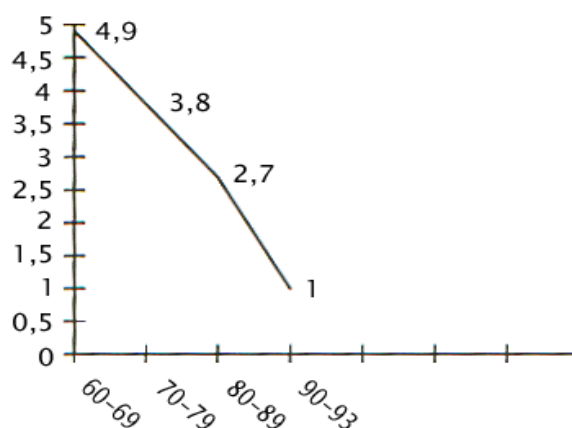
Tabela 2

Fases ascendentes e decrescentes dos ciclos de Kondratiev

CICLO	FASE	PERÍODO
1	A	1789 a 1814
1	B	1814 a 1849
2	A	1849 a 1873
2	B	1873 a 1896
3	A	1896 a 1920
3	B	1920 a ?

Gráfico 1

Fase B do 4º Kondratiev
(taxa de crescimento mundial do PIB em %)



FONTE: Coggiola, 2002, p. 159

A teoria das ondas longas de Kondratiev, apesar de receber críticas entre as diversas correntes de pensamento, baseou importantes análises ressaltando que:

“[...] embora possa ser uma simples coincidência que essas expansões e depressões tenham ocorrido com intervalos aproximado de cinquenta anos, é importante reconhecer que três recessões importantes no século XIX – depois de 1873, a Grande Depressão dos anos 1930 e a que começou em 1973 – tiveram conseqüências significativas para as relações internacionais. Não há dúvida, assim, de que a recessão de 1873 contribuiu para a rápida difusão do nacionalismo econômico, das rivalidades comerciais e dos conflitos imperialistas. A Grande Depressão, que promoveu Hitler e outros ditadores, foi um fator importante da Segunda Guerra Mundial. E a redução do crescimento econômico no fim do século XX, novamente provocou tensões nas relações políticas globais...”⁵

Para Schumpeter, os ciclos de acumulação e contração capitalista deviam ser entendidos a partir dos processos de desenvolvimentos de novas tecnologias. Assim, o primeiro período de expansão econômica teria ocorrido entre 1788 e 1815, resultando na Revolução Industrial baseada nos setores têxteis, do carvão e do ferro, tendo como centro irradiador a Inglaterra, sucedido por uma fase de contração, entre 1815 e 1843, passando para um segundo período de acumulação e crescimento, entre 1843 e 1873, cuja emergência dos EUA como potência capitalista baseou-se nas tecnologias ligadas a expansão das ferrovias americanas. Sendo a consolidação da hegemonia americana precedida por um período de retração do final do século XIX, mas logo em seguida emerge um novo padrão tecnológico baseado na indústria elétrica, química e automobilística, antecedendo a Primeira Guerra, entre os anos 1897 e 1913, cujo ápice foi a depressão dos anos 20, e por fim, depois da Segunda Guerra, a forte ascensão dos anos 50 e 60, teria baseado-se na eletrônica e na aeronáutica até os anos 70 onde inicia-se um novo período de declínio.

Outras abordagens sobre crises recorrentes não se baseiam na perspectiva marxista pura. John Maynards Keynes mesmo não partindo da teoria do valor e da mais-valia também interpretou o sistema capitalista como impossibilitado estruturalmente de manter-se no equilíbrio por suas leis próprias de mercado, sua crítica ao liberalismo não

⁵ GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Brasília: UNB, 2002.

apontava para superação do modo de produção capitalista, advogava a necessidade de políticas públicas governamentais anticíclicas baseadas em políticas tributárias, oferta de créditos pelo Estado, obras públicas e financiamentos da economia mesmo através dos déficits orçamentários para estimular o consumo e o pleno emprego visando o aquecimento da economia e o crescimento em longo prazo. Keynes observava que o nível de renda nacional era determinado em grande parte pelo nível de emprego que uma sociedade pudesse alcançar com intervenções conscientes e planejadas dos governos, assim se poderia evitar crises maiores do capitalismo.

As políticas keynesianas só foram adotadas com maior frequência muito depois da crise de 29, após a Segunda Guerra, principalmente nos países da OCDE, sendo decisivas para o soerguimento das economias nas décadas de 50 e 60, mas sofreram críticas tanto de setores marxistas quanto dos liberais; os marxistas apontam no keynesianismo políticas que só fazem adiar a crise maior do capital já que as intervenções governamentais visando o pleno emprego e o aumento do consumo não invertem a lógica estrutural da tendência à queda da taxa de lucro e os liberais criticam as intervenções estatais na economia como um impedimento à livre concorrência, o que seria um estímulo exacerbado aos déficits orçamentários, segundo os liberais, uma das principais causas das crises econômicas.

Giovanni Arrighi apresenta uma outra hipótese para os ciclos longos, uma abordagem histórica sistêmica que busca compreender os ciclos seculares de desenvolvimento do capitalismo não apenas em seu período moderno, mas desde os primórdios mercantilistas do Século XV. Esta hipótese se baseia na constatação da existência de padrões recorrentes que poderiam ser percebidos na formação, expansão e crise de quatro hegemonias de centros de irradiação de domínio que teriam moldado os últimos seiscentos anos da economia mundial, centralizando redes de produção, comércio e poder.

O elemento decisivo para a consolidação do capitalismo moderno na Europa teria ocorrido não por causa da expansão comercial, característica também de

outros povos não-europeus até mesmo nos períodos pré-medievais, mas principalmente pela centralização política imposta pelo surgimento do Estado nacional moderno, possibilitando a burguesia concentrar poderes e dispor de um instrumento político essencial para acumulação primitiva e expansão do mercado internacional, gerando a disputa pelo capital circulante. (Arrighi: 1996)

Para Arrighi o curso da história do capitalismo é marcado centralmente por períodos longos de mais de cem anos, parcialmente superpostos, cuja expansão da produção e comercialização de bens materiais coloca em movimento enormes massas de produtos, força de trabalho e bens naturais transformados em mercadorias, forjando padrões de expansão e acumulação precedendo as crises destes mesmos ciclos, que seriam anunciadas por deslocamentos de concentrações da acumulação material para acumulação financeira. Os primeiros ciclos teriam origem nas cidades-Estados italianas, com centro em Gênova, do século XV ao início do XVII, passando pelo ciclo holandês, entre o fim do século XVI até a maior parte do XVIII, adentrando o ciclo hegemônico pela Inglaterra da segunda metade do século XVII ao início do XX e o ciclo atual, dominado pelos EUA, iniciado no final do século XIX até os dias de hoje.

A dúvida, no entanto, é lançada pelos rumos do capitalismo nos dias de hoje. O declínio pós-boom econômico e a resposta norte-americana para manter a hegemonia mundial desde as décadas de 60 e 70 seriam a expressão de um questionamento da hegemonia norte-americana. A hipótese lançada é a emergência de um novo centro de comando geoeconômico para Ásia, dinamizada pelo Japão, no sentido de substituir a hegemonia econômica americana.

Segundo Arrighi, como os ciclos de acumulação capitalista seguem uma ordem secular onde os períodos industriais e comerciais são precedentes de uma acumulação financeira posterior, onde a equação marxista D-M-D' (dinheiro-mercadoria-mais dinheiro) é substituída preferencialmente de tempos em tempos pela D-D' (dinheiro-mais dinheiro) já que as condições de retorno de investimento para o capital seriam mais bem compensadas se o capital privilegiar sua reprodução na esfera rentista.

Neste aspecto, a crise atual evidenciada no espetacular crescimento da esfera financeira globalizada apontaria a fase final deste ciclo de hegemonia americana expressando a decadência do modelo de acumulação centrado nos EUA que iniciou sua ascensão desde o final do Século XIX obtendo seu auge até o boom do pós-Segunda Guerra.

Cabe porém uma grande interrogação à hipótese de Arrighi: o sistema mundial de Estados, inclusive o papel da ONU e das demais organizações multilaterais precisam ser rediscutidos diante dos acontecimentos dos primeiros anos do século XXI. Os atentados terroristas ocorridos desde 11 de Setembro de 2001 e a fulminante resposta com a ocupação militar-política-econômica dos EUA no Afeganistão e no Iraque, fatos posteriores às teorias do suposto questionamento da hegemonia americana que surgiram na década de 90, baseadas na perspectiva da tripolaridade mundial, centrada na União Européia/Alemanha, Ásia/Japão e Estados Unidos, não apontariam ao contrário ? Que o americanismo imperialista não só não arrefeceu como ampliou seus mecanismos de hegemonia mundial nos últimos anos ? Esta é uma nova variável decisiva para analisar a nova agenda da política americana para ALCA e demais aspectos das relações internacionais no mundo pós-atentados terroristas.

Em relação aos ciclos longos da economia capitalista, Mandel advogava que a recessão generalizada ocorrida nos anos 74/75 encerraria a onda longa de crescimento do boom econômico do pós-guerra ancorado nas políticas anticíclicas keynesianas de estímulo ao crédito e à expansão monetária do *welfare state*, com reflexos na melhoria no padrão de vida de grande parte da classe trabalhadora européia e americana, alertando ao mesmo tempo em que a adoção de tais mecanismos anticrise estimulou em longo prazo, um desenvolvimento inflacionário, cujo reflexo estrutural seria a quebra da ancoragem do dólar ao ouro, moeda da maioria das transações internacionais, desvalorizando seu poder de compra real e estimulando a emissão do dólar sem lastro na economia material, o que teria obrigado a maioria dos governos imperialistas a aplicarem simultaneamente políticas antiinflacionárias apontando para a possibilidade de uma grande recessão mundial. O novo período de crescimento pós-boom econômico se

caracteriza por baixas taxas de crescimento médias em longo prazo que não teriam alcançado metade das taxas médias dos anos 50 e 60. (Mandel, 1990)

Edmilson Carvalho, professor da Universidade Católica de Salvador-BA, sugere que se tomarmos uma linha de tempo desde os anos 70 poderíamos verificar que “...a crise deixou de ser meramente cíclica para tornar-se sistêmica, universal e estrutural”: sistêmica, pois se insere nas leis gerais de necessidade de autodestruição recorrente das forças produtivas geradas pelo processo de super-produção; universal, pois tem origem nos principais centros do capitalismo mundial irradiando-se para toda a economia mundial e estrutural, devido a incapacidade das ondas de curto prazo em inverterem a tendência da curva declinante de longo prazo cuja duração aproxima-se dos 40 anos⁶.

Em extenso trabalho anterior, publicado no Brasil em 1982, com o título de “O Capitalismo Tardio”, Mandel desenvolve um profundo estudo sobre a fase capitalista de acumulação do pós-Segunda Guerra, que se diferencia entre outros elementos da chamada fase clássica do imperialismo do final do século XIX e início do século XX, pela exacerbação da concentração e centralização internacionais do capital jamais vistos na história. Assim, lança uma importante luz ressaltando que:

“[...]para esclarecer as tendências de desenvolvimento a longo prazo da centralização de capital e sua relação com o Estado capitalista tardio, é fundamental distinguir rigorosamente a internacionalização da realização de mais-valia (a venda de mercadorias), a internacionalização da produção de mais-valia (a produção de mercadorias), a internacionalização da compra da mercadoria força de trabalho (ou do mercado específico dessa mercadoria) e a internacionalização do controle do capital, que em última instância sempre se baseia na internacionalização da propriedade do capital”⁷

Mandel aponta indicativos importantes das tendências do processo de internacionalização da acumulação de capital em suas diversas esferas, afirmando que:

⁶ A crise de exaustão do capital. *Revista Outubro*. São Paulo, nº 9, p. 39-56, 2º semestre de 2003.

⁷ MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982.

“No passado, a internacionalização da produção de mais-valia na indústria de manufatureira, fora do setor das matérias-primas, era mínima. Hoje constitui o aspecto particular e realmente novo da internacionalização do capital. A maioria das grandes empresas agora despende capital constante e variável em muitos países da Terra, quer em sucursais sob seu controle direto, quer em associação com outras companhias, em empresas fundadas por companhias estrangeiras em países estrangeiros e posteriormente compradas, ou em grandes companhias multinacionais com as quais as empresas estrangeiras se entrelaçam [...]”⁸

Na década de 70 seria impossível prever todas as nuances dos desenlaces de tal processo de internacionalização do capital e seus impactos nas relações com o Estado nacional, como podemos caracterizar a partir da década de 90, ou seja, a necessidade do capitalismo de superar as fronteiras nacionais, não somente a partir do velho mecanismo de trocas desiguais entre matérias-primas e produtos manufaturados entre países industrializados e países semicoloniais, fundamentado na desigualdade de desenvolvimento tecnológico, mas na transnacionalização dos processos de produção, comercialização e gestão do capital em níveis internacionais coordenados por um planejamento de acumulação centralizado mundialmente, elemento base para o desenvolvimento da chamada globalização da economia.

O caso da corporação italiana Benetton é sempre emblemático cujo processo de planejamento e pesquisas, produção e vendas ocorrem em países distintos sob a lógica de descentralização: O escritório central da Itália possui umas três centenas de pessoas ligadas à administração central cujo papel são de um cérebro de comando do resto das atividades espalhadas pelo mundo, aqui se desenvolvem planejamentos de atividades de pesquisa de mercado; projeto de desenhos, cores e modelos; gestão de processos produtivos; análise financeira e contábil; controle e operação dos sistemas de redes de tratamento e transporte da informação, assim se planeja o produto, os processos de produção, os preços, as campanhas publicitárias, etc, ao passo que o processo de produção do produto físico é iniciado na Califórnia, empregando 800 pessoas, fabricando os tecidos de acordo com o planejamento anterior e onde são tingidos ou estampados os padrões da marca; já a terceira fase do processo em

⁸ Idem.

aproximadamente 450 oficinas, cujas relações de trabalho são as piores possíveis, empregando cerca de 25 mil pessoas, no Sudeste Asiático, onde são cortados e costurados os tecidos. Enfim, o processo de realização da mercadoria se completa distribuindo-se os produtos para cerca de 4.500 lojas padronizadas por 50 países por franquias, onde trabalham aproximadamente mais 40 mil pessoas.

Para o advento de novos mecanismos transnacionalizados de acumulação do capital foi decisivo o advento das novas tecnologias centradas na informática e no surgimento dos novos meios de comunicação, além da hegemonia do modelo de gestão de Estado, conhecido como neoliberalismo, cujo eixo ordenador foi a quebra do keynesianismo intervencionista na economia substituindo-o progressivamente por um modelo de economia aberta desregulamentada que favoreceu o crescimento dos Investimentos Externos Diretos (IED) e a redefinição das influências externas entre os países desenvolvidos, entre o início e o fim do século XX. Vejamos a tabela abaixo relativa ao estoque de IED:

Tabela 3

**Estoque de investimento estrangeiro dos principais países investidores
(em bilhões de dólares)**

	Estoque que entra de IDE		Estoque que sai de IDE	
	1980	1992	1980	1992
Alemanha	37	130	43	179
Austrália	13	80 ^b	2	29 ^b
Bélgica-Luxemburgo	7	57 ^c	6	46 ^c
Canadá	52	122	23	87 ^b
Estados Unidos	83	420	220	488
França	23	119 ^c	24	161 ^b
Itália	9	63 ^b	7	69 ^b
Japão	31	39 ^d	17	250 ^e
Noruega	3	8 ^e	1	12 ^e
Países Baixos	19	84 ^b	42	132 ^b
Reino Unido	63	173	81	221
Suécia	3	14	6	51
Suíça	9	33	21	74
TOTAL	352	1342	493	1799

Organização do autor. Fonte: Andreff (2000, p. 22)

b) 1991; c) 1989; d) 1986; e) 1990

Também foi decisivo para emergência do novo padrão global de acumulação transnacionalizado, o processo de reestruturação produtiva desenvolvido a partir dos diversos níveis de flexibilização da gestão da empresa e dos processos de produção, além da tendência à hegemonia do capital financeiro em escala planetária. Ricardo Antunes sintetiza seis traços que evidenciam a crise estrutural do capitalismo a partir dos anos 70:

1. Queda da taxa de lucro, dada entre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção;
2. O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção... dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava;
3. Hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção colocando-se o capital financeiro com um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;
4. A maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
5. A crise do *welfare state* e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;
6. Incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (Antunes, 2001).

Do ponto de vista formal poderíamos afirmar que a globalização da economia não é um processo novo, afinal a ruptura com o sistema medieval só ocorreu

mediante a ascensão do mercantilismo cuja característica central foi a acumulação primitiva do capital baseada na voracidade colonialista das potências européias expandindo rotas de mercado para os continentes asiático, africano e americano. O próprio Marx já assinalara a tendência à internacionalização do capitalismo no Manifesto Comunista com o advento da grande indústria manufatureira, há mais de 150 anos atrás:

“A indústria moderna estabeleceu o mercado mundial, para o qual a descoberta da América preparou terreno. Esse mercado deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação e à comunicação por terra. Esse desenvolvimento, por sua vez, reagiu à extensão da indústria; e na proporção que a indústria, o comércio, a navegação e as estradas de ferro se estendiam, na mesma proporção a burguesia se desenvolvia, aumentava seu capital e punha em plano secundário toda a classe legada pela Idade Média”⁹

No entanto, assinalar uma das características centrais que é a necessidade de reprodução do sistema do capital a partir do processo de expansão dos mercados à escala mundializada não significa abstrair as diversas mediações históricas por que passaram e continuam a passar as fases distintas de acumulação. Entender que o cerne da existência da acumulação e reprodução do capital dá-se a partir do trabalho assalariado e da apropriação da mais-valia, não significa desprezar as diversas mutações que sofreram e continuam sofrer os mecanismos de apropriação dos excedentes de produção que a classe dos grandes proprietários desenvolveu ao longo dos séculos para fazer vencer a concorrência e alimentar a roda anticíclica das crises recorrentes.

O próprio processo de geração de riqueza desde o padrão da grande indústria sofreu diversas mudanças, entre as quais podemos citar os métodos de gestão fordista e o taylorismo, no início do século XX, e a partir dos anos 80 do século XX, observamos transformações no processo de produção e gestão das empresas adotando-se cada vez mais o modelo de acumulação flexível com as terceirizações, a informatização e o uso dos círculos de qualidade. Todas essas mudanças não extinguiram a relação de trabalho assalariado como base da geração do valor para acumulação

⁹ ALMEIDA, Jorge; CANCELLI, Vitória (orgs.). *150 anos de Manifesto Comunista*. São Paulo: Xamã: Secretaria Nacional de Formação Política-PT, 1998.

capitalista, ao contrário, tais modificações são respostas do capital aos novos desafios para aumentar a produtividade do trabalho e garantir a reprodução do sistema.

François Chesnais, que como grande parte dos autores franceses denomina a globalização como “mundialização do capital” indica que a fase atual do capitalismo é caracterizada pela ascensão das finanças ao centro de decisões globais que marcaria um novo padrão de processo de acumulação capitalista:

“[...] a hipertrofia da esfera financeira se integra e contribui para o surgimento de uma nova configuração histórica do capitalismo mundial, devido à situação privilegiada e exorbitante que essa hipertrofia atribui aos “credores” – proprietários de ativos financeiros que têm invariavelmente um componente de capital fictício – de moldar, de forma decisiva, o conjunto do movimento. Porque é precisamente a favor deste que são tomadas as medidas de contínua redução das despesas sociais, de desregulamentação e de privatização dos serviços públicos, de marginalização econômica e social de uma fração crescente dos assalariados e dos jovens ainda sem trabalho, intimados a considerar ‘um privilégio’ a obtenção ou manutenção de um emprego.”¹⁰

No âmbito das relações internacionais podemos interpretar que há um processo histórico combinado de necessidade de expansão e internacionalização das relações capitalistas de produção, sendo tal processo marcado por períodos de crescimentos e crises, devido às características estruturais do modo de produção, e independente das interpretações mais precisas as quais podemos adotar sobre como se distinguem as melhores ênfases na interpretação de tais ciclos ou ondas, há desigualdades entre as necessidades de expansão do capitalismo, expressas nas relações que se estabelecem com a superestrutura política nacional, determinadas e mediadas pelas relações sociais e pelos conflitos gerados entre as nacionalidades diversas, refletindo também conflitos entre as classes e grupos sociais no âmbito doméstico e internacional, o que nos chama atenção para o primado da política desenvolvida pelo poder estatal como elemento propulsor da superação das crises econômicas

Assim pois, podemos lançar mão de nossa hipótese central inserindo o conceito de globalização em novas relações política-econômicas transnacionalizadas

¹⁰ CHESNAIS, François. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, François (coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 293.

que emergiram após o processo de boom econômico do pós-Guerra, ou seja, o Estado nacional que foi o vetor decisivo para expansão e consolidação do capitalismo, hoje, está sendo questionado pela emergência do supra-Estado. Porém, tal questionamento não pode perder de vista também outra mediação decisiva, a desigualdade de desenvolvimento entre as diversas nacionalidades, variável determinante para o estabelecimento das relações coloniais e semicoloniais no passado, faz resultar no período emergente de globalização novas relações de subordinação entre os países centrais e os países dependentes, no âmbito da edificação dos blocos econômicos regionais.

Portanto, discutir a crise do Estado nacional nos marcos dos países europeus e da emergência da União Européia, por exemplo, é discutir também os Estados nações e setores sociais que são dinamizadores da própria união continental, apesar das desigualdades nacionais não serem tão extremas como no caso do continente americano, cuja distinção entre os Estados Unidos e demais Estados nações é exacerbada diante da análise que podemos usar acerca da crise do Estado nacional latino-americano, com a emergência da Área de Livre Comércio das Américas-ALCA. Neste caso, há uma hegemonia dominante em níveis muito superiores a favor da economia norte-americana, apesar dos dois processos fazerem parte de uma mesma totalidade histórica dos últimos 30 anos.

Tabela 4
ASSIMETRIAS ECONÔMICAS NO CONTINENTE AMERICANO
PIB de 1998 em US\$ bilhões

Países	PIB	(%)
EUA	8.210,0	75,7
Brasil	778,3	7,2
Canadá	598,9	5,5
México	393,2	3,6
Argentina	334,4	3,1
Venezuela	105,8	1,0
Colômbia	91,1	0,8
Chile	78,0	0,7
Peru	64,1	0,6
Porto Rico	33,6	0,3
Outros Países	157,4	1,5
TOTAL	10.844,8	100,0

Fonte: L'Expansion – L'atlas de la croissance; jan/2000.

Um dos fenômenos político-econômicos indicativos da globalização como momento particular do desenvolvimento capitalista moderno é a formação dos blocos regionais da União Européia, do Nafta, Mercosul e ALCA, e demais sub-blocos regionais, que são parte do mesmo processo internacional de questionamento do Estado nacional moderno pelo capital transnacionalizado. O mesmo que antes foi decisivo para a consolidação do capitalismo e para hegemonia da burguesia enquanto classe dominante na sociedade, como bem indica Coggiola:

“A nação foi lentamente elaborada, entre os séculos XV e XVIII, graças uma aliança entre a potência política da monarquia (os Estados absolutistas) e o crescente poder econômico e social da burguesia, aliança que, pela sua própria dialética interna, se desdobrou, transformando-se num conflito, ao fim do qual a burguesia destruiu o Antigo Regime e se erigiu em nova classe dominante, dotando-se de um novo Estado, o Estado-nação”¹¹

Discutir a transnacionalização da acumulação de capital não significa afirmar a superação universal do Estado nacional. Se há uma dinâmica universal de formação de blocos regionais para possibilitar um novo período de acumulação capitalista sob um novo padrão de Estado, há porém as mediações históricas das desigualdades particulares de cada região e estados-nações nos marcos da totalidade.

As desigualdades são assinaladas justamente na diferenciação do papel que cumpre os países dependentes ou semicoloniais, e os países industrializados ou imperialistas no processo da globalização, até porque a expansão do capital para esfera transnacionalizada não se confunde com uma suposta desterritorialização, ao contrário, as grandes corporações multinacionais, os organismos multilareais, possuem sedes, endereços e proprietários com capacidade de mando e decisão que não estão localizados no chamando terceiro mundo, e isso se reflete na formação dos blocos regionais cuja dinâmica é dada pelas principais potências do planeta sendo os sub-blocos menores do tipo Mercosul e Comunidade Andina organizações multilaterais subordinadas aos blocos que determinam a vida política e econômica planetária, que por sua vez estão subordinados aos países hegemônicos de tais blocos.

¹¹ COGGIOLA, Osvaldo. *O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2002. p. 30.

c) Blocos regionais como resposta à crise do capital

A crise da sociedade contemporânea na conjuntura atual é a crise do sistema capitalista originada no processo de produção, e se evidencia globalmente na estagnação da economia mundial e nos reflexos dela decorrentes: a exemplo das taxas de desemprego; na crise dos Estados-nações com diferenciações entre Estados dominantes e dominados; na concentração econômica exacerbada; no crescimento descontrolado do capital rentista, concentrando na esfera financeira e especulativa cada vez mais os excedentes do capital em detrimento do processo produtivo; nas devastações ecológicas e humanitárias diversas como guerras, imigrações forçadas, problemas étnicos; na generalização de mecanismos de violências no cotidiano; no aumento da escalada terrorista como reflexo da hegemonia imperial americana, entre outros elementos de barbárie social e da degradação do planeta, cabe-nos discutir também que o capital e seus *policymakers* não assistem as fissuras de suas sociedades de forma atônita.

Os diversos fatores que emergem no cenário das relações internacionais desde o último quartel do Século XX fazem parte de uma totalidade globalizante que tenta responder às necessidades sistêmicas do capitalismo global em se reorganizar numa busca de um novo equilíbrio de forças sociais, na perspectiva de edificar uma nova ordem mundial que possa substituir o *establishment* de Yalta e Potsdam. Este processo de reordenamento é extremamente contraditório e conflitivo em potencial, pois é pautado pelas necessidades do capitalismo, e como bem afirma Mézaros:

“Independentemente das alegações da atual ‘globalização’, é impossível existir universalidade no mundo social sem igualdade substantiva. Evidentemente, portanto, o sistema do capital, em todas as suas formas concebíveis ou historicamente conhecidas, é totalmente incompatível com suas próprias projeções – ainda que distorcidas e estropiadas – de universalidade globalizante. E é enormemente mais incompatível com a única realização significativa da universalidade viável, capaz de harmonizar o desenvolvimento universal das forças produtivas com o desenvolvimento

abrangente das capacidades e potencialidades dos indivíduos sociais livremente associados, baseados em suas aspirações conscientemente perseguidas”¹²

As novas e fundantes variáveis da arena internacional não surgiram concomitantemente planejadas numa sala de maldades, mas há um reordenamento global em andamento que surge do seio da crise do capitalismo da década de 70. Um primeiro aspecto é de ordem política propriamente dita: é a hegemonia do neoliberalismo enquanto referencial teórico-político, iniciado a partir do início dos anos 80 na Inglaterra e nos EUA, generalizado na década de 90, cujo traço maior foi redefinir o perfil da relação do Estado com as políticas sociais protetoras do *Welfare*. Um segundo aspecto é a queda do bloco hegemônico pela URSS, que abre uma nova agenda entre os países desenvolvidos pela disputa da hegemonia global. Um terceiro aspecto está no âmbito mais econômico, com a busca por novos mecanismos de produção e gestão, envolvendo as novas tecnologias e a reestruturação produtiva mais ampla.

Como parte dos mecanismos políticos e econômicos em emergência desde os anos 70 e acelerados nas décadas de 80 e 90, há uma agenda dinamizada pelas potências hegemônicas no sentido da abertura das fronteiras nacionais para facilitar a livre circulação de mercadorias e capitais em escala global, movimento planetário materializado nos acordos regionais, consubstanciada na formação de zonas de livre-comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns, uniões econômicas e até política-institucionais entre países com poderes de soberania distintos. Analisaremos aqui rapidamente a formação e algumas características centrais da União Européia, do Mercosul e do Nafta.

A experiência européia antecede o modelo de integração econômica tendo em vista a necessidade de recuperação econômica depois da Segunda Guerra e o enfrentamento à alternativa comunista surgida com grande força em vários países como resultado da resistência ao nazifacismo, principalmente na França e Itália, e ao decisivo papel do Exército Vermelho na derrota do Eixo. O contexto era de desastre econômico e

¹² MÉSZAROS, István. *O Século XXI: socialismo ou barbárie ?* São Paulo: Boitempo, 2003, p. 17.

social em todos os aspectos. Como resultante da Segunda Guerra, os Estados Unidos e União Soviética saem do conflito vitoriosos e consolidados como potências determinantes para o novo arranjo de forças no cenário internacional. Assim, no terreno econômico, o Plano Marshall lança as bases para o que Frank R. Pfetsch chama de “fase de incubação” da unificação europeia que vai de 1945 até 1950, onde surge a Organização para Cooperação Econômica Europeia (OCEE), antecessora da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cujo objetivo era coordenar a reconstrução dos diferentes países beneficiários do Programa de Recuperação Europeia, lançado em 1947. Neste período, também são realizados os acordos internacionais de Bretton Woods, que criou o FMI e o Banco Mundial, e depois o Acordo Geral de Tarifa e Comércio (GATT), ambos hegemonizados pela política econômica e monetária norte-americana.

A “fase de fundação”, que vai de 1950 a 1957, foi o momento de acordos econômicos entre vários estados da Europa que delinearão algumas instituições coordenadas diretamente por estados europeus a partir de políticas que aproximaram interesses nacionais econômicos comuns, a exemplo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951, que teve como objetivo a constituição de um mercado comum para o carvão e o aço evitando tarifas aduaneiras e políticas de contingenciamento para impedir ações discriminatórias e subvenções nacionais, impedindo a prática do monopólio de modo a não gerar disputas comerciais entre os países signatários que foram a França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo (PFETSCH, 2001).

O BENELUX, Convenção assinada em 1948, por Bélgica, Holanda e Luxemburgo, é considerado o primeiro antecessor, no pós-guerra de iniciativas voluntárias entre países europeus visando à integração econômica, pois já estabelecia um território supranacional para a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas instaurando uma política econômica, financeira, fiscal e social coordenada, instituindo tarifas externas comuns e política comercial e cambial em relação a terceiros. Além de formar um Conselho Assessor Econômico e Social, o BENELUX formou uma Comissão

Interparlamentar e um Tribunal Arbitral que depois serviram de referência para constituição de instâncias da Comunidade Econômica Européia.

De 1958 até 1985 a integração européia passou por idas e vindas, com oscilações entre avanços e crises mediadas pelos interesses nacionais, pelos conflitos internos aos países e pelas disputas entre as principais potências. A França, particularmente no período do presidente De Gaulle (1958-1969) definiu uma política externa a qual partia da defesa da unidade de nações européias, mas de recusa a uma política de supranacionalidade que retirasse qualquer nível de soberania do Estado francês, havendo também por um bom tempo vetado que a Inglaterra participasse das negociações com o mesmo status dos 6 países originários.

Ainda assim, depois da CECA, foram firmados os tratados da Comunidade Européia do Átomo (EURATOM) e da Comunidade Econômica Européia (CEE), em 1957, na cidade de Roma, que ficaram conhecidos como os Tratados de Roma. O CECA, o EURATOM e a CEE formavam a Comunidade Européia. Depois, como parte dos avanços da Comunidade Econômica Européia foram criados o Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão Européia, o Tribunal Europeu de Justiça, a Comissão Econômica e Social e o Tribunal de Contas Europeu.

Em 1973, aderiram à Comunidade Européia a Inglaterra, a Dinamarca e a Irlanda, em 1981, aderiu a Grécia e em 1986, a Espanha e Portugal, ampliando as perspectivas de integração e ao mesmo tempo aumentando os conflitos internos. Por outro lado, a partir de 1974, o Parlamento Europeu passou a ter eleições diretas (antes os representantes eram eleitos nos parlamentos nacionais); o Conselho Europeu (formado por chefes de Estado e de governo) passou a ter mais dinamicidade de reuniões e deliberações, além de ter sido constituído o Sistema Monetário Europeu como substituto da então impossível união monetária, que serviu principalmente para coordenar a uniformização das políticas monetárias e econômicas nacionais.

A partir de 1986 foi dado um novo impulso em direção à União Européia com a adoção do Ato Único Europeu (AUE), passando a vigorar em 1987, sendo

considerado o antecessor do Tratado de Maastricht. Com AUE as instituições da Comunidade Européia ganham um fundamento jurídico e mais atribuições; primeiro, estabelecendo metas para um mercado comum até 1992; segundo, o Conselho de Ministros passou a decidir por maioria (antes era por consenso) e as competências da Comissão Européia e do Parlamento Europeu foram ampliadas, sendo criado também um Tribunal de Primeira Instância da Comunidade Européia, para julgar conflitos relativos ao mercado interno, vinculado ao Tribunal Europeu

O Tratado da União Européia, assinado em 1992, entrando em vigor em 1993, e que ficou conhecido como Tratado de Maastricht, de fato veio a consolidar os caminhos traçados pelo Ato Único, qual seja, a integração econômica, política e monetária continental que a partir daqui caminhou a passos largos nos seus objetivos, assentados em três pilares: das Comunidades Européias (CE), da política Externa e Segurança Comun (PESC) e da Cooperação em matéria de política interna e justiça, inovando assim em alguns aspectos como o estabelecimento da cidadania européia consagrando o direito de ir e vir dentro do território da Comunidade; é criada uma Comissão de Regiões para decisões sobre desenvolvimento regional; traçaram-se metas para adoção da moeda comum, que foi efetivada em 1999 nas transações bancárias e em 2001 na circulação geral da economia; foi projetado e depois constituído o Banco Central Europeu; foi inscrita também na agenda da União Européia uma política comum de defesa, além de outros artigos prevendo novas investidas de decisões para as já instituições existentes.

Apesar do surgimento de novos conflitos internos a vários países como na Dinamarca, onde a população rejeitou os acordos no primeiro referendo e na Alemanha, cujo Tribunal Federal Constitucional publicou um acórdão enfatizando a autoridade do Parlamento Federal nos procedimentos de transferência de soberania para órgãos comunitários, previstos nos Tratados de Maastricht, pouco a pouco o Tratado de Maastricht foi sendo referendado pelos países da Europa e, em 1995, houve a admissão da Suécia, Áustria e Finlândia, totalizando 15 países participantes da União. Em 2002, a

Comissão Européia abre as portas para os países do Leste, permitindo a adesão de mais 10 países. A partir de 2004, os aceitos são Lituânia, Letônia, Estônia, Polônia, Hungria, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Malta e Chipre. Bulgária e Romênia terão que esperar até 2007.

No início da formação da integração européia havia diretrizes visando estágios mais avançados para livre circulação de capitais. Ludwig Erhad, então ministro da Economia da Alemanha Federal de 1949 a 1963, advogava um projeto europeu global de liberalização das relações econômicas externas, onde a Alemanha deveria realizar parcerias comerciais com todos os países sem se contentar, porém, com o regionalismo, por amplo que seja, demonstrando conscientemente que os processos de integração regionais são parte de um reordenamento global da economia mundial, sustentando:

“Do meu ponto de vista fica claro porém que não me inclino a ver na Europa o fim último e absoluto da ordem econômica. Aqui distinguem-se a política econômica e a política exterior. Para mim, a integração é apenas uma etapa, visível a olho nu, na qual se deve buscar a superação de todas as restrições ao comércio internacional... Se tivermos a esperança de que nossos esforços pela integração econômica do continente sejam o primeiro passo para chegarmos igualmente, em tempo hábil, a formas políticas comuns, então o espírito que inspira a ordem econômica européia será determinante também de uma política comum”¹³

Os acordos multilaterais na América Latina também foram estimulados desde o pós-Guerra quando da criação da CEPAL, em 1948, no entanto as iniciativas para formação de uma zona de livre comércio no continente não foram muito adiante devido às crises políticas diversas. Em 1960, o Tratado de Montevideu, constituiu a ALALC, Associação Latino-Americana de Livre Comércio que ficou negociando listas de produtos comuns a serem comercializados anos e anos sem ter muitos avanços. Entre os anos 70 e 80 houve diversos golpes militares em países latino-americanos instaurando regimes que priorizaram diretrizes em políticas-econômicas não-integracionistas.

Em 1967, houve uma Conferência em Punta del Este dos chefes de Estado e Governos proclamando a constituição de um mercado comum latino-americano para

¹³ PFETSCH, Frank R. *A União Européia – História, instituições, processos*. Brasília, UNB: Imprensa Oficial. 2001, p. 37.

um prazo de 15 anos a partir de 1970, projeto que veio a falir, pois já no final da década de 60 houve um alinhamento dos países andinos por um lado, formando um sub-grupo regional com Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, através do acordo de Cartagena, em 1969, sendo que a Venezuela adere em 1973 e o Chile, após o golpe de Pinochet, se retira em 1976. Diante da impossibilidade de implementar a zona de livre comércio, em 1980, houve a negociação de um novo acordo em Montevideu substituindo a ALALC pela ALADI, com um caráter de área de acordos para preferências tarifárias e sem definições ou prazos para implementação de uma zona de livre comércio ou mercado comum.

A partir de 1990, a agenda política do Brasil e da Argentina é pautada pela hegemonia neoliberal com os governos Menem e Collor, assim foram reduzidos pela metade os prazos previstos no acordo no Tratado de Integração Cooperação e Desenvolvimento, de 1988, realizado pelos dois países que teria um prazo de 10 anos para o estabelecimento de um mercado comum, de imediato estabelecendo uma orientação homogeneizadora das políticas aduaneiras, comercial, agrícola, industrial, de transportes e comunicações.

É o início das negociações que levarão ao Mercosul, estas, disciplinadas pelo Tratado de Assunção, assinado em 1991, associando às negociações bilaterais o Paraguai e o Uruguai, tendo o Chile participado das negociações iniciais, mas logo depois se retirando. Na reunião de Outro Preto, em 1994, foi materializado um Protocolo que redefiniu a estrutura institucional do Mercosul reafirmando uma estrutura de tipo intergovernamental descartando um possível avanço em curto prazo rumo a supranacionalidade e adotando-se a Tarifa Externa Comum, com exceções de produtos a serem avaliados de forma progressiva até 2006 (ALMEIDA, 1998).

O Nafta – *North American Free Agreement* ou Acordo Norte Americano de Livre Comércio – foi antecedido por acordos bilaterais entre os Estados Unidos e o Canadá, quando já em 1987 foi assinado o Acordo de Livre Comércio entre os dois países, que entrou em vigor em janeiro de 1989. O Nafta entrou em vigor em janeiro de 1994, formando uma zona de livre comércio entre os EUA, Canadá e o México. O Tratado

de Livre Comércio entre os países da América do Norte, que contém 8 partes e 22 capítulos, trata de regras de origem, serviços e compras governamentais, investimentos, soluções de controvérsias, direitos de propriedade intelectual, entre outros temas, na realidade trata-se da primeira fase da nova estratégia hegemônica dos Estados Unidos da América para o continente americano, pois a Minuta do Acordo em elaboração para ALCA muito se assemelha aos pontos do acordo do Nafta.

A estratégia americana foi anunciada no governo de George Bush (pai) na denominada Iniciativa para as Américas, em junho de 1990, como parte da busca por um novo reordenamento geopolítico mundial, após a queda do Muro de Berlim, momento no qual lançou seu projeto para constituir uma zona de livre comércio hemisférica. No entanto, foi mais fácil constituir, no primeiro momento, o Nafta, apesar da crise da economia mexicana e das revoltas indígenas-camponesas em Chiapas, já no início da efetivação do acordo.

A contradição inerente aos três blocos, bem como aos demais acordos multilaterais visando a formação de blocos regionais, é a atual situação do capitalismo planetário cuja dinâmica atual busca superar sua situação de crise sistêmica, a partir de alternativas sob a égide do liberalismo econômico. Como consequência, observamos o desenvolvimento e fortalecimento nas últimas três décadas de instituições internacionais que se amparam nas teorias liberais das vantagens comparativas, como a Organização Mundial do Comércio-OMC, o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial-BIRD, cuja interferência na vida econômica, política e social dos países, particularmente dos países dependentes, é cada vez mais presente e evidente, como foi demonstrado ainda no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo último acordo com o FMI necessitou da concordância prévia dos principais concorrentes à sucessão presidencial, no ano de 2002.

A formação dos blocos econômicos, mesmo no caso da União Européia, que possui uma característica mais comunitária e supranacional, tem como essência superar as dificuldades do capital emergidas desde o último quartel do século XX, portanto, os

avanços em trocas comerciais não são associados à melhoria da qualidade de vida e ao bem estar da maioria das populações dos países envolvidos nos chamados processos e integração, principalmente nos países menos desenvolvidos. Segundo o próprio Banco Mundial¹⁴, há no mundo hoje 1 bilhão e 200 milhões de pessoas na categoria de extremamente pobres, ou seja, que vivem com menos de 1 dólar por dia, sendo que a renda média dos 20 países considerados mais ricos é 37 vezes maior do que os 20 países mais pobres, proporção que foi duplicada nos últimos 40 anos. A desigualdade social entre e dentro dos países também aumenta, quando em 2001, 25% da população do mundo receberam 75% da renda mundial e nos próprios EUA a renda dos 1% mais ricos cresceu 140% nos últimos 10 anos¹⁵.

O Mercosul tem como principal saldo o incremento comercial entre os países membros: foi “o aumento de comércio entre os quatro sócios, saltando de US\$ 3 bilhões para mais de 20 bilhões em menos de dez anos” (Lima, 2002, p. 170), sem considerar que “entre 1993 e 1998 houve uma entrada maciça de investimentos, mas apenas 15% desses dirigiram-se a novos empreendimentos, a maior parte foi atraída pela compra de estatais e ou empresas locais [...] e vale lembrar que 60% do comércio intra-zona é intra-empresas, o que vale dizer que a maior parte das médias empresas e a quase totalidade das pequenas empresa tem uma posição marginal nesse movimento comercial.”¹⁶ Já os indicadores sociais e trabalhistas caminharam no sentido inverso como indica o informe da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul:

“A PEA do Mercosul é de 94,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras; desse total 66,6 milhões estão ocupados, mas apenas 28,8 milhões têm uma relação formal de trabalho (contrato, benefícios sociais, etc), enquanto que 37 milhões trabalham por conta própria, estão sub-empregados, estão na economia informal ou têm que se submeter a empregos de má qualidade e sem cobertura de direitos trabalhistas básicos (como contrato formal, férias, 13º salário, previdência, verbas indenizatórias) para poder obter algum rendimento. Se somarmos a esses números os mais de 18 milhões de desempregados, teremos um quadro assustador – apenas 36% da população ativa do Mercosul dispõe de uma situação regulada de trabalho [...] a pobreza

¹⁴ Informe sobre el desarrollo mundial, 2003.

¹⁵ Informe sobre desenvolvimento humano. PNUB

¹⁶ Por outro Mercosul com empleo para todos. Publicación de la Coordinadora de Centrales Sindicales del cono Sur. II Época, Nº 1, enero, 2003

atinge mais de 70 milhões de habitantes do Mercosul [...] e a marginalização social tem sido agravada pelos sucessivos cortes de gastos públicos [...]”¹⁷

O problema do Mercosul tem mais a ver com as estratégias das políticas externas dos países sócios do que com as crises ou avanços relativos aos balanços comerciais, pois essencialmente os acordos de integração têm sido dinamizados pelos setores empresariais, particularmente os exportadores, a exemplo do empresariado do setor automotivo. Devido à política neoliberal adotada pelos sucessivos governos do Mercosul a localização que têm os países envolvidos na determinação das decisões globais não há como ter outro papel a não ser a de um bloco regional subordinado aos países determinantes da política e da economia mundiais, ou seja, EUA, União Européia e Japão, e ressaltando o contexto no qual estamos inseridos:

[...] não há como negar, uma determinada caracterização da ordem-política e econômica mundial dominante, com traços fortes e que são portanto, capazes de indicar algumas pistas ou regularidades. A globalização, por exemplo, deve-se aprofundar nos próximos dez anos, mesmo considerando que ela traz problemas e que os Estados Unidos são o seu principal beneficiário. Neste sentido também será ampliada a vantagem tecnológica e militar desse país durante um bom tempo.¹⁸

Com o Nafta os indicadores não são muitos diferentes, principalmente para o México, com maior circulação comercial acompanhada de crescimento dos problemas sociais. Segundo Germán de la Reza¹⁹ - Coordenador do Programa de Integração nas Américas na Universidade Autônoma Metropolitana do México - durante os primeiros quatro anos de vigência do acordo, o intercâmbio trilateral cresceu 43% e atualmente representa quase um terço das transações externas dos Estados Unidos. Dado que a liberalização é mais acentuada pelo lado mexicano, o Nafta favorece especialmente as exportações norte-americanas. Apesar disso a venda de veículos mexicanos cresceu de

¹⁷ Idem

¹⁸ LIMA, Marcos Costa. Mercosul: a frágil consistência de um bloco regional emergente e a necessidade de aprofundar a integração. In: DANTAS, Ivo (org.). *Processos de Integração Regional*. Curitiba: Juruá, 2002, p. 181.

¹⁹ Gazeta Mercantil (07.01.99)

US\$ 11 bilhões para US\$ 23 bilhões no período 1993-1996. Atualmente o México é um dos maiores exportadores do mundo do setor.

Numa reportagem feita por Marco Aurélio Weissheimer²⁰, foram apontados alguns indicadores do Nafta. Nove anos depois da vigência do acordo, as consequências são extremamente negativas para a população mexicana:

“... Mais da metade dela vive na pobreza e 19% na indigência. Nos anos de vigência do Nafta, a cesta básica de alimentos aumentou 560%, enquanto os salários cresceram apenas 136% [...] Empresas dos EUA fecharam e foram instalar-se no México, onde a mão-de-obra era mais barata e as leis trabalhistas mais flexíveis. Nos EUA, estima-se que pelo menos 766 mil postos de trabalho foram eliminados na indústria [...] Uma das novidades introduzidas pelo Nafta foi a instalação das chamadas “maquiladoras” no México, empresas imunes às leis trabalhistas [...] essas empresas são as que mais empregam mão-de-obra infantil no planeta, colocando o país como campeão mundial da categoria: 5 milhões de crianças menores de 14 anos estão trabalhando. Elas são as únicas empresas que, estatisticamente, trouxeram mais empregos. De 1999 à 2000, cresceram 13,4% e ocupam 1,3 milhão de pessoas. Essa indústria é hoje responsável por 47% do total das exportações mexicanas. Os salários, porém, encolheram após o Nafta. Em 1994, era em média US\$ 2,10 por hora na indústria manufatureira, caindo para US\$ 1,90 por hora em 1999. E apesar do trabalho informal ter aumentado, a renda individual caiu 40% em média, já que não é possível haver espaço nem mercado para tantos trabalhadores demitidos do trabalho formal [...] Nos anos 70, sem o Nafta, a economia mexicana cresceu em média 6,6% ao ano, enquanto nos anos 90, com o Nafta, seu crescimento foi de 3,1% ao ano. Examinando esse crescimento por habitante, nos anos 70 o produto per capita mexicano cresceu 3,4% em média por ano, enquanto nos anos 90 esse crescimento foi de apenas 1,3% ao ano [...] o Nafta representou uma crescente dependência das relações econômicas do México com os EUA. Antes do acordo, essas relações eram mais diversificadas com o resto do mundo. Após o Nafta, cerca de 74% das importações mexicanas vêm dos EUA e 89% das exportações são dirigidas a este país [...] atualmente 90% do intercâmbio comercial mexicano é feito com os Estados Unidos. As exportações mexicanas de produtos agropecuários aumentaram nos últimos anos, saltando de US\$ 3,2 bilhões, em 1993, para US\$ 6,2 bilhões, em 2001. No entanto, a importação de produtos agropecuários norte-americanos pelo México também subiu muito [...] Os produtores mexicanos, especialmente os pequenos e médios, não tiveram condições de enfrentar o poderoso sistema de subsídios que sustenta a agricultura norte-americana e a superioridade tecnológica dos seus vizinhos. A produção mexicana de arroz foi substituída pelas importações dos EUA, que representam hoje mais de 50% do consumo mexicano desse cereal. A batata, tradicional produto da pauta de exportações mexicana, foi barrada no mercado norte-americano, sob o pretexto de barreiras fito-sanitárias. Enquanto isso, a batata dos EUA invadiu o mercado mexicano”.

²⁰ Carta Maior (03.07.03)

Observamos neste final de século XX que o capital tenta superar uma das suas contradições fundamentais para acumulação, sendo a primeira, indissolúvel, é a realização de mais-valia no processo direto de produção e a relação entre capital-trabalho, baseado na relação de trabalho assalariado, a essência do sistema; a segunda é a expansão do processo de acumulação para além das fronteiras nacionais, onde para além da relação direta de acumulação se estabelece a relação de domínio de outras nacionalidades nas relações deterioradas de troca. Este domínio, apesar de ser antecedido de fato desde as primeiras relações mercantilistas coloniais, é substituído por relações neocoloniais do período imperialista, surgido do final do século XIX, sob a mediação do fortalecimento dos estados nacionais dominantes europeus e a subordinação dos estados nacionais terceiro-mundistas. Tal subordinação, expressa nas relações comerciais, no atraso tecnológico e mais recentemente no mecanismo da dívida externa, hoje se demonstra insuficiente para o estágio atual de globalização das relações capitalistas de produção.

A mediação da subordinação que era executada pela relativa soberania dos Estados-nações, ainda que fragilmente devido à herança histórica da colonização e da dependência, que inclusive em determinados momentos foi fator de conflitos, não somente surgiu no seio do proletariado dos países subdesenvolvidos, mas também entre setores nacional-desenvolvimentistas e nos países dominantes. Os exemplos do período de Perón, na Argentina, João Goulart, no Brasil, Nasser, no Egito, entre outros, tendem a ser substituídos pela política de integração comercial, com a formação das zonas de livre comércio e dos mercados comuns, nos blocos econômicos regionais hegemonzados pelas potências dominantes, sob a dinâmica dos interesses das mega-multinacionais.

Portanto, se até a emergência do período caracterizado como globalização, tínhamos a predominância de uma relação entre centro e periferia definida por dependência ou semicolonização, tínhamos por conseguinte uma relação de semi-soberania, cujo retrocesso se pauta pela crise do Estado nacional que não se abate da mesma forma entre os países independentes e dependentes. Agora, a relação de semi-

soberania tende a regredir para a perda de soberania completa, na medida em que os países ditos “emergentes” e, mais ainda, os mais pobres, estão perdendo sua capacidade de planejamento econômico autônomo, fato evidenciado nas modificações das legislações nacionais e na prioridade da pauta macroeconômica orientada para garantir estabilidade aos investidores externos.

Há dois níveis adotados pelo capital para superar a crise, um na produção propriamente dita, e outro, na superestrutura política. Esta dita supranacionalidade, é o regresso às relações políticas de subordinação global das nações, a exemplo do que já ocorreu com o Iraque e o Afeganistão. As ditas esferas da globalidade nada mais são do que a abolição das fronteiras para a livre circulação de mercadorias e capitais.

Mas o planeta ainda não possui um ordenamento político adequado à chamada globalização econômica, com uma estabilidade mais controlada, como foi no período da bipolaridade, pois a edificação da nova ordem enfrenta necessariamente focos, pólos e centros de resistência sociais, de nacionalidades e das novas gerações de jovens como são os movimentos antiglobalização, das etnias oprimidas, das classes trabalhadoras e até de setores das elites dominantes nacionais, com seus objetivos sendo justos ou não, que resistiram em algum grau, mínimo que seja, ao avassalador processo da edificação da nova ordem, como foi o Taleban, no Afeganistão; o governo de Sadan Hussein, no Iraque; ou mesmo Hugo Chavez, na Venezuela; os governos do Iran e da Coréia do Norte.

George Soros, que não pode ser acusado de não entender o sistema capitalista mundial, já encontrou há tempos sua tese para superação da crise do capitalismo. Baseado na sua experiência de especulador internacional, defende a chamada “sociedade aberta” global. Ele caracteriza que a economia está globalizada, mas o perigo para o capitalismo é que não há um sistema político coordenador global e este seria o motivo da instabilidade dos mercados iniciada no México e que depois se alastrou para o Sudeste Asiático, Rússia, Brasil e Argentina. Assim, afirma:

“O desenvolvimento da economia global não teve contrapartida no desenvolvimento da sociedade global. A unidade básica da vida social e política continua sendo o Estado-nação. [...] O sistema capitalista global está associado a uma variedade de regimes políticos. Inexiste uma sociedade global como contrapartida da economia global, e certamente, não há uma democracia global. As relações internacionais se baseiam no princípio da soberania nacional. As nações soberanas se norteiam por seus interesses nacionais. Os interesses dos Estados não coincidem necessariamente com os interesses dos próprios cidadãos, e é ainda menos provável que os estados se preocupem com os cidadãos de outros Estados. [...] A sociedade aberta representa um certo tipo de relacionamento entre o Estado e a sociedade, com importantes implicações também para as relações internacionais. O princípio básico é que a sociedade e o Estado não são idênticos; o Estado deve servir à sociedade e não domina-la [...] Ele não deve ser responsável por todas as decisões coletivas: algumas necessidades são melhor supridas mediante associações voluntárias; outras, por autoridades municipais; e ainda outras por entidades internacionais”²¹

O novo padrão de acumulação capitalista requer o máximo de liberdade de atuação dos investimentos e portanto solicita a transferência de poderes para instâncias internacionais, a exemplo do que já ocorre com a Organização Mundial do Comércio, cujas resoluções obrigam os países signatários a adotarem-nas sob pena de sanções comerciais autorizadas pelas instâncias deste órgão, submetendo cada vez mais as margens de decisões nacionais às questões residuais da política doméstica na nova esfera mundializada das relações internacionais.

²¹ SOROS, George. *A crise do capitalismo: as ameaças aos valores democráticos, as soluções para o capitalismo global*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 21 e 281.

II – A hegemonia norte-americana

a) As origens do domínio dos Estados Unidos da América

Discutir a compreensão do poderio dos Estados Unidos da América no mundo atual significa recorrer a fatores históricos que remontam aos séculos XVIII e XIX entendendo os significados do processo de expansão das 13 colônias britânicas para o oeste mexicano, bem como os saltos político e econômico que foram impulsionados a partir da Declaração de Independência em relação ao Império Britânico, em 1776, e posteriormente após a Guerra Civil, entre 1861 e 1865.

O desenvolvimento do imperialismo dos EUA no século XX está intrinsecamente associado à formação do Estado nacional da América do Norte, entre os séculos XVII e XVIII, cuja marca maior, além de um intensivo desenvolvimento econômico a partir da acumulação primitiva de capital oriunda do processo de colonização inglesa, foi a rápida ocupação territorial da costa leste a oeste combinando extermínio da população nativa pré-colombiana, compra de grandes extensões de território a partir de negociações com outras nações colonizadoras e, principalmente, conquistas e guerras visando mais e mais aquisições territoriais.

Em 1763, como resultado das guerras coloniais européias, a França cedeu à Inglaterra suas colônias localizadas a leste do Mississipi, incorporando novos territórios às 13 colônias, e situadas a oeste desse rio já ficavam as terras de posse espanhola. A guerra entre os colonos e o Império britânico durou de 1775 até 1783, quando finalmente a coroa inglesa reconheceu a soberania dos Estados Unidos. Os primeiros presidentes da república americana tiveram como estratégia de desenvolvimento a ocupação a todo custo dos territórios a oeste, assim em 1803 o território da União foi duplicado com a compra da Luisiânia à França. Entre 1810 e 1819 os EUA desencadearam uma guerra contra a Espanha para anexação da Flórida; em 1836, os texanos se autodeterminaram do México e se integraram a União em 1845. Em nova

guerra contra o México o governo americano incorporou como novos estados a Califórnia, em 1850 e o Oregon, em 1853.

O desenvolvimento econômico americano mesmo antes da Guerra de Secessão já apresentava índices extraordinários de crescimento baseado em crescentes produtividades, já que havia escassez de mão-de-obra e um fortalecimento do comércio interno. Em 1776, no território americano já se produzia o ferro gusa e em barra em quantidade maior do que toda a produção inglesa, no ano de 1800 a média do valor dos salários americanos era cerca de um terço mais alto do que os da Europa ocidental, e em 1830 os EUA já eram a sexta potência industrial do planeta. Em comparação com outros países da época, os EUA que só possuíam 40% da população da Rússia em 1860 e uma população urbana duas vezes superior, produzindo 830 mil toneladas de ferro contra 350 mil da Rússia, possuindo uma quilometragem de estradas de ferro 30 vezes maior que este país e três vezes maior que a da Grã-Bretanha.

Observando as tabelas abaixo, fica explícito que o crescimento industrial americano se revela numa proporção superior em relação à produção manufatureira mundial em comparação com outros países em processo de industrialização da época. A causa primeira foi a revolução industrial com as novas técnicas de mecanização alcançando os espantosos índices de produtividade, que foram obtidos entre 1750 e 1830, quando se iniciou na Inglaterra e depois se expandiu para outros países europeus e os Estados Unidos.

Tabela 5

Parcelas relativas da produção manufatureira mundial 1750-1900. Fonte: Kennedy, 1989, p. 148

	1750	1800	1830	1860	1880	1900
Toda Europa	23,2	28,1	34,2	53,2	61,3	62,0
Reino Unido	1,9	4,3	9,5	19,9	22,9	18,5
Império Habsburgo	2,9	3,2	3,2	4,2	4,4	4,7
França	4,0	4,2	5,2	7,9	7,8	6,8
Estados Alemães / Alemanha	2,9	3,5	3,5	4,9	8,5	13,2
Estados Italianos / Itália	2,4	2,5	2,3	2,5	2,5	2,5
Rússia	5,0	5,6	5,6	7,0	7,6	8,8
Estados Unidos	0,1	0,8	2,4	7,2	14,7	23,6
Japão	3,8	3,5	2,8	2,6	2,4	2,4
Terceiro Mundo	73,0	67,7	60,5	36,6	20,9	11,0
China	32,8	33,3	29,8	19,7	12,5	6,2
Índia / Paquistão	24,5	19,7	17,6	8,6	2,8	1,7

Tabela 6

Níveis *per capita* de industrialização 1750-1900
(relativo ao Reino Unido em 1900 = 100)

	1750	1800	1830	1860	1880	1900
Toda Europa	8	8	11	16	24	35
Reino Unido	10	16	25	64	87	[100]
Império Habsburgo	7	7	8	11	15	23
França	9	9	12	20	28	39
Estados Alemães / Alemanha	8	8	9	15	25	52
Estados Italianos / Itália	8	8	8	10	12	17
Rússia	6	6	7	8	10	15
Estados Unidos	4	9	14	21	38	69
Japão	7	7	7	7	9	12
Terceiro Mundo	7	6	6	4	3	2
China	8	6	6	4	4	3
Índia / Paquistão	7	6	6	3	2	1

Fonte: Kennedy, 1989, p. 148

A Guerra da Secessão foi a maior evidência na histórica americana do conflito entre as forças econômicas e sociais do período industrial modernizante, que emergia com uma força avassaladora contra os resquícios do passado colonial baseado na monocultura exportadora e escravista. Os próprios indicadores díspares entre as regiões Norte e Sul já eram incontestes com relação a superioridade propiciada pelo modelo de sociedade capitalista industrializante.

O Norte possuía uma população de aproximadamente 20 milhões de habitantes brancos contra 6 milhões do Sul, número que aumentava o poderio do exército ianque reforçado pelas imigrações massivas vindas da Europa e pelo reforço da população negra recrutada para os combates, assim, em torno de 2 milhões de homens serviram ao exército da União, ao passo que apenas 900 mil homens lutaram do lado da Confederação sulista. Em 1860, o Norte tinha 110 mil estabelecimentos industriais e o Sul, apenas 18 mil, o que foi decisivo para produção de ferro-gusa, sendo que somente o estado da Pensilvânia produziu 580 mil toneladas contra 36.700 toneladas de toda a produção sulista.

A economia nortista em progressiva onda de industrialização foi decisiva para a economia de guerra e a fabricação de armas. O Sul fabricava poucos fuzis e

dependia também de importações, enquanto que o Norte chegou a fabricar 1,7 milhões de unidades. O sistema ferroviário ianque atingia 33 mil quilômetros de extensão e o sulista apenas 14 mil. Outro poderio do Norte era o marítimo, em 1864, a marinha da União possuía cerca de 671 navios de guerra, sendo 236 a vapor, números muitos superiores aos do Sul (Kennedy, 1989).

A guerra trouxe as maiores perdas humanas dos Estados Unidos num conflito armado, onde morreram mais de 620 mil pessoas entre os dois lados, no entanto foi a vitória do Norte que possibilitou à grande nação consolidar sua dinâmica de país com os índices mais acelerados de desenvolvimento do século XIX, consolidando o Estado nacional que viria ser a grande potência do século XX.

O capitalismo industrial do Norte precisava proteger e ampliar o mercado interno liberando o crescimento das forças produtivas o que só seria possível com adoção da mão-de-obra assalariada no conjunto do país, ao contrário da base econômica do Sul que se apoiava numa economia exportadora com mão-de-obra escrava. A eleição de Abraham Lincoln, em 1860, foi o estopim de uma crise social que já estava entranhada com o choque entre dois modelos de desenvolvimento para o país que vinha se agravando nas décadas anteriores e que se expressava também nas disputas políticas.

Após a guerra civil, o governo central desencadeou uma ofensiva interna para terminar de controlar todos os territórios que estavam em posse dos povos indígenas, em sua maioria terras ricas em petróleo e outros recursos minerais que se tornaram alvo de exploração de grandes empresas em processo de expansão, desconsiderando os tratados anteriores firmados com as nações e expulsando os sobreviventes dos conflitos para reservas em terras inóspitas e sem valor.

O processo de ocupação das terras americanas foi completado no final do século XIX, sendo acompanhado de um intenso crescimento industrial e populacional. Entre 1870 e 1920, a população americana passou de 38 milhões para 108 milhões e o número de estados federados passou de 37 para 48. No final do século XIX o desenvolvimento industrial, a ocupação territorial, a fusão das estradas de ferro em grandes companhias e a formatação político-institucional nacionalizada havia

transformado um país agrícola numa sociedade industrializada e moderna, lançando as bases para a expansão imperialista no século XX.

O último quartel do século XIX marca uma redefinição histórica no capitalismo mundial, período cujas características concorrenciais do sistema vão sendo substituídas por monopólios, delineando o período da emergência da fase específica do capitalismo denominada de imperialismo.

Entre os anos de 1873 e 1895 a economia mundial é envolvida por uma fase depressiva, o que contribuiu para buscas de saídas que reordenaram o padrão de acumulação em escala internacional. A queda dos preços dos bens industriais e das matérias-primas foi acompanhada, junto com a queda das relações comerciais e dos níveis de empregabilidade, de um aumento geral da produção e dos níveis de investimento, gerando um aumento da concorrência e dos grupos econômicos, tendo como consequência: a adoção de medidas protecionistas na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos; um processo de concentração industrial em associação com o capital bancário aumentando a capacidade de investimento das empresas, assim grandes grupos passam a controlar a produção dos principais ramos da economia; o desenvolvimento técnico e científico visando o aumento da produtividade com o desenvolvimento de máquinas com novas tecnologias ligadas à eletricidade e ao setor químico; o processo de acirramento da concorrência levando a uma nova escalada expansionista neocolonial. Esse movimento geral da economia mundial gera um período de crescimento que supera o processo de depressão da economia, desencadeando uma fase de prosperidade entre os anos de 1890 e 1914.

Neste período, desenvolve-se um primeiro grande movimento internacional de interligação das economias centrais com algumas áreas periféricas do sistema e o crescimento das novas economias desenvolvidas que ameaçam a hegemonia britânica no mundo, a partir da Alemanha, Japão e Estados Unidos, delineando uma nova divisão geopolítica internacional entre as grandes potências capitalistas, centradas nas empresas monopolísticas manufatureiras, relegando à periferia do sistema a cumprir um papel de fornecedor de matérias primas aos núcleos centrais industrializados. A tabela abaixo

demonstra o quão foi acelerado o processo de crescimento das economias alemã e americana neste período:

Tabela 7

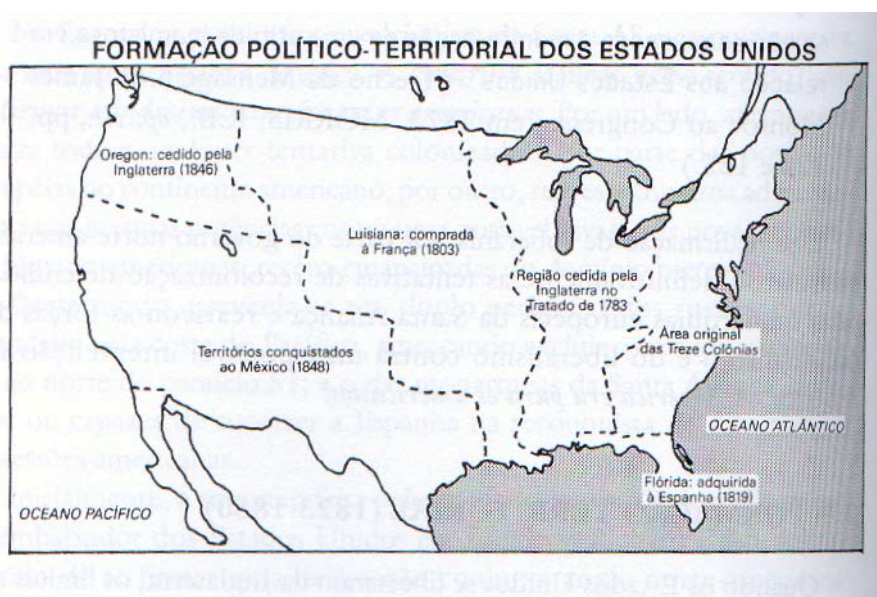
Capitalismo monopolista e expansão colonial 1870-1914

	Investimento externo (milhões de libras exterlinas)	Participação na produção industrial mundial (%)	Participação no comércio mundial (%)	Número de filiais de empresa nacionais no exterior	Evolução do salário real 1800 = 100
	1870 / 1914	1870 / 1913	1880 / 1913	até 1914	1913
Inglaterra	1006 – 4004	32 – 14	23 - 36	60	190
França	513 – 1766	10 – 6	11 – 7	--	160
Alemanha	Ins – 1376	13 – 16	10 – 12	--	160
EUA	Ins - 513	3 – 38	10 - 11	122	150

Organização do autor. Fonte: Ayerbe, 2002, p. 48

Como parte do movimento global de internacionalização da economia e de acirramento da concorrência entre as potências industriais, geraram-se as bases para a fase imperialista do capitalismo, na qual os Estados Unidos exacerbam sua estratégia de política externa para o domínio do continente latino-americano, além dos territórios que já haviam sido conquistados do México, equivalendo a uma área aproximada em 50% do território mexicano.

Mapa 1



O nascedouro da potência imperial é um processo concomitante de consolidação do Estado Nacional americano com as aspirações expansionistas hemisféricas. Para isso, as estratégias de Estado adotaram políticas que consolidaram a ocupação territorial a oeste, ultrapassando os maiores conflitos regionais internos. A partir da vitória do Norte na guerra civil, também dinamizou-se o processo de industrialização, o que fez aumentar ainda mais a produtividade do trabalho com as novas tecnologias e libertação da mão-de-obra escrava, além da ocupação e apropriação das riquezas naturais dos territórios indígenas.

As atenções americanas dirigidas para América Latina em seu conjunto, também foram marcadas por políticas diplomáticas que buscaram num primeiro momento afastar a influência e o domínio da Espanha, França e Inglaterra, ao mesmo tempo buscando estabelecer por meio de pressões comerciais, diplomáticas ou mesmo conflitos armados, sua hegemonia no continente. Já em 1823, o presidente americano James Monroe, enviou uma mensagem ao Congresso Americano que ficou conhecida como a “Doutrina Monroe” cujo lema central ficou conhecido como “*A América para os americanos*”. Tal mensagem comprometia os Estados Unidos a não intervir nos assuntos classificados como europeus ao passo que exigia o mesmo em relação ao comportamento europeu nos assuntos classificados como americanos, ou no seu modo de ver, norte-americanos. Assim, aponta a mensagem:

“Afirmamos, como um princípio em que os direitos e interesses dos Estados Unidos estão envolvidos, que os continentes americanos, pelo fato de terem assumido e de manter sua condição livre e independente, não devem ser considerados com sujeitos a futuras colonizações por parte de qualquer potência européia... consideraríamos qualquer tentativa de estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério com perigo para nossa paz e segurança.”²²

A Doutrina Monroe ao longo do tempo revela-se, na realidade, um fundamento geral para defesa dos interesses ianques na região. Em 1857, o presidente James Buchanan não deixa dúvidas quanto aos objetivos estratégicos do imperialismo

²² Presidente James Monroe, Sétima Mensagem Anual ao Congresso, 2 de dezembro de 1823. Dieterich, 1998, p. 202. Anexo Documental. In AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 51.

que se semeava naquele país, afirmando numa mensagem ao Congresso que “a *expansão dos Estados Unidos sobre o continente americano, desde o Ártico até a América do Sul, é o destino de nossa raça [...] e nada pode detê-la*” (JAKOBSEN e MARTINS, 2002), esta mensagem tem embasamento no chamado *destino manifesto*, ideologia dominante que justificava à época o processo expansionista, como bem indica Moniz Bandeira:

“O enriquecimento material dos Estados unidos exacerbou o seu expansionismo e a sua belicosidade. A tendência para o messianismo nacional, a idéia do povo eleito por Deus, que o judaísmo legou aos puritanos, atualizou-se, americanizou-se e assumiu o nome de *destino manifesto*. Um movimento, denominado Young América (Jovem América), que pretendia levar também à Europa a Democracia e a República, surgiu dentro do Partido Democrático e empolgou o país. Todas as doutrinas serviam para justificar a expansão econômica e política: predestinação geográfica, tarefa de regeneração, alargamento da área da liberdade, etc. O nacionalismo e o expansionismo beiravam, nos Estados Unidos, as raías do delírio.” (Bandeira, 1998, p. 87)

Nem todas as iniciativas americanas foram bem sucedidas, tendo em vista a existência ainda forte da influência inglesa no continente, principalmente na América do Sul. Também em vários países de colonização Espanhola houve um movimento independendista organizado principalmente pelos movimentos de Simon Bolívar e José Martí, inspirados na libertação das colônias norte-americanas do Império Britânico, o que marcou vários conflitos diplomáticos e comerciais posteriores entre países sul-americanos e os interesses ianques.

No interesse de estabelecer relações privilegiadas com os países latino-americanos e para escoar grande parte dos produtos no mercado exportador, o governo americano organizou entre outubro de 1889 e março de 1890, na cidade de Washington, a I Conferência Pan-Americana. O projeto americano era o de estabelecer uma União Aduaneira das Américas, um sistema de comunicações mais eficiente entre os portos do continente, um sistema uniforme de pesos e medidas, uma moeda comum, infraestrutura, arbitragem continental, entre outros objetivos.

A Conferência não foi totalmente exitosa, devido principalmente à postura das delegações do Chile e Argentina, que se enfrentaram com os interesses americanos,

sendo que o Brasil não aderiu totalmente aos planos norte-americanos. A partir do estabelecimento da República, em novembro de 1889, há uma redefinição da política externa brasileira no sentido da aproximação preferencial com os Estados Unidos em detrimento das potências européias. A I Conferência estabeleceu, no entanto, um Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, antecessora da União Pan-Americana e da Organização dos Estados Americanos-OEA. As Conferências posteriores ocorreram no México, em 1901, no Rio de Janeiro, em 1906, e em Buenos Aires, em 1910.

Cabe ressaltar que no espírito do *destino manifesto*, o Estado norte-americano em formação, representado em seus diversos governos, adotou em suas ações políticas expansionistas um caráter racista e um racionalismo economicista ao extremo, considerando tanto as nações indígenas como os povos latinos como inferiores e indignos de constituir civilizações independentes e autônomas, que pudessem negociar de igual para igual com as instituições americanas. Para atingir seus objetivos usou de todas as táticas políticas e ações belicistas que estiveram a sua disposição. John Quincy Adams, Secretário de Estado americano, no governo Monroe registrou em suas anotações que:

“O povo da América Latina é o mais ignorante, o mais fanático e o mais supersticioso de todos os católicos romanos da Cristandade [...] e tão absurdas seriam planos semelhantes para estabelecer democracia entre os pássaros, animais e peixes”²³

Em 1848, em polêmica no Congresso sobre qual política o governo americano deveria adotar diante do México, o Senador do partido *whig*, John Clarke, afirmou sobre o povo mexicano:

“Sem princípios fixos de governo – uma população degenerada, bem inferior à raça asteca em civilidade e carente de grandes homens, acostumada apenas a obedecer – a sua condição não pode, talvez, senão ser melhorada. Mas incorporar uma massa tão desarticulada e degenerada em uma participação, mesmo que limitadas, em nossos direitos sociais e políticos seria

²³ SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 21.

fatalmente destrutivo para as instituições de nosso país. Há uma pestilência moral ligada a este povo que é contagiosa – uma lepra que destruirá”²⁴

Também senador, o democrata John C. Calhoun, propondo resolução formal contra a anexação do México argumentava:

“Jamais foi nossa intenção incorporar à nossa União qualquer raça que não fosse a caucasiana – a raça branca livre. Incorporar o México seria o mesmo que incorporar uma raça índia, pois mais da metade dos mexicanos são índios, e a outra parte é composta principalmente por uma mistura de tribos. Protesto formalmente contra uma união feita dessa maneira ! O nosso, senhor, é o Governo de uma raça branca. Os maiores infortúnios da América espanhola remontam ao erro fatal de colocar estas raças de cor em pé de igualdade com a raça branca.”²⁵

Depois do desgaste humano e material da guerra civil os Estados Unidos não tinham forças políticas e ideológicas internas suficientes para desencadear de imediato um processo de expansão imperialista. Assim, entre os anos de 1868 e 1880, tanto nas plataformas republicana quanto democrata o tema da expansão externa não adquiriu muita importância, já que os esforços nacionais estavam voltados para reconstrução da economia e do Estado nacional.

Após a guerra civil, se considerarmos um largo espaço de tempo, houve um extraordinário crescimento econômico. A população dobrou de 35 para 70 milhões e o PNB triplicou. A produção de milho dobrou e a de trigo triplicou, as 35 milhas de trilhos de ferrovias, existentes em 1865, aumentaram para 242 mil milhas. A produção industrial expandiu de 2,3 milhões de cavalos-vapor instalados em 1869 para 10,1 milhões em 1899. A produção de carvão cresceu 800% e a de petróleo foi de 3 milhões para 55 milhões de barris entre 1865 a 1898.

No entanto, aos poucos, a nova dinâmica da realidade econômica capitalista do país desenvolveu uma disputa interna, de como dar vazão aos altos índices de produção que não eram consumidos pela população doméstica. Ao mesmo tempo foi observado pelos governantes americanos que o poderio externo britânico se baseava nas relações econômicas privilegiadas das metrópoles com as colônias e semicolônias, ou

²⁴ Idem, p. 51

²⁵ Idem, p. 52.

seja, mesmo os países que conseguiram sua independência se relacionavam comercialmente, de preferência, com as grandes metrópoles européias. E diante dos ciclos de crescimento e de recessão que marcaram a economia americana no último quartel do século XIX, ganhou um certo peso a visão dos que propunham a busca por novos mercados para criar demandas aos períodos de superprodução.

Esta lógica lançou as atenções para a América Latina, já que o comércio externo com o continente latino não havia crescido tanto quanto os indicadores internos, os níveis em valores da moeda da época permaneceram estáveis na casa dos \$ 100 milhões/ano, entre os anos de 1865 a 1896, ao passo que as importações mais que dobraram, principalmente devido ao consumo de café e açúcar que aumentou seis vezes durante os anos de 1865 a 1897. A Grã-Bretanha era o principal competidor vindo da Europa no mercado latino-americano, sendo que os comerciantes britânicos controlavam mais de um terço do comércio mundial de manufaturas e os EUA apenas 4%, em 1880, e 50% do comércio latino-americano era feito com os ingleses. A marinha mercante também era a maior do mundo sendo quatro vezes maior que a americana, e além do domínio dos portos da América Latina, os britânicos controlavam a maioria dos serviços de créditos bancários. A busca por expandir as relações comerciais também passava por enfrentar o poderio britânico. Neste contexto são forjadas a nova mentalidade e estratégia imperialistas, a geopolítica do continente começava a ser reordenada.

O Estado nacional americano já nasce e se consolida com um perfil imperialista, uma vez que a expansão para a região oeste marca todo o período de formação do território ianque. O final do século XIX se caracteriza por uma segunda fase imperialista que é a disputa pela hegemonia comercial e por novos territórios, tanto na América Latina quanto na Ásia. A guerra contra Espanha pelo controle de Cuba e das Filipinas, em 1898, daria o tom da voracidade do imperialismo em expansão.

A política dos americanos combinou o estímulo à independência das metrópoles européias com um processo de ocupação e anexação territorial de países envolvidos em processos de libertação, ou seja, o fetiche da expansão da liberdade e autonomia republicanas era apenas um pretexto para enfraquecer os maiores inimigos

europeus e em seguida dominar os povos com menores capacidades militares. Assim, os EUA apoiaram o movimento de libertação de Cuba em relação à Espanha, em 1898, e em 1902 Cuba foi declarada como protetorado americano, situação que perdurou juridicamente até 1934 e formalmente até 1959, quando a expulsão dos americanos só foi resolvida com a Revolução que depôs o ditador Fulgêncio Batista, cujo regime assassinou mais de 20 mil cubanos.

Em relação às Filipinas e Guam deu-se o mesmo, os Estados Unidos destruíram a frota espanhola e ocuparam a capital Manila com o apoio das organizações políticas de oposição filipinas, no entanto, a partir daí, o país tornou-se uma colônia americana. Em 1899, teve início um processo de resistência nacional aos americanos, mas este foi derrotado com a ocupação de 70 mil soldados. A Espanha recebeu uma indenização pela perda da colônia e os filipinos, entre os anos de 1899 e 1911, tiveram mais de 500 mil mortos na luta pela independência, que só foi alcançada formalmente depois da Segunda Guerra mundial. Washington manteve ainda suas duas maiores bases militares no exterior neste país até 1991, quando foi retirada uma delas e, em 1992, desmontada a última. Já o arquipélago de Guam, entre outras ilhas como as de Wake, Palmira e Kingman, que fizeram parte do mesmo Tratado depois do fim da guerra entre EUA e Espanha, tornou-se território anexado e serve de base militar aos americanos até hoje sendo um enclave geoestratégico para as operações militares americanas no continente asiático.

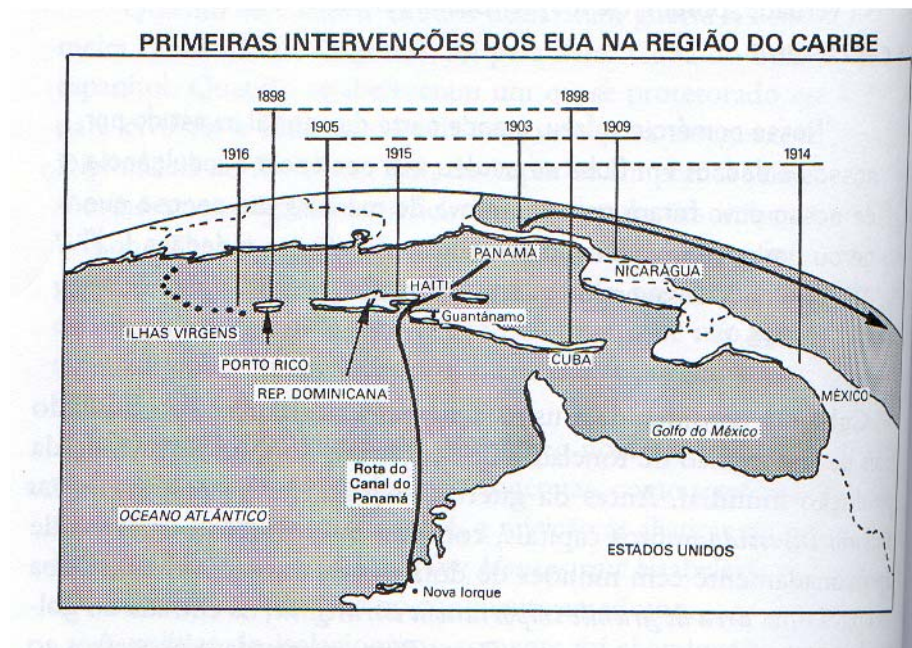
Outra operação estratégica para os interesses americanos na América Latina foi a construção e o controle do Canal do Panamá, que foi consolidado com o próprio processo de criação do Estado panamenho, em 1903, cujo território até então pertencia à Colômbia. Os Estados Unidos que já tinham comprado os direitos de uma companhia francesa para construção e administração do canal em 1902, passaram a partir daí a estimular e apoiar os conflitos internos, até a assinatura de um acordo de exploração perpétua do canal, o qual só foi revisto no ano de 1977 por outro acordo que estabeleceu os direitos americanos até o ano 2000, fruto das pressões do então presidente Torrijos.

A zona do canal gerou lucros incalculáveis, pois além de diminuir enormemente os custos de navegação entre o Atlântico e o Pacífico, também gerou divisas a partir dos pedágios de navegação de outros países. Além disso, os Estados Unidos instalaram duas bases militares na região que se tornaram um centro de comando americano para treinamentos e operações militares em diversos países na região, como ocorreu na Nicarágua, em 1979, contra a revolução sandinista e no próprio Panamá em 1989, contra o ex-aliado americano, o General Manuel Noriega, mobilizando mais de 26 mil soldados americanos e resultando em milhares de mortes civis.

Também, em 1915, após um longo período de crises internas na Ilha do Haiti, os Estados Unidos ocupam militarmente o país e, um ano depois, invadem também o lado oriental, a República Dominicana. Houve uma forte resistência no Haiti, mas os *marines* venceram e transformaram o país numa colônia até 1934. Posteriormente, as tropas americanas saíram do país, mas o governo imperialista interviria na política interna até 1957, quando assumiu a presidência François Duvalier, apoiado pelo exército e pelos Estados Unidos. Em 1964 Duvalier, conhecido como Papa Doc se declara presidente vitalício e em 1971 seu filho, Jean Duvalier, herdou a presidência e aprofundou ainda mais a repressão, onde até 1985 estima-se que mais de 40 mil pessoas foram assassinadas.

A República Dominicana tornou-se um protetorado até 1924, quando depois assume um ditador apoiado pelos EUA que governou até 1961; entre este ano e 1965 houve muitos movimentos de resistência, quando uma insurreição popular foi esmagada por 35 mil invasores do exército ianque. Desde então estes dois países, situados na mesma ilha, enfrentaram diversas crises políticas sempre enfrentando a presença direta ou indireta do poder imperialista.

Mapa 2



Fonte: Aquino, 2002, p. 346

Wolfgang Dopcke sintetiza bem o período do final do século XIX e início do século XX cuja estratégia imperialista americana combinou intervenções, ocupações e anexações com relações comerciais e diplomáticas, tendo como horizonte a garantia da hegemonia no continente latino-americano, que de fato foi alcançada e consolidada, principalmente depois da Segunda Guerra mundial:

“Começando com a guerra contra a Espanha, os Estados Unidos gradativamente se afastaram da sua tradição de isolacionismo e chegaram a exercer uma política mais afirmativa, especialmente no Caribe e no Pacífico. A política exterior de Theodore Roosevelt , que presidiu os Estados Unidos entre 1901 e 1909, orientou-se pelo lema *Speak softly and carry a big stick* (fale suavemente e carregue um grande porrete), que simbolizou a nova política [...] o imperialismo agia em três frentes. A política da América Central tinha como objetivo a criação de um ‘Mediterrâneo americano’ [...] Na América do Sul, os Estados Unidos encontravam-se em concorrência, principalmente econômica, com a Grã-Bretanha, cujo imperialismo econômico-financeiro ainda liderava no subcontinente. Os Estados Unidos não recuaram, intervindo na política interna dos Estados Latino-americanos sempre que os interesses americanos eram ameaçados (Chile, 1891; Brasil, 1893-1894; Venezuela, 1895-1896, etc) [...] A terceira esfera da presença do imperialismo americano encontrava-se na Ásia Oriental e no Pacífico [...] onde viam as suas posses coloniais na Ásia mais como um trampolim para o mercado chinês...”²⁶

²⁶ DOPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In SARAIVA, José Flávio Sombra (org). *Relações Internacionais - dois Séculos de História: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: IBRI, 2001. p. 142

No início do século XX o cenário político global era ainda marcado pela preponderância européia, sendo cada vez mais cruzada por conflitos internos resultantes da nova concorrência colonialista desde o final do século XIX, o que elevou as tensões até a eclosão da I Guerra Mundial em 1914 que durou até 1918. Mas já a partir de 1907 formaram-se dois blocos rivais, a Tríplice Aliança, que unia a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália (que depois rompeu com o bloco), e seus aliados Bulgária e Turquia de um lado, e do outro, a Tríplice *Entente*, envolvendo a França, a Rússia e a Inglaterra, que teve adesão dos Estados Unidos, em 1917, três anos depois da eclosão da guerra.

A política americana no início da I Guerra foi de não alinhamento militar com nenhum dos blocos, no entanto, se beneficiava das exportações e empréstimos favorecendo os ingleses e franceses. A exportação de munições aos aliados ampliou-se de 40 milhões em 1914 para 1,9 bilhões de dólares em 1916. Não havia uma estratégia americana em se envolver diretamente no conflito, no entanto, a política alemã de guerra submarina ameaçou o comércio marítimo norte-americano e ocasionou perdas humanas e de embarcações. Em 3 de fevereiro, o presidente Wilson declarou o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha devido ao comunicado deste país em tornar irrestrita a campanha submarina; neste mesmo mês o governo britânico intercepta um telegrama do Ministro das Relações Exteriores da Alemanha propondo uma aliança com o México em troca dos territórios do Texas, Novo México e Arizona.

Outro aspecto decisivo foi o volume de investimentos e empréstimos que haviam sido feitos aos ingleses e franceses, que estavam ameaçados com a possibilidade de derrota da Tríplice Aliança; assim, em abril de 1917, o Congresso Americano aprova a solicitação de declaração de guerra à Alemanha feita pelo presidente e até o final deste ano foram enviados 365 mil soldados para França e no ano seguinte mais 1.750.000, além de todo o potencial naval e bélico, sendo decisivo para vitória contra a Alemanha, que capitulou em novembro de 1918.

Após a I Guerra, os Estados Unidos, que não tinham sido atingidos diretamente em seu território com as conseqüências da guerra, saem dos processos de negociação e do cenário anterior fortalecidos como nova potência mundial. Desde então,

desenvolvem políticas protecionistas voltadas ao mercado interno que são decisivas para mais um impressionante crescimento econômico, atingindo índices extraordinários de produtividade e desenvolvimento de novos ramos de consumo. Além disso, a economia americana já estava realizando aumentos de exportação aos países europeus atingidos pela guerra.

Entre 1919 e 1929 verificou-se um aumento de 64% na produção fabril baseados nas novas formas *tayloristas* dos processos produtivos e vários setores da economia multiplicaram sua expansão. Assim, ocorreu com a construção civil, que passou de 400 mil moradias, em 1919, para 935 mil em 1925; a indústria automobilística, que, em 1921, produzia 10 milhões de automóveis e, em 1928, chegou a 23 milhões, tornando-se um dos principais ramos econômicos, absorvendo grande parte da mão-de-obra e de novos insumos de produção; houve também o surgimento das indústrias cinematográfica e radiofônica, além da indústria aeronáutica e eletrodoméstica.

Neste período também crescem as ideologias nacionalistas e racistas no território americano com as limitações à imigração e ao aumento da discriminação aos estrangeiros, aos negros e às organizações e personalidades de esquerda e lideranças sindicais. Alguns comportamentos semifascistas que se desenvolveram na América do Norte são inclusive sistematizados institucionalmente com cotas reduzidas para imigrantes, novas legislações educacionais e julgamentos manipulados por perseguições políticas e raciais, eleições influenciadas por organizações fascistas ilegais como a *Ku Klux Klan*, que tinha apoio em várias cidades americanas, inclusive de autoridades governamentais e jurídicas.

O enorme crescimento do período anterior gerou um processo de superprodução e utilização desenfreada do crédito para consumo, gerando as bases para a Crise da Bolsa de Nova York, em 1929. A partir de então, a crise da economia americana afeta todo o mercado mundial levando-o a bancarrota e agravando os conflitos sociais. Nos Estados Unidos o desemprego salta de 3 milhões em 1930 para 14 milhões em 1933 causando greves e manifestações. O Partido Democrata, que tinha

perdido a hegemonia desde 1921, retorna ao poder com uma plataforma para salvar o capitalismo a partir de uma forte intervenção do Estado na economia. Roosevelt governa o país entre 1933 e 1945. No lastro da crise de 29, os países europeus retomam seus conflitos internos com o crescimento do nazifascismo preparando o terreno para a II Guerra Mundial.

O final da Segunda Guerra Mundial produziu pela primeira vez na história moderna um sistema mundial de Estados que não tinha como centro decisório o ordenamento europeu ocidental. A ordem edificada pelos principais vencedores, Estados Unidos e União Soviética, tiveram como símbolo do novo ordenamento as Conferências de Yalta (em fevereiro de 1945) e Potsdam (em julho de 1945) cujo novo mapa *mundi* das áreas de influências seria traçado à luz das grandes potências. Aqui também nascia o conceito de superpotência, já que o período anterior teria sido marcado pelo multilateralismo conflitivo em busca da hegemonia das potências capitalistas do velho continente.

No primeiro momento, prevaleceu o consenso para a divisão do espólio da guerra, mas depois foram crescendo as dissensões entre as duas áreas de influência, já que se baseavam também em sistemas econômicos distintos. A Doutrina Truman, em 1947, foi a primeira manifestação organizada institucionalmente como apelo ao mundo ocidental para uma cruzada anticomunista. A tradução econômica da mensagem de Truman ao Congresso americano foi o Plano Marshall, o plano econômico de recuperação européia, instrumento fundamental para enfrentar a crise de desemprego e o crescimento das organizações de esquerda na Europa. Antes porém, na Conferência de Bretton-Woods, em 1944, haviam sido criadas as duas principais instituições que iriam instrumentalizar na esfera econômica e financeira o novo poderio da superpotência capitalista, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, incluindo aí o padrão dólar para as transações comerciais internacionais.

Do ponto de vista militar também formou-se um cinturão contra o bloco do Leste liderado pelos Estados Unidos com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em abril de 1949, agrupando 12 países ocidentais sob a estratégia de se

defender das possíveis agressões comunistas. O clima anti-soviético também se traduziu em iniciativas domésticas com a Lei de Segurança Nacional, a criação do Departamento de Defesa, da CIA e do Conselho de Segurança Nacional que na década de 50 se traduziu nas campanhas públicas de perseguições, prisões e julgamentos como traidores nacionais de artistas, intelectuais e lideranças sindicais que eram identificados com posições socialistas dentro do território americano.

Do lado soviético também houve iniciativas, ainda com anos de atraso, no sentido de enfrentar o poder americano, isto devido às enormes perdas sofridas pelo país na guerra com a morte de 20 milhões de pessoas e prejuízos econômicos incalculáveis; a forma encontrada para se levantar da crise foram as reparações de guerra, principalmente da extração de riquezas da Alemanha, e os esperados empréstimos americanos que nunca chegaram. Stálin reorientou sua estratégia com o controle direto dos países do Leste e para isso criou o Kominform, um bureau político que controlava nove partidos comunistas de toda a Europa. Também fundou o instrumento militar, o Pacto de Varsóvia para instrumentalizar militarmente a cortina de ferro e não poupou interferências diretas nos países alinhados que aspiravam a alguma autonomia, como a Iugoslávia de Tito, e as invasões militares na Polônia, Hungria e Tchecoslováquia, além da divisão de Berlim com a construção do Muro. Neste período também entrou na corrida armamentista com os Estados Unidos duplicando seu exército de 3 milhões para 6 milhões de soldados e construindo a bomba atômica em 1949.

O novo conflito denominado de Guerra Fria estendeu suas áreas de domínio e influência para o restante do globo, se refletindo em missões secretas de espionagens, intervenções militares, relações econômicas, etc. A Ásia, a África, a América Latina foram palco constantes de conflitos diretos e indiretos envolvendo as duas superpotências, as mais emblemáticas foram a disputa da China após o final da guerra e a expulsão do Japão e a Guerra da Coreia.

Alguns fatores, no entanto, contribuíram para que a bipolaridade também fosse marcada por dissidências e crises dentro de cada bloco, como a emergência da China como potência asiática que saiu da esfera de domínio direto soviética, a re-

emergência das potências ocidentais européias que começaram a ter um papel mais ativo, tomando iniciativas de integrações a partir da formação da Comunidade Econômica Européia, entre outros fatores que pesaram para que o conflito bipolar evoluísse mais para um perfil de coexistência pacífica, principalmente a partir da década de 60, quando os conflitos surgiam e os alinhamentos vinham a partir da opção da busca das lideranças das partes nacionais envolvidas, em procurar uma das superpotências como apoio para enfrentar novas opções de desenvolvimento diferenciadas, como inicialmente ocorreu com Cuba, Vietnã e Irã.

O *stabilshment* internacional oriundo da Segunda Guerra, que tinha como instituição política maior a Organização das Nações Unidas para equilibrar as negociações entre as grandes potências globais representadas principalmente nos assentos permanentes do Conselho de Segurança, ainda que tenha sofrido abalos anteriores manteve sua hierarquia até 89 quando da queda do Muro de Berlim, e depois com o desmoronamento da União Soviética e dos regimes do Leste um a um, os alinhados com o bloco do Leste que não caíram passaram por mudanças impulsionadas pelos seus próprios governantes a ponto de se transformarem em economias capitalistas como foi o caso da China.

b) A política externa brasileira diante dos EUA: da bilateralidade dependente à hegemonia de um bloco subordinado

A política externa brasileira enquanto Estado nacional independente relaciona-se ao perfil histórico da construção e consolidação da nação, suas instituições e os projetos das classes dominantes nos diversos momentos decisivos políticos nacionais que, regra geral, sempre se chocaram com os interesses das amplas camadas populares. Assim, teve início logo com o processo de Independência do Reino de Portugal, herança de um golpe de D. Pedro I, para evitar que os movimentos republicanos não só libertassem o Brasil de Portugal, mas levassem os independentistas mais liberais a se aproximarem das aspirações dos mais pobres, explorados e escravos, sob influência dos ventos da revolução francesa, de 1789, da revolução americana de 1776, e dos movimentos de independência das nações hispano-americanas.

Após a revolução constitucionalista de Portugal, em 1820, e diversas crises internas, como a Revolução Pernambucana de 1817, D. Pedro I declara a Independência do Brasil, mas logo abafa as aspirações constitucionalistas domésticas quando dissolve a Assembléia Constituinte e prioriza a busca do reconhecimento do novo reinado com as nações dominantes, primeiro ato político das relações exteriores. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Bonifácio, inicia uma estratégia de reconhecimento político da independência com a Inglaterra, França, Áustria e Estados Unidos.

Os Estados Unidos reconheceram a Independência do Brasil, porém não tomaram todas as providências de relacionamentos oficiais até que o Brasil de fato conseguisse o reconhecimento da Inglaterra assumindo com este país a dívida que Portugal tinha de 2 milhões de libras esterlinas, já que suspeitava das possibilidades de recuo da parte de D. Pedro I que sequer conseguia apoio interno. A república americana não concordava também com um reinado destoando do conjunto do continente que recém construía aspirações republicanas contra as potências européias, mas os interesses comerciais dos Estados Unidos e as necessidades políticas brasileira fizeram aproximar os dois países apesar de não confluírem para qualquer aliança estratégica. No

entanto, a Doutrina Monroe anunciava as intenções expansionistas americanas no continente o que geraria vários incidentes no futuro entre os dois países.

A contradição fundamental entre a relação do Brasil e os Estados Unidos durante o Primeiro Reinado está no significado das forças políticas que ascenderam ao poder nestes dois países após os respectivos processos de independência nacional. O movimento de libertação americana foi essencialmente republicano e revolucionário e libertou o país do jugo colonial britânico após vários enfrentamentos armados gerando um sentido de unidade nacional e preparando o país para um desenvolvimento independente. Já com o Brasil foi o contrário, a independência foi uma reação aos movimentos republicanos revolucionários e a consolidação do Império brasileiro significou o esmagamento dos setores mais progressistas da sociedade da época, como ocorreu com a Confederação do Equador, em 1824. Como bem indica Moniz Bandeira:

“A violência e o terror da contra-revolução compõem a história e constituem o conteúdo do primeiro Reinado. Os seus dirigentes jamais esconderam, por isso mesmo, a ambivalência com que olhavam os Estados Unidos, cuja imagem representava, objetivamente, uma força revolucionária. Os ideais democráticos apresentavam-se sob o manto do americanismo, espécie de nacionalismo continental, cuja bússola, no Brasil, apontava para o Norte, para os Estados Unidos, com a sua exuberância de progresso. Ali estava a materialização da Doutrina de Rousseau e Montesquieu, o exemplo concreto da viabilidade da Federação e da República” (Bandeira, 1998, p. 69)

A queda de D. Pedro I, em 1831, e principalmente após sua morte, em 1834, desencadeou novas crises políticas, pelos rumos do país, mesmo depois do Golpe da Maioridade, em 1840. A propaganda interna e o apoio ao modelo americano cresceram neste período, inclusive com o envolvimento de autoridades americanas em algumas insurreições. Em 1834, foi apresentado um projeto, que não chegou a ser votado, por oito deputados brasileiros, de formação de uma Federação entre Estados Unidos e Brasil. A revolução farroupilha no sul do país (1835-1845) e a proclamação da República da Bahia, em 1837, contaram com o apoio dos Cônsules americanos destas províncias. Houve também uma enxurrada de publicações americanas traduzidas no Brasil como forma de alimentar os movimentos republicanos, a exemplo, da obra *O*

Federalista, com artigos de Hamilton, Madison e Jay, e outros livros com autores clandestinos.

Os interesses americanos também não eram movidos por amor à causa republicana, a revolução burguesa do Norte, traria para as relações entre Estados Unidos e demais países latino-americanos as oportunidades de novas relações comerciais e a possibilidade de enfrentar as potências colonialistas européias. Houve portanto com o Brasil um aumento considerável do comércio exterior e uma competição crescente com as atividades da Inglaterra e Portugal. As oligarquias agrárias brasileiras também se beneficiaram desta relação, tendo inclusive, entre as décadas de 1840 e 1850, duplicado a balança comercial favorável ao Brasil.

Entre o período de 1844 e 1876 o Brasil adotaria uma política externa com uma postura mais afirmativa envolvendo metas e presença regional, marcada por decisões como: a de controlar a política comercial a partir da autonomia alfandegária; de fortalecer a busca da mão-de-obra externa estimulando a imigração e extinguindo o tráfico de escravos; de sustentação das posses territoriais, delimitando uma política de definição das fronteiras nacionais, aqui incluindo-se a Amazônia, objeto de disputa pelo expansionismo norte-americano; e presença sub-imperialistas na região da Bacia do Prata tendo em vista interesses econômicos, políticos e de segurança (Cervo e Bueno, 2002).

As duas últimas décadas, até o final do período imperial, o Brasil marcou sua política externa por uma presença mais universalista, marcada por progressivas relações amistosas com os Estados Unidos e Inglaterra, a partir de uma distensão dos conflitos anteriores, ainda que no caso inglês o Brasil tenha se pautado por uma relação de subordinação estrutural desde a proclamação da Independência.

Neste período, também ampliou relações com outros países a exemplo da Rússia, o Império Otomano, Grécia, Egito, França, China, etc. Neste contexto o Brasil reforça suas relações com os Estados Unidos movido principalmente pelo saldo da balança comercial que aumentou de 41,6 milhões de dólares na década de 1840 para

124 milhões na década de 50, já em 1870 o mercado americano absorvia 75% das exportações do café brasileiro e 61% das exportações totais.

No entanto, o desenvolvimento do capitalismo do final do Século XIX impulsionado pela revolução industrial na Inglaterra também traria os primeiros elementos modernizadores da produção nacional quando, entre 1880 e 1884, foram abertas 150 fábricas, e entre 1885 e 1889, surgiram mais 248 unidades fabris, somando-se em 1889, cerca 636 estabelecimentos industriais, que exigiam mão-de-obra assalariada e proteção do mercado interno frente à concorrência internacional. Moniz Bandeira sintetiza:

“O desenvolvimento das forças produtivas colidia com as instituições do Império. Impunha-se a mudança do sistema. A burguesia emergente e as classes médias reclamavam a abolição da escravidão e tarifas protetoras da indústria. D. Pedro II mostrava-se, porém, irresoluto e fraco. Os interesses da lavoura, particularmente do açúcar, dominavam o Conselho de Estado e impediam a adoção daquelas medidas. O Império vivia de paliativos. Procrastinava. Adiou o problema da escravidão com a Lei do Ventre Livre (1871), mera manobra diversionista para evitar a abolição. E, no tocante ao protecionismo industrial, oscilou conforme as conveniências dos exploradores, pendendo, geralmente, para a liberdade do câmbio” (Bandeira, 1998, p. 118)

Até a proclamação da República em 1889, a política externa brasileira pode ser caracterizada por um realismo conservador, na medida em que não se submetia totalmente aos interesses norte-americanos – estes, identificados com a Doutrina Monroe, transformada em instrumento expansionista dos interesses nacionais ianques - ao mesmo tempo em que mantinha distância das movimentações de unidade latino-americanas bolivarianas.

Desta forma o Brasil não tinha assento definitivo nos congressos americanos que reuniam vários países do hemisfério e outros eventos organizados pelos países hispano-americanos até 1889, quando Washington convoca a 1ª Conferência Pan-americana que teria objetivos mais ousados de criação da união aduaneira do continente, modernizar e unificar as comunicações, estender as estradas de ferro, fundar o banco continental, unificar as legislações comerciais e adaptar o sistema monetário, entre outras medidas. Durante esta Conferência o Brasil teve que substituir sua comitiva por

novos representantes indicados pelo governo republicano recém instaurado em 15 de Novembro.

A herança do período imperial poderia ser sistemizada nos seguintes vetores:

- a) Início de um processo de industrialização subordinado às relações com a Inglaterra o que não fez, durante muitos anos, entre 1822 a 1889, o país superar o modelo da monocultura agrário-exportador baseado no trabalho escravo;
- b) Conservadorismo interno com relação às aspirações político-sociais dos setores industriais emergentes e das classes médias urbanas, principalmente os relacionados com o republicanismo e os movimentos anti-escravistas;
- c) Exercício de uma soberania conservadora nas relações com os demais países latino-americanos;
- d) Aproximação crescente com os Estados Unidos, baseada na expansão comercial;
- e) Posição intervencionista com relação aos países do Sul da América refletindo na destruição da organização sócio-econômica e humana do Paraguai, além da busca de hegemonia com relação aos outros países;

A inflexão da política externa brasileira ao instaurar a República no caminho de relações prioritárias com os norte-americanos, relaciona-se com a própria consolidação do novo regime. O americanismo seria produto do próprio reconhecimento da parte do governo americano em relação à queda do Império que tinha relações preferenciais com a Inglaterra, duas opções historicamente conflituosas e vinculadas também ao modelo predominante de desenvolvimento econômico.

A declaração da República foi, num primeiro momento, pacífica e inspirada no modelo liberalista ianque, tanto é assim que o país passou a chamar-se Estados Unidos do Brasil, a bandeira estrelada mudava praticamente as cores, o sistema adotado foi o federalista e a elaboração da Constituição teve como inspiração a norte-americana, sob o comando de Rui Barbosa.

Havia uma euforia e um idealismo com relação aos padrões político-econômicos que vinham do Norte com mais de cem anos de atraso. Assim, procedeu-se uma inflexão na política externa já na 1ª Conferência Pan-americana, que se realizava no momento da instauração da República, foi iniciado um processo de aproximação aduaneira quando em 1892 foi assinado um acordo comercial aduaneiro mais completo do que aquele que há cerca de cinquenta anos era perseguido pelos Estados Unidos e protelado pelo Império. Posteriormente, em 1894, o Governo de Washington revogou o convênio taxando produtos brasileiros.

A consolidação da República passou por momentos de crise e revoltas armadas internas contrárias ao governo provisório, a exemplo da Revolta da Armada, em 1894. Coube também ao governo norte-americano, primeiro grande país a reconhecer o novo regime, o socorro às tentativas de conspiração apoiadas pelas potências européias, deslocando inclusive navios de guerra para a costa brasileira visando proteger seus produtos e intimidar tentativas restauracionistas da parte da marinha onde se encontravam representantes das aristocracias contrárias ao novo governo. Mesmo o governo do Marechal Floriano Peixoto, que havia assumido devido à renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca, em 1891, também carecia de bases sociais sólidas para manutenção do regime e assim recorreu ao apoio externo e ao fechamento do Congresso, instaurando uma ditadura militar.

Houve, no entanto, muitos protestos sobre a relação de subordinação que o Brasil recém iniciara com os EUA em troca de apoio político e reconhecimento, mas as manifestações não adquiriram força porque em sua grande maioria eram identificadas com os monarquistas derrotados. Os americanos por sua vez trataram de aproveitar o máximo possível as novas relações com o Brasil, que obviamente não eram de reciprocidade cooperativa, baseada na irmandade entre os povos; ao contrário, a rápida industrialização do gigante do Norte gerou excedentes de produção internos exigindo a abertura de mercados no continente. Com relação ao café, por exemplo, o comércio ficou praticamente entregue às firmas americanas de torrefação que impunham preços aos produtores brasileiros que dependiam das exportações ao mercado externo. Em 1895, o

comércio externo do café e da borracha representava cerca de 84% das exportações totais do país e a grande maioria era negociada com comerciantes americanos. Já em 1897, uma crise no setor do café gerou um prejuízo de 12 milhões de libras esterlinas ao Brasil devido ao monopólio das empresas americanas.

O legado da primeira fase da República que vai da proclamação até a afirmação do Brasil no cenário internacional é de fato uma inflexão na política externa em relação à aproximação com os Estados Unidos e o distanciamento com as potências Europeias. Um outro aspecto decisivo deste período, comandado de forma estratégica durante um longo período pelo Ministro das Relações Exteriores (cerca de dez anos), o Barão de Rio Branco, foi o estabelecimento da hegemonia brasileira na região Sul do continente, em comum acordo com o governo americano, apesar das rivalidades com a Argentina. Neste período foram assinados vários acordos de negociações territoriais com Bolívia, Peru, Uruguai, Colômbia, Equador e Guianas que ficaram pendentes do Império.

Amado Cervo sintetiza a estratégia realista pragmática de Rio Branco para este período, que na realidade tinha um conteúdo de subordinação ao nascente imperialismo americano com uma divisão de trabalho com os EUA para manter o equilíbrio na região e dificultar as relações de domínio para as velhas potências, contribuindo para a formação de um subsistema de poder:

“A visão realista de Rio Branco permitia-lhe perceber [...] o peso dos Estados Unidos na nova distribuição do poder mundial e o fato de que a América Latina estava em sua área de influência [...] Para o Brasil, a amizade norte-americana não só assumia um caráter defensivo-preventivo, como lhe permitia jogar com mais desembaraço com seus vizinhos. Ademais, Rio Branco não via a possibilidade de se formar no continente nenhum bloco de poder capaz de opor-se aos Estados Unidos, em razão da fraqueza e da falta de coesão dos países hispânicos.” (Cervo e Bueno, 2002, p. 185)

A americanização se aprofunda durante e principalmente após a I Guerra mundial. O Brasil tinha declarado neutralidade no conflito, mas logo após a entrada dos Estados Unidos, fato ocorrido em 1917, fruto de alguns ataques da Alemanha às embarcações comerciais e temendo os resultados contrários aos seus interesses. O Brasil renuncia a neutralidade em julho do mesmo ano, logo após a recepção aos marinheiros

estadunidenses que desfilaram nas ruas do Rio de Janeiro. A postura do Brasil não ocorreu sem protestos internos, principalmente do movimento operário que começava a ganhar força devido ao processo de industrialização, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro. A Confederação Operária Brasileira (COB) e a Federação Operária do Rio de Janeiro já faziam campanha contra a guerra desde os anos anteriores e, em 1917, ocorreram confrontos com a polícia e fortes movimentos grevistas influenciados pelas correntes socialistas e anarquistas internacionais que ora cresciam em influência de organização.

A participação do Brasil foi breve e limitada, isso porque a Divisão Naval de Operações de Guerra-DNOG, composta por cruzadores e contra-torpedeiros, foi acometida por uma epidemia de gripe na costa da África e só chegou ao seu destino um dia antes do armistício. Antes porém, o país havia enviado uma missão médica à França.

O Brasil foi o único país da América Latina a participar diretamente dos conflitos, o que lhe rendeu uma maior projeção nas negociações de Versalhes e na fundação da Liga das Nações como país intermediário, mas iria depois romper com a Liga em função de sua investida, de compor o Conselho Executivo como membro permanente, junto com as grandes potências (Inglaterra, França, Itália, Japão e, posteriormente Alemanha), ter sido vetada pelo arranjo político dominado pelos cinco países dominantes. Os Estados Unidos já tinham se retirado antes da Liga das Nações.

Com o fortalecimento dos Estados Unidos como potência mundial, o movimento de alinhamento do Brasil com o projeto imperialista agora se aprofunda ainda mais. Assim, os americanos passam a ser os principais credores das dívidas brasileiras e os grandes grupos internacionais americanos penetram cada vez mais na economia nacional. Entre 1913 e 1928, o automóvel, principal produto importado dos Estados Unidos, saltou de 817 unidades para 147.750, respondendo por 10% das exportações americanas em 1927. Depois da guerra, a pauta de exportações dos Estados Unidos da América para o Brasil subiu cerca de 287%. Até 1930 o comércio com os Estados Unidos representou cerca de 37,5% das inversões estrangeiras realizadas desde 1900. Neste período também os americanos passaram a ser detentores de 35% da dívida externa

brasileira, sendo que em janeiro de 1931, as dívidas do Brasil com os Estados Unidos somavam 143.336.998 de dólares, para um período de 10 anos de empréstimos, ao passo que as dívidas com a Inglaterra somavam 100.569.750 libras, para um período de 100 anos de transações. (Bandeira, 1998)

Cabe ressaltar a influência dos norte-americanos na vida cultural brasileira, antes de predomínio europeu na música, na moda e nas artes em geral, ao menos nas camadas médias e nas elites nacionais. A invasão dos produtos norte-americanos desde o automóvel, passando por eletrodomésticos, até a música e o cinema passaram a compor o lastro comportamental da hegemonia nas manifestações culturais a partir da década de 20.

Outro aspecto que acompanhou as movimentações das grandes companhias ianques foi o crescimento do protestantismo como manifestação religiosa da nova onda capitalista estimulada pela competitividade e valorização do lucro e investimentos, assim, somente em Minas Gerais foram abertas 114 igrejas protestantes dos mais variados matizes, entre 1921 e 1940, quando até 1920 só existiam 52. Este último aspecto gerou vários questionamentos por parte do catolicismo no Brasil, associando as missões protestantes como ponta de lança dos interesses americanos.

A instituição da Segunda República, com a Revolução de 30, inaugurou o período Vargas que de início não mudou qualitativamente as relações com os Estados Unidos da América, apesar destes terem sido solidários com Washington Luís até a consolidação do novo governo. Desde o final da Primeira Guerra, que a economia brasileira consolidou seu rumo subsidiário ao capitalismo norte-americano, no entanto, a reconstrução e o crescimento da Alemanha como potência mundial geraram novas relações comerciais a ponto da nação germânica tornar-se o segundo maior país em negociações com o Brasil entre os anos de 1936 a 1938, a ponto das exportações brasileiras para aquele país subirem de 9,0% em 1932, para 25% em 1938 do total da pauta externa, e as exportações para os EUA caírem de 30% para 24,2% no mesmo período, sendo retomado o crescimento após o alinhamento do Brasil com os Aliados.

O governo de Getúlio tirou proveito da nova arena de disputa internacional refletindo também os altos círculos militares do seu governo que eram simpáticos as potências do Eixo, a exemplo dos Generais Góis Monteiro e Eurico Dutra; por outro lado, o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, era claramente pró-Estados Unidos. O próprio regime de Vargas instaurado a partir do autogolpe, em 1937, continha características muito próximas do regime fascista de Mussolini, sem no entanto tornar-se reféns das organizações fascistas e nazistas que existiam no Brasil como a Ação Integralista Brasileira e o Partido Nazista, ao contrário, tais organizações juntamente com os demais partidos perderam sua legalidade de funcionamento e de atividades públicas, demonstrando que o bonapartismo à brasileira tinha suas especificidades.

A disputa pela posição do Brasil na guerra, que num primeiro momento, assim como os Estados Unidos, declarou neutralidade, viria a ser resolvida entre outros motivos por acordos comerciais com a cooperação americana para construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Depois, a entrada dos Estados Unidos na Guerra, em 1941, fruto do ataque japonês, e a pressão interna crescente da população para apoiar os Aliados, provocaram a declaração de repúdio ao Eixo e o alinhamento definitivo do governo brasileiro aos Aliados, posição esta acompanhada de uma série de acordos econômicos e militares com os Estados Unidos, a exemplo dos treinamentos militares e reestruturação das forças armadas brasileiras, além da cessão de bases militares aos Estados Unidos nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, nas cidades de Belém, Natal e Recife. A atuação do Brasil no teatro de operações da guerra ocorreu em 1943, sob controle da Quarta Esquadra norte-americana.

O General Dutra, eleito após a reabertura democrática, possuía um perfil extremamente conservador e no campo da política externa não vacilou em cooperar com os Estados Unidos servilmente. Para garantir os investimentos dos grandes trustes americanos deu início a um processo de restrição das liberdades, recentemente conquistadas com as movimentações populares de vitória contra o nazifascismo do pós-guerra, que desencadeou uma ampla reorganização da sociedade civil levando inclusive à queda do governo de Getúlio. Dutra, além de anular a legalidade do PCB no clima de

cassa às bruxas, monitorado pelos EUA em todo o continente, fechou a Confederação dos Trabalhadores do Brasil e interveio em 143 sindicatos.

O período subsequente foi marcado pela primeira visita de um presidente brasileiro, Eurico Gaspar Dutra, aos Estados Unidos, em 1949, em retribuição à visita do Presidente Truman ao Brasil, realizada em 1947, representando o alinhamento brasileiro diante da nova ordem bipolar que recém se inaugurara depois da Segunda Guerra entre EUA e URSS. Um outro aspecto foi a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca-TIAR, em 1947, constituindo um sistema hemisférico enquadrado na hegemonia americana de segurança. Cabe destaque também a ruptura das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, em 1947, momento no qual a embaixada norte-americana em Moscou fica encarregada pelos interesses brasileiros naquele país. Ainda com relação ao alinhamento automático pró-americano foi a posição do Brasil na ONU com relação a reconhecimento do governo pós-revolução chinesa, colocando em questão a admissão da China Popular nos organismos das Nações Unidas naquele momento.

O governo Dutra tomou uma série de medidas para aprofundar o liberalismo econômico e um dos impactos negativos deste período foi a evasão de divisas que o Brasil obtivera de saldo do período da guerra. Em 1947, a balança comercial deixava um déficit de 50 milhões de dólares, havia um crescimento do setor financeiro em detrimento da indústria que se refletia negativamente nas classes médias urbanas e nos trabalhadores. Para se ter uma idéia do servilismo de Dutra, havia dois assessores norte-americanos em seu gabinete, ambos ligados aos trustes do ramo petrolífero americano. Ainda assim, o grosso dos investimentos e empréstimos norte-americanos foram direcionados para reconstrução da Europa, através do Plano Marshall, não sobrando grandes compensações aos países que se alinharam ao projeto hegemônico ianque para América Latina. (Bandeira, 1998)

O descontentamento nacional com o governo se refletiu na eleição de Vargas em 1950, que desde antes canalizara em sua atuação como senador às aspirações nacionalistas crescentes. O fortalecimento do nacionalismo populista teve

também a colaboração de amplos setores do movimento operário aglutinados no PTB, bem como no PCB que anteriormente havia participado da campanha “queremista” para garantir a Constituinte com Getúlio. O candidato preferencial dos Estados Unidos, o Brigadeiro Eduardo Gomes, foi derrotado nas eleições.

Um dos temas que polarizou amplos setores da sociedade foi a política para o petróleo. Este debate concentrou o choque entre liberais e nacionalistas durante um longo período, pois as multinacionais americanas, principalmente a Standard Oil, tinham grande prestígio e *lobby* no governo Dutra e pressionava para aprovar legislação favorável a exploração, refino e comercialização dos derivados do petróleo de forma livre e sem interferência governamental, tendo inclusive deslocado especialistas e *lobbyistas* para pressionar o Congresso Constituinte, após a reabertura democrática.

Vargas, quando eleito presidente, mesmo buscando acordo com os Estados Unidos e as empresas de petróleo, elaborou o projeto de criação da Petrobrás que abria possibilidades para iniciativa privada, mas tinha como base o controle estatal, as empresas não aceitaram, mas foram dobradas diante de uma ampla opinião pública a favor do monopólio estatal da importante matéria prima. Outra medida que instigou a desconfiança das empresas estrangeiras contra o governo foi um decreto de 1952 sobre regulamentação de remessas de lucro ao exterior cujo controle seria exercido pelo Banco do Brasil, sendo que em 1954, as remessas de lucros foram limitadas em 10% ao ano do capital investido. Entre outras iniciativas também foi enviada uma lei ao Congresso criando a Eletrobrás.

Apesar de todo o alarde do capital estrangeiro, foi acordado neste período, entre ambos os governos, a constituição de uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de cooperação econômica visando o estímulo a acordos comerciais e financiamentos de capitais tendo, porém, a curta duração de três anos. O capital estrangeiro, não admitia qualquer controle ou limites para exploração dos recursos naturais brasileiros, assim, o governo Vargas foi marcado pelo início de uma radicalizada polarização política entre setores sociais que só se resolveria com o Golpe de 64.

Tal polarização envolvia as estratégias da política externa entre os liberais, defensores de relações mais estreitas com o capital multinacional, e os nacionalistas-populistas, que tinham o apoio de grande parte das organizações do movimento operário, defensores de um modelo nacional-desenvolvimentista com perfil industrializante o que resultava em prioridades para o mercado interno a partir da substituição de importações, gerando atritos com os projetos liberalizantes das multinacionais.

Em outubro de 1955, Juscelino Kubitschek e João Goulart venceram as eleições para Presidente e Vice-Presidente. O candidato udenista, preferido dos liberais e das forças americanas, perdeu o pleito sob o clima de acirramento político depois da morte de Getúlio. Havia também um panorama latino-americano de antiamericanismo em vários países com manifestações e até a expulsão por pressão popular do então Vice-Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, durante uma visita à Venezuela; também numa visita ao Peru, Nixon foi impedido de entrar numa Universidade por protestos e bloqueios estudantis.

Kubitschek não era nenhum esquerdista, apenas adotara um plano de metas que era reflexo do fortalecimento das necessidades dos setores industriais nacionais e das classes médias urbanas, além dos movimentos do proletariado, refletindo também o pensamento de amplas camadas populares por programas que gerassem empregos e apoio estatal ao capitalismo autóctone, ao passo que o centro das divergências entre o Brasil e os Estados Unidos estava na estratégia adotada pelo governo americano em priorizar medidas de segurança contra os movimentos de esquerda e a liberalização econômica como bases do relacionamento comercial. Além disso predominavam as relações de mando e subordinação instrumentalizadas pelas campanhas anticomunistas de Washington. Um exemplo citado por Moniz Bandeira explicita o trato dos Estados Unidos com relação aos países latino-americanos:

“O governo dos Estados Unidos tratava os países da América Latina como um rebanho submisso, sem vontade e autonomia. Foster Dulles (Secretário de Estado) convocava os Embaixadores latino-americanos não para discutir e sim para comunicar as decisões que o Departamento de

Estado tomava em nome do Continente. Entrava na sala da Conferência, não apertava a mão de ninguém, transmitia aos diplomatas a sua resolução e saía da mesma forma, sem ouvir qualquer opinião e apenas fazendo um aceno com a cabeça. Certa vez, o Embaixador brasileiro em Washington, Ernani do Amaral Peixoto, leu num jornal americano a notícia sobre o resultado de uma reunião, que ainda não se realizara e para a qual ele se dirigia. Ordenou então ao motorista que regressasse à sede da Embaixada e mandou um conselheiro substituí-lo e dizer a Dulles que, diante da notícia publicada, a sua presença se tornara desnecessária no Departamento de Estado." (Bandeira, 1998, p. 303)

O Presidente Juscelino tinha nas metas desenvolvimentistas sua opção por combater qualquer movimento mais forte de esquerda que pudesse significar uma ameaça ao regime no Brasil, portanto também defendia a continuidade do relacionamento amistoso com os Estados Unidos, apontava porém novas bases para o aprofundamento das relações bilaterais: buscava capitais, fábricas, desenvolvimento e investimentos externos. E como parte desta estratégia advogara o desenvolvimento da Operação Pan-Americana-OPA, na qual incluía a defesa da fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, aceita pelos Estados Unidos, mas que não levava a contento os objetivos do governo brasileiro, cujos propósitos eram o desenvolvimento de uma espécie de Plano Marshall para a América Latina.

Uma atitude polêmica do Presidente Juscelino criticada pelos americanos foi a reativação das relações diplomáticas com a União Soviética e com vários países do Leste do Bloco alinhado com a URSS, buscando desaguar os excedentes dos produtos primários brasileiros em péssima situação no mercado internacional, principalmente o café.

O tema da Petrobrás novamente voltara à tona, pois o governo americano e as multinacionais do setor continuavam exigindo a abertura do mercado contra o monopólio estatal, mas Kubitschek não cedeu, haja vista uma forte pressão nacional em defesa do petróleo sob controle estatal. Neste período também é constituída a Associação Latino-Americana de Livre Comércio-ALALC que tinha como objetivo o estabelecimento de uma área de livre comércio latino-americana.

A crise econômica e a conturbação política no final do governo Juscelino deram a vitória ao candidato apoiado pelos udenistas e pelo capital financeiro, o

populista Jânio Quadros. O Vice-Presidente, eleito em votação própria, continuou sendo João Goulart. Jânio, desde o início, esboçou políticas bonapartistas que combinavam mais abertura ao capital externo com favorecimento ao setor financeiro, em paralelo às medidas exemplaristas midiáticas para obter o apoio da esquerda e do movimento trabalhista. Assim, condecorou Che Guevara e Iuri Gagarin, e ao passo que nomeara conservadores para a cúpula militar, e liberais para área da economia - a exemplo de Roberto Campos - se contrapunha publicamente à política americana diante da invasão de Cuba depois da Revolução. Era uma combinação explosiva que preparava um autogolpe civil, a partir da renúncia, buscando o retorno à presidência com amplos poderes com apoio do Congresso e dos movimentos trabalhistas.

O projeto de Jânio falhou e abriu o caminho ainda mais para a polarização política nacional. Washington, que apoiava todas as medidas econômicas de Jânio não agiu de forma explícita, já que havia ainda confusão e divisão nas forças armadas e o movimento em defesa da posse de Goulart contou com o apoio de governadores, parlamentares, setores das forças armadas e do movimento operário e estudantil, mobilizando amplas camadas populares em defesa da legalidade.

Diante do cenário de instabilidade crescente em todo o continente, principalmente depois da Revolução Cubana, movimento que demonstrou na prática que era possível romper o cerco imposto pela hegemonia americana, os Estados Unidos trataram de adequar sua política. A estratégia foi a formação da Aliança para o Progresso, em 1961, na Casa Branca, com a presença dos representantes diplomáticos dos países latino-americanos, uma reedição do projeto da Operação Pan-Americana de Juscelino, agora sob controle direto de Washington, tentando isolar Cuba e neutralizar as insatisfações de outros países que poderiam aprofundar as relações comerciais com os países do Leste Europeu, com a liberação de 20 bilhões de dólares para serem empregados em programas de desenvolvimento no continente ao longo de dez anos.

Da posse negociada de João Goulart com a implantação do parlamentarismo até o Golpe de 64, que ora completa 40 anos, houve uma continuidade da chamada Política Externa Independente, mas ao contrário do período de Jânio, o

governo de João Goulart gozava de apoio direto da maioria das organizações operárias, camponesas e estudantis, tendo reflexo em seus posicionamentos reformistas internos com concessões às crescentes mobilizações das massas populares e na política de relacionamento externo com uma maior aproximação com os países do Leste Europeu.

Goulart não tinha orientações socialistas, mas não cedeu a tradicional tática chantagista norte-americana que sempre usou apoio financeiro para conseguir barganhas políticas e ameaças para aproximação com países do continente. Houve inclusive uma viagem de Goulart aos Estados Unidos para se reunir com Kennedy e negociar acordos comerciais e financeiros, mas a realidade de polarização social era maior do que o governo queria e os americanos associavam-na diretamente às inclinações trabalhistas de Goulart. Neste período o governo do Rio Grande do Sul estatizou, mediante indenizações, empresas americanas e cresceram as ações camponesas de ocupações de terra que se acirravam no Nordeste.

A polarização política também se refletia na criação de organizações direitistas como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática-IBAD e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais-IPES, financiadas por grandes empresas, a maioria estrangeira, promovendo atentados, espionagens, sabotagens, *lockoutes*, campanhas de candidatos reacionários, atividades de rua e manifestações ideológicas para arregimentar apoio da classe média e da opinião pública contra as organizações de esquerda e contra o governo

A política externa de Goulart não tinha um viés de submissão, mas era marcada por um zigue-zague próprio da aliança de classes que existia ao redor do governo e como é característica da história do populismo no Brasil. Assim, fez um acordo com os Estados Unidos e com o FMI se comprometendo com uma austeridade fiscal para combater a inflação e não cumpriu os acordos, se colocou contra a invasão de Cuba, mas apoiou o bloqueio naval da ilha, se absteve na votação sobre a expulsão de Cuba da OEA, entre outras medidas que geravam insatisfações tanto da direita quanto da esquerda, se refletindo também nas sucessivas quedas de gabinetes e ministros.

A participação da CIA, das empresas americanas e das representações oficiais dos Estados Unidos no Brasil, foi decisiva para a deposição de Goulart. As verbas da Aliança para o Progresso passaram a liberar financiamentos para os governadores e prefeitos de oposição passando por cima do monopólio das relações exteriores da união.

No ano de 63 e início de 64 os conflitos sociais se acirraram, o governo não cedeu às exigências do FMI e anunciou medidas de reforma agrária e de estatização de refinarias privadas, além de um projeto de reforma da Constituição que previa delegação de poderes legislativos ao Presidente.

Havia uma proliferação de organizações paramilitares de direita como a Ação de Vigilantes do Brasil, Grupo de Ação Patriótica, Patrulha da Democracia, Mobilização Democrática Mineira, entre outras, além de organizações lideradas por militares e membros das polícias estaduais juntamente com as milícias de latifundiários e empresários. Em Alagoas havia aproximadamente 10.000 homens organizados por comerciantes e latifundiários sob a supervisão do próprio Secretário de Segurança do Governo do Estado. (Bandeira, 1998)

O governo de Minas Gerais planejava decretar estado de beligerância. Lacerda, governador da Guanabara, acobertava e apoiava grupos clandestinos e preparava o golpe. Castelo Branco, Chefe do Estado Maior do Exército, planejou o golpe com outros militares da cúpula militar dentro do próprio governo. A CIA, em articulação com diversos consulados, há anos infiltrava agentes no país, principalmente no Nordeste. Entre 1962 e 1963, houve mais de 7.000 entradas de norte-americanos com passaportes especiais no Brasil, tudo isso com a cumplicidade de setores do exército e do governo que não queriam entrar em maiores conflitos com os Estados Unidos.

Por outro lado, o proletariado e os setores populares de esquerda organizados ao redor da CGT, Ligas Camponesas, UNE e outras organizações não tinham uma estratégia de poder definida, ao contrário, havia toda uma expectativa em torno das iniciativas do governo que não tomou decisão alguma e foi abatido sem reação. O Departamento de Estado Americano que já havia deslocado 40.000 marines em direção ao território brasileiro vindos do Caribe, prontos para ação caso ocorresse uma guerra

civil, não tardou em reconhecer o novo governo provisório empossado pelo Congresso sem a renúncia de Goulart.

A ascensão dos militares ao poder significou um retrocesso, em todos os aspectos, acerca de medidas nacionalistas implementada pelos governos anteriores, especialmente as medidas do governo Goulart. A doutrina da bipolaridade mundial entre forças ocidentais e o bloco comunista passou a pesar mais que a defesa da soberania como estratégia de Estado. Os Estados Unidos passaram a ser vistos como guardiões do “mundo livre e civilizado”. Os expurgos nas Forças Armadas e a perseguição a qualquer organização da sociedade civil que se manifestassem contra os Estados Unidos passou a fazer parte da política de segurança nacional no governo de Castelo Branco. O clima interno era de guerra fria civil. As Forças Armadas passaram a cumprir o papel de polícia incumbida de reprimir qualquer conflito social, agora caracterizado como ação revolucionária a serviço do regime soviético. Assim a independência e a soberania ficaram subordinadas à hegemonia militar, econômica e política ditada pelos Estados Unidos.

Castelo Branco não vacilou em compor uma força militar comandada pelos Estados Unidos que interviu na República Dominicana, enviando um contingente de 1.100 soldados brasileiros para compor o operativo militar, o que seria o início da constituição de uma Força Interamericana de Paz, controlada pela OEA, hegemonizada pelos interesses americanos. Tal projeto acabou não indo à frente.

O primeiro governo militar rompeu relações diplomáticas com Cuba e impôs a reformulação da lei de remessas de lucros, pagou os preços que os americanos queriam pela empresas encampadas, devolveu concessões que haviam sido cassadas das empresas de minérios, conteve os reajustes de salários, garantiu liberdade de empréstimos exteriores para empresas estrangeiras, cortou os subsídios ao trigo, petróleo e implantou todas as recomendações monetaristas do FMI. Neste período a missão militar norte-americana no Brasil era a maior do mundo, sendo superada apenas pela do Vietnã.

A ditadura impôs uma estratégia de política exterior de subordinação ao capital externo e alinhamento com a política americana e só não avançou mais na desnacionalização da economia com as privatizações porque a economia entrou numa dinâmica recessiva, gerando descontentamento nos próprios setores das classes médias que tinham apoiado o golpe e o empresariado nacional, abatidos pelo desastre do aumento do desemprego e diminuição do consumo, resvalando em descontentamento de setores militares que providenciaram a substituição de Castelo Branco por Costa e Silva. Cabe ressaltar também que as promessas de aumento dos investimentos externos propugnados pela Aliança para o Progresso como fonte de crescimento não só não ocorreu como diminuiu entre os anos de 64 e 67.

Em meio ao abrandamento da guerra fria, após os acordos entre EUA e URSS sobre Cuba, Costa e Silva ensaia alguns atritos com os americanos, mas não muda em conteúdo os rumos da política externa, apenas não assinando o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares como era de exigência americana. Alguns atritos menores, como o restabelecimento dos créditos para indústria nacional, levaram a Agência Interamericana de Desenvolvimento-AID a suspender empréstimos já autorizados anteriormente, uma vez que a orientação do FMI era de ortodoxia monetária radical. Delfim Neto, então Ministro da Fazenda, não pensou duas vezes em evitar qualquer maior conflito e acatou todas as exigências monetaristas.

O aumento da oposição ao regime, que se refletiram nas manifestações de 68, ameaçando com uma ruptura de massas o regime, levou a chamada linha dura a organizar um golpe dentro do golpe e adotar o AI-5, fechando o Congresso, cassando mais políticos e magistrados, recrudescendo ainda mais a repressão. Logo depois, Costa e Silva se afasta por motivo de saúde e o General Médici é escolhido como sucessor por um colégio de generais, no qual a linha dura consolida sua hegemonia, desta forma a cúpula militar impediu a ascensão de setores mais nacionalistas de direita que pudesse se chocar com o capital externo e com o governo americano, como havia ocorrido com a direita nacionalista no Peru que nacionalizou algumas empresas americanas.

O governo Médici desenvolve uma política de projeção do Brasil no cenário internacional apoiado nas altas taxas de crescimento econômico, período conhecido como “milagre brasileiro”, gerando um amplo acúmulo de capital baseado nas contenções salariais, no aumento dos investimentos externos e no crescimento das exportações. Assim, algumas medidas marcaram o auge da ditadura que se estabilizou baseado no aumento da repressão e no apoio das classes médias beneficiadas pelo “milagre”: o apoio aos golpes de Estado ocorridos na América do Sul (Bolívia, Uruguai e Chile), ampliação da delimitação do mar territorial para 200 milhas, aumento dos Investimentos Diretos Externos, reforço das relações comerciais e diplomáticas com países da África e Oriente Médio. Desta forma Médici consegue agradar aos setores militares nacionalistas e dizimar as organizações de esquerda guerrilheiras.

Houve porém neste período um aumento das remessas de lucros para o exterior, da concentração de renda e da dívida externa que alcançou quase 30% das receitas do comércio exterior. Aos Estados Unidos agradaram muito a combinação do aumento das garantias dos investimentos externos capitalistas, sem preocupações com movimentos grevistas, devido ao aumento da repressão, e o papel de sub-imperialismo que o Brasil passa a cumprir para garantia da ordem continental na região sul.

A ditadura militar e o crescimento econômico geraram setores sociais que passaram a controlar o Estado brasileiro no sentido do desenvolvimento capitalista com forte presença da intervenção na economia, com as mediações próprias de um bonapartismo de um regime baseado em instituições não controladas diretamente pela classe dominante da sociedade, mas por camada social, principalmente militar, entranhada na esfera estatal. Assim, o Estado cresceu sua presença em setores da economia como telecomunicações, siderurgia, telefonia, transportes, etc como suporte central para acumulação de capital de base nacional, embora com as características históricas da dependência.

O período de Geisel refletiu bem algumas contradições entre o domínio imperialista e os choques do crescimento de uma economia dependente. Com relação à política nuclear ficou evidente a humilhação que poderia resultar o Tratado de Não-

Proliferação e o convênio proposto pelos EUA ao Brasil, de desenvolvimento de tecnologia e de uma usina cuja participação dos técnicos brasileiros seria apenas na operação, sem conhecimento dos segredos da usina e sem possibilidades de manutenção, fato que fez o Brasil buscar a cooperação, sob protestos dos americanos, com a França e a República Federal da Alemanha.

Outros pontos importantes de conflito com a política externa americana foram a relação que o Brasil estabeleceu com os países árabes, relativos ao tema do petróleo, gerando a condenação do sionismo como racismo, além do reconhecimento de governos dos países africanos de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, frutos de movimentos de libertação nacional, contrários ao colonialismo português, e cujos interesses americanos estavam em questão, como também o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com a China que então fazia parte do bloco das economias planificadas do Leste.

Os atritos de Geisel com o governo americano refletiam também alinhamentos internos e a disputa pela presidência que se avizinhava, gerando descontentamento e críticas, a exemplo do General Frola que acusou Geisel de ser complacente com os comunistas e de priorizar relações com o Leste Europeu, já evidenciando uma crise dentro das Forças Armadas para continuar com o regime de exceção.

As controvérsias entre Brasil e Estados Unidos neste período também se refletiram nas negociações comerciais, havendo um enfraquecimento do comércio bilateral como nunca ocorrera durante o século XX. As importações de produtos americanos que haviam atingido 60 pontos percentuais, em 1941, começaram a cair na década de 60 até atingir apenas 11%, em 1975. As exportações também caíram de 53%, em 1944, para menos de 20% na década de 70, por outro lado as exportações para a Europa, incluindo a parte oriental, ultrapassaram mais de 50% da pauta nacional. Cabe ressaltar porém que o progressivo aumento da dívida externa de US\$ 17 bilhões, em 1974, para US\$ 49 bilhões, em 1979, viria a marcar o centro da dependência em relação aos Estados Unidos e as crises econômicas da década de 80.

Um dos fatos mais marcantes para a América do Sul na primeira metade da década de 80 foi a Guerra das Malvinas, cuja posseção sob controle da Grã Bretanha desde o final do Século XIX é motivo de questionamento da Argentina. Com o surgimento de alguns conflitos do período Geisel com os Estados Unidos, estes passam a tentar se apoiar na Argentina como aliado preferencial em sua estratégia para o cone sul.

No entanto, com o início da guerra, o governo americano pressiona o governo argentino a recuar, o que não foi aceito pelo regime militar daquele país, pois a guerra também era vista como uma forma de salvar o governo ora em questionamento. De pronto os Estados Unidos não só se solidarizam como apóiam militarmente as ações da Grã Bretanha contra a Argentina, evidenciando a existência do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca-TIAR apenas como mecanismo de domínio do governo americano contra a URSS.

O Brasil declara sua neutralidade, mas fornece ajuda a Argentina via fornecimento de suprimentos, armamentos e acordos comerciais. A Argentina perdeu o conflito, mas ficou explícita a unidade das grandes potências quando se trata de defender seus interesses contra algum país subdesenvolvido que eventualmente venha a questionar o *status quo* mundial estabelecido pelo condomínio dos países imperialistas. Este fato serviu para aproximar as relações militares entre o Brasil e Argentina e reforçar orientações da cúpula militar brasileira pela nacionalização de grande parte da indústria e da tecnologia bélicas.

A crise econômica produto do modelo dependente que cada vez mais alimentava o aumento da dívida externa, gerou a ampliação das insatisfações populares e o reacender dos movimentos sociais, bem como as exigências por democracia, obrigando a aceleração da reabertura democrática com a lei da anistia e a substituição da cúpula militar por um governo civil, ainda que a Campanha das Diretas tenha sido derrotada. O saldo do regime militar foi a localização do Brasil como oitava economia do mundo às custas de uma enorme dívida externa que remeteu para o exterior cerca de US\$ 75 bilhões, entre 77 e 86, somente a título de juros, além de uma forte

concentração de renda onde 50% da renda nacional estava em poder de apenas 10% da população.

A crise de dívida externa na década de 80, as necessidades de superar os déficits comerciais da economia norte-americana e a possibilidade de falência dos países latino-americanos também ameaçavam o lado mais interessado, os credores internacionais, como ficou bem evidente na decretação da moratória durante o governo Sarney, impossibilitado de honrar os compromissos de pagamentos devido aos aumentos exorbitantes dos juros daquele período que cresceram cerca de 400%.

A reorientação para os países da América Latina ficou conhecida como o Consenso de Washington, reunião organizada pelo Institute for International Economics, em 1989, com economistas liberais de oito países (Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia) cujo conteúdo era atender as exigências do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial remodelando a gestão dos estados nacionais para remover todos os resquícios de políticas keynesianas visando a liberalização das relações comerciais no continente. Este evento pode ser considerado a “pedra de fundação” do projeto da Área de Livre Comércio das Américas e teve como objetivo orientar reformas neoliberais abrangendo 10 áreas, segundo Paulo Nogueira Batista, seriam:

1. Disciplina fiscal;
2. Priorização dos gastos públicos;
3. Reforma tributária;
4. Liberalização financeira;
5. Regime cambial;
6. Liberalização comercial;
7. Investimento direto estrangeiro;
8. Privatização;
9. Desregulamentação;
10. Propriedade intelectual.

O sentido geral dos objetivos do Consenso de Washington viria polarizar inclusive ideologicamente as políticas para o conjunto da América Latina. Como bem indica Nogueira Batista:

"A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida, vigorosamente, a partir do começo da Administração Reagan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano. Acabaria cabalmente absorvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse." (Batista, 1994)

Os anos 90 marcam o vigor da chamada globalização, na realidade a busca mais profunda do capital pela liberalização dos mercados mundializados cujos entraves das fronteiras nacionais, bem como a existência dos direitos sociais, tornam-se cada vez mais obstáculos diante do reino da competitividade acirrada na arena internacional. Dois aspectos também nortearam a adoção de medidas alinhadas com o Consenso de Washington: a aceleração dos processos de integração regionais e o atrelamento das moedas nacionais à dolarização direta ou indireta.

O primeiro presidente eleito diretamente no Brasil após a Ditadura, em 1989, Fernando Collor, seria um marco no alinhamento do Brasil com as orientações do Consenso de Washington e o neoliberalismo. A primeira medida de Collor foi seqüestrar 80% dos depósitos bancários sob o argumento de combater as altas taxas de inflação do período anterior, abrindo uma dinâmica recessiva na economia e iniciando a tão exigida abertura do mercado pelo FMI, reduzindo tarifas de importação e readequando os contenciosos com os americanos pouco a pouco, pois anunciou a quebra das proteções à indústria nacional de informática, a adoção de uma lei de patentes e proteção à propriedade intelectual, acordos que foram ao encontro do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e iniciou a formação do Mercosul tratando ainda de garantia de negociações do Mercado Comum do Sul com os Estados Unidos no formato 4+1.

Os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso aprofundaram as iniciativas de liberalizações e privatizações em consonância com a agenda de

Washington. As alíquotas do imposto de importação já haviam sido reduzidas com Collor de 32,2% para 21,2% e caíram ainda mais para 14%, em 1994, e o Mercosul baixou ainda mais para uma Tarifa Externa Comum de 12%, em 1995.

Itamar privatizou a Companhia Siderúrgica Nacional um dos símbolos da época desenvolvimentista, a CSN, e depois Fernando Henrique, dando continuidade ao Plano Real, priorizou a estabilidade monetária em detrimento do desenvolvimento econômica favorecendo o capital financeiro, além disso as privatizações avançaram em todos os setores estratégicos da economia como bancos, telecomunicações, eletricidade, portos, corte dos investimentos em áreas sociais, etc, aprofundando a presença do capital externo na economia nacional (tabela 8), na medida em que também inicia as negociações para formação da Área de Livre Comércio das Américas, antigo projeto americano de zona de livre comércio hemisférica, mesmo depois da crise do México surgida da implementação da Área de Livre Comércio da América do Norte-NAFTA, entre EUA, Canadá e México, modelo originário para implantação da ALCA, cujos danos econômicos, sociais e trabalhistas no México tornaram-se notórios.

Tabela 8
Evolução da participação das empresas estrangeiras, nacionais e estatais no total das vendas das maiores* (%)

	Estrangeiras	Nacionais	Estatais
1978	35,4	34,9	29,7
1980	32,5	35,9	31,6
1985	28,5	40,7	30,8
1990	31,0	42,8	26,2
1995	33,3	43,6	23,1
2000	45,6	35,7	18,7

Organização do autor.

Fonte: Exame, *As 500 maiores empresas do Brasil*, 2001

*Considerando as 500 privadas e as 50 estatais

O projeto da ALCA se insere num contexto decisivo para os Estados Unidos na medida em que busca retomar a preponderância nas relações comerciais com os países do Mercosul, devido ao aumento da presença do capital europeu após as ondas de privatizações. O Mercosul também surge no quadro das estratégias neoliberais da globalização, mas isso não quer dizer que não houve e não há atritos, mas tais atritos não têm o conteúdo de exclusão entre os dois projetos e sim de formatos de adaptação dos setores capitalistas brasileiros e argentinos à liberalização comercial.

Neste sentido, o Mercosul tem sido instrumento de barganha desde o governo de Fernando Henrique e, mesmo depois, pelo governo brasileiro instalado em 2003, após a vitória do PT e de Lula, nas reuniões recentes para formação da ALCA onde foi apresentado o formato da “ALCA light” que não modifica na essência o objetivo geral de formação de uma zona de livre comércio hemisférica aos moldes do projeto inicial.

Em que pese as divergências iniciais dos Estados Unidos, com a formação do Mercosul, ao final, aceitaram, inserindo na Minuta do Acordo da ALCA, que a mesma poderia conviver com acordos regionais existentes no âmbito do continente. O que parecia um confronto, entre os governos de Fernando Henrique e Bill Clinton, nos primeiros anos de consolidação do Mercosul, na realidade refletia uma busca pelas garantias de uma localização do Mercosul no processo de formação da área de livre comércio do continente, sem que o mesmo questionasse as diretrizes liberalizantes, e assim tem sido, na medida em que não apresentou, após 12 anos de existência, indicadores para constituição de um modelo de desenvolvimento diverso do liberalismo cujas consequências em relação ao desemprego, diminuição dos gastos sociais e desnacionalização das economias latino-americanas são também a marca dos blocos econômicos sub-regionais, como o Mercosul e a Comunidade Andina.

O papel que foi cumprido pelo Brasil historicamente na América do Sul, de “sub-imperialismo”, subordinado aos dois centros principais da economia mundial, nas relações com os países menores, agora ressurgiu diante do novo cenário da globalização e pós-queda da ordem bipolar, cuja localização em tamanho econômico e geográfico é decisiva para o avançar, ou não, dos projetos norte-americanos de hegemonia mundial e hemisférica.

III – O significado da ALCA e suas implicações

a) O neoliberalismo prepara o terreno para ALCA

O continente latino-americano já vem sendo preparado para a ALCA antes mesmo dos contornos atuais das negociações. O movimento de exigência do capital para liberalização dos mercados é parte do processo da globalização, que tem sua origem na esfera financeira dos países centrais e se alastra nos anos 80 para os demais setores da economia e governos periféricos, a partir do financiamento dos déficits governamentais. A resposta à crise do capitalismo global ao fim do *boom* econômico dos anos 50 e 60, porém, não está somente na esfera econômica. A emergência do neoliberalismo como padrão de gestão do Estado capitalista em substituição ao *welfare state* europeu se materializa na subida ao poder de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Inglaterra. A ordem era quebrar o poder dos tradicionais sindicatos operários e enxugar a máquina estatal varrendo da legislação os direitos sociais, visando desonerar o capital e diminuir os gastos públicos para retomar os investimentos privados e as taxas de lucros.

Fiori identifica quatro momentos que geraram a globalização: um primeiro, que tem origem nas decisões do governo inglês dos anos sessenta em autorizar um mercado interbancário paralelo e autônomo dos sistemas financeiros nacionais, gerando o “euromercado de dólares” para onde foram canalizados capitais norte-americanos, o “embrião do espaço financeiro mundial”; um segundo momento, nos anos oitenta, onde ocorreu um vasto processo global de desregulamentação monetária e financeira interconectando mercados e relações governamentais em busca de superávits, seguido por uma liberalização do mercado de ações, e o período mais recente, iniciado com os anos noventa, com a incorporação a tais mercados do leste europeu e da América Latina. E indica: “as relações entre o poder político e o poder do dinheiro constituem-se no núcleo gerador da energia que move a globalização” (1997, p. 92).

Desta forma, não podemos entender a ofensiva neoliberal no Brasil desvinculando-a de um processo político consciente hegemonizado pelo grupo político que ganhou as eleições presidenciais de 1989, seguindo as orientações do Consenso de Washington, e que estabilizou o projeto nacional liberalizante em 1994, com a renovação dos personagens, instalando em Brasília, o comando central do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sob a coordenação de Pedro Malan e Armínio Fraga, aprofundando assim uma série de reformas constitucionais e econômicas visando modificar o perfil de regulação da economia do Estado brasileiro, buscando adaptá-lo às novas exigências do capital internacional.

Os antecedentes estão na caracterização dos organismos internacionais de que o Brasil viveu uma “década perdida” nos anos 80. De fato, para o capital não foi interessante ver inseridas várias conquistas sociais e trabalhistas na Constituição de 88, a explicação está na força que tiveram os movimentos sociais, após a queda da ditadura militar, para impedir parcialmente a reestruturação produtiva e a reforma liberal do Estado como já ocorria em vários países da Europa e da América Latina nestes anos, a exemplo do nosso vizinho, o Chile.

A primeira iniciativa de grande porte no sentido de adaptar a economia nacional aos ditames do Consenso de Washington ocorreu de forma heterodoxa, já que os principais representantes do grande capital não conseguiram ganhar as eleições de 1989. As primeiras eleições presidenciais depois da ditadura militar resultaram na subida de um instável governo civil semi-bonapartista com estratégia de liberalização e remodelamento do Estado. O governo Collor de Melo e seu *Projeto de Reconstrução Nacional* foi um programa de estabilização, articulado com mudanças estruturais da economia, tendo como objetivo uma reforma monetária, um ajuste fiscal, uma política de liberalização do comércio exterior e uma nova política cambial.

A reforma monetária buscou diminuir a liquidez da economia confiscando ativos financeiros e substituindo a moeda; o ajuste fiscal visava obter superávits com novas medidas tributárias e a reforma patrimonial iniciou a venda de ativos da União, a privatização de estatais e o corte dos gastos com o funcionalismo. A política de comércio

exterior se apoiava na liberalização das importações de forma abrupta, gerando novos níveis de competição com empresas estrangeiras a partir da eliminação de isenções, termos de anuências prévias para importação, etc.

Mas o governo teve laços sociais de sustentação pouco orgânicos. Diante das revelações de corrupção e do aumento da insatisfação popular, tombou perante o crescimento das manifestações de rua que pressionaram pelo *impeachment*. No entanto, o parlamento que removeu o presidente e seu grupo do poder salvou o regime empossando o vice, logo, o projeto neoliberal aos poucos teve continuidade com Itamar Franco, cujo governo preparou o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique, em 1994.

O Plano Real foi uma continuidade do projeto neoliberal, agora com um amplo leque de forças sociais compactuadas em torno do novo grupo instalado no poder fruto da vitória do PSDB/PFL nas eleições nacionais de 1994. Não era mais uma republiqueta instável, mas os objetivos eram os mesmos: combate à inflação, dolarização indireta da economia, valorização da moeda nacional, ajuste fiscal, reformas do Estado com privatizações e diminuição dos gastos sociais, desregulamentação do comércio exterior, aumento dos juros, mais liberdade para acumulação financeira, abertura de mercado, etc. Um dos pontos centrais do Plano Real foi implementar reformas do Estado com mudanças constitucionais da ordem econômica, tributária, administrativa e previdenciária, esta apenas iniciada e completada bem depois, em 2003, pela liderança de esquerda que mais representava a oposição, Luís Inácio Lula da Silva.

Um dos pilares da liberalização econômica iniciada pelo governo Collor foi o processo de privatizações, fusões de capitais privados e aquisições de capitais nacionais por grupos internacionais, resultantes da abertura de mercado e das iniciativas governamentais em entregar o patrimônio estatal. No governo Collor, foram privatizadas 18 empresas, no valor de U\$ 4 bilhões; no Governo Itamar, 15 empresas, no valor de U\$ 4,6 bilhões e nos governos de FHC, 36 privatizações, no valor de U\$ 31 bilhões ou 78% do total das privatizações. Sendo que do conjunto das empresas públicas privatizadas no Brasil, até 1998, as empresas norte-americanas compraram 13,8% do patrimônio total,

ficando em primeiro lugar em aquisição, e as empresas espanholas, adquirindo 4,5%, ficaram em segundo lugar.

Lembremos algumas empresas importantes privatizadas: Telesp, Vale do Rio Doce, Telesp Celular, CPFL (energia SP), Tele Norte Leste, Light, Embratel, Usiminas, Eletropaulo, Tele Centro Sul, Coelba, CEEE (energia RS), CSN, CEEE (energia Centro Oeste), Tele Sudeste Celular, Cemig, Copesul, Rede Ferroviária Federal, Telemig, Cachoeira Dourada (energia GO), Tele Celular Sul, CRT (tele RS), Tele Nordeste Celular, Cosern (energia RN), Açominas, Cosipa, CERJ, Enersul, Energipe, Acesita, Tele Centro Oeste Celular, CEG, Tele Leste Celular, Escelsa (energia ES), Cemat (energia MG), Banerj, PQU (petroquímica), Metrô RJ, Copene (petroquímica), Porto de Santos-Terminal, Banco Meridional, Petroflex, Ultrafertil, Embraer, Fosfertil, Salgema, Bandepe, Banespa, Celpe, entre outras.

Tabela 9

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - PND 1991-2002 -				
US\$ milhões				
Período	Nº de empresas	Receita de vendas	Dívidas transferidas	Total
1991	4	1.614	374	1.988
1992	14	2.401	982	3.383
1993	6	2.627	1.561	4.188
1994	9	1.966	349	2.315
1995	8	1.003	625	1.628
1996	11	4.080	669	4.749
1997	4	4.265	3.559	7.824
1998	7	1.655	1.082	2.737
1999	2	133	-	133
2000*	2	7.670	-	7.670
2001**	1	1.090	-	1.090
2002***	1	1.976	-	1.976
Total	69	30.480	9.201	39.681
/*/ - Valor inclui oferta aos empregados da Gerasul, leilão de ações no âmbito do Dec. 1.068, oferta pública das ações da Petrobras e privatização do Banespa. /**/ - Venda de ações no âmbito do Dec. 1.068, ações preferenciais da Petrobras e privatização do BEG-Banco do Estado de Goiás. /***/ - Venda de ações no âmbito do Decreto 1.068. Desestatização do BEA e oferta pública das ações ordinárias da CVRD, remanescentes do leilão de privatização da empresa. . Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES				

Outro aspecto que se adequou à preparação anterior à Minuta do Acordo foi a reforma institucional do Estado. No governo Fernando Henrique foram extintos o monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações, da geração e distribuição de energia, além de possibilitar as explorações do subsolo e da navegação de cabotagem por empresas estrangeiras. Uma das principais mudanças constitucionais foi a modificação do conceito de empresa nacional e a preferência dada à empresa nacional por determinados investimentos, retirada da Constituição, em 1995, pela Emenda Constitucional nº 6, que alterou o inciso IX do art 170, o art. 171 e § 3º do art. 176 da Carta Constitucional, que assim ficou:

Quadro 1

Título VII Da Ordem Econômica e Financeira Capítulo I Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica	
Art. 170 A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:.....	
TEXTO ORIGINAL	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 6, DE 1995
IX – tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.	IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.
Art. 171. São consideradas: I- empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país; II- empresa de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades; § 1º A lei poderá, em relação à empresa brasileira de capital nacional: I – conceder proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do país; II – estabelecer, sempre que considerar um setor imprescindível ao desenvolvimento tecnológico nacional. Entre outras condições e requisitos:	Art. 171. (Revogado)

a) a exigência de que o controle referido no inciso II do caput se estenda às atividades tecnológicas da empresa, assim entendido o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia; b) percentuais de participação, no capital, de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país ou entidades de direito público interno. § 2º A aquisição de bens e serviços, o poder público dará tratamento preferencial, no termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional.	
--	--

Fruto da abertura de mercado e das privatizações há um processo avançado de participação de capital estrangeiro no Brasil e desnacionalização da economia. Entre os anos de 1995 e 2002 ocorreu uma participação crescente do capital externo no Brasil a partir do aumento dos Investimentos Externos Diretos de 4,4% para 16,5%. No entanto, a contrapartida em termos de crescimento econômico é inversa, a média de crescimento do PIB entre 1990 e 2002 está abaixo de 2% ao ano.

Tabela 10

PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

Ano	Em milhões de R\$ de 2002	Variação percentual real	Preços correntes em milhões de US\$
1990	988.315,84	(-)4,3	469.318
1991	998.495,49	1,0	405.679
1992	993.067,87	(-)0,5	387.295
1993	1.041.974,14	4,9	429.685
1994	1.102.959,54	5,9	543.087
1995	1.149.546,27	4,2	705.449
1996	1.180.107,99	2,7	775.475
1997	1.218.713,91	3,3	807.814
1998	1.220.321,59	0,1	787.889
1999	1.229.906,90	0,8	536.554
2000	1.283.539,06	4,4	602.207
2001	1.301.704,59	1,4	510.360
2002	1.321.490,50	1,5	451.005
Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN			

Este processo também gerou o que Reinaldo Gonçalves chamou de “reprimarização das exportações”, na medida em que a participação do Brasil no comércio mundial de produtos manufaturados vem declinando e a participação dos produtos primários vem aumentando, refletindo o desmonte do parque industrial nacional e a diminuição dos investimentos produtivos.

Uma das prováveis tendências da economia brasileira para o Século XXI é uma reversão ao modelo agrário-exportador, muito semelhante ao que existiu no Século XIX, já que na alocação das capacidades de inserção no comércio globalizado, os governos brasileiros e as elites empresariais vêm sucumbindo ao papel ditado pelas grandes potências industrializadas, abdicando como parte da divisão internacional do trabalho, a determinar um papel de não-subordinação, acumulado historicamente e reforçado pela liberalização comercial aos chamados países em desenvolvimento (Gonçalves, 2000, p. 93).

Tabela 11

ENTRADA DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS		
US\$ bilhões		
Período	Investimento Total	Privatizações
1995	4,4	---
1996	10,8	2,6
1997	19,0	5,2
1998	28,9	6,1
1999	28,6	8,8
2000	32,8	6,7
2001	22,5	1,1
2002	16,5	0,2
Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN		

A desnacionalização da economia vem ocorrendo não somente como produto das privatizações, mas também pela presença cada vez mais progressiva de capital estrangeiro no setor privado nacional. Luiz Figueiras avalia que “o número de aquisições de empresas brasileiras por estrangeiros, entre 1994 e 1998, cresceu 146%,

passando de 63 para 237, totalizando, no período, 676 operações, sem contar incorporações, acordos e associações [...]" (2000, p. 163).

No setor bancário que sempre teve uma forte presença do capital privado nacional houve um aumento de ativos estrangeiros de 9,13% para 34,63%, entre os anos 94 e 98, somente nos vinte maiores grandes bancos, sendo que a quantidade de instituições diminuiu devido ao grande número de fusões e aquisições. Uma redução de 230 bancos, em 1994, para 179, em 1998, sendo que os 50 maiores concentravam mais de 98% dos ativos totais do setor e dos 25 bancos comprados entre 1995 e 1998, 11 foram comprados por grupos estrangeiros, aumentando sua participação de 6,3% para 18,9% no conjunto dos maiores 50 bancos existentes no país. Reinaldo Gonçalves expõe o grau a que chegou a desnacionalização da economia brasileira:

"Há um intenso processo de desnacionalização, pois se verifica que uma parcela crescente do aparelho produtivo nacional está sob controle de estrangeiros (ou não-residentes) e, mais particularmente, nas mãos das empresas transnacionais [...] a desnacionalização da economia brasileira vai do controle dos setores de produção de painéis à extração de titânio, da produção de aço a bancos, da navegação de cabotagem às telecomunicações, de supermercados à aviação, de chocolates a satélites, do transporte à eletricidade. Praticamente nenhum setor produtivo tem escapado ao avanço das empresas estrangeiras sobre a economia brasileira [...] A contrapartida desse aumento da desnacionalização da economia tem sido o crescimento praticamente exponencial das remessas de lucros e dividendos para o exterior. Em 1994 as remessas totais foram de 2.9 bilhões [...] em 1997 chegaram a 6,5 bilhões de dólares" (Gonçalves, 1999, p. 75).

No lastro do Plano Real que priorizou a estabilidade monetária e fiscal, a liberalização econômica e a abertura de mercado, ocorre a desnacionalização da economia, um processo de recessão com o aumento dos juros e, como consequência, um aumento exorbitante das dívidas externa e interna, a soma das dívidas líquidas do setor público saltou de 33% do PIB em 1993 para 50% em 1999²⁷, resultando num agravamento dos problemas sociais do país devido à limitação nos gastos do Estado com investimentos e serviços públicos, entre os quais, o desemprego e a concentração de renda são dos mais evidentes.

²⁷ Dívida líquida e necessidade de financiamento do setor público. Disponível em: www.bc.gov.br

Segundo a CEPAL²⁸, ao final da década de 90, a taxa de desemprego médio do continente latino-americano atingiu um percentual de quase 9% da População Ativa, saltando de 7 milhões de pessoas em 1990 para alcançar mais de 18 milhões de pessoas em 1999, ao final de 2003 foi constatada uma taxa de desemprego na ordem de 10,7%. Houve também um aumento do setor informal no número de ocupações de 43% para 48,4%. Além disso, um crescimento da concentração de renda e do aumento da pobreza. No final da década, cerca de 10% dos domicílios mais ricos superaram a renda de 40% dos domicílios mais pobres (gráfico 3), em média, e cerca de dois terços ou três quartos da população, dependendo de cada país, recebem renda inferior do que a metade da média geral *per capita*.

Vejamos o caso das taxas de desemprego de São Paulo que passou da casa dos dois dígitos na década de 90: segundo o DIEESE/SEADE²⁹, o número absoluto de desempregados na Grande São Paulo, em junho de 1990, era de 866.000 mil pessoas, e em junho de 2003, esse número atinge 1.947.000 pessoas desempregadas, considerando a População Economicamente Ativa.

Tabela 12
DESEMPREGO TOTAL SÃO PAULO

AnoXMes	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1990	6,9	8,1	9,3	10,6	11,6	12,1	11,9	11,1	10,2	9,6	9,4	9,4
1991	9,9	11,1	12,3	13,1	13,3	13,0	12,5	11,9	11,0	10,7	10,2	10,5
1992	11,3	13,1	14,6	15,5	16,1	16,2	16,2	16,1	15,5	15,5	14,6	14,4
1993	14,2	15,0	15,8	16,1	15,9	15,4	14,8	14,3	14,0	13,8	13,5	13,3
1994	13,6	14,1	14,9	15,3	15,4	15,2	14,5	14,4	14,1	14,3	13,2	12,6
1995	12,1	12,9	13,2	13,5	13,4	13,2	13,1	12,9	13,3	13,4	13,7	13,2
1996	13,1	13,8	15,0	15,9	16,1	16,2	15,7	15,5	14,8	14,8	14,5	14,2
1997	13,9	14,2	15,0	15,9	16,0	16,0	15,7	15,9	16,3	16,5	16,6	16,6
1998	16,6	17,2	18,1	18,9	18,9	19,0	18,9	18,9	18,5	18,1	17,7	17,4
1999	17,8	18,7	19,9	20,3	20,3	19,9	20,1	19,6	19,7	19,0	18,6	17,5
2000	17,7	17,7	18,4	18,6	18,7	18,6	18,6	17,7	17,3	16,3	16,2	16,2
2001	16,3	17,0	17,3	17,7	17,5	17,5	17,3	17,7	17,8	18,3	17,9	17,8
2002	17,9	19,1	19,9	20,4	19,7	18,8	18,1	18,3	18,9	19,0	19,0	18,5
2003	18,6	19,1	19,7	20,6	20,6	20,3						

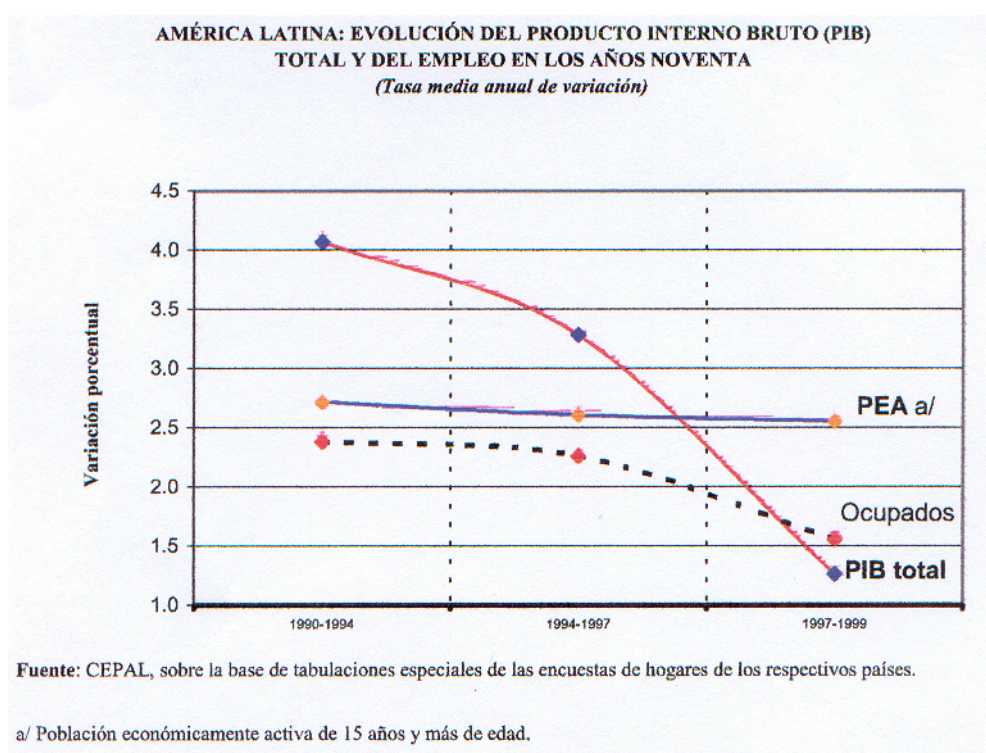
Grande São Paulo. DIEESE/Sistema SERVE/Porcentagem da PEA
Início: 01/01/1990. Fim: 01/06/2003 (Mensal) Atualizada em: 24/07/2003

²⁸ Panorama social da América Latina 2000-2001. Disponível em: www.cepal.org

²⁹ Pesquisa Emprego Desemprego. Disponível em: www.dieese.org.br.

Os impactos do neoliberalismo no Brasil na década de 90, refletidos nos baixos índices de crescimento do Produto Interno Bruto e no aumento do desemprego, acompanhado da progressiva precariedade do atendimento das demandas sociais, fruto de um processo de desmonte da capacidade produtiva dos países dependentes, devido ao aumento da abertura de mercado e do retraimento da presença do Estado nas políticas públicas é parte integrante, apesar das desigualdades entre os países, do que ocorreu no conjunto da América Latina na década citada.

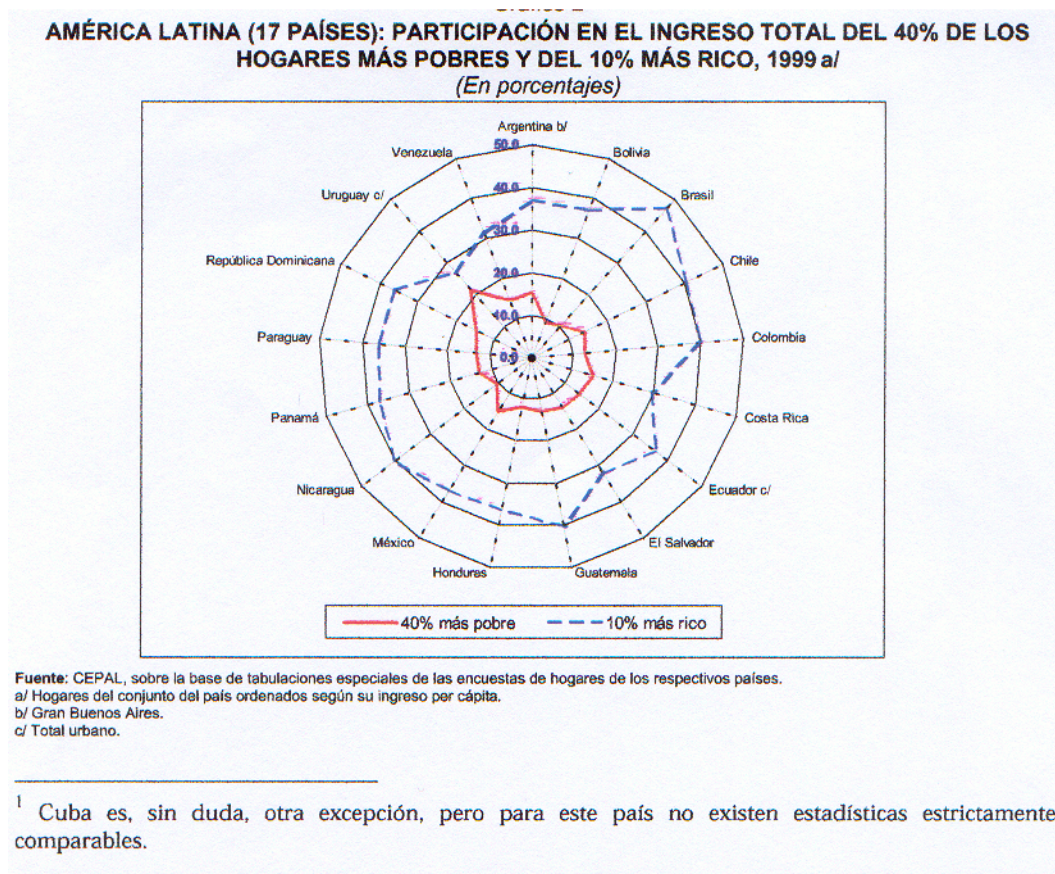
Gráfico 2



O saldo político dos últimos 12 anos de governos (1990 a 2002) abalou profundamente a capacidade de investimento e de execução política de projetos de desenvolvimento do Estado nacional brasileiro, bem como dos países latino-americanos. A entrada exorbitante de capitais estrangeiros principalmente em setores estratégicos da economia a exemplo do energético, comunicações, siderúrgico, bancário, além dos serviços de infraestrutura estatais e outros de utilidade pública, altera a relação de soberania do país com o sistema capitalista global, na medida em que há transferências

de poderes de intervenção na economia para setores estrangeiros cuja essência dos investimentos é a remessa de lucros para o exterior.

Gráfico 3



Há, como decorrência da liberalização das economias da América Latina, uma crescente dependência dos investimentos externos para financiar os déficits das contas públicas, comprometendo cada vez mais os orçamentos públicos com o pagamento de juros. A resultante é uma concentração do poder econômico em cada vez menos grupos oligopolizados com grande capacidade de interferência nas orientações políticas macroeconômicas, daí a aglomeração de problemas sociais e aumento da concentração de renda, sem perspectivas de resoluções, na medida em que há um aprofundamento das relações determinantes da globalização.

b) As origens do Projeto e as características centrais da Minuta da ALCA

A centralização do poder político concentrado na formação do Estado nacional absolutista foi decisivo para a consolidação e expansão do capitalismo mercantilista em direção ao capitalismo moderno industrial. Logo, o poder político nacional e sua capacidade de interferência nas relações econômicas e sociais passaram a ter tão importância quanto o controle dos meios de produção e de troca, sendo decisivo inclusive, e não raras foram tais situações, para socorrer os grupos econômicos com empréstimos e subsídios de todos os tipos quando estes não conseguiam sobreviver à suposta naturalidade das relações de competitividade da economia capitalista.

O desenvolvimento e consolidação do Estado Nacional ao passo que iria se transformar num entrave para o desenvolvimento das forças produtivas diante da internacionalização dos processos de produção a partir do final do século XIX, seria o instrumento de disputa entre as grandes potências na arena mundializada do capitalismo expandido para além das fronteiras, com a emergência dos oligopólios internacionais, etapa superior do capitalismo concorrencial. Daí as grandes guerras para resolver os espaços geopolíticos do sistema mundial de Estados pautado sob a divisão imperialista, no início do século, pois que:

“O poder político e militar dos Estados tornou-se assim elemento decisivo na competição econômica, convertendo-se o militarismo em campo privilegiado da acumulação de capital, enquanto a exportação não apenas de mercadorias mas também de capitais, na medida em que estendia os meios de transporte, sobretudo ferrovias, e criava indústria de bens de consumo nos países mais atrasados, assinalava nova etapa da globalização da economia.” (Bandeira, 1997, p. 22)

O primeiro aspecto da existência contraditória das fronteiras nacionais diante das necessidades da expansão do mercado à escala planetária, foi encarada de diversas formas nas relações entre os Estados. Resguardando sempre o poder de hegemonia dos países mais desenvolvidos, sustentado num protecionismo ao capital nativo, buscou-se a diminuição progressiva das barreiras tarifárias à circulação comercial

e a preferência na recepção de produtos manufaturados na relação importação-exportação com a metrópole pós-colonial.

O primeiro ensaio da parte dos Estados Unidos para controlar o espaço econômico envolvendo o Brasil - naquela época sem sucesso devido à resistência da corte brasileira - foi a tentativa de adoção, em 1887, de um *Zollverein*, união alfandegária inspirada no modelo Alemão, que precedeu a formação do Estado Nacional germânico, cujo objetivo era trocar produtos, livre de qualquer direito, somando as receitas aduaneiras, para depois dividi-las mediante sistema de captação. No caso alemão, tal medida foi fundamental para formação do Estado Nacional, no caso Brasil-EUA seria a predominância de um Estado Nacional já formado e em expansão, bem mais desenvolvido que o Brasil, significando na prática a conquista de um novo território comercial exportador de produtos primários.

O plano americano de União Aduaneira Americana foi apresentado na Conferência Pan-Americana de 1889, e durante a realização da mesma, ocorre a mudança de regime político do Brasil, que buscou barganhar o reconhecimento da República cedendo a exigências comerciais ianques abrindo o mercado brasileiro às manufaturas americanas. Os próprios Estados Unidos romperam unilateralmente o acordo impondo tarifas de 40% ao açúcar brasileiro, pois não havia demanda suficiente no Brasil para as manufaturas vindas do Norte, o que gerou vários incidentes diplomáticos à época.

Já à época do Presidente James Monroe, em 1823, diante das ameaças de retomada das colônias espanholas e inglesas, os Estados Unidos adotaram uma “missão histórica” que se tornara não só declaração de governo, mas uma estratégia de Estado que seria recorrente, desde então, até sua consolidação enquanto potência imperialista, sendo adaptada aos diversos momentos de conflitos que pusessem em xeque a hegemonia americana no hemisfério, não somente do ponto de vista político-militar, mas também econômico-comercial.

O paradoxo estava em que como o Estado Nacional americano nasceu e se consolidou a partir de uma revolução que servia de referência aos países latino-

americanos ainda sob o domínio colonial das metrópoles européias, e depois de horizonte republicano aos ideais democráticos antimonarquistas em todo o mundo. Mas, a Doutrina Monroe, carregava o seu verdadeiro conteúdo, revelado na práxis das resoluções dos conflitos externos, cujos países estivessem envolvidos: a política externa norte-americana sempre esteve condicionada aos interesses dos grandes grupos econômicos e trustes privados cuja expansão tornava-se uma necessidade do capitalismo em sua fase de desenvolvimento.

Em meados do Século XIX, fortalecidos pelos altos níveis de crescimento, o movimento conhecido como *Young America* (Jovem América) revestiria a Doutrina Monroe de um caráter messiânico cujo objetivo era levar o modelo americano de democracia e república às demais regiões do planeta, a base para o chamado Destino Manifesto, substância ideológica para o expansionismo territorial, uma combinação entre nacionalismo e expansionismo iria contaminar a política com uma marca de predestinação teológica.

O republicanismo da cúpula militar brasileira e dos setores das elites urbanas, diante das pressões européias, ao recorrer ao apoio externo americano como base de sustentação para o reconhecimento da recém fundada República dos Estados Unidos do Brasil, adotaria o americanismo como referência para construção institucional do país e de relações bilaterais preferenciais após a queda do Império. O custo seria a adoção da “suserania comercial dos Estados Unidos”. Conflitos envolvendo o território amazônico com empresas americanas de extração da borracha e as diversas imposições relativas às firmas de comércio de café, no final do século XIX, representando os dois setores 84,2% das exportações totais brasileiras, indicavam o grau de dependência alcançado em relação a americanização do Brasil.

O pan-americanismo dos Estados Unidos, organizado nas Conferências Americanas, ao contrário das tentativas bolivarianas, também tinha como objetivo sistematizar uma hegemonia americana a partir dos acordos multilaterais sob pressão das reuniões para o comércio de exportação dos Estados Unidos e nunca teve um sentido integrativo de ajuda mútua.

O corolário da Doutrina Monroe veio no início do Século XX, com o Presidente Theodore Roosevelt, política que ficou conhecida como o *big-stick* (grande cassetete), confirmando pela via militar, a reivindicação da soberania sobre o continente com o poder de polícia exercitado na República Dominicana, em 1905, se apossando das rendas das aduanas.

No contexto da bipolaridade da guerra fria com o acirramento dos movimentos de esquerda no continente a partir da revolução cubana, os Estados Unidos lançam o projeto da Aliança para o Progresso que consistia em liberar recursos e programar investimentos externos nos países latino-americanos que se alinhassem de forma automática ao combate que os americanos desencadeavam no continente contra os movimentos de esquerda ou mesmo nacional-desenvolvimentistas com perfil de política externa independente.

Ao ruir a bipolaridade construída após a Segunda Guerra, abre-se a perspectiva de construção de uma nova ordem mundial baseada na hegemonia mundial da superpotência, esta busca por um novo sistema mundial de Estados é antecedida pelo avanço neoliberal, enquanto políticas referenciais para gestão estatal. O Consenso de Washington sistematiza a orientação para o conjunto das Américas e já em 1990, as preliminares mais recentes para o livre comércio são formuladas, quando o Presidente George Bush apresenta seu projeto na chamada Iniciativa para as Américas, a busca pela edificação da Área de Livre Comércio das Américas, do Canadá à Terra do Fogo, é gestada diante da ofensiva mundial do neoliberalismo.

A Iniciativa para as Américas deságua na Iª Cúpula das Américas, reunião entre os chefes de Estado e de governo, dos 34 países do continente (todos do hemisfério menos Cuba), realizada em Miami, entre os dias 9 e 11 de dezembro de 1994, e sua importância está no início das negociações formais para formação da ALCA. O projeto geral é apresentado pelo Presidente americano Bill Clinton e nesta cúpula são aprovados dois documentos básicos: a Declaração de Princípios e o Plano de Ação cujas diretrizes gerais são os compromissos para concluir as negociações para formação de uma área de livre comércio hemisférica até o ano de 2005.

A Iniciativa para as Américas tinha como objetivos centrais preparar terreno para ir aos poucos delineando as possibilidades para constituição de uma área de livre comércio. Três pontos nortearam o projeto: primeiro, a eliminação de barreiras comerciais, fluxos de serviços, investimentos e negociações sobre direitos de propriedade intelectual; segundo, a renegociação das dívidas externas garantindo novos fluxos de empréstimos com o FMI e o BIRD; terceiro, a liberação de novos investimentos financiados pelos BID e BIRD para os países que avançassem na estratégia liberalizante. Neste período os Estados Unidos conseguem avançar com seu projeto do Nafta, concluindo as negociações em 1994, e há um alinhamento pró-liberalismo de vários países da América Latina, no Cone Sul, tal política é adotada por Ménen e Collor de Melo.

A Cúpula de Miami é organizada sob o signo da hegemonia neoliberal no continente e torna-se um êxito da estratégia americana, ainda que regionalmente comece a barganhar melhores níveis de negociações os Blocos Regionais como o Mercosul, o que não impede o andamento das negociações, apenas adequando alguns itens para melhor localizar setores do empresariado sul-americano e os ritmos de negociação, com por exemplo, o reconhecimento do 4+1 (Mercosul + EUA), já neste primeiro momento, como instância de negociação para avançar a ALCA.

Desta forma a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo torna-se a principal instância para o desenrolar das negociações, pois autoriza os grandes passos do processo. Abaixo da Cúpula, em instância mais política, existem as Reuniões Ministeriais que reúnem os Ministros de Comércio ou de Relações Exteriores, os quais acompanham as negociações mais de perto e elaboram os importantes comunicados conjuntos entre as Cúpulas. Abaixo das reuniões ministeriais existe o Comitê de Negociações Comerciais-CNC, composto pelos Vice-Ministros de Comércio ou Sub-Secretários de Relações Exteriores, com atribuição mais executiva e coordenadoria direta do processo negociador. Há ainda, no topo do organograma negociador, a presidência rotativa das negociações, cujo cronograma prevê uma co-presidência entre Brasil e Estados Unidos, na última e decisiva fase, para finalizar os prazos de implantação até dezembro de 2005.

Quadro 2

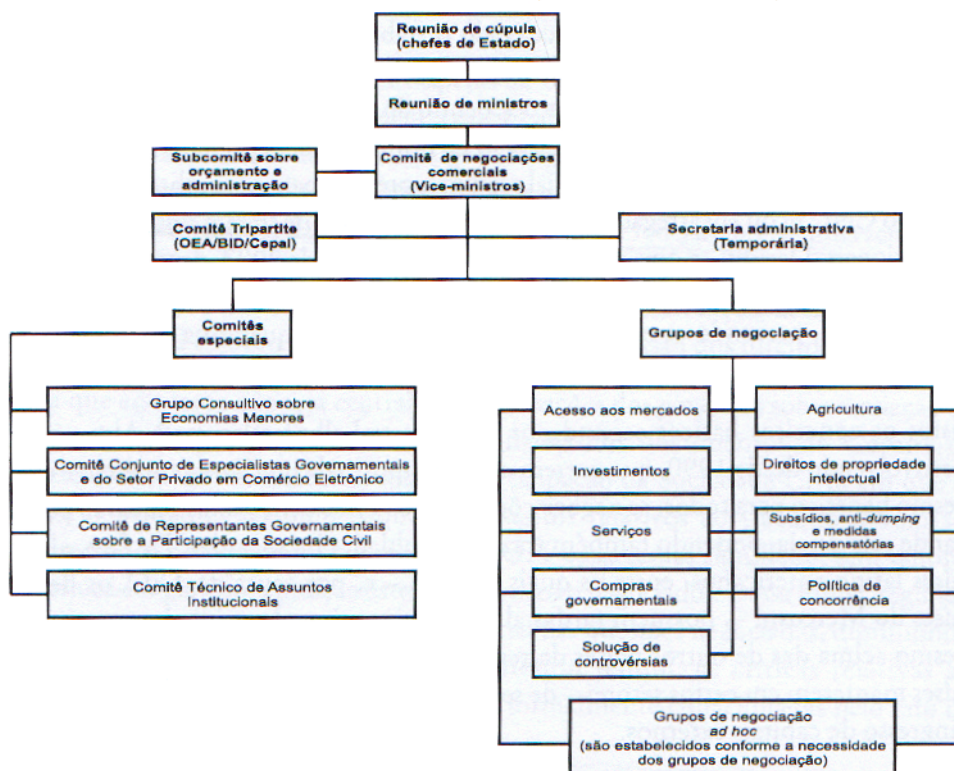
A Presidência da ALCA é objeto de rodízio entre diferentes países em negociação. Após cada reunião ministerial, o país que exercer a Presidência do processo das negociações assume a sede das reuniões ministeriais e também presidirá o CNC.

	maio de 1998 a out. de 1999	nov. de 1999 a abril de 2001	maio de 2001 a out. de 2002	nov. de 2002 a dez. de 2004
Presidência	Canadá	Argentina	Equador	Co-Presidência Brasil e Estados Unidos
Vice-Presidência	Argentina	Equador	Chile	

Quadro 3

Última Estrutura Institucional da ALCA

Alca – Estrutura Institucional Sexta Reunião Ministerial (Buenos Aires, 2001)



Fonte: Vigevani;Mariano, 2003, p. 60

A partir da Cúpula de Miami, são estabelecidas uma série de atividades, reuniões e avanços institucionais, cujos governos participantes até agora, incluindo

àqueles que substituíram os primeiros governos alinhados diretamente com o neoliberalismo, no início da década de 90, e que foram derrotados por eleições ou insurreições populares³⁰, e independentemente das divergências de ritmos e do formato das negociações³¹, concordaram em atribuir ao livre comércio a capacidade de moldar uma busca por um tipo de modelo econômico cujo perfil central está na liberalização comercial, na desregulamentação das economias, no corte das políticas sociais, nas reformas liberais do Estado, na homogeneização das relações de trabalho precarizadas, no cumprimento dos acordos com o FMI, bem como na modificação das legislações semi-protetoras das economias nacionais latino-americanas. Cada reunião do processo negociador foi um passo neste sentido, vejamos:

Quadro 4

DATA	EVENTO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Novembro 1989	Consenso de Washington	Reunião de especialistas e economistas ligados ao FMI, BID e instituições financeira elaborando as diretrizes do neoliberalismo.
Junho 1990	George Bush apresenta a Iniciativa para as Américas	Lança as diretrizes gerais para a formação de uma área de livre comércio hemisférica.
Junho 1991	Acordo do Jardim das Rosas do Mercosul com os EUA *Neste período é assinado o Tratado de Assunção para formação do Mercosul	Estabeleceu as negociações no formato 4+1.
Dezembro 1994	I Cúpula das Américas (Miami-EUA)	Aprovada a Declaração de Princípios e o Plano de Ação para formação da ALCA. Formação da Comissão Tripartite (OEA, CEPAL e BID) para fornecer assistência técnicas às negociações.
Junho 1995	Primeira Reunião Ministerial (Denver-EUA) *Neste período entra em vigor a Tarifa Externa Comum-TEC do Mercosul e a TEC entre os países da Comunidade Andina entre outros sub-acordos regionais	Constituição de 7 grupos de trabalho para iniciar as negociações a partir de planos de trabalho e levantamento de informações: Acesso a Mercados; Procedimentos Alfandegários e Regras de Origem; Investimentos; Padrões e Barreiras Técnicas ao Comércio; Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; Subsídios, Antidumping, e Direitos Compensatórios; e grupo de trabalho sobre economias menores.

³⁰ Cf. os processos que ocorreram na Argentina, Peru, Equador, Brasil, Bolívia e Venezuela

³¹ A Venezuela vem apresentando ressalvas quanto a criação da ALCA em 2005 e o Brasil/Mercosul apresentou a proposta da “ALCA Light”.

Março 1996	Segunda Reunião Ministerial (Cartagena-Colômbia)	Reafirmação dos prazos para 2005. Orientações para homogeneização dos acordos sub-regionais segundo as normas da OMC. Criação de mais três grupos de trabalho: Compras Governamentais, Direitos de Propriedade Intelectual, Serviços e Política de Concorrência. Incorporação das resoluções do Fórum Empresarial das Américas como parte dos documentos a serem analisados nos grupos de trabalho.
Maio 1997	Terceira Reunião Ministerial (Belo Horizonte-Brasil)	Reconhecimento na negociação de novos acordos bilaterais e sub-regionais de livre comércio no hemisfério; na participação de alguns países do Hemisfério Ocidental na negociação de acordos setoriais de liberalização do comércio no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC); e em medidas autônomas de liberalização do comércio adotadas por países individuais. Indicação para que as negociações (ofertas) da ALCA devem iniciar-se em Santiago, em março de 1998, e recomendaremos aos nossos Chefes de Estado e de Governo que assim o façam naquela oportunidade. A ALCA poderá coexistir com acordos bilaterais e sub-regionais, na medida em que os direitos e obrigações assumidos ao amparo desses acordos não estejam cobertos pelos direitos e obrigações da ALCA, ou os ultrapassem. A ALCA será compatível com os acordos da OMC. O consenso permanece o princípio operativo do processo da ALCA. Após realizados esforços diligentes no sentido de alcançar acordo quanto a questões controversas, as posições diferentes deverão ser encaminhadas aos Vice-Ministros, para sua decisão. Criação do Grupo de Trabalho sobre solução de Controvérsias.
Março 1998	Quarta Reunião Ministerial (San José-Costa Rica)	Recomenda aos Chefes de Estado e de Governo que iniciem as negociações sobre a ALCA durante a II Cúpula das Américas. Estabelece o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) no nível de Vice-Ministros. O CNC terá um Presidente e um Vice-Presidente. O CNC selecionará um Presidente e um Vice-Presidente para cada grupo de negociação. O CNC terá a responsabilidade de orientar o trabalho dos grupos de negociação e de decidir sobre a arquitetura geral do acordo e assuntos institucionais. Estabelece 9 grupos de negociação sobre: acesso a mercados; investimentos; serviços; compras governamentais; solução de controvérsias; agricultura; direitos de propriedade intelectual; subsídios, anti-dumping, e medidas compensatórias; e políticas de concorrência. Estabelece sede das reuniões dos grupos de negociação: Miami, Estados Unidos, de 1º de maio de 1998 a 28 de

		fevereiro de 2001; Cidade do Panamá, Panamá, de 1º de março de 2001 a 28 de fevereiro de 2003; Cidade do México, México, de 1º de março de 2003 a 31 de dezembro de 2004. Formação do Grupo Consultivo sobre Economias Menores. Cria a Secretaria Administrativa das Negociações. Reconhece o interesse e as preocupações expressas pelos diferentes setores da sociedade civil com relação à ALCA. Incentiva esses e outros setores da sociedade civil a que apresentem seus pontos de vista sobre assuntos comerciais de forma construtiva. Estabelecimento do Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil. Indica a criação do Comitê Conjunto de Especialistas do Governo e do Setor Privado em Comércio Eletrônico. Reafirma o compromisso de realizar progressos concretos até o ano 2000. Instrui os grupos de negociação a que façam progressos consideráveis até esse ano. Instrui o CNC a acordar medidas de facilitação de negócios específicas a serem adotadas antes do final do século, tendo em conta o trabalho substantivo já emanado do processo da ALCA.
Abril 1998	II Cúpula das Américas (Santiago-Chile)	Segundo a Declaração Oficial, houve benefícios econômicos reais nas Américas, resultantes do comércio mais aberto, da transparência dos regulamentos econômicos, das políticas econômicas sólidas e baseadas no mercado, e dos esforços, por parte do setor privado, para aumentar sua competitividade. A Declaração afirma que a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) elevará o bem estar de todos os nossos povos, incluindo as populações menos favorecidas dos nossos respectivos países. Afirma de forma genérica que a educação constitui o fator determinante para o desenvolvimento político, social, cultural e econômico de nossos povos. Orientam facilitar o acesso de todos os habitantes das Américas à educação pré-escolar, primária, secundária e superior, e faremos da aprendizagem um processo permanente. Instrução para que os Ministros Responsáveis por Comércio iniciem as negociações efetivas sobre a ALCA. Reafirmam a determinação em concluir as negociações da ALCA, no mais tardar, até 2005, e de fazer progressos concretos até o final deste século. O acordo da ALCA será equilibrado, amplo, congruente com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e constituirá um compromisso único. Afirmam que a integração econômica, o investimento e o livre comércio são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente.

		Compromisso de fortalecer as capacidades dos governos regionais e locais, quando apropriado, e de promover uma participação mais ativa da sociedade civil. Promoção da plena integração das populações indígenas e de outros grupos vulneráveis à vida política e econômica, respeitando as características e expressões que afirmem sua identidade cultural. Envidar esforços especiais para garantir os direitos humanos de todos os migrantes, incluindo os trabalhadores migrantes e suas famílias. Forjar uma aliança contra as drogas e ao aplicar a Estratégia Hemisférica Antidrogas, acolhendo favoravelmente o início de negociações formais, na reunião da Comissão Interamericana para o Controle de Abuso de Drogas (CICAD), no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), para estabelecer um procedimento objetivo, baseado nos princípios da soberania, da integridade territorial dos Estados, da responsabilidade compartilhada e com um enfoque integral e equilibrado, para avaliar multilateralmente as ações e a cooperação destinadas a prevenir e a combater todos os aspectos do problema das drogas e seus delitos conexos.
Novembro 1999	Quinta Reunião Ministerial (Toronto-Canadá)	Verificou-se avanços substanciais nos programas de trabalho dos Grupos de Negociações e orientou-se para compilação de um esboço geral do que seriam os capítulos do acordo da ALCA para ser analisado na próxima reunião, em Buenos Aires. Orientou-se a implementação de medidas específicas na área aduaneira, a partir de janeiro de 2000, visando a homogeneização de procedimentos técnicos, informações, códigos de conduta funcionais, metodologias, etc.
Abril 2001	Sexta Reunião Ministerial (Buenos Aires-Argentina) * Neste ano ocorre os atentados terroristas nos Estados Unidos, em 11 de Setembro, cuja reação do Governo Bush reforçou a chamada busca de hegemonia mundial baseada no unilateralismo	Decidiu-se que até 15 de maio de 2002 deveriam se iniciar as negociações de acesso a mercados. Remete para o CNC preparar diretrizes básicas acerca das diferenças sobre as dimensões das economias. Decisão de tornar pública a Minuta do Tratado constitutivo da ALCA. Instrução para o Comitê de Negociações Comerciais a elaborar uma segunda versão da minuta do Acordo ALCA, incluídos os capítulos de cada Grupo de Negociação e os capítulos que abarquem os aspectos gerais e institucionais, para que seja considerada na próxima reunião Ministerial.
Abril 2001	III Cúpula das Américas (Québec-Canadá)	Enfatiza e reafirma todos os objetivos de liberalização comercial avançados nas Cúpulas anteriores e nas Reuniões Ministeriais. Destaque para a aceitação apenas dos regimes de democracia liberal e discussão sobre os países onde ocorrerem questionamentos a tal modelo de democracia. Enfatiza diversos temas genéricos de caráter social ao passo

		que indica a liberalização comercial como única forma de alcançar o desenvolvimento econômico sustentável. O Plano de Ação tratou de apontar iniciativas nos diversos temas: democracia e gestão governamental que favoreça o livre comércio, mídia e comunicações, corrupção, direitos humanos e liberdades, migração, mulheres, crianças e adolescentes, liberdade de expressão, justiça, drogas, crime organizado, violência, segurança e terrorismo, participação da sociedade civil, estabilidade financeira, responsabilidade social das empresas, telecomunicações e transportes, energia, gestão ambiental e recursos naturais, gestão agrícola e desenvolvimento rural, trabalho e emprego, migração, educação, ciência e tecnologia, saúde, povos indígenas, cultura e outros temas.
Novembro 2002	Sétima Reunião Ministerial (Quito-Ecuador)	Reconhecimento que o processo de negociação da ALCA avançou em meio a deterioração da conjuntura econômica mundial e hemisférica e o agravamento das tensões internacionais, nos planos político e social, verificados no período mais recente. A elaboração de uma Segunda Minuta dos capítulos consolidados redigidos pelos Grupos de Negociação e o trabalho preliminar do Comitê Técnico de Assuntos Institucionais (CTI) sobre os aspectos gerais e institucionais do futuro Acordo da ALCA. Constatação do início das negociações de acesso a mercados de bens agrícolas e não agrícolas, serviços, investimento e compras governamentais em 15 de maio de 2002. Ratificação dos objetivos gerais de procurar que as políticas ambientais e de liberalização comercial se apoiem mutuamente, tomando em conta os esforços empreendidos pela Organização Mundial do Comércio e outras organizações internacionais e promover o desenvolvimento sustentável no Hemisfério. Rejeição do uso de normas ambientais e laborais com fins protecionistas. Reafirma o compromisso hemisférico com a eliminação dos subsídios às exportações que afetam o comércio de produtos agrícolas no Hemisfério e o desenvolvimento de disciplinas a serem adotadas para o tratamento de todas as outras práticas que distorcem o comércio de produtos agrícolas, incluindo aquelas que têm efeito equivalente aos subsídios às exportações agrícolas e de alcançar avanços nas negociações de acesso a mercados. Indica o calendário das duas últimas reuniões até a finalização das negociações: a 8ª reunião para o quarto trimestre de 2003, em Miami, e a 9ª reunião para 2004, no Brasil.
Novembro	Oitava Reunião Ministerial	Reafirmou o compromisso com conclusão bem-sucedida das

2003	(Miami-EUA) * No ano de 2003 há a mudança de governo no Brasil, de Fernando Henrique Cardoso para o Governo de Luís Inácio Lula da Silva que assume uma estratégia de negociação que ficou conhecida como Alca Light, tema que será abordado no item c deste capítulo.	negociações da ALCA até janeiro de 2005 [*], com o objetivo último de constituir uma área de livre comércio e conseguir a integração regional. Reconhecimento da necessidade de flexibilidade, a fim de que sejam levadas em consideração as necessidades e as sensibilidades de todos os parceiros da ALCA. Levando em conta e reconhecendo os mandatos existentes, os países podem assumir diferentes níveis de compromissos. Desenvolver um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações, aplicáveis a todos os países. Além disso, as negociações devem permitir que os países que assim o decidam, no âmbito da ALCA, acordem obrigações e benefícios adicionais. Uma das possíveis linhas de ação seria a de que esses países realizem negociações plurilaterais no âmbito da ALCA, definindo as obrigações nas respectivas áreas individuais. As partes interessadas poderão optar pelo desenvolvimento de liberalizações e disciplinas adicionais, de maneira plurilateral. O CNC deverá estabelecer procedimentos para essas negociações, os quais disporão, entre outros aspectos, o seguinte: os países que negociem obrigações e benefícios adicionais na ALCA notificarão a Co-Presidência de sua intenção de fazê-lo, antes do início das negociações; e qualquer país que não decida fazê-lo poderá participar das referidas negociações adicionais como observador. Os resultados das negociações devem ser conformes com a OMC. Instrução para que as negociações sobre acesso a mercados sejam conduzidas em ritmo que leve a sua conclusão até 30 de setembro de 2004. Estabelecimento de mecanismos que complementem e aperfeiçoem as medidas que considerem as diferenças no nível de desenvolvimento e tamanho das economias, sobretudo das economias menores, a fim de facilitar a implementação do Acordo e maximizar os benefícios que possam decorrer da ALCA. Tais medidas incluirão, embora sem a elas se limitarem, assistência técnica e medidas de transição, inclusive períodos de ajuste mais longos. Reconhecimento que o comércio pode desempenhar papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e na redução da pobreza. O Grupo Consultivo sobre Economias Menores formule recomendações ao CNC, em sua Décima Oitava Reunião, sobre métodos e mecanismos de financiamento para considerar as necessidades de ajuste decorrentes das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério. Disposição da Terceira Minuta dos capítulos do Acordo ao
------	--	--

		público na página oficial da ALCA na Internet, nos quatro idiomas oficiais. Acordamos que a decisão sobre a sede da Secretaria da ALCA será tomada em nossa nona reunião. Realização da próxima reunião no Brasil em 2004. * Venezuela reiterou mais uma vez sua reserva expressada na Declaração da Cidade de Quebec no tocante à entrada em vigor da ALCA em 2005.
2004	Nona Reunião Ministerial (Brasil)	Previsão para ser a última Reunião Ministerial antes de finalizar as negociações.
Janeiro 2005	IV Cúpula das Américas (Argentina)	Previsão para finalizar as negociações e assinatura da versão final da Minuta do Tratado da ALCA

Analisando o resultado das oito Reuniões Ministeriais (falta apenas 1 Reunião Ministerial para concluir as negociações segundo os prazos estabelecidos para janeiro de 2005), que são também a condensação das 16 seções das Reuniões do Comitê de Negociações Comerciais (ocorridas até o final de 2003), das diversas reuniões dos Nove Grupos de Negociações e dos Comitês Consultivos Especiais, realizados desde a I Cúpula das Américas, em 1994, chegou-se a uma terceira versão da Minuta do que será o Tratado da ALCA.

A Terceira Minuta de Acordo aperfeiçoa vários aspectos da Primeira e da Segunda Minuta, e que teve a confidencialidade anulada em novembro de 2003, possui 24 capítulos, aproximadamente 500 páginas, sendo assim organizado:

Quadro 5

CAPÍTULOS	TÍTULO
I	ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
II	DISPOSIÇÕES GERAIS
III	DEFINIÇÕES
IV	TRANSPARÊNCIA
V	TRATAMENTO DAS DIFERENÇAS NOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO E TAMANHO DAS ECONOMIAS
VI	DISPOSIÇÕES AMBIENTAIS
VII	DISPOSIÇÕES TRABALHISTAS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO DESCUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES AMBIENTAIS E TRABALHISTAS
VIII	TARIFAS E MEDIDAS NÃO TARIFÁRIAS

IX	AGRICULTURA
X	REGIME DE ORIGEM
XI	PROCEDIMENTOS ADUANEIROS RELACIONADOS AO REGIME DE ORIGEM
XII	PROCEDIMENTOS ADUANEIROS
XIII	NORMAS E BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO
XIV	MEDIDAS DE SALVAGUARDA
XV	SUBSÍDIOS, ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSATÓRIOS
XVI	SERVIÇOS
XVII	INVESTIMENTOS
XVIII	COMPRAS GOVERNAMENTAIS
XIX	POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA
XX	DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
XXI	MARCO INSTITUCIONAL
XXII	EXCEÇÕES GERAIS
XXIII	SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS
XXIV	DISPOSIÇÕES FINAIS

Alisando os artigos da Minuta³², podemos destacar alguns para discutir a relação dos mesmos com a questão da soberania. Há ainda muitos colchetes representando as diversas divergências geradas no processo de negociação, contudo, basta analisar os objetivos centrais e os princípios que norteiam as negociações entre os países para avaliar o quão abrangentes e graves são os objetivos das negociações ora em curso visando formar uma área de livre comércio.

Existem várias afirmações constantes das declarações das Reuniões Ministeriais e das Cúpulas, ressaltando que a ALCA trará desenvolvimento, cooperação, respeito às diversidades culturais, preservação do meio ambiente, prosperidade às populações das Américas entre outras benesses. Os títulos da Declaração de Princípios da I Cúpula das Américas são simbólicos das supostas intenções do acordo:

³² Terceira Minuta de Acordo da ALCA. www.ftaa-alca.org. Os colchetes representam que existem divergências.

- “Pacto para o desenvolvimento e a prosperidade: democracia, livre comércio e desenvolvimento sustentável nas Américas”;
- Preservação, e fortalecimento da comunidade de democracias das Américas;
- Promoção da prosperidade mediante a integração econômica e o livre comércio;
- Erradicação da pobreza e da discriminação no nosso Hemisfério;
- Garantia de desenvolvimento sustentável e conservação do nosso meio natural para as futuras gerações.”

A saída para todos os problemas listados acima supostamente virá com mais liberalização comercial, a partir da remoção, nas legislações nacionais, dos obstáculos, restrições ou distorções ao livre comércio. Não obstante, há um contra-senso com as “boas intenções”: os artigos não deixam dúvidas sobre a garantia da superioridade da liberdade de acumulação do capital em detrimento da segurança alimentar dos povos americanos, do respeito à diversidade cultural, da garantia dos direitos sociais e trabalhistas, do papel do Estado como provedor de elementos de justiça social e dos traços de soberania, ainda inscritos, mesmo que de forma residual após quase 15 anos de neoliberalismo, nas constituições dos países latino-americanos.

Os temas ambientais e trabalhistas não possuem nenhuma disposição no âmbito da ALCA, as referências são para que as partes apliquem suas legislações existentes seja ela mais progressiva ou regressiva em relação aos direitos atuais. Assim como existem referências de aplicação da atual legislação e, no caso dos temas trabalhistas, trata-se dos direitos mínimos citados no **Artigo 7 do Capítulo VII**, onde qualquer movimentação nacional no sentido de exigir disposições ambientais ou trabalhistas pode ser entendida como um movimento de restrição ao livre comércio, capazes de gerar distorções dos investimentos e, por conseguinte, tema passível de ação nas instâncias de Solução de Controvérsias, sendo que ambas as questões, segundo o Capítulo, não podem ser invocadas como condicionantes para sujeição de sanção comercial pelas partes.

Em relação ao capítulo sobre agricultura, as negociações buscam, segundo o **Capítulo IX**, a eliminação de tarifas e dos subsídios à exportação ou às chamadas

medidas de apoio interno que são identificadas com efeitos semelhantes aos subsídios, o que implica em controles padronizados sobre créditos agrícolas, programas de ajuda alimentar, e tratamento mercadológico para as empresas estatais com os mesmos critérios das empresas que competem livremente no mercado. Tal capítulo trata até de valores, prazos de pagamentos, taxas de juros, tipos de produtos, etc. Um programa de apoio creditício e tecnológico à agricultura familiar, fomentada por pequenos e médios agricultores, pode ser identificado como medida restritiva ao livre comércio.

O setor de serviços é um dos mais cobiçados, pois ainda há muitos setores controlados por serviços públicos nas esferas federais, estaduais e municipais. As negociações em andamento do **Capítulo XVI** sobre serviços prevêm o acesso ao mercado nos três níveis incluindo organizações não diretamente governamentais que exercem prestação de serviços administrativos, reguladores, dentre outros, envolvendo a produção, distribuição, comercialização, venda, prestação e pagamentos por uso de um serviço.

Não há sequer exigência para que uma empresa estrangeira esteja estabelecida em território nacional, para ser prestadora de serviço. Segundo o **Artigo 5** do Capítulo, nenhuma Parte poderá exigir que um prestador de serviços de outra Parte se estabeleça ou mantenha um escritório de representação, nem qualquer tipo de companhia, ou que seja residente, em seu território como condição para a prestação transfronteiriça de um serviço. Para regulamentação nacional das medidas de comércio de serviços não poderá anular ou prejudicar os compromissos assumidos nos termos do Acordo em matéria de acesso a mercados e tratamento nacional, segundo o **Artigo 8**. E nos casos citados de exceções, como proteção da balança de pagamentos, há a menção de que se deve seguir os convênios firmados com o FMI.

O tema de serviços inclui a subordinação do setor bancário nacional ao acordo, bem como o setor de telecomunicações, sendo que, segundo o **Artigo 7** do Capítulo de Serviços, há previsão de eliminação da participação de governo nacional em prestação de serviços públicos de telecomunicações.

Há ainda uma determinação no sentido de adotar-se o modelo das agências nacionais reguladoras nos setores de telecomunicações, tal como implementadas no processo de privatizações do governo de Fernando Henrique para retirar o Estado da participação estratégica em setores da economia como telecomunicações e energia, entregando-os aos oligopólios privados, como prevê o **Artigo 7** do texto sobre telecomunicações do **Capítulo XVI**.

O **Capítulo XVII** trata de investimentos, além das cláusulas de tratamento nacional e de nação mais favorecida para os investidores estrangeiros, de acordo com um tratamento não menos favorável ao que a parte melhor outorgar aos investidores de qualquer parte, há a previsão no **Artigo 2** de sujeição explícita das legislações nacionais e locais das partes envolvidas no acordo:

[2.7. Nenhuma disposição deste Capítulo será interpretada no sentido de impedir uma Parte de prestar serviços ou desempenhar funções tais como a execução e aplicação de leis, serviços de readaptação social, pensão ou seguro desemprego ou serviços de seguridade social, bem-estar social, ensino público, formação pública, saúde e proteção à criança [quando desempenhadas de maneira não incompatível com o presente Capítulo].]

[2.9. O presente Capítulo aplicar-se-á em todo o território das Partes e em qualquer nível ou ordem de governo, independentemente de medidas incompatíveis que possam existir nas legislações desses níveis ou ordens de governo.]

Há ainda o **Artigo 14** que trata da compensação que o Estado tem que garantir aos conflitos oriundos de problemas sociais do tipo guerras, conflitos armados, revoluções, insurreições, motins, estados de emergência ou situações semelhantes (greves, ocupações de terra, enchentes, secas... ?) que gerem prejuízos aos investidores estrangeiros prevendo reparações, restituições e indenizações.

Os termos do Capítulo sobre Compras Governamentais também se baseiam nos critérios de nação mais favorecida e da chamada não discriminação com as empresas estrangeiras garantido a concorrência das licitações nos mesmos critérios para qualquer empresa não nacional, incluindo o comércio de bens, fornecedores, prestadores de serviços, inclusive os serviços de construção.

Sobre os direitos de propriedade intelectual há 18 itens do ponto 5.3, **Artigo 5**, Seção A, que se referem a tratados internacionais sobre Obras Literárias e

Artísticas, Propriedade Industrial, Produção, Execução e Interpretação de Fonogramas, Obtenções de Vegetais, Distribuição de Sinais Portadores de Programas Transmitidos por Satélite, Direito de Marcas, Direitos Autorais, Direito de Patentes, Interpretações ou Execuções Audiovisuais, Licenças de Marcas, Diversidade Biológica, Signos, direitos dos Organismos de Radiodifusão, que segundo as negociações devem: “[5.4. Cada Parte que não tiver ratificado esses acordos [fará todo o possível] [terá o prazo de um (1) ano] a partir da entrada em vigor deste Acordo para ratificar ou aderir aos referidos acordos internacionais.]”.

A referência central para o tema dos Direitos de Propriedade Intelectual é o TRIPS (Acordo sobre os Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio) no âmbito da OMC que trata de *copyrights*, artistas, produtores de discos, emissões de rádio e televisão, marcas e patentes, indicações geográficas e denominações de origem, desenhos industriais, além de direitos de propriedade sobre medicamentos das companhias farmacêuticas.

A duração fixada pelo TRIPS para as patentes é de vinte anos e há a possibilidade de patentear sementes, microorganismos e processos microbiológicos, como também plantas, animais e diversas variedades vegetais das quais grande parte se encontra na biodiversidade do terceiro mundo. O TRIPS tem sido muito importante para favorecer a biopirataria, pois há deficiência no controle das fronteiras, como no caso do Brasil, e os “piratas” são enviados pelas multinacionais para coletar mostras de organismos vivos e substâncias medicinais naturais e depois as patenteiam nos países desenvolvidos impedindo a comercialização e até o uso do nome dos produtos que envolvem a patente.

Após uma leitura detalhada da Minuta e das Declarações das Reuniões Ministeriais, podemos concluir que qualquer capítulo ou artigo da Minuta pode ser discutido ou modificado, desde que não se modifiquem os seguintes princípios: impedimento do livre comércio de bens, serviços e capitais; e tratamento de alguma parte, leia-se legislação nacional, diferenciando, segundo a Minuta, discriminando,

empresas nacionais das estrangeiras, em seus objetivos de ampliação de negócios e realização de lucros. Assim, as obrigações do Artigo 4 do Capítulo II não deixam dúvidas:

Artigo 4 [Aplicação e alcance [da cobertura] das obrigações

[4.2. As Partes deverão assegurar a conformidade de suas leis, regulamentos e procedimentos administrativos com as obrigações deste Acordo. Os direitos e obrigações deste Acordo são comuns a todas as Partes[, sejam elas Estados federais ou unitários, incluindo os diferentes níveis e ramos de governo], exceto nos casos em que este Acordo disponha outra coisa.]

De modo que as referências às convenções da OIT, à proteção da saúde e da nutrição da população, à promoção dos interesses públicos e do desenvolvimento sócio-econômico, à proteção do meio ambiente e da soberania, enfim as vias para um desenvolvimento inclusivo, constantes da Introdução da Declaração Ministerial de 20 de Novembro de 2003, ficam invalidadas:

“Reconhecemos a significativa contribuição que a integração econômica, inclusive a ALCA, aportará à consecução dos objetivos previstos no processo da Cúpula das Américas: fortalecimento da democracia, criação de prosperidade e realização do potencial humano. Reiteramos que a negociação da ALCA continuará a levar em conta a ampla agenda social e econômica contida nas Declarações e nos Planos de Ação de Miami, Santiago e cidade de Quebec, com o objetivo de contribuir para a elevar os níveis de vida, incrementar o emprego e melhorar as condições de trabalho de todos os povos das Américas, fortalecendo o diálogo social e a proteção social, melhorando os níveis de saúde e educação e melhor protegendo o meio ambiente. Reafirmamos a necessidade de se respeitar e valorizar a diversidade cultural, conforme estabelecem a Declaração e o Plano de Ação da Cúpula das Américas de 2001.”

Esbarram no pilar central da liberalização comercial, doutrina alicerçada no sistema mundial de Estados na teoria das vantagens comparativas do comércio internacional, sistematizadas globalmente após a Segunda Guerra Mundial a partir do GATT e depois pela OMC: a liberdade para acumulação e reprodução do capital tem como lei básica não os interesses da humanidade, mas a busca incessante do lucro como dinâmica central para sobrevivência do sistema capitalista mundial. Daí que o próprio acordo, ao ter como essência a busca pela maior redução possível de barreiras alfandegárias, serviços e capitais, nega, ainda que as Declarações Oficiais tentem dizer o contrário, os interesses pela edificação de uma sociedade mais justa e mais humana nas Américas.

c) Os movimentos sociais e resistência ao neoliberalismo e ao projeto da ALCA

Houve um primeiro momento de ofensiva ideológica e execução, com apoio da população, das políticas neoliberais na América Latina, como se fossem as únicas alternativas às crises econômicas e sociais advindas da década de oitenta com suas altas taxas de inflação, o aumento das dívidas externas e as crises econômicas.

Essa ofensiva se baseou na crise do Leste Europeu e da URSS como se fosse uma demonstração cabal de que não havia alternativa ao capitalismo e que o socialismo, e por extensão, a presença do Estado na regulamentação econômica, era sinônimo de atraso econômico e autoritarismo. Já neste período, o modelo capitalista norte-americano e ocidental aparece como alternativa à falência do chamado socialismo real, há ainda, do ponto de vista da geopolítica global, uma demonstração da hegemonia militar norte-americana que desencadeia a primeira guerra contra o Iraque, em 1992, explorando o fato do antigo aliado do governo americano, o ditador Saddam Hussein, ter invadido o Kuwait, o pequeno país vizinho e um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

Tal ofensiva ideológica permitiu a eleição de vários presidentes no continente, aliados incontestáveis dos projetos neoliberais e seguidores explícitos do Consenso de Washington, assim ocorreu na Argentina, com Carlos Menem, no Brasil, com Fernando Collor, no Peru, com Alberto Fujimori, entre tantos outros. Dos resultados visíveis das políticas liberalizantes começam a surgir o recrudescimento dos movimentos sociais em todo o continente que depois se combinaram com crises econômicas graves. Desde o levante camponês/indígena ocorrido na região de Chiapas, em 1º de janeiro 1994, no Sul do México, que pôs em evidência mundial as prováveis consequências negativas da celebração do acordo de livre comércio entre o México, Estados Unidos e Canadá, há um crescente questionamento das políticas liberalizantes no continente, combinando com crises econômicas sucessivas, como as que ocorreram na Argentina e no Brasil.

A partir deste momento, desencadeiam-se muitas resistências políticas, greves, ocupações, bloqueios de estradas, manifestações diversas e inclusive insurreições contra as consequências do neoliberalismo em vários países e regiões do continente. Houve também manifestações eleitorais apoiando grupos e partidos políticos, identificados, antes de chegar ao poder, com projetos alternativos ao neoliberalismo, os mais destacados são a Venezuela, elegendo Hugo Chavez, o caso do Brasil, com Lula e de Alejandro Toledo, no Peru. Destaquemos aqui apenas os picos de mobilizações sociais que ocorreram em quatro países como produto da resistência aos planos neoliberais: Equador, Argentina, Venezuela e Bolívia.

No Equador, em 21 de janeiro de 2000, fruto de uma resistência a um pacote econômico que previa a dolarização direta com o fim da moeda nacional, ocorre uma insurreição operária e popular com a ocupação do Congresso Nacional do Equador e da Capital, Quito, pelos camponeses que compõem socialmente boa parte das populações indígenas, sendo estes em torno de 40% da população nacional, organizados pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador-CONAIE e pela Coordenação de Movimentos Sociais-CMS, que agrupa categorias do funcionalismo, petroleiros, organizações de bairro e outros setores sindicais, chegando a derrubar o governo do Presidente Mahuad e a organizar temporariamente O Parlamento dos Povos, um parlamento popular alternativo ao Congresso Nacional.

Na Argentina, em dezembro de 2001, ocorreu nos dias 19 e 20, a insurreição que ficou conhecida com *“Argentinazo”*, a *“Revolução das Panelas”*, organizada pelos diversos movimentos de piqueteiros (desempregados que organizam bloqueios de estradas) e pelas Assembléias Populares (organizações dos Bairros de Buenos Aires), na realidade foi a confluência de diversas greves gerais, saques e bloqueios de estradas que ocorriam há meses contra o desemprego, a pobreza e o bloqueio das contas bancárias, promovidos pelos governos do Presidente De la Rúa e pelo Ministro da Economia Domingos Cavallo. A insurreição mobilizou milhões de pessoas derrubando o governo após dois anos de mandato.

Na Venezuela, entre os dias 11 e 13 de abril de 2002, uma tentativa de golpe militar organizada por setores do empresariado nacional e apoiada pelos Estados Unidos, que logo reconheceu o governo provisório após a deposição do Presidente Hugo Chavez, foi impedida de se consolidar por uma forte mobilização popular organizada pelos Círculos Bolivarianos, sindicatos e outras organizações populares. O governo golpista logo fechou o Congresso, o Tribunal de Justiça, o Conselho Eleitoral e destituiu prefeitos e governadores, além de anular o acordo da Venezuela e Cuba sobre fornecimento de petróleo. A mobilização popular logo se alastrou pelo país, dividindo as forças armadas e impedindo, via confrontos diretos nas ruas contra as forças militares golpistas, a consolidação do golpe e devolvendo o poder ao presidente.

Na Bolívia, já havia crescentes conflitos sociais desde o ano de 2000, principalmente na região de Chochabamba devido à privatização do sistema de abastecimento de água que gerou exorbitantes aumentos de tarifas e cuja reestatização, uma reivindicação popular, foi conquistada. Em fevereiro de 2003 houve protestos, greves e bloqueios generalizados devido um decreto governamental de aumento de impostos, que foi retirado da pauta do Congresso, mas em setembro de 2003, o Presidente Sanchez de Lozada, eleito há pouco mais de um ano, anunciou um projeto de venda do gás boliviano (segunda maior reserva de gás da América Latina), que previa enormes prejuízos ao país em favorecimento de empresas multinacionais, incluindo aí a Petrobrás. Foi convocada uma greve geral por tempo indeterminado pela Central Operária Boliviana-COB e diversas organizações populares e camponesas resultando na queda do governo e na reversão do projeto.

Estes grandes eventos das lutas sociais, dentre outros localizados nas cidades e no campo, a exemplo dos conflitos agrários e das ocupações urbanas no Brasil, correm nos diversos países do continente e possuem um caráter central: a luta pela sobrevivência materializada na necessidade da terra, habitação, salários, empregos, acesso aos serviços públicos como saúde, educação, serviços básicos como energia, água, saneamento, segurança alimentar, entre diversas outras questões sociais existentes secularmente na relação de dependência no nosso continente, mas agravadas

no final do Século XX, devido ao aprofundamento das políticas de abertura comercial, ajustes fiscais e corte dos orçamentos estatais para os serviços públicos a partir das exigências cada vez mais draconianas dos acordos celebrados pelo Fundo Monetário Internacional para pagamento das dívidas aos órgãos monetários e demais credores internacionais, visando manter superávits para alimentar os Investimentos Externos como âncora do novo modelo econômico. Estima-se, segundo a CEPAL³³, que a dívida externa da América Latina, em 1980, era de 257,3 bilhões de dólares, aumentando para 474,9 bilhões, em 1990, para 741,7 bilhões em 2000 e mais ainda, para 744,3 bilhões em 2003, atingindo 48,8% do Produto Interno Bruto do Continente.

Tabela 13

AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: DEUDA EXTERNA BRUTA TOTAL ^a										
<i>(En millones de dólares)</i>										
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003 ^b
América Latina y el Caribe	569 946	625 552	651 342	679 910	768 349	764 389	741 702	726 732	726 554	744 300
Argentina	85 656	98 547	110 613	125 052	141 929	145 289	146 575	140 273	134 200	140 400
Bolivia ^c	4 216	4 523	4 366	4 234	4 655	4 574	4 461	4 412	4 300	4 700
Brasil	153 572	165 447	186 561	208 375	259 496	241 468	236 156	226 067	227 689	235 000
Chile	21 768	21 736	26 272	29 034	32 591	34 758	37 177	38 538	40 956	42 400
Colombia	21 855	26 340	31 116	34 409	36 681	36 733	36 131	39 039	37 340	37 300
Costa Rica ^c	3 256	3 259	2 859	2 830	2 988	3 171	3 266	3 334	3 338	3 700
Cuba ^c	9 083	10 504	10 465	10 146	11 209	11 078	10 961	10 893	10 900	11 000
Ecuador	14 589	13 934	14 586	15 099	16 400	16 282	13 564	14 411	16 288	16 500
El Salvador ^c	2 056	2 168	2 517	2 689	2 632	2 789	2 831	3 148	3 987	4 600
Guatemala	2 895	2 947	3 026	3 197	3 618	3 831	3 929	4 100	4 290	4 700
Guyana	2 004	2 058	1 537	1 514	1 500	1 196	1 250	1 250	1 200	1 300
Haiti ^c	875	901	914	1 025	1 104	1 162	1 170	1 189	1 212	1 300
Honduras	4 040	4 243	4 121	4 073	4 404	4 729	4 706	4 808	4 964	5 000
Jamaica	3 652	3 452	3 232	3 278	3 306	3 024	3 375	4 146	4 348	4 400
México	139 800	165 600	157 200	149 028	160 258	166 381	148 652	144 534	141 601	140 300
Nicaragua ^c	11 695	10 248	6 094	6 001	6 287	6 549	6 660	6 374	6 363	6 400
Panamá ^c	5 505	5 891	5 070	5 051	5 180	5 412	5 604	6 263	6 349	6 500
Paraguay	1 271	1 742	1 801	1 927	2 133	2 697	2 819	2 652	2 700	2 800
Perú	30 191	33 378	33 805	28 642	29 477	28 704	28 150	27 195	27 840	28 700
República Dominicana	3 946	3 999	3 807	3 572	3 537	3 636	3 682	4 177	4 459	5 000
Trinidad y Tabago	2 064	1 905	1 876	1 565	1 471	1 585	1 680	1 638	1 614	1 700
Uruguay ^c	4 959	5 193	5 387	5 459	6 036	5 618	6 116	5 855	8 328	8 600
Venezuela	40 998	37 537	34 117	33 710	31 457	33 723	32 786	32 437	32 290	32 000

Fuente: CEPAL, sobre la base de cifras oficiales.

^a Incluye la deuda con el Fondo Monetario Internacional.

^b Cifras preliminares.

^c Se refiere a la deuda externa pública.

³³ Banlace Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2003. Disponível em: www.cepal.org.

Em paralelo ao avanço da liberalização comercial e às negociações para formação da área de livre comércio, também se organizam movimentos sociais questionadores do projeto da ALCA como parte do mesmo fenômeno internacional dos movimentos mundiais opositores à globalização capitalista que se manifestam de forma multitudinárias a cada reunião dos organismos financeiros e propulsores da globalização. Desta forma tem sido uma realização difícil as reuniões e eventos da OMC, Banco Mundial, FMI, Cúpulas da União Européia, Reuniões Ministeriais da ALCA, G-7 ou qualquer organismo multilateral que tenha como objetivo aprofundar a liberalização comercial e financeira. De modo que muitos eventos são inviabilizados pela ampla presença de manifestações, cuja confluência de ativistas sociais de diversas nacionalidades criaram um laço de redes de organizações e atividades em comuns.

Podemos citar alguns eventos importantes mais recentes onde ocorreram grandes reuniões ou manifestações de protestos. Em Seattle, região norte dos Estados Unidos, a IV Reunião Ministerial da OMC, organizada para o final de 1999, foi preparada com muita pompa numa cidade símbolo do livre comércio norte-americano, no entanto, a reunião foi suspensa tamanha foi a presença de manifestantes de vários lugares, inclusive dos Estados Unidos, houve uma forte repressão pela polícia gerando um clima de confronto na cidade. A reunião foi adiada para novembro de 2001 e transferida para Doha, uma longínqua cidade de difícil acesso no Qatar, país do Oriente Médio, nesta reunião a OMC abriu mais uma rodada de liberalização comercial que culminou no fracasso da V Reunião Ministerial de Cancun, em setembro de 2003, no México, onde conflitos entre os países chamados emergentes e as grandes potências, não lograram uma declaração conjunta satisfatória ao conjunto dos países, pois os Estados Unidos, a União Européia e Japão não recuaram na diminuição dos subsídios agrícolas e nas tarifas de importação de produtos primários, assim formou-se o chamado G22, grupo de países subdesenvolvidos, mas que possuem o peso de 1/3 das da produção agrícola mundial, mas o principal objetivo do G22 era acessar os mercados consumidores dos países centrais.

Também em julho de 2001, ocorreu um gigantesco protesto na cidade de Gênova, Itália, durante a reunião do G-8 cuja repressão policial assassinou um jovem participante, fato que teve repercussões internacionais. Outros eventos estão associados com a agenda questionadora dos efeitos excludentes da globalização no mundo, vejamos alguns mais recentes:

Em 2002:

- O II Fórum Social Mundial, janeiro, Porto Alegre, Brasil;
- Fórum Social Panamazônico, de 25 a 27 de janeiro de 2002, Belém, Brasil;
- Fórum Social Temático Argentina, 22 a 25 de agosto de 2002, Buenos Aires, Argentina;
- Plebiscito Popular sobre a Alca, setembro, Brasil;
- O Fórum Social Temático Palestina, Ramallah, Palestina, de 27 a 30 de dezembro de 2002;
- Fórum Social Europeu, de 7 a 10 de novembro de 2002, Florença, Itália.

Em 2003:

- O Fórum Social Asiático, de 2 a 7 de janeiro, Hyderabad, na Índia;
- O II Fórum Social África, de 5 a 9 de janeiro, Addis Abeba, na Etiópia;
- O Fórum Social Pan-Amazônico, de 16 a 19 de janeiro, Belém, no Brasil;
- O III Fórum Social Mundial, janeiro, Porto Alegre, Brasil;
- Dia Internacional da Luta Campesina, 17 de abril;
- Manifestações durante o Encontro do FMI e do Banco Mundial; 12 e 13 de abril, Washington, EUA;
- Mobilização contra a intervenção militar e econômica dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe, 10 a 15 de abril, Washington, EUA;
- II Encontro de Luta Contra a ALCA e a Guerra, 30 e 31 de maio, La Paz, Bolívia;
- Encontro Hemisférico contra a Militarização, de 6 a 10 de maio de 2003, San Cristobál de las Casas, Chiapas, México;
- Manifestações durante o Encontro da cúpula do G8, de 1 a 3 de junho, Evian, França;
- Fórum Social Mundial temático: democracia, direitos humanos, guerra e narcotráfico, Cartagena de Indias, na Colômbia, de 16 a 20 junho;
- Encontro Jurídico Continental contra a ALCA, 29 a 31 de agosto, Piracicaba-São Paulo, Brasil;
- Terceira Assembléia dos Povos do Caribe, Haiti, de 19 a 24 de agosto;
- Fórum dos Povos por uma Alternativa à OMC, durante o V Encontro Ministerial da OMC, de 10 a 14 de setembro, Cancún, México;
- Consulta popular sobre ALCA na Argentina, 4 a 11 de outubro;
- Encontro Internacional da Via Campesina e de organizações indígenas para a celebração do Dia Mundial da Resistência Indígena, de 11 a 14 de outubro, Venezuela;
- O Fórum Social Europeu, de 12 a 15 novembro, Paris, St Denis, Bobigny (Seine-Saint-Denis) e Ivry (Val de Marne), na França;
- Encontro dos Movimentos Sociais, 17 de novembro, Paris, França;
- Fórum Social Brasileiro, 6 a 9 de novembro, Belo Horizonte, Brasil;
- Conferência Ásia Pacífico sobre a dívida e a privatização dos serviços de água e energia, 8 a 12 de dezembro, Bangcoc, Tailândia;
- Manifestações de milhões de pessoas em todo o mundo contra a invasão do Iraque, ocorreram em várias cidades européias, americanas e asiáticas, nos meses de fevereiro e março, com destaque para Londres, Madrid, Roma, Berlim, Barcelona e Paris.

Estão programados para 2004:

- IV Fórum Social Mundial: janeiro, Mumbai, na Índia;
- III Encontro Hemisférico contra a ALCA, 13 a 15 de janeiro, Havana, Cuba;
- Fórum Social Pan-Amazônico, de 04 a 08 de fevereiro, Ciudad Guayana, Venezuela;
- Fórum Social das Américas, de 8 a 13 de março, Quito, Equador;
- O Fórum Social Mediterrâneo, Barcelona, Espanha, março;
- Fórum Mundial de Educação, 28 a 31 de julho, Porto Alegre, Brasil.
- Caravanas de protestos na provável Reunião Ministerial da ALCA, julho, Brasil.

Grande parte dos movimentos sociais participa dos encontros anuais do Fórum Social Mundial, evento com milhares de ativistas onde ocorrem diversas atividades políticas e culturais com perfil antiglobalização, sem caráter deliberativo. A última sessão do Fórum Social Mundial ocorreu na cidade de Porto Alegre, em janeiro de 2003, com a participação de cerca de 100 mil pessoas de todo o mundo e o próximo evento está programado para janeiro de 2004, em Mumbai, na Índia. Outros eventos regionais e temáticos com o mesmo caráter aglutinam milhares de pessoas e movimentos sociais dispostos a debaterem os problemas sociais do planeta e promoverem manifestações anti-globalização.

O Conselho Internacional do Fórum Social Mundial é formado por mais de 100 entidades. O Fórum Social Mundial, inspirado na necessidade de organizar uma atividade que se contrapusesse simbolicamente ao Fórum Econômico Mundial de Davos, teve sua primeira edição realizada em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, as entidades coordenadoras no Brasil são: **ABONG** - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; **ATTAC** - Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos; **CBJP** - Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB; **CIVES** - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania; **CUT** - Central Única dos Trabalhadores; **IBASE** - Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas; **CJG** - Centro de Justiça Global; **MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Do I FSM participaram 20.000 pessoas, 4.700 delegados, abrangendo 117 países. Do II FSM participaram cerca de 50.000 pessoas, 12.274 delegados, abrangendo 123 países e do III FSM participaram cerca de 100.000 pessoas, 20.000 delegados,

abrangendo 123 países. No entanto, mesmo depois de conquistada tanta representatividade é importante ressaltar alguns limites e questionamentos existentes acerca do Fórum. O evento não tem objetivos definidos a serem alcançados, além de reunir pessoas para debates, fato que não deixa de ser importante, mas não há um horizonte concreto a ser conquistado, já que na própria Carta de Princípios³⁴ do Fórum adota uma postura de não ser instância representativa da sociedade civil (ponto 5) e portanto se nega a deliberar sobre qualquer documento ou sobre qualquer campanha (ponto 6), assim os apelos genéricos de que “um outro mundo é possível” não se materializa em nenhum projeto alternativo.

Desta forma, o primeiro item da Carta de Princípios: *“O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra”*, não se traduz em nenhuma ação global cujo potencial de transformação social seria multiplicador, muito além do que as apresentações de experiências isoladas de cada entidade como ficou evidente nos atos públicos contra a ocupação do Iraque que tiveram um impacto político planetário.

Na América Latina há uma crescente resistência operária e popular contra a assinatura do acordo da ALCA. Em 1997, se realizou uma plenária continental de movimentos sociais paralelamente à Reunião Ministerial da ALCA, em Belo Horizonte, resultando na proposta de formação da Aliança Social Continental-ASC, a proposta foi encaminhada pelos participantes da I Cúpula dos Povos das Américas, realizada em Santiago de Chile, em abril de 1998, em atividade paralela à II Cúpula das Américas. A Aliança Social Continental (uma das entidades integrantes do Conselho Internacional do FSM) se constituiu formalmente em abril de 1999, na reunião ocorrida em San José,

³⁴ Disponível em: www.forumsocialmundial.org.br

Costa Rica, onde foram definidos os objetivos e a estrutura organizativa. Em abril de 2001, a ASC organiza a II Cúpula dos Povos das Américas, na cidade de Québec, no Canadá, em atividade paralela à III Cúpula das Américas.

A Aliança Social Continental aglutina aproximadamente 45 milhões de pessoas de diversos movimentos sociais no continente americano cuja heterogeneidade se expressa a partir de ONGs, associações profissionais e de intelectuais, organizações ambientalistas, nações indígenas, sindicatos, uniões estudantis, organizações de mulheres, movimentos camponeses, juventudes, entre outras, possuindo uma estrutura organizadora composta pelas Cúpulas dos Povos, que são as plenárias continentais; o Conselho Hemisférico, formado por aproximadamente 30 organizações setoriais e regionais; a Coordenação *Operativa*, formada por 1/3 das organizações do Conselho que coordena a ASC cotidianamente, a Secretaria Executiva cuja função é dinamizar as demais instâncias e garantir os encaminhamentos, as comunicações, as documentações, a organização e as finanças, além dos Comitês Específicos e Coordenações Regionais e Nacionais que dão suporte à Coordenação e à Secretaria. A Coordenação Operativa é formada pela Rede Mexicana de Ação frente ao Livre Comércio (RMALC); Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP); Common Frontiers / Canadá; Réseau Québécois sur L'Intégration Continentale (RQIC)/ Québec; Alliance for Responsible Trade / Estados Unidos; Congresso Latinoamericano de Organizaciones Campesinas (CLOC); Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT); Alianza Chilena por un Comercio Justo y Responsable (ACJR); Jubileu Sul/Brasil; Capitulo Peru de la Alianza Social Continental; Comitê de Mujeres de la ASC e Capitulo Ecuador de la ASC y del Foro Social Mundial.

Fruto de várias reuniões e estudos, a Aliança Social Continental, elaborou um documento intitulado “*Alternativas para as Américas*”³⁵ cujo conteúdo crítico à Minuta do Acordo da ALCA está expresso em 109 páginas tratando dos diversos temas que estão em negociação e outros ausentes da pauta das reuniões oficiais das negociações para formação da ALCA. O documento trata de direitos humanos; meio ambiente e recursos naturais; sustentabilidade; gênero; trabalho; imigração; papel do Estado; educação;

³⁵ Dezembro de 2002. Quarta versão. Disponível em www.asc-hsa.org

comunicação; investimentos estrangeiros; finanças internacionais; direitos de propriedade intelectual; agricultura; acesso a mercados e regras de origem; serviços e cumprimento e resolução de controvérsias.

Destaquemos alguns pontos centrais do resumo do texto:

Principios Generales: El comercio y la inversión no deberán ser fines en sí mismos, sino instrumentos para alcanzar un desarrollo justo y sustentable. Los ciudadanos y las ciudadanas deben tener derecho a participar en la formulación, implementación y evaluación de políticas sociales y económicas continentales. Las metas centrales de estas políticas deberán ser la promoción de la soberanía económica, el bienestar social y la reducción de la inequidad en todos los niveles.

Derechos Humanos: [...] deberá incluir mecanismos e instituciones que garanticen su implementación total. Esta agenda deberá promover la más amplia definición de derechos humanos, cubriendo los derechos civiles, políticos, económicos, sociales, culturales y ambientales, la equidad de género y los derechos en torno a los pueblos y las comunidades indígenas.

Medio Ambiente y Recursos Naturales: Los gobiernos deberían subordinar políticas de inversión y comercio a políticas que le den prioridad a sustentabilidad y protección ambiental. También deberían de tener el derecho de dirigir inversiones hacia actividades ambientalmente sustentables, rechazar la privatización de recursos naturales, eliminar políticas que subvencionan o fomentan la energía de hidrocarburo [...]

Sustentabilidad : [...] requiere la incorporación del principio y objetivo de sustentabilidad en todos los sujetos que sean considerados. Estos asuntos deberían ser negociados con el objetivo de resolver – con el apoyo de políticas nacionales – los problemas serios de nuestras regiones: desigualdad; desempleo; degradación ambiental; y muchos otros problemas. Los acuerdos deben comprometer los países miembros a que cumplan con convenios y tratados internacionales diseñados para proteger el medio ambiente, minorías, derechos de trabajadores, derechos de mujeres y otras conquistas sociales. También deberían dar medios prácticos para llevar a cabo las medidas que hicieran esos acuerdos efectivos en un nivel nacional.

Género: Los convenios internacionales sobre derechos de la mujer deberán ser centrales para todas las políticas continentales. Las mujeres deben tener mayores oportunidades para participar en la elaboración de políticas. Los gobiernos deberán establecer leyes nacionales que garanticen un cuidado de los hijos accesible; que ataquen el hostigamiento sexual laboral [...]

Trabajo: Las políticas continentales habrán de garantizar los derechos básicos de hombres y mujeres trabajadores, crear un fondo para brindar compensaciones a trabajadores y comunidades que padezcan la pérdida de empleos, y promover el mejoramiento de niveles de trabajo y de vida de los trabajadores y de sus familias.

Inmigración: Los gobiernos deberán adherirse a convenciones internacionales sobre derechos de migrantes; garantizar derechos laborales a todos los trabajadores –sin importar su estatus migratorio—y penalizar severamente a los patrones que violen esos derechos; otorgar amnistía a todos los trabajadores indocumentados dentro de sus fronteras; desmilitarizar zonas fronterizas; y apoyar los subsidios internacionales para las áreas que sean grandes importadoras de mano de obra.

El papel del Estado: Las políticas continentales no deberán mermar la capacidad de un Estado-nación para cubrir las necesidades sociales y económicas de sus ciudadanos. Los Estados-nación

deben tener el derecho a mantener corporaciones del sector público y políticas de procuración que apoyen las metas de desarrollo nacional. La meta de las regulaciones nacionales en el sector privado deberá ser la de garantizar que las actividades económicas promuevan un desarrollo justo y sustentable.

Educación: La educación no es una mercancía; es un derecho social universal y fundamental que se debe asegurar mediante un servicio público financiado y bajo responsabilidad del Estado. Debe ser excluida de los acuerdos sobre la liberalización del comercio de servicios. La educación pública debe ser gratuita y plenamente accesible en todos los ámbitos y durante toda la vida.

Comunicación: El derecho a la comunicación se trata tanto del derecho de producir como de recibir información. La comunicación debe ser considerado como un bien público y debiera ser preservado y regulado para el beneficio social y cultural de la sociedad. La comunicación y los medios deben ser regidos por principios de ética inspirados en una cultura de la vida y de lo humano.

Inversión: La inversión deberá generar empleos de alta calidad, producción sustentable y estabilidad económica. Los gobiernos deben tener el derecho a rechazar cualquier inversión que no haga una contribución neta al desarrollo, sobre todo en los flujos de capital especulativo. Los grupos ciudadanos y todos los niveles de gobierno deben tener el derecho a demandar a inversionistas que hayan violado reglas de inversión. El mecanismo del TLCAN que permite a los inversionistas demandar directamente a los gobiernos debe ser abolido y prohibido en otros acuerdos.

Finanzas: El 100% de todas las deudas de países con bajos ingresos y las deudas ilegítimas de países con mediano ingreso deben cancelarse. Países muy endeudados deberían obtener una reducción de sus deudas para que eviten crisis en sus balances de pagos, presiones para aprovecharse de recursos naturales en una manera que no sea sustentable y otras consecuencias negativas de origen económico, social, y ambiental que resulten de los esfuerzos por mantener deudas que ya han sido pagadas. Los programas de ajuste estructural del Banco Mundial y del FMI deben ser abandonados, y estas instituciones deben ser reestructuradas de manera fundamental, o bien, remplazadas. Se les debe permitir a los países imponer controles sobre flujos de capital, y debe desarrollarse un mecanismo multilateral para regular la actividad especulativa. Los gobiernos habrán de tener la capacidad de establecer sus propias políticas monetarias y financieras, y resistir a la dolarización.

Propiedad Intelectual: Los gobiernos deberán tener la capacidad de establecer reglas de propiedad intelectual que reflejen sus contextos sociales, culturales y económicos específicos. Esto deberá incluir el derecho a ciertas disposiciones que garanticen el acceso a medicinas esenciales y habrá de proteger la biodiversidad, los saberes indígenas y de las comunidades tradicionales y campesinas. Ninguna forma de vida podrá ser patentada.

Agricultura: Los países deben asumir la responsabilidad de garantizar la alimentación para su población. El Estado tendrá el derecho a proteger o excluir los alimentos básicos de los tratados comerciales. Debe haber una democratización que involucre a pequeños productores en la creación de políticas agrícolas, pesqueras y ambientales, y en particular la reforma agraria. Ningún elemento de los acuerdos internacionales en materia de integración debe limitar la capacidad de los Estados Nacionales de impulsar y consolidar este proceso.

Acceso al mercado: Los países en desarrollo deberán trabajar con países desarrollados para implementar políticas especiales que atiendan las inequidades entre nuestros países. El actual principio dominante de "trato nacional" [...] restringe severamente la planificación nacional del desarrollo. Se debe permitir a los gobiernos fomentar políticas que fortalezcan la demanda interna, en lugar de apoyarse por completo en los mercados externos. Los gobiernos deberían

tener derechos soberanos para dar subsidios e incentivos fiscales para servicios productivos que reflejan intereses sociales legítimos.

Servicios: Los servicios básicos como educación, atención a la salud, energía, agua y otras utilidades deben estar disponibles para todas las personas que habitan el continente. Para alcanzar esta meta, esos servicios públicos no deberían de ser privatizados o dejados en las manos de las llamadas reglas del mercado. Los países deberán promover los intereses de desarrollo nacional y priorizar el ambiente y otras preocupaciones por encima de la meta de distribución eficiente de recursos.

Cumplimiento y Resolución de Disputas: [...] deben estar acompañadas por mecanismos de resolución de disputas y de cumplimiento que orientados a reducir las inequidades, y que estén basadas en procesos justos y democráticos. Deberán ser diseñadas para crear incentivos suficientes que impulsen su cumplimiento y que hagan posible evitar las acciones para su aplicación. Esto involucrará una evaluación de cumplimiento en cada país, planes de acción para derribar obstáculos al cumplimiento y, como último recurso, la negación de beneficios del acuerdo comercial para los violadores corporativos y/o gobiernos con un récord de no-aplicación general.

O documento da Aliança Social Continental se propõe a construir o que define como “integração econômica positiva” com políticas baseadas em metas que priorizem “a soberania econômica, o bem estar social e a redução das desigualdades em todos os níveis”; cumprindo uma agenda relativa aos direitos humanos, subordinando os investimentos e o comércio à preservação ambiental, para isso, contrapondo-se à privatização dos recursos naturais. O modelo de desenvolvimento sustentável proposto deverá ter políticas específicas com relação à mulher, às minorias, aos direitos dos trabalhadores e outras conquistas sociais.

Com relação às relações de trabalho advoga a referência e o cumprimento das convenções da Organização Internacional do Trabalho, além de políticas para combater o desemprego. Sobre a imigração propõe garantias trabalhistas a todos, independente da regularização, além da anistia aos ilegais e desmilitarização das zonas de fronteiras. Defende a educação pública e gratuita como responsabilidade do Estado. Os sistemas de comunicação devem ser considerados bens públicos e regulados para o benefício social. Os investimentos devem gerar empregos de qualidade, estabilidade econômica, devendo ser regulados com preocupações sociais. As dívidas dos países pobres “devem ser perdoadas” e os programas de “ajuste estrutural do FMI e Banco Mundial devem ser abandonados”, deve-se também desenvolver mecanismos

multilaterais para regulamentar as atividades especulativas e os governos devem resistir a dolarização.

Sobre propriedade intelectual as regras devem refletir os contextos sociais, culturais e econômicos específicos das nações, garantindo acesso a medicina básica e a proteção da biodiversidade, os conhecimentos indígenas e das comunidades camponesas, impedindo qualquer patenteamento de formas de vida. Já o comércio da agricultura deve garantir a alimentação das populações, excluindo os alimentos básicos dos tratados, deve haver reforma agrária e incentivo aos pequenos agricultores. Com relação ao acesso de mercados não deve ter como eixo central a busca dos mercados externos, mas a prioridade para responder as demandas internas. Os serviços básicos como saúde, educação, energia e água devem estar disponíveis para todas as pessoas, para isso não devem ser privatizados e entregues ao mercado. Para a resolução de controvérsias comerciais deve-se buscar constituir instâncias no âmbito da ONU com a participação da sociedade civil e buscando o cumprimento de normas sociais. Por fim, resumindo, caberia ao Estado nacional o papel de defesa da soberania, mantendo políticas públicas e instituições que cumpram com as metas econômicas para garantia das necessidades sociais das populações e regulando nacionalmente o setor privado submetendo-o a um desenvolvimento justo e sustentável.

O texto da ASC é uma importante contribuição à crítica ao neoliberalismo, buscando alternativas ao processo de exclusão crescente do nosso continente e instrumentalizando os movimentos sociais com informações e estudos da realidade sócio-econômica do continente que não são priorizadas pelos tecnicistas a serviço do capital, muitos dos questionamentos e saídas apontadas no *“Alternativas para las Américas”* servem de inspiração não só para o debate acadêmico-científico crítico ao projeto da ALCA, mas sobretudo as ações políticas questionadoras da agenda de negociações.

No entanto, há um problema central no texto que é uma concepção idealista dos processos de integração. Não há como compreender os chamados processos de integração desassociando-os da lógica dinamizadora da globalização cuja essência é a etapa atual da acumulação capitalista, então, ao se questionar as operações de

liberalização comercial há que se levar em conta quais são as relações sociais de produção que engendram a dinâmica liberalizante associando-as aos sujeitos políticos e sociais cuja hegemonia na sociedade se expressa no comando das políticas externas então em vigência sob a tutela da agenda posta pelos Estados nas diversas reuniões das instâncias que estão moldando o formato da ALCA.

Aqui ficam algumas interrogações sobre o documento da ASC para aprofundarmos em outro momento e espaço: Como reconstruir o papel do Estado sem discutir a reversão das privatizações já ocorridas cuja ausência impede a execução da presença de políticas públicas na economia ? Ao questionarmos o papel da especulação financeira mundial e das instituições FMI e Banco Mundial não se requer uma firme ação dos governos latino-americanos na ótica realista de confronto com as grandes potências ? Quais serão os sujeitos políticos e sociais dinamizadores das grandes mudanças propostas, já que sob os governos atuais há um avanço das negociações da ALCA, ainda que com conflitos residuais entre os países ? Há possibilidades de manter processos de integração nos marcos da globalização atual sem questionar as bases do próprio processo de mundialização do capitalismo dinamizado pelo grande capital e em particular pelo setor financeiro ? Como reivindicar um papel interventor do Estado nacional sem discutir neste âmbito a edificação de uma nova ordem internacional ou mesmo regional em alternativa ao *status quo* almejado pelo sistema mundial de Estados hegemônico pelas grandes nações desenvolvidas ?

No Brasil, uma das maiores entidades que impulsiona as ações da Campanha contra a ALCA é a CNBB, através das Pastorais Sociais, que há anos dinamiza uma campanha contra a Dívida Externa, a *“Campanha Jubileu 2000 – por um milênio sem dívidas”*, segundo a entidade, inspirada numa Carta Apostólica do Papa³⁶ : *“O Santo Padre João Paulo II nos preparou para este evento de Graça a partir de 1994 com a Carta Apostólica ‘Tertio Millennio Adveniente’.* *Afirma ele no número 51: ‘No espírito do livro do Levítico (25,8-12), os cristãos deverão fazer-se voz de todos os pobres do mundo propondo o jubileu como um tempo oportuno para pensar, além do mais, numa*

³⁶ Boletim do Plebiscito. Nº 01, 14.07.2000. Disponível em www.cnbb.org.br

consistente redução senão mesmo no perdão total da dívida internacional, que pesa sobre o destino de muitas nações' ”.

A campanha contra a Dívida Externa foi evidenciada no ano 2000, em várias atividades envolvendo diversos setores sociais, culminando na organização de um Plebiscito Popular, entre 2 e 7 de setembro deste mesmo ano, envolvendo várias entidades políticas, sindicais e associativas, em escala nacional, nas regiões e municípios do país, mobilizando, na campanha, na organização e na votação, mais de 130 mil pessoas voluntariamente. A consulta foi realizada em 3.444 municípios dos 27 estados da União, em aproximadamente 50 mil urnas recolhendo cerca de 6 milhões de votos. Cerca de 6 milhões de pessoas votaram nas igrejas, bairros, locais de trabalho, sindicatos, universidade e escolas, 93% dos consultados votaram pelo não pagamento da dívida externa, revelando um importante protesto nacional contra a Dívida Externa.

Em 2001 O Jubileu Sul/Brasil adiciona as suas atividades contra a Dívida Externa a Campanha contra ALCA, como parte da Campanha Continental contra a ALCA organizada pela Aliança Social Continental. Forma-se a Coordenação Nacional da Campanha contra a ALCA a partir das Plenárias Nacionais da Campanha. Já ocorreram 12 Plenárias Nacionais e a 13^a está prevista para abril de 2004.

A Coordenação Nacional da Campanha é composta pelas seguintes entidades e movimentos: Pastorais Sociais – CNBB; MST/Via Campesina; CUT; UNE; CMP; Movimento Consulta Popular; UNAFISCO Sindical; Grito dos Excluídos; CNTE; Federação Nacional dos Advogados; ANDES; Conselho Nacional de Igrejas Crístãs-CONIC; CESE; FISENGE; PACS; Cáritas Brasileira; Marcha Mundial das Mulheres; REBRIP; CONTAG; FASUBRA; Conselho Federal de Economia; Conselho Federal de Engenharia; Conselho Federal de Psicologia; UBES; Rede Brasil. Somam-se a estas nas Plenárias Nacionais: Partidos (PT, PSB, PSTU, PCdoB)³⁷, FASE, CERIS, Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos/RS; IBRADES; CPT; Pastoral da Criança; Koinonia; Pastoral da Juventude do Brasil; Pastoral Operária; Juventude Operária Católica; Pastoral do Migrante; ATTAC;

³⁷ O PT não participou do Plebiscito Popular da ALCA em setembro de 2002. Declaração de Lula sobre o Plebiscito: “O PT é um partido que está a poucos dias de ganhar o governo e não pode ficar brincando de fazer plebiscito” (O Globo, 25/8/02).

CORECON/SINDECON; Sindicato dos Aposentados; IBASE; CRS Brasil; Conferência Nacional dos Leigos-CNL; Missão Urbana e Rural da América Latina; MPA; MAB; ANMTR; CEPIS.

Uma das principais atividades da Campanha foi preparar um plebiscito sobre a ALCA em 2002. Antes houve desde o ano de 2001 centenas de atividades de esclarecimento da população com debates, seminários, plenárias de formação, publicação de livros, cartilhas, jornais nacionais, edição de vídeos, entre outras ações, organizadas por Comitês locais e pelas Coordenações Estaduais. O Plebiscito ocorreu na semana da pátria de 1 a 7 de setembro incorporando também o tema sobre a cessão da Base Militar de Alcântara (MA).

O resultado do Plebiscito da ALCA foi superior ao da Dívida Externa. Ocorreu votação em todos os vinte e sete estados da Federação, em mais 41 mil urnas, em quase 4 mil municípios, envolvendo mais de 150 mil pessoas voluntárias de centenas de organizações populares, movimentos sociais do campo e da cidade, igrejas, sindicatos, federações sindicais, entidades estudantis, movimentos de mulheres, associações profissionais, ONGs e partidos políticos. O total de votantes foi o seguinte: 10.149.542 pessoas. Total de urnas apuradas: 41.758. O resultado da apuração³⁸, segundo as perguntas, foi:

Questão 1 - O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?

Sim – 113.643 (1,12%)

Não – 9.979.964 (98,33%)

Branco – 32.291 (0,32%)

Nulos – 23.738 (0,23%)

Questão 2 - O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?

Sim – 341.593 (3,37%)

Não – 9.737.190 (95,94%)

Branco – 47.470 (0,47%)

Nulos – 23.289 (0,23%)

Questão 3 - O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?

Sim – 66.219 (0,65%)

Não – 10.006.740 (98,59%)

Branco – 1.100 (0,01%)

Nulos – 21.547 (0,21%)

³⁸ Manifesto da Campanha Jubileu Sul/Brasil. 17.09.2002. www.jubileusul.hpg.ig.com.br

Baseada na repercussão nacional e internacional do Plebiscito, a Coordenação da Campanha elaborou uma estratégia para conquistar um Plebiscito Oficial, depois elegeu a proposta de data para o dia 03 de outubro de 2004, para isso promoveu uma coleta de assinaturas num abaixo-assinado nacional coletando mais de 2 milhões de assinaturas, resultado que foi entregue, junto com uma declaração pública, aos representantes dos três poderes da República, no dia 16 de setembro de 2003, para que o Projeto de Decreto Legislativo, 71/2001, do Senador Saturnino Braga (PT-RJ), atualmente em tramitação no Senado³⁹, seja aprovado:

“Convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Associação de Livre Comércio das Américas pelo prazo de vinte anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É convocado plebiscito, a ser realizado em todo o território nacional, sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Associação de Livre Comércio das Américas — ALCA pelo prazo de vinte anos.

Art. 2º Ficam suspensas até a proclamação dos resultados do plebiscito de que trata este Decreto Legislativo, na forma do estabelecido pelo art. 9º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, as medidas administrativas que visam ao ingresso do Brasil na ALCA.

Art. 3º O Presidente do Congresso Nacional dará ciência da aprovação deste ato convocatório ao Tribunal Superior Eleitoral para os efeitos previstos no art. 8º da Lei nº 9.709, de 1998.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justicativa [...]

Sala das Sessões, 19 de abril de 2001”.

Cabe ressaltar, porém que a Campanha contra a ALCA, devido à eleição de Lula para presidente, no final de 2002, sofreu um certo revés no primeiro semestre de 2003, com isto várias entidades apostaram numa política mais nacionalista do governo após a posse do governo em janeiro de 2003, havia expectativas de que o governo suspendesse as negociações e convocasse a população e os movimentos sociais para um debate amplo visando a resistência ao projeto neoliberal e como parte desta a resistência ao projeto da ALCA, no entanto como discutiremos mais à frente, o governo priorizou

³⁹ Projeto de Decreto Legislativo 71/2001. Disponível em www.senado.gov.br

não a ruptura das negociações, mas a construção de uma nova estratégia de negociação visando a “ALCA possível”⁴⁰.

Constatando-se que a hipótese mais provável da dinâmica do processo negociador é de fato viabilizar a ALCA, ainda que com moldes diferentes da chamada “ALCA abrangente” defendida pelo governo norte-americano, ou seja, um modelo de ALCA inspirado na ampliação do NAFTA, os movimentos sociais e a Coordenação da Campanha constatarem, a partir da 12ª Plenária Social sobre a ALCA (Plenária Nacional da Campanha), ocorrida entre os dias 4 a 5 de outubro de 2003, a necessidade de retomar a mobilização e a reconstrução dos Comitês tendo como objetivo central a mobilização popular para aprovação do Projeto sobre o Plebiscito Oficial sobre a ALCA, com a proposta de data para 03 de outubro de 2004, a ser realizado juntamente com as eleições municipais deste ano. Assim orientam, segundo o comunicado oficial da Coordenação da Campanha⁴¹:

- Rearticular e reanimar os comitês Estaduais/ Locais;
- Buscar aquelas pessoas entidades que pararam no caminho;
- Juntar forças com os Movimentos Sociais para realizar as lutas concretas, no dia a dia;
- Investir na divulgação, no trabalho de base e conscientização;
- Trabalhar a formação e capacitação dos lutadores do povo;
- Trabalhar a data de 03 de Outubro de 2004 para a realização do Plebiscito Oficial sobre a ALCA;
- Realizar nos municípios e estados audiências públicas sobre a ALCA;
- Pressionar, nos locais, os parlamentares federais para que apóiem o projeto de plebiscito oficial sobre a ALCA em 2004.

⁴⁰ Folha de São Paulo. 08.07.2003.

⁴¹ Disponível em: www.jubileusul.hpg.ig.com.br

d) A nova conjuntura com a eleição de Lula: a estratégia da “ALCA light”

A despeito de qualquer análise mais profunda que se faça do conteúdo programático, das alianças políticas e das experiências administrativas estaduais e municipais, além das estratégias que o Partido dos Trabalhadores construiu na década pós-ditadura militar e remodelou ao longo da década de noventa, inegavelmente as eleições de 2002 representam um marco não só no calendário eleitoral, mas na história das contendas políticas após o fim do regime militar.

Os anos 80 são marcados pela hegemonia do poder central da República dos representantes das classes empresariais tradicionais e das oligarquias agrárias. Não obstante, as importantes conquistas de inserções democráticas, trabalhistas e sociais dos interesses populares na legislação nacional, refletidos na Assembléia Constituinte, revelando um alto grau de efervescência mobilizadora não só das classes trabalhadoras, mas também das classes médias urbanas e de setores nacional-desenvolvimentistas da sociedade civil em geral.

Nos anos 90, ocorre um aumento da representação institucional parlamentar e em vários poderes executivos municipais e estaduais dos setores políticos oriundos da principal agremiação política de esquerda surgida na década passada com o apoio das principais organizações do movimento sindical, popular e camponês. Mas o PT que nasceu como um partido de trabalhadores com bases orgânicas junto aos movimentos sociais, foi progressivamente se distanciando rumo a um modelo partidário muito semelhante ao processo ocorrido com o Partido Trabalhista Britânico, como reflexo também de uma guinada liberalizante dos antigos partidos social-democratas europeus, que se transformou no *New Labor Party* de caráter social-liberal. Esse movimento também atinge as orientações partidárias com relação à política externa, às instituições internacionais e à postura diante dos governos dos países desenvolvidos.

James Petras e Henry Veltmeyer⁴² apontam quatro vertentes que sempre estiveram em mutação para caracterizar a qualificação da mudança do Partido dos Trabalhadores ao longo dos anos:

1. A relação com os movimentos sociais e suas lutas;
2. A estrutura interna do partido e composição dos delegados a seus congressos;
3. O programa e alianças políticas;
4. O tipo de liderança predominante no partido.

Com relação ao aspecto do relacionamento eleitoral do partido com os movimentos sociais avalia:

"No início, as campanhas eleitorais foram em grande parte um complemento das lutas extraparlamentares. Com o tempo e com as vitórias eleitorais que foi colhendo, o setor 'eleitora' tomou o controle do partido e este, pouco a pouco, redefiniu suas funções como aparato basicamente eleitoral, mantendo a retórica da luta social, mas concentrando seus esforços dentro das instituições do Estado, assim como formando alianças *de facto* com partidos burgueses."

A agenda dos movimentos sociais nos anos 90, a exceção do período do governo Collor onde conseguiu questionar e terminar desbaratando do poder o grupo político dominante, foi pautada pela resistência de defesa dos direitos conquistados anteriormente, num choque permanente ao projeto neoliberal e às reformas do Estado e da economia, implementadas desde o poder central pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso apoiado-se numa maioria parlamentar formada pelo PSDB, PFL e PMDB e pela maioria dos governadores. Apesar de todos os questionamentos, a implementação do projeto foi vitoriosa, ainda que parcialmente não tendo ido até as últimas conseqüências em várias reformas do Estado, a exemplo da previdenciária, tributária, trabalhista, sindical e política. Até 1999, quando ocorreu a crise do Plano Real, o discurso da estabilidade econômica e do fim da inflação predominava com uma ampla base de apoio social na população.

⁴² Para onde vai o Brasil ? *Marxismo Vivo*, São Paulo, nº 7, p. 27-39, 2003.

A confluência da crise do Plano Real com a crescente insatisfação popular diante do aumento dos problemas sociais e da simbologia na figura de um operário líder das lutas sociais com o apoio da grande maioria dos movimentos sociais, resultou na vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002. A própria mudança de poder com a colaboração íntima entre as duas equipes montadas para transição refletiu essa nova correlação de forças sociais e políticas que chegou ao poder central em 2002, ou seja, para quem estava saindo do poder não havia como não reconhecer o tamanho da “esperança” depositada nas urnas e no grupo político que emergia como depositário das expectativas populares de 12 anos de experiência negativas anteriores.

Uma das inflexões mais esperadas acerca da postura do governo recém eleito era justamente com relação à política externa haja visto o engajamento que os movimentos sociais organizadores da Campanha contra ALCA depositaram nas eleições 2002. Havia um sentimento de fortalecimento pelos resultados positivos na opinião pública e em diversas entidades representativas devido à popularização que foi a campanha de esclarecimento sobre o projeto da ALCA e os resultados alcançados no Plebiscito Popular, com a votação de mais de 10 milhões de pessoas em todo o território nacional, no mês de setembro do mesmo ano eleitoral. A não participação de Lula e do PT no apoio ao Plebiscito foi vista apenas como uma postura “tática” tendo em vista os holofotes das pesquisas eleitorais e a necessidade de granjear apoio do eleitorado conservador não-petista, ou seja, a justificativa parcialmente aceita por grande parte das organizações que realizaram a Campanha e o Plebiscito foi a de que Lula não poderia se “misturar com os radicais” para não perder voto.

Durante a campanha eleitoral, porém, já havia sinalizações concretas de compromissos que o futuro governo assumiria. No dia 22 de junho de 2002, em plena campanha eleitoral e diante de ameaças de uma nova crise econômica explorada eleitoralmente pelo candidato governista foi divulgada a “Carta ao Povo Brasileiro”⁴³ na qual Lula reafirma toda uma retórica mudancista de combate à pobreza e à fome diluída ao longo do texto, mas anuncia:

⁴³ Carta ao Povo Brasileiro. São Paulo, julho de 2002. Disponível em: <www.pt.org.br>

“O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista [...] Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.”

O famoso bordão de Delfim Neto “é preciso primeiro o bolo crescer para depois dividir” é substituído por “é preciso estabilidade para poder crescer”, o lema mais repetido durante os dois governos de Fernando Henrique agora é assumido pelo principal candidato de oposição. A cláusula pétrea de respeito aos contratos implementadas pelos governos anteriores de FHC e Collor foi verificada em compromisso com o FMI, antes mesmo do resultado eleitoral, e depois na renovação do acordo com o Fundo pelo comando pela equipe econômica de Lula, em novembro de 2003⁴⁴, confirmando ao final do ano um superávit primário do setor público (União, Estados, municípios, empresas estatais e INSS) atingindo R\$ 6,3 bilhões em novembro. Com isso, as estimativas para o saldo do ano de 2003 saltaram para R\$ 70,3 bilhões, ou 4,94% do PIB.

Cabe ressaltar que antes da divulgação da Carta ao Povo Brasileiro o PT já havia divulgado um documento intitulado “Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil – A Ruptura Necessária”⁴⁵, onde há avaliações acerca da política adotada pelo governo de FHC e algumas indicações sobre as medidas a serem assumidas com relação ao FMI e à política externa. Bem distante das propostas dos programas das campanhas anteriores de 1998, 1994 e principalmente de 1989, possui questionamentos importantes de conteúdo antineoliberal numa perspectiva nacional-desenvolvimentista, em que pese as contradições ao longo do texto, mas que foram secundarizadas durante a campanha e simplesmente esquecidas no primeiro ano do governo. Vejamos:

⁴⁴ Carta de Intenção ao FMI. Brasília, 21 de novembro de 2003. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>

⁴⁵ Disponível em: <www.pt.org.br>

“8. A dependência de capitais externos e a manutenção de uma taxa de juros extremamente elevada [...] tiveram impactos destrutivos sobre as finanças públicas, produzindo um volumoso endividamento do Estado e transformando os juros no principal vetor do déficit público (embora a carga tributária tenha se expandido bastante no período). As políticas de ajuste adotadas devido aos acordos com o FMI, ao invés de eliminarem a propensão ao endividamento, levaram a priorizar o pagamento dos encargos financeiros da dívida pública, com o sacrifício dos investimentos em infra-estrutura, em ciência e tecnologia, e dos gastos sociais do Estado [...]

12. No plano internacional, diante dos debilidades do Mercosul – agravados pela profunda crise argentina – uma questão essencial diz respeito à proposta dos Estados Unidos de conformação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. No âmbito comercial, a assimetria de recursos, de capacidade tecnológica, de escalas de produção e de sistemas de proteção anulariam as eventuais vantagens da expansão do intercâmbio com os Estados Unidos, inclusive porque, no melhor dos casos, esta tenderia a reforçar nossa especialização em atividades tradicionais de baixo conteúdo tecnológico. A ALCA, porém, é muito mais que uma proposta de acordo comercial, abrangendo todos os aspectos-chave da economia – tais como a desregulamentação dos fluxos de capital, a proteção a investimentos estrangeiros, a abertura dos serviços – inclusive nas áreas de cultura e comunicação – e das compras governamentais ao capital estrangeiro, além da regulamentação da propriedade intelectual.

13. [...] Nesse sentido, uma adesão a esse acordo, tal como está sendo proposto, representaria, de fato, o aprofundamento do movimento de abertura e desregulamentação econômica e financeira em curso, que conduziu ao debilitamento político do Estado nacional brasileiro, à desnacionalização e à fragilização de sua economia, bem como ao agravamento da questão social. A recente aprovação, pela Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, de autorização para que o Executivo negocie acordos comerciais que o Congresso só pode aprovar ou rejeitar em bloco (o chamado fast track), confirma com clareza tal visão. A inclusão de cláusulas restritivas a transferência de tecnologia e a flexibilização sobre patentes, e outras que retiram de governos nacionais (como o Brasil) poder para regular investimentos, ao lado da retirada do campo de atuação do Executivo de itens relevantes de negociação, como os subsídios à agricultura e as regras “anti-dumping”, são exemplos destacados disso.

21. [...] não pode restar dúvida de que um governo democrático e popular precisará operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente, estabelecendo as bases para a implementação de um modelo de desenvolvimento alternativo.

22. Tal projeto deverá incorporar o combate à dependência externa e a defesa da autonomia nacional; terá o social como referência central do desenvolvimento – ou seja, o desenvolvimento sustentável incorporará em sua própria dinâmica interna a distribuição de renda e de riqueza, a geração de emprego, a inclusão social e o uso dos recursos naturais com sustentabilidade [...]

51. [...] com relação à dívida externa, hoje predominantemente privada, será necessário denunciar do ponto de vista político e jurídico o acordo atual com o FMI, para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento e à defesa comercial do país e bloquear as tentativas de re-estatização da dívida externa, reduzindo a emissão de títulos da dívida interna indexados ao dólar. O Brasil deve assumir uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública, particularmente de países como o Brasil, o México e a Argentina, que respondem por

grande parte da dívida externa mundial e, não por acaso, tem grande parte de sua população na pobreza.

53. Quanto à ALCA, tendo em conta a avaliação já efetivada, não se trata de uma questão de prazos ou de eventuais vantagens nesse ou naquele setor. Tal como está proposta, a ALCA é um projeto de anexação política e econômica da América Latina aos EUA, cujo alvo principal, pela potencialidade de seus recursos e do seu mercado interno, é o Brasil. O que está em jogo, então, são os interesses estratégicos nacionais, é a preservação de nossa capacidade e autonomia para construir nosso próprio futuro como nação. Em outras palavras, rechaçar essa proposta, tal como está sendo apresentada, é um requisito essencial para viabilizar o objetivo de redução de nossa dependência e vulnerabilidade externas [...]

54. [...] A instabilidade crescente da economia mundial, com a sucessão de crises, tem retirado legitimidade do projeto neoliberal. Esta mudança do quadro mundial permite combinar a defesa da soberania com a luta por uma ordem internacional radicalmente distinta da que está sendo construída. À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos [...] as relações internacionais não devem ser entregues à lógica dos mercados desregulados ou ao mando imperial levado a cabo pelas instituições da globalização neoliberal – FMI, Banco Mundial, OMC, ALCA. Desta forma, a soberania nacional deve ser associada estreitamente com soberania popular, e com solidariedade internacional entre os povos oprimidos pelo imperialismo. Mais do que um “PROJETO NACIONAL”, trata-se de formular um projeto que incorpore a defesa da Nação e se proponha a transformá-la e a lutar por uma outra ordem internacional [...] A campanha internacional pelo cancelamento das dívidas externas dos países pobres deverá ter forte participação do Brasil e deve ser acompanhada pela perspectiva de auditoria e renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do “terceiro mundo [...]

Ainda que permeado de contradições quando defende uma “inserção soberana no mundo” sem questionar com medidas concretas o aumento progressivo das liberalizações comerciais; apontando a necessidade de 10 milhões de empregos sem dizer como vai atingir tal meta; propondo uma nova ordem internacional sem dizer exatamente o que significa uma soberania com solidariedade e o internacionalismo entre os povos; questionando as privatizações ocorridas como indicador das limitações da capacidade do Estado sem indicar o que vai ser feito, entre outras questões, ainda assim o documento aponta alguns questionamentos e críticas ao modelo anterior. O fato posto é a não execução de medidas para combater o modelo neoliberal após a posse de Lula.

O texto critica a prioridade que foi dada aos encargos financeiros da dívida externa em detrimento dos investimentos em infra-estrutura, ciência e tecnologia e gastos sociais, além de ressaltar uma campanha pelo cancelamento e auditoria das dívidas do terceiro mundo em articulação com outros países; afirma que um “governo

democrático e popular precisará operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente, estabelecendo as bases para a implementação de um modelo de desenvolvimento alternativo”, indicando que tal projeto deverá “incorporar o combate à dependência externa e a defesa da autonomia nacional [...] o desenvolvimento sustentável incorporará em sua própria dinâmica interna a distribuição de renda e de riqueza, a geração de emprego, a inclusão social e o uso dos recursos naturais com sustentabilidade”.

As tímidas medidas desenvolvimentistas apontadas na carta programa denominada de “Ruptura Necessária” não são passíveis de verificação simplesmente porque não foram postas em execução. Ao tomar posse o governo priorizou uma única frase também contida na Carta ao Povo Brasileiro: o respeito aos contratos internacionais e à estabilidade fiscal. Desta forma não houve nenhum questionamento da dívida, ao contrário, como vimos anteriormente, os compromissos com o Fundo foram renovados, priorizou-se a estabilidade dos mercados visando à segurança dos investimentos externos de curto prazo e desta forma o desemprego aumentou⁴⁶ e a economia continua paralisada, em contrapartida, foram feitas reformas constitucionais com o mesmo conteúdo neoliberal das iniciadas por Fernando Henrique: a da previdência e a tributária. Há ainda possibilidades de uma reforma trabalhista e sindical para 2004. Cabe ressaltar que o programa de governo de Lula já continha previsões de reformas⁴⁷, no entanto, não havia revelado qual seria o teor de tais medidas.

As expectativas geradas diante da provável postura do governo com relação à política para a ALCA duraram aproximadamente seis meses, período de acomodação inicial das novas equipes do governo e de delineamento das estratégias, neste período as negociações continuaram no Comitê de Negociações Comerciais da ALCA e nos Grupos de Negociações específicos, até porque o Brasil já havia assumido a co-presidência das negociações junto com os EUA, em 1º de novembro de 2002, ainda

⁴⁶ Segundo o IBGE, a taxa média de desemprego de março a dezembro foi de 12,5%, maior que os 11,7% registrados no mesmo período em 2002. Jornal do Comércio. Economia. Recife, 24.01.04.

⁴⁷ Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro. Brasília 23 de julho de 2002. Disponível em <www.pt.org.br>

sob a regência de Fernando Henrique e Celso Lafer, mas a viagem do Presidente Lula e sua equipe ministerial para Washington no dia 20 de junho de 2003 seria, após as eleições, o grande sinalizador da continuidade da política externa que não questiona a agenda norte-americana em seus aspectos substanciais. A assinatura do documento oficial “Comunicado conjunto da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos da América” e seus termos enfáticos não deixam dúvidas da apreciação que o novo governo faz do governo de George W. Bush:

“Brasil e Estados Unidos decidem criar uma relação mais estreita e qualitativamente mais forte entre os nossos dois países. É hora de se definir um novo e decidido rumo em nosso relacionamento, guiado por uma visão comum de liberdade, democracia, paz, prosperidade e bem-estar para nossos povos, com vistas à promoção da cooperação hemisférica e global [...]

É firme e inabalável nosso compromisso com os direitos humanos para todos, em todas as nações [...]

A democracia é essencial ao desenvolvimento sustentável. No mesmo sentido, a redução das desigualdades e o aumento da justiça social contribuem para a estabilidade e a segurança internacional [...]

Afirmamos que os países devem adotar políticas que promovam o crescimento e a inclusão social, condições indispensáveis para o aumento da renda, melhoria dos padrões de vida e para o fim da pobreza e da fome [...]

Concordamos em que o livre comércio impulsiona a prosperidade e o desenvolvimento e contribui para a promoção da iniciativa empresarial e o fortalecimento do setor privado, com impactos sociais positivos. Concordamos também em que a liberalização comercial pode contribuir para o crescimento dinâmico, para a inovação tecnológica e, no longo prazo, para o progresso individual e coletivo. Reafirmamos, assim, nosso compromisso com o combate ao protecionismo [...]

Cooperaremos em temas de interesse comum, que contribuam para a defesa e a segurança do hemisfério, redobrando esforços conjuntos para combater o terrorismo, o tráfico e consumo de drogas, o tráfico de seres humanos e outros crimes transnacionais que ameacem a paz na região.[...]

Nossa força reside na capacidade de nossos povos de decidir seu destino e de realizar suas aspirações de uma vida melhor [...]

Temos muito o que aprender com nossas experiências singulares em matéria de modernização econômica, bem como com os progressos alcançados em ciência, tecnologia e medicina, nas soluções para os problemas mais urgentes na área de meio ambiente, no atendimento das necessidades e desafios energéticos, na promoção da educação de qualidade e na universalização das matrículas no ensino fundamental. Estamos comprometidos a trabalhar juntos na busca de mecanismos que estendam os benefícios dessas reformas a nossos povos [...]

Cooperaremos, inclusive mediante contatos diretos entre nossas comunidades empresariais, para o reforço das relações econômicas, comerciais e de investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos e - reconhecendo nossa responsabilidade como co-presidentes - para a conclusão exitosa das negociações para uma Área de Livre Comércio das Américas até janeiro de 2005.”⁴⁸

⁴⁸ Extraído do site: <www.mercosul.gov.br>

A viagem e o documento assinado conjuntamente entre Lula e Bush Jr. teve uma má repercussão no Brasil, tanto é que o Ministro Celso Amorim publicou um artigo na imprensa, “A ALCA possível”⁴⁹, poucos dias depois, visando explicar o que de fato tinha sido acordado. Esta nova proposta ficou conhecida como “ALCA light”. Com o subtítulo “O governo do presidente Lula não aderirá a acordos que forem incompatíveis com os interesses brasileiros”, o artigo torna pública a oferta para negociações:

“...No que se refere à Alca, deparamos com um contexto negociador complexo do ponto de vista dos interesses brasileiros, sujeito a um calendário que nos deixava escassa margem para uma eventual correção de rumos. Tal como vinha se desenvolvendo nas negociações, o projeto da Alca ia muito além do que denota a expressão “livre comércio” em sentido estrito. Com efeito, as propostas em discussão incluíam aspectos normativos para serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual que incidem diretamente sobre a capacidade reguladora dos países. Por outro lado, não pareciam encorajadoras as perspectivas de obtenção de livre acesso ao maior mercado do hemisfério para os produtos em que detemos vantagens comparativas (sobretudo, mas não apenas, agrícolas). Excluíram-se das negociações aspectos de importância prioritária para o Brasil, como os subsídios agrícolas e as medidas antidumping. As discussões sobre acesso a mercados haviam sido de fato fragmentadas, de modo que ao Mercosul fora reservado o tratamento menos favorável, com prazos de abertura mais longos do que os oferecidos a outros países do continente [...] Assim, o maior interesse em negociarmos uma Alca reside na expectativa de acesso ao mercado norte-americano, o qual, por sua dimensão e dinamismo, não pode ser ignorado. Trata-se, pois, de encontrar o equilíbrio adequado entre nossos objetivos, por assim dizer, “ofensivos”, vistos a partir de uma perspectiva a um só tempo combativa e realista, e a necessidade de não comprometer nossa capacidade de desenhar e executar políticas de desenvolvimento social, ambiental, tecnológico etc [...]

De forma sucinta, essa posição [...] pode ser descrita da seguinte forma: 1) a substância dos temas de acesso a mercados em bens e, de forma limitada, em serviços e investimentos seria tratada em uma negociação 4 + 1 entre o Mercosul e os EUA; 2) o processo Alca propriamente dito se focalizaria em alguns elementos básicos, tais como solução de controvérsias, tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, fundos de compensação, regras fitossanitárias e facilitação de comércio; 3) os temas mais sensíveis e que representariam obrigações novas para o Brasil, como a parte normativa de propriedade intelectual, serviços, investimentos e compras governamentais, seriam transferidos para a OMC, a exemplo do que advogam os EUA em relação aos temas que lhes são mais sensíveis, como subsídios agrícolas e regras antidumping...”

A nova formulação do Itamarati, também conhecida como estratégia dos “três trilhos”, a negociação hemisférica (ALCA), a negociação multilateral (OMC) e a negociação bilateral (4+1 ou Mercosul + EUA) substituiu a caracterização feita pelo programa de governo, transcrita abaixo:

⁴⁹ Folha de São Paulo, 08.07.03. Disponível em: <www.mre.gov.br>

“53. Quanto à ALCA, tendo em conta a avaliação já efetivada, não se trata de uma questão de prazos ou de eventuais vantagens nesse ou naquele setor [grifo nosso]. Tal como está proposta, a ALCA é um projeto de anexação política e econômica da América Latina aos EUA, cujo alvo principal, pela potencialidade de seus recursos e do seu mercado interno, é o Brasil. O que está em jogo, então, são os interesses estratégicos nacionais. é a preservação de nossa capacidade e autonomia para construir nosso próprio futuro como nação [grifo nosso]. Em outras palavras, rechaçar essa proposta, tal como está sendo apresentada, é um requisito essencial para viabilizar o objetivo de redução de nossa dependência e vulnerabilidade externas...”⁵⁰

A proposta da ALCA em si não foi “rechaçada”. A estratégia da “ALCA light” adotada pelo governo Lula passa a tratar com prioridade os prazos e as vantagens setoriais, definindo de uma vez por todas as ambigüidades contidas na carta programa ou divulgadas na campanha eleitoral, afinal o Secretário de Relações Exteriores, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que já havia sido exonerado do cargo de Diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI) do Itamarati, na época do governo de Fernando Henrique Cardoso, por criticar a entrada do Brasil na ALCA, antes de assumir o cargo por nomeação do novo Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim, afirmava que:

“...Os Estados Unidos têm uma estratégia mundial, não apenas regional e não há antagonismo entre a sua estratégia mundial e sua estratégia regional. Os Estados Unidos são o único país mundial de fato, têm interesse em todos os países do mundo e ainda no fundo do mar, no espaço sideral [...] A ALCA não é uma iniciativa para o México, o México já está incorporado, nem para os países do Caribe – de dimensões reduzidas e muitos já integrados à economia americana -, nem para os outros países da própria América do Sul que já têm relações muito estreitas com a economia americana, não têm parque industrial diversificado nem dimensões de mercado significativas, nem o potencial que o Brasil tem, a ALCA é conosco mesmo [...] ‘os 34 países se reuniram...’, dizem. Ninguém reuniu, roam os Estados Unidos que convocaram a reunião e apresentaram o seu projeto para as Américas, e os países, diante do brilho ofuscante da potência hegemônica, se deslumbraram e ingressaram no processo. A ALCA faz parte de uma estratégia política, militar e econômica regional [...] O processo que vemos hoje em dia é um processo de recolonização da periferia, de forma indireta. Quais são as características da colônia ? Não pode ter armas, não pode ter política externa, não pode ter políticas econômicas internas, não dever ter moeda – isso que se advoga às vezes, a dolarização, é coisa de colônia [...] O Brasil não tem obrigação de participar de nenhuma negociação nem de assinar nenhum acordo, não tem obrigação nenhuma, a não ser aquelas que já assumiu. Mesmo essas o Brasil poderia denunciar

⁵⁰ Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil – A Ruptura Necessária. Disponível em: <www.pt.org.br>

[...] Na medida em que se participa de um processo de negociação há um certo engajamento. Mas acho que nenhum processo de negociação é inexorável, porque participar ou não depende da consciência sobre a conveniência para os interesses do país de participar ou não dessa negociação...”⁵¹

O plano central do Governo Lula no âmbito da política externa em relação a ALCA, expresso a partir das declarações oficiais do Ministério das Relações Exteriores, é a participação nas negociações para formação da zona de livre comércio como única opção possível, afirmando que a soberania se defende no processo negociador. A estratégia da “ALCA possível”, “ALCA light” ou “ALCA flexível” não é apresentada no entanto como um fim em si mesmo, mas como mais um instrumento do processo de negociação para barganhar recuos na postura norte-americana com relação aos subsídios agrícolas e flexibilizações nas proteções *anti-dumping* praticada pelo governo ianque para proteger o mercado interno, a exemplo do caso do aço, que já é motivo de questionamento na OMC por parte do Brasil, União Européia e Japão. Desta forma deixa bem definido no artigo intitulado “A ALCA e o jogo dos sete erros”⁵²:

A lógica das negociações internacionais [...] faz com que a opção de não aderir a um acordo de cuja elaboração o País participou seja muito custosa. Não só é difícil de justificar moral e politicamente tal ausência, como se cristalizam interesses em torno de eventuais vantagens, por menores que sejam, que dificultam a opção de “ficar de fora” [...] A partir do momento em que assumimos uma postura de negociação, o correto é que procuremos usar nossa liderança no sentido de fazer valer nossos interesses “ofensivos” e “defensivos”, juntamente com os dos nossos sócios, de modo a influir no seu desenlace...

Cabe ressaltar que os dois projetos apresentados para formação da ALCA são motivos de conflitos nas diversas instâncias de negociação, revelando-se inclusive em divergências públicas entre a proposta do governo norte-americano e a proposta do governo do Brasil. O fracasso da V Conferência Ministerial da OMC, realizada em setembro de 2003, em Cancún, no México foi o episódio mais evidente dos interesses em jogo das últimas negociações multilaterais. A agenda internacional das negociações sob a égide do capitalismo mundializado possui objetivos definidos mas seu alcance pleno

⁵¹ Entrevista concedida à Revista Caros Amigos, ano V, nº 51, junho de 2001.

⁵² O Estado de São Paulo, 24.08.03. Disponível em: <www.mre.gov.br>

significa localizar de forma diferente as regiões, os países e os setores empresariais no reordenamento do comércio mundial.

Daí o papel de organizador que teve o Brasil na articulação do chamado G-20 + , grupo de países não desenvolvidos que, somados, possuem 20% do PIB agrícola mundial, significando mais do que os 15,9% da soma de Japão, EUA e EU, visando o cumprimento do mandato negociador aprovado da rodada anterior realizada em Doha cuja orientação central foi aprofundar a abertura dos mercados mundiais na área de agricultura, fato não ocorrido devido ao bloco que existe em os países desenvolvidos para evitar a quebra dos subsídios agrícolas. A recusa dos países africanos em aceitar a negociação do chamados Temas de Cingapura⁵³ juntamente com a crise estabelecida sobre as negociações agrícolas impediram o sucesso da Conferência de Cancun.

O resultado de Cancun e a repercussão internacional do fracasso temporário da rodada de negociações fortaleceu a proposta do Brasil de “ALCA light” na 8ª Reunião Ministerial da ALCA, ocorrida em novembro de 2003, na cidade de Miami, refletida no ponto 7 da Declaração Ministerial⁵⁴:

“Levando em conta e reconhecendo os mandatos existentes, os Ministros entendem que os países podem assumir diferentes níveis de compromissos. Procuraremos desenvolver um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações, aplicáveis a todos os países. Além disso, as negociações devem permitir que os países que assim o decidam, no âmbito da ALCA, acordem obrigações e benefícios adicionais. [grifo nosso] Uma das possíveis linhas de ação seria a de que esses países realizem negociações plurilaterais no âmbito da ALCA, definindo as obrigações nas respectivas áreas individuais.”

Os conflitos, no entanto, não possuem um caráter de enfretamento ao modelo de liberalização dinamizado pela agenda da OMC e pelos interesses das multinacionais cuja agenda mundial é justamente eliminar todas as barreiras possíveis à livre circulação de mercadorias, serviços e capitais. As divergências no âmbito das

⁵³ Conferência Ministerial ocorrida em 1996. Desde então o Japão, UE e Coréia do Sul priorizam a abertura comercial dos países africanos e asiáticos nos temas de compras governamentais, investimento e facilitação de comércio.

⁵⁴ Declaração Ministerial, 20 de novembro de 2003. Disponível em: <www.ftaa-alca.org>

negociações da OMC e da ALCA revelam diferenças de prazos de adaptação dos setores empresariais a serem afetados mais ou menos rapidamente com abertura comercial e as vantagens comparativas resultantes de negociações mais rápidas ou mais lentas com o modelo mais abrangente ou menos abrangente no âmbito da estratégia do livre comércio.

As próprias declarações oficiais do Ministério das Relações Exteriores ressaltam a todo tempo e em todos os meios o conteúdo das divergências. Nada do tipo que se assemelhe a uma confrontação em busca de um modelo econômico alternativo que sirva de referência aos países subdesenvolvidos. Nada de aglutinação “terceiro-mundista”, como o próprio Ministro enfatiza. Longe de uma visão de integração latino-americana em referência ao projeto bolivariano do século XIX. “Acho que a nossa posição não tem nada de confrontacionista, ela é uma posição pragmática”⁵⁵.

O pragmatismo da política externa do governo Lula em abrir mercados, principalmente para o setor agrícola, relaciona-se com a importância relativa do modelo agrário-exportador nacional que responde por aproximadamente 30% da pauta de exportação total do país e vêm adquirindo ganhos crescentes em produtividade. Segundo o Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues a produção brasileira de grãos deve atingir 115,2 milhões de toneladas, 19,1% maior do que a safra de 2001/2002, de 96,7 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 18,5 milhões de toneladas e estimativa da safra de soja do Brasil em 2002/2003 estava em 50 milhões de toneladas, 20% a mais do que no ano passado, revelando que a evolução da produção e da área plantada no país em doze anos mostra que enquanto a área cresceu 12,7% (1% ao ano), a produção aumentou 99% (5,9% ao ano)⁵⁶. Eis aqui a prevalência da necessidade de escoamento da produção agrícola em detrimento da garantia de um consumo interno da população brasileira que chega aproximadamente 50 milhões de excluídos do mercado de consumo de bens básicos à sobrevivência.

⁵⁵ Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornalista Boris Casoy, no programa Passando a Limpo. São Paulo, 04.10.03. Disponível em: <www.mre.gov.br>

⁵⁶ Entrevista ao Portal EXAME, São Paulo, 08 de maio de 2003. Disponível em: <www.exame.com.br>

A questão central dos conflitos no processo negociador tem um conteúdo de como melhor trocar abertura dos mercados americanos, principalmente agrícola, por abertura comercial no Brasil relativo aos temas de serviços, compras governamentais, propriedade intelectual e investimentos, pois segundo o Ministro Celso Amorim, "Acredito que o livre-comércio, hoje é uma bandeira progressista. Acho que contribui para a justiça social, desde que seja verdadeiramente livre, no dois sentidos."⁵⁷

Em relação aos evidenciados conflitos entre Brasil e EUA, Roberto Mangabeira Unger, que não pode ser acusado de esquerdista, comentou em entrevista *on-line*:

"...Nós não estamos construindo no país as bases de fato para essa independência em relação aos EUA. Estamos criando condições para o enfrentamento retórico que encobre a falta de uma independência verdadeira. Acaba num confronto de fachada com os EUA... O problema não é que seja um confronto. É que é um confronto que, em vez de traduzir a construção de uma trajetória nacional independente, serve como compensação barata para a falta dessa trajetória [...] Para o Brasil, nada de significativo mudou com isso. EUA e Brasil concordaram com essa estratégia que foi chamada de Alca 'light', de uma Alca diminuída de âmbito, e estão indo para a frente. No Brasil, nós comemoramos isso como se fosse uma grande vitória brasileira. Na verdade, acho que os fatos vão acabar demonstrando que é uma vitória dos EUA..."⁵⁸

Ainda sob este prisma, o governo Lula resolveu iniciar um processo de recuperação política e comercial do Mercosul, que em 26 de março de 2004 completará 13 anos, marcado por retrocessos e fortes crises, a maior delas foi a *débâcle* econômica, financeira e social da Argentina, resultante de anos e anos de implementação do modelo neoliberal e cuja agenda mercosulina reforçou a partir da liberalização comercial visando melhorar a circulação de mercadorias principalmente do setor automotivo sem contrapartidas de geração de emprego e distribuição de renda.

O Mercosul às vezes é apresentado com alternativa a ALCA, mas não é dotado de uma estratégia alternativa de desenvolvimento econômico e social pautada na busca da superação dos seculares problemas oriundos do processo de dependência neocolonial. Inclusive desde o ponto de vista comercial há um declínio das importações e

⁵⁷ Dá para ser em 2004. *Veja*, Edição 1838, ano 37, nº 4, São Paulo: Editora Abril, 28 de janeiro de 2004, p.11-13. Entrevista concedida a Eurípedes Alcântara e Vilma Gryzinski.

⁵⁸ Mangabeira Responde: Brasil faz "confronto de fachada" com os EUA. *Universo On Line*. São Paulo, 04.12.03. Entrevista concedida a Paulo Henrique Amorim. Extraído do site: <www.uol.com.br>

exportações intra-Mercosul desde 1997, quando atingiu US\$ 41 milhões, atingindo em 2000 US\$ 23 milhões⁵⁹. A hipótese mais provável para o Mercosul, ainda que tenha divergências pontuais com um projeto mais acelerado da ALCA, seguindo a aplicação dos planos do FMI e priorizando apenas a liberalização comercial, é fazer parte de uma agenda paralela à ALCA sem questioná-la, como ocorreu com a proposta do Brasil de negociações 4+1 e a inclusão da previsão nos termos da Minuta da ALCA que qualquer acordo bilateral ou intra-regional poderá conviver com a zona hemisférica de livre comércio desde que não se contraponha aos termos da própria ALCA.

A participação no processo negociador da ALCA responde em médio prazo ao objetivo maior que é a liberalização comercial total sob orientação e coordenação da OMC, inclusive como instância suprema mundial para dirimir possíveis conflitos surgidos nas relações comerciais entre os países. Desta forma, a não adesão, num primeiro momento, ao projeto de “ALCA abrangente” ou “ALCA *hard*” proposta pelos Estados Unidos torna-se uma busca por vantagens comparativas aos setores exportadores com maior peso na economia brasileira para, num segundo momento, em questão de prazos de negociações específicas sobre acesso aos mercados americanos, completar a adesão ao formato final. Poderíamos caracterizar como dois caminhos paralelos para o mesmo fim, ou seja, a busca do livre comércio aos moldes da doutrina da escola clássica liberal *smithiana*.

⁵⁹ COGGIOLA, Osvaldo. Do Mercosul à ALCA: o canto de cisne da burguesia sul-americana. *Universidade e Sociedade/ANDES-SN*. São Paulo-SP, Ano XIII, nº 31, p. 09-31, outubro de 2003.

Conclusão

Os resultados deste estudo sinalizam algumas descobertas, certezas e interrogações. Situamos nosso referencial teórico em busca de elementos para compreensão das múltiplas determinações da crise contemporânea da sociedade capitalista globalizada e seus rebatimentos na provável formação da zona de livre comércio hemisférica.

Há ainda diversas contribuições teóricas que não foram acessadas para uma percepção mais completa das complexas e amplas variáveis históricas, políticas e econômicas envolvidas num necessário estudo de longo prazo. Não obstante, cremos que indicamos fatores e indicadores decisivos que influenciam nossa localização na crise da organização societária aberta após as décadas de 1960 e 1970, compondo um quadro referencial para nosso objeto de estudo: a ALCA e suas implicações para soberania nacional brasileira.

A abertura de um processo transitório, após a quebra da bipolaridade, abriu o desenrolar para construção de uma nova ordem mundial cujo presente ainda se debruça a entender se já podemos caracterizar os delineamentos de longo prazo ou se estamos ainda diante de um processo de transição cujos traços centrais, apesar de indicarem os principais elementos, não resolveram ainda o novo status de poder na comunidade internacional de Estados e as diversas hierarquias que podem surgir desse novo status.

Poderíamos indicar algumas variáveis mais evidentes para a construção da nova ordem mundial, ou dito de outra forma, para o processo de transição que se iniciou a partir da queda do Muro de Berlim:

1. A busca de uma hegemonia mundial da parte da política de Estado norte-americana que se aprofunda com o governo Bush e com os atentados de 11 de setembro de formulação da chamada Doutrina Bush e sua estratégia unilateralista;

2. O avanço dos processos de integração regionais, cujo modelo mais consolidado do ponto de vista econômico e político é o da União Européia que emerge como Estado supranacional em contraposição monetária e geopolítica aos Estados Unidos, é parte fundante da edificação da nova ordem;

3. A reafirmação do Japão como potência asiática e a disputa pela hegemonia regional com a China;

4. O avanço do processo de globalização da economia cujos traços principais observamos na expansão e na interdependência das finanças e dos mercados globais;

5. O neoliberalismo como ideologia e modelo de gestão de Estado em busca de consolidação diante da crise do socialismo real e do *welfare state* europeu;

6. A crise das instituições multilaterais do período bipolar, principalmente da ONU;

7. A busca de um novo papel para os chamados países emergentes na constituição de equilíbrios políticos sub-regionais, como é o caso do Brasil com o Mercosul;

8. O surgimento de uma nova esfera de movimentos sociais globais como contestação ao modelo de desenvolvimento excludente hegemônico pelas grandes transnacionais, no âmbito econômico, e principalmente pelos Estados Unidos, no âmbito político;

9. O recrudescimento dos conflitos entre a hegemonia americana e os países do Oriente Médio se traduzindo também no crescimento e nas ações de organizações terroristas internacionais.

A formatação do novo cenário global pós-89 nas relações internacionais cruza o fortalecimento de algumas dinâmicas do período anterior, a exemplo do aprofundamento da integração européia, do crescente poderio econômico-político-militar norte-americano e da consolidação do fenômeno denominado globalização, com macro-variáveis que ainda não estavam plenamente desenvolvidas, como a expansão dos processos de formação dos blocos regionais para outras regiões do planeta e junto com isso o recurso ao papel sub-regional dos chamados países emergentes.

No entanto, o elemento que mais destaca o mundo pós-ordem bipolar é o fortalecimento dos Estados Unidos e sua estratégia unilateralista, principalmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e a adoção da chamada Doutrina Bush com suas ações de ocupação do Afeganistão e do Iraque sem o aval da ONU, tentando redefinir o papel das Nações Unidas a uma instituição humanitária subsidiária das grandes potências cujo centro decisório não está na Assembleia Geral e sim no Conselho de Segurança. O desafio do governo americano não só à maioria dos países, mas também à onda planetária de manifestações, demonstrou o quanto o grupo político que ora domina a Casa Branca – ou o Estado Norte-Americano em sua fase atual - está disposto a efetivar para tentar consolidar um novo ordenamento mundial hierarquizado pelo unilateralismo.

O processo de formação da ALCA está pois localizado entre vetores sistêmicos da crise atual do capitalismo mundializado e condicionantes histórico-regionais que remontam ao passado colonial e ao presente da hegemonia norte-americana na América Latina. Neste aspecto, há um questionamento do papel dos chamados países emergentes em sua localização subordinada tanto no processo mais amplo da globalização da economia como nas relações bilaterais com a potência dominante. Tal papel vem sendo moldado não somente a partir de opções políticas conjunturais, mas também na reconfiguração política e jurídico-institucional do Brasil, refletindo um processo de desnacionalização da economia e “reprimarização” das relações comerciais.

O curso traçado para adaptação do Brasil ao processo negociador iniciou-se em 1990, mas ainda não completou seu curso. A opção do governo empossado em 2003 em dar continuidade às negociações para formação da ALCA, mesmo numa versão mais flexível no curto prazo, conduz em longo prazo aos objetivos estratégicos de liberalização comercial para edificação do novo reordenamento econômico mundial, cuja hegemonia não será questionada se houver mais ou menos acesso ao mercado agrícola norte-americano. A opção pela estratégia do livre comércio como modelo de desenvolvimento está escrita na história nacional como uma das causadora dos grande flagelos sociais que acometem a nação brasileira.

O desafio para o Brasil não é ampliar as exportações, se assim fosse as extremidades sociais diminuiriam com o aumento da circulação comercial. O desafio brasileiro é incluir 50 milhões de pessoas nos níveis de consumo básico para sobrevivência, ou seja, acesso aos bens e serviços essenciais à vida humana e isto só será possível se houver confronto com a dinâmica imposta pela agenda liberalizante para América Latina.

O capital exige em sua fase atual cada vez mais desregulamentação, ajuste fiscal, liberalização e ausência do Estado provedor de políticas públicas sociais. Os níveis de produtividade e competitividade da economia internacional estão cada vez mais acirrados tendo em vista também as poucas vantagens para realização da mais-valia em comparação com a facilidade e rapidez de acumulação de capital ao se investir na esfera financeira.

Ao não se confrontar com esse modelo exigido pelas corporações multinacionais, expresso de forma voraz, pelo governo norte-americano, o governo brasileiro torna-se refém dos processos de negociação cuja resultante, por mais retoques secundários e caminhos retardatários que se possa encontrar, não há como mudar a essência substantiva do processo negociador que é chegar à ALCA, um outro estágio de liberalização que ameaça a soberania dos povos como jamais visto neste grau de hegemonia e de homogeneidade de domínio no continente em toda sua história, pois eleva o domínio imperialista a um status institucional previsto no acordo, tornando a palavra soberania um mero símbolo, sem efeito prático na constituição, pois a efetivação da soberania se materializa em políticas autônomas nacionais de desenvolvimento que não poderão ser efetivadas sob a égide de uma “legislação internacional”.

A busca pela formação da ALCA se traduz num novo status de subordinação, ainda mais inferior ao qual estamos submetidos, e ao contrário do que ocorreu no período colonial, submete o continente a um único país, já que no passado as contendas entre as potências colonizadoras também se refletiam no fortalecimento dos conflitos de libertação nacional das colônias, que poderiam ter o estímulo de uma ou outra metrópole em seus interesses de ampliar domínios.

Desta forma, a ALCA não pode ser identificada com um processo de “integração regional”. Integração significa cooperação entre partes iguais ou semelhantes. As extremas assimetrias contidas na diferenciação entre os países subvertem o conceito até mesmo de livre comércio, já que os níveis de competição entre as empresas seriam incompatíveis, gerando uma arena de competitividade desigual, podendo levar a conseqüências inimagináveis, haja visto a experiência mexicana com o NAFTA.

Além disso, as modificações relativas aos temas de investimentos, compras governamentais, serviços, propriedade intelectual e solução de controvérsias, retiram dos países latino-americanos as capacidades mínimas de um planejamento autônomo e soberano de suas economias, na medida em que se tornariam economias subsidiárias da norte-americana, sem capacidade inclusive de dirimir conflitos comerciais que envolvam partes estrangeiras.

Concluimos indicando nossa hipótese básica, localizando-a no contexto em que vivemos, de uma crise global “estrutural, sistêmica e universal” do capitalismo, sem perspectivas imediatas de superação, tanto do ponto de vista do capital, como também das forças que buscam a construção de outro modelo societário baseado na primazia dos interesses sociais e humanos.

O capital no entanto, não espera os desenlaces históricos de forma passiva, nem elabora iniciativas que possam salvar o sistema de um colapso irreversível, muito pelo contrário. Do mesmo modo que nas relações microeconômicas de gestão, planejamento e relações privadas de produção houve e há um movimento acelerado visando a mutação do padrão de acumulação, as iniciativas da ampla maioria dos governos e dos órgãos multilaterais políticos interestatais, das instituições financeiras e comerciais, vão estreitando modelos de gestões Estatais minimalistas e de estímulo ao livre comércio sem barreiras nacionais, a partir da formação dos blocos econômicos regionais, de modo que a livre circulação de mercadorias e de capitais, atuem acima das instâncias políticas, econômicas e jurídicas nacionais, ferindo o conceito e o modelo de soberania, alicerçados nos séculos XIX e XX.

O desenho do novo padrão de relacionamento político entre países centrais e periféricos já está gerado, resta saber se concluirá sua marcha ou se sucumbirá diante da odisséia humana civilizatória, que busca a superação das fronteiras tendo como horizonte a liberdade plena em suas relações sociais e destas com o meio ambiente.

ANEXO 1

(Recorte da 3ª Minuta do Acordo da ALCA, tratada no Capítulo III, item B.
Documento completo disponível em www.ftaa-alca.org)

- **Capítulo II Disposições Gerais**

Artigo 2. [Objetivos]

[2.1. Os objetivos deste Acordo são os seguintes:]

[a) a liberalização do comércio a fim de gerar crescimento econômico e prosperidade, contribuindo para a expansão do comércio mundial;]

[b) gerar níveis crescentes de comércio de [mercadorias][bens] e serviços, e de investimento, mediante a liberalização dos mercados, por meio de regras [justas claras, estáveis e previsíveis;][justas, transparentes, previsíveis, coerentes e que não tenham efeito contraproducente ao livre comércio;]]

[c) melhorar a concorrência e as condições de acesso ao mercado de bens e serviços entre as Partes, incluindo a área de compras do setor público;]

[d) eliminar obstáculos, restrições e/ou distorções desnecessárias ao livre comércio entre as Partes, [inclusive práticas de comércio desleal, medidas para-tarifárias, restrições injustificadas, subsídios e apoio interno ao comércio de bens e serviços];]

[e) eliminar as barreiras ao movimento de capitais e pessoas de negócios entre as Partes;]

Artigo 4 [Aplicação e alcance [da cobertura] das obrigações]

[4.2. As Partes deverão assegurar a conformidade de suas leis, regulamentos e procedimentos administrativos com as obrigações deste Acordo. Os direitos e obrigações deste Acordo são comuns a todas as Partes[, sejam elas Estados federais ou unitários, incluindo os diferentes níveis e ramos de governo], exceto nos casos em que este Acordo disponha outra coisa.]

[4.4. As Partes confirmam os direitos e obrigações vigentes entre elas conforme o Acordo da OMC. Nos casos de incompatibilidade entre as disposições do Acordo da OMC e as disposições deste Acordo, estas últimas prevalecerão na medida da incompatibilidade.]

- **[Capítulo VI Disposições ambientais]**

[1. O tema ambiental não está previsto no mandato do CTI e tampouco no mandato negociador da ALCA. Por conseguinte, não deve haver qualquer disposição sobre este tema no Acordo da ALCA.]

[2. As questões ambientais não deverão ser invocadas como condicionamentos nem submetidas a disciplinas cujo descumprimento esteja sujeito a restrições ou sanções comerciais.]]]

Artigo 2. Aplicação e fiscalização da legislação ambiental

2.1. Uma Parte não deixará de aplicar de maneira efetiva a sua legislação ambiental, por meio de um curso de ação ou inação sustentada ou recorrente, de uma maneira que afete o comércio entre as Partes, após a data de entrada em vigor deste Tratado.

Artigo 5. Consultas Ambientais

5.3. Se uma Parte estima que a outra Parte não cumpriu as obrigações assumidas em virtude do Artigo 2.1. (Aplicação e fiscalização da legislação ambiental), poderá solicitar a realização de consultas nos termos do Capítulo XX (Solução de controvérsias) ou em conformidade com o Artigo 5.1.

- **[Capítulo VII Disposições trabalhistas e procedimentos relativos ao descumprimento de disposições ambientais e trabalhistas]**

[1. O tema trabalhista não está previsto no mandato do CTI e tampouco no mandato negociador da ALCA. Por conseguinte, não deve haver qualquer disposição sobre este tema no Acordo da ALCA.]

[2. As questões trabalhistas não deverão ser invocadas como condicionamentos nem submetidas a disciplinas cujo descumprimento esteja sujeito a restrições ou sanções comerciais.]]]

Artigo 2. Aplicação e cumprimento da legislação trabalhista

2.1. Uma Parte não deixará de aplicar de maneira efetiva a sua legislação trabalhista, por meio de um curso de ação ou inação sustentada ou recorrente, de uma maneira que afete o comércio entre as Partes, após a data de entrada em vigor deste Tratado.

5.3. Se uma Parte considera que a outra Parte não cumpriu as obrigações assumidas em virtude do Artigo 2.1. (Aplicação e cumprimento da legislação trabalhista) deste Capítulo, poderá solicitar a consultas nos termos do Capítulo XX (Solução de controvérsias) ou em conformidade com o Artigo 5.1.

Artigo 7. Definições

7.1. Para os efeitos deste Capítulo, entender-se-á por **legislação trabalhista** as leis e regulamentos de uma Parte, ou disposições dos mesmos, que estejam diretamente relacionadas com os seguintes direitos trabalhistas internacionalmente reconhecidos:

- a) o direito de associação;
- b) o direito de se organizar e negociar coletivamente;
- c) a proibição do uso de qualquer forma de trabalho forçado ou obrigatório;
- d) a proteção trabalhista dos menores, inclusive a determinação de uma idade mínima para o emprego de menores e a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil; e
- e) condições aceitáveis de trabalho com relação a salário mínimo, horas trabalhadas e segurança e saúde ocupacional.

• Capítulo IX Agricultura

Artigo 4. Tarifas

[Programa de Eliminação de Tarifas]

[4.1. As Partes acordam condicionar o início e o cumprimento do Programa de Liberalização Tarifária ao cumprimento dos compromissos das Partes sobre a eliminação dos subsídios à exportação e das outras medidas e práticas que provocam distorções no comércio e na produção de produtos agropecuários, em conformidade com o estabelecido nas Seções respectivas deste Capítulo.]

[4.4. As Partes acordam que, a partir da entrada em vigor deste Acordo, não aplicarão os mecanismos de bandas ou faixas de preços e outros mecanismos de estabilização de preço de produtos agropecuários.]

Artigo 7. Eliminação dos Subsídios à Exportação

[Eliminação dos subsídios à exportação de produtos agropecuários no contexto da ALCA]

[7.1. A partir da entrada em vigor deste Acordo, as Partes eliminarão e não introduzirão nem re-introduzirão qualquer modalidade de subsídios à exportação de produtos agrícolas exportados para outras Partes. As Partes tampouco aplicarão novas medidas e práticas que impliquem a elusão deste compromisso de eliminar os subsídios à exportação.]

[7.2. As Partes acordam continuar trabalhando [em conjunto] no âmbito das negociações sobre agricultura da OMC em favor da eliminação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas de maneira multilateral o mais rapidamente possível.]

[Artigo 11. Medidas de Apoio Interno]

[Disciplinas e Compromissos em Matéria de Apoio Interno na OMC⁵]

[11.1. As Partes reconhecem que as medidas de apoio interno podem revestir-se de importância [crucial] para seus respectivos setores agrícolas mas que também podem causar graves distorções na produção e no comércio de produtos agrícolas.]

[11.6. As Partes acordam não aplicar medidas de apoio interno à agricultura que não estejam em conformidade com as disposições do presente artigo]

[Artigo 13. Empresas Estatais de Comercialização]

[13.1. As Partes acordam eliminar de modo progressivo os direitos exclusivos de importação e/ou exportação concedidos às empresas estatais de comercialização que se dedicam à importação e/ou exportação de produtos agrícolas ao permitir que comerciantes particulares participem das exportações de produtos agrícolas, bem como concorram ou façam transações sobre exportações de produtos agropecuários.]

[13.2. No período de transição dos direitos exclusivos de importação e/ou exportação detidos pelas empresas Estatais de Comercialização para a concorrência plena com os comerciantes privados, as referidas empresas fornecerão informação sobre seus custos de aquisição, fixação de preços das exportações e outros dados de vendas. Para assegurar que as referidas empresas concorram de modo justo com os comerciantes privados nas vendas de importação e/ou exportação durante o período de transição, proíbe-se ao governo nacional proporcionar recursos públicos, empréstimos, garantias ou outro apoio financeiro às empresas comerciais estatais.]

[ANEXO 1]ⁱ

[DISCIPLINAS SOBRE CRÉDITOS À EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS]

[4. Todas as operações creditícias sobre a exportação realizadas por instituições e programas financiados com recursos oficiais para produtos agropecuários deverão respeitar os termos do presente Anexo, inclusive empresas estatais ou privadas que detenham direitos exclusivos ou especiais de comercialização de produtos agropecuários, decorrentes de direitos estatutários ou constitucionais, e no exercício dos quais possam influenciar suas aquisições ou vendas, ou dirigir importações ou exportações.]

[ANEXO 2]

[DISCIPLINAS PARA A SUPERVISÃO DE CONCESSÃO DE AJUDA ALIMENTAR NA ALCA]

[1. Considerações Gerais]

a) O presente capítulo tem por objetivo assegurar que os alimentos e outros produtos agrícolas exportados na condição de ajuda alimentar não tomem o lugar das importações comerciais correntes e não atuem de forma a desestimular a produção interna dos países beneficiários. Nesse sentido, toda ajuda alimentar concedida pelos países do hemisfério no âmbito da ALCA deve atender exclusivamente o consumo adicional.

b) Todo tipo de crédito ou doação proporcionada pelas Partes com vistas a financiar atividades comerciais de ajuda alimentar deve estar baseado nas normas estabelecidas no presente Acordo.

• **Capítulo XVI Serviços**

Artigo 1. Definições

[Nível de governo]

[Refere-se ao nível nacional, estadual, regional, departamental, federal, municipal, provincial, cantonal etc., níveis nos quais podem ser adotadas medidas que afetem o comércio de serviços nas Partes.]

ⁱ Trata também de valores de empréstimos, prazos de pagamentos, juros, tipos de produtos, etc.

[A menção aos governos nacional[,] [ou] federal [ou provincial] [ou] [e] estadual inclui as organizações não governamentais que exercerem poderes reguladores, administrativos ou outros de natureza governamental que lhes tenham sido delegados por esses governos.]]

[Prestador de um serviço

[Toda][Qualquer] pessoa que preste um serviço. [Quando o serviço não for diretamente fornecido por uma pessoa jurídica, mas através de outras formas de presença comercial, por exemplo uma sucursal ou um escritório de representação, ainda assim será concedido ao prestador de serviços (isto é, à pessoa jurídica), através dessa presença, o tratamento dispensado aos prestadores de serviços segundo o disposto neste Capítulo. Esse tratamento será concedido à presença através da qual o serviço é fornecido, sem que seja necessário concedê-lo a nenhuma outra Parte do prestador situada fora do território onde é fornecido o serviço.]]

Artigo 2. Alcance e cobertura setorial

2.1. Este Capítulo se aplica às medidas [adotadas ou mantidas] por uma das Partes que afetem [diretamente] o comércio [transfronteiriço] de serviços [em todos os setores] [e em todos os modos de prestação], que realizem prestadores de serviços da outra Parte. Essas medidas incluem mas não se limitam a medidas que afetem:

- a) a produção, distribuição, comercialização, venda e prestação de um serviço;
- b) a compra, uso ou pagamento de um serviço;
- [c) o acesso a e o uso de [sistemas de distribuição e transporte] [ou] [redes e serviços de telecomunicações] relacionados com a prestação de um serviço;]
- [d) a presença em seu território de um prestador de serviços de outra Parte;]
- [e) a concessão de um aval ou outra forma de garantia financeira, como condição para a prestação de um serviço.]
- [f) o acesso a serviços oferecidos ao público em geral por prescrição das Partes e a utilização dos mesmos em decorrência da prestação de um serviço.]

Artigo 3. Tratamento de nação mais favorecida

3.1. [Quanto às medidas abrangidas pelo presente Capítulo,] cada Parte concederá [imediata e incondicionalmente] aos [serviços e] prestadores de serviços de qualquer outra Parte, um tratamento não menos favorável do que aquele que concede [, em circunstâncias similares,] aos [serviços] [similares e] prestadores de serviços [similares] de qualquer outra Parte ou um país que não seja Parte.

Artigo 5. Acesso a mercados

[Presença local não obrigatória

5.1. Nenhuma Parte poderá exigir que um prestador de serviços de outra Parte se estabeleça ou mantenha um escritório de representação nem qualquer tipo de companhia, ou que [seja residente,] [resida] em seu território como condição para a prestação transfronteiriça de um serviço.]

[Artigo 8. Regulamentação nacional

[Direito de regulamentar

8.1. As Partes têm o direito de regulamentar por meio de medidas o comércio de serviços e estabelecer novas regulamentações, desde que não anulem ou prejudiquem os compromissos assumidos nos termos do Acordo em matéria de acesso a mercados e tratamento nacional.

[Artigo 16. Restrições para proteger a balança de pagamentos

16.1. No caso de existência ou ameaça de graves dificuldades financeiras externas ou na Balança de Pagamentos, uma Parte poderá adotar ou manter restrições ao comércio de serviços no tocante às medidas estipuladas nos Artigos 3, 4, XX, e 5 (Tratamento de nação mais favorecida, Tratamento nacional, Presença local e Acesso a mercados), incluindo pagamentos ou transferências decorrentes de transações referentes aos setores afetados por tais medidas.

Reconhece-se que determinadas pressões sobre a Balança de Pagamentos podem tornar necessária a utilização de restrições para conseguir, entre outras coisas, a manutenção de um nível de reservas financeiras suficientes para implementar seu programa de desenvolvimento econômico ou de transição econômica.

16.2. As restrições a que se refere o parágrafo 16.1:

- a) não discriminarão entre as Partes;
- b) serão compatíveis com o Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional (FMI);
- c) evitarão lesar desnecessariamente os interesses comerciais, econômicos e financeiros das Partes;
- d) não excederão o necessário para enfrentar as circunstâncias mencionadas no parágrafo 16.1;
- e
- e) serão temporárias ou serão gradualmente eliminadas à medida que melhorar a situação indicada no parágrafo 16.1.

[Artigo 20. Concorrência

[Leis de proteção aos distribuidores]

20.1 Nenhuma Parte poderá manter ou introduzir leis ou práticas com relação à venda, compra, transporte, distribuição ou uso de mercadorias originárias importadas para dentro do território daquela Parte, que ofereça maior proteção aos distribuidores locais dos fornecedores locais do que aos distribuidores locais de fornecedores de produtos ou serviços estrangeiros.]]

[TEXTO SOBRE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES]

Artigo 1. Alcance e aplicação

1.1. Este Capítulo aplica-se a:

- a) as medidas adotadas ou mantidas por uma das Partes com relação ao acesso e uso dos serviços públicos de telecomunicações;
- b) as medidas adotadas ou mantidas por uma das Partes com relação às obrigações dos fornecedores mais importantes de serviços públicos de telecomunicações;
- c) as medidas adotadas ou mantidas por uma das Partes em relação à prestação de serviços de informação; e
- d) outras medidas relacionadas com as redes e serviços públicos de telecomunicações.

Artigo 7. Órgãos reguladores independentes e privatização

7.1. Cada Parte deverá garantir que seu órgão regulador de telecomunicações seja independente de qualquer prestadora de serviços públicos de telecomunicações e a ela não tenha que prestar contas. Para tanto, cada Parte assegurar-se-á de que seu órgão regulador de telecomunicações não possua interesse financeiro ou desempenhe função operacional em nenhuma dessas prestadoras.

7.3. Cada Parte deverá eliminar, ou manter a falta de participação do governo nacional em qualquer prestadora de serviços públicos de telecomunicações. Quando uma Parte tiver algum tipo de participação em uma prestadora de serviços públicos de telecomunicações, deverá notificar às outras Partes da sua intenção de encerrar tal participação o mais rapidamente possível.

[TEXTO SOBRE SERVIÇOS FINANCEIROS]

Artigo 1. Âmbito e cobertura

1.1. Este Capítulo aplica-se às medidas adotadas por uma Parte com relação:

- a) às instituições financeiras de outra Parte;
- b) aos investidores de outra Parte e aos investimentos de tais investidores em instituições financeiras localizadas no território da outra Parte; e

c) o comércio transfronteiriço de serviços financeiros;

1.3. Este Capítulo aplica-se às medidas adotadas por uma Parte com relação:

a) as atividades e serviços que façam parte de um plano público de aposentadoria e de um sistema legal de previdência social; ou

b) atividades e serviços realizados em nome ou com o aval ou utilizando os recursos financeiros da Parte, inclusive suas entidades públicas,

entretanto, este Capítulo aplicar-se-á caso uma Parte permita que qualquer uma das atividades ou serviços mencionados nos subparágrafos a) ou b) sejam realizadas por suas instituições financeiras em concorrência com uma entidade pública ou com uma instituição financeira .

Obs.: Sem prejuízo do disposto no presente Artigo, uma delegação espera que os países estejam receptivos a negociar acesso a mercados comercialmente significativos em todos os setores nos quais exista monopólio.

• **Capítulo XVII Investimentos**

Investimento

[**Investimento** significa: [todo tipo de bens ou direitos de qualquer natureza, adquiridos com recursos transferidos para o território de uma Parte, ou reinvestidos nessa Parte por investidores de outra Parte, e incluirá em particular, embora não exclusivamente:]

[a) uma empresa;]

b) ações de uma empresa [inclusive ações com ou sem direito a voto];

c) instrumentos de dívida de uma empresa [inclusive obrigações ou instrumentos de dívida conversíveis, opções sobre ações e certificados de opções de ações];

d) um empréstimo a uma empresa;

e) uma participação em uma empresa, que permita ao proprietário participar das receitas ou dos lucros da empresa;

f) uma participação em uma empresa que dê direito ao proprietário de participar do ativo social dessa empresa em uma liquidação, nos casos em que este não decorra de um instrumento de dívida ou de um empréstimo excluídos conforme as alíneas c) ou d) acima;

g) bens imóveis ou outras propriedades, tangíveis ou intangíveis, adquiridos ou utilizados com o intuito de obter um benefício econômico ou com outros fins empresariais; e

h) a participação decorrente de capital ou de outros recursos destinados ao desenvolvimento de uma atividade econômica no território de outra Parte ou comprometidos com tal objetivo...

Artigo 2. Âmbito de Aplicação

[2.1. Este Capítulo aplica-se às [medidas adotadas ou mantidas por uma Parte com relação]:

a) aos investidores de outra Parte [em tudo o que se relacione ao seu investimento];

a) [aos investimentos de investidores de outra Parte realizados no território da Parte][aos investimentos cobertos];

[2.7. Nenhuma disposição deste Capítulo será interpretada no sentido de impedir uma Parte de prestar serviços ou desempenhar funções tais como a execução e aplicação de leis, serviços de readaptação social, pensão ou seguro desemprego ou serviços de seguridade social, bem-estar social, ensino público, formação pública, saúde e proteção à criança [quando desempenhadas de maneira não incompatível com o presente Capítulo].]

[2.9. O presente Capítulo aplicar-se-á em todo o território das Partes e em qualquer nível ou ordem de governo, independentemente de medidas incompatíveis que possam existir nas legislações desses níveis ou ordens de governo.]

Artigo 4. Tratamento Nacional

[4.1. Cada Parte outorgará aos investidores de outra Parte, um tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias semelhantes, a seus próprios investidores no referente ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra disposição dos investimentos em seu território. Cada Parte outorgará [aos investimentos cobertos][aos investimentos dos investidores de outra Parte] um tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias semelhantes, aos investimentos em seu território de seus próprios investidores no tocante ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra disposição dos investimentos.]

Artigo 5. Tratamento de nação mais favorecida

[5.1. Cada Parte outorgará aos investidores de outra Parte, um tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias semelhantes, aos investidores de qualquer outra Parte ou de qualquer Estado não-Parte no tocante ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra disposição dos investimentos em seu território. Cada Parte outorgará [aos investimentos cobertos] [aos investimentos de investidores de outra Parte], um tratamento não menos favorável do que o que outorga, em circunstâncias semelhantes, aos investimentos em seu território de investidores de qualquer outra Parte ou de qualquer Estado não-Parte, com relação ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra disposição dos investimentos.]

Artigo 12. Transferências

[12.1. Cada Parte permitirá aos investidores da outra Parte, a livre transferência dos investimentos e de seus rendimentos.

12.2. As transferências serão efetuadas sem demora, em moeda livremente conversível, à taxa de câmbio de mercado prevalecente à data da transferência, prévio cumprimento da legislação tributária e conforme os requisitos estabelecidos na legislação da Parte em cujo território realizou-se o investimento.

Artigo 14. Compensação por prejuízos

[14.1. Os investidores de uma Parte que sofram prejuízos em seus investimentos no território da outra Parte, em decorrência de guerra, conflito armado, revolução, estado de emergência [nacional], insurreição ou motim, [ou outras situações semelhantes], receberão dessa Parte [e de acordo com os princípios aceitos do Direito Internacional], no que diz respeito à reparação, restituição, indenização, compensação ou outro compromisso ou ressarcimento, um tratamento não menos favorável do que o concedido a seus próprios investidores ou a investidores de Estados não-Parte, [o que for mais favorável].]

[Artigo 18. Compromisso de não tornar menos estritas as leis trabalhistas nacionais de modo a atrair investimentos

[18.1. As Partes reconhecem a inconveniência de promover investimentos tornando menos estritas as leis nacionais em matéria de trabalho. Assim sendo, cada uma das Partes envidará esforços de modo a assegurar que essas leis não deixem de ser aplicadas ou não sejam prejudicadas de alguma outra maneira e que não se ofereça deixar de aplicá-las ou menosprezá-las de alguma outra maneira como forma de promover a realização, aquisição, ampliação ou conservação de um investimento de um investidor em seu território.]

[18.2. Para as economias pequenas, o compromisso de não tornar menos estritas as leis nacionais em matéria de trabalho deverá estar associado ao acesso compensatório ao Programa de Cooperação Hemisférica para a formação profissional com vistas a aumentar a produtividade dos trabalhadores e a competitividade das empresas associadas.]]

• **Capítulo XVIII Compras Governamentais:**

Artigo 1. Definição:

Constitui [uma transação contratual com o objetivo de adquirir propriedades ou serviços para benefício ou uso direto do governo. O processo de compras é aquele que tem início uma vez que a entidade chegue a uma decisão quanto às suas necessidades e prossegue até a adjudicação do contrato, inclusive. ...

Artigo 2. Objetivos:

[2.1. Os objetivos deste Capítulo são os de reconhecer a importância de realizar a contratação governamental de acordo com os princípios fundamentais de abertura, transparência e devido processo; e de esforçar-se para propiciar cobertura integral dos mercados de contratação governamental das Partes, mediante a eliminação dos obstáculos de acesso ao mercado para o fornecimento de mercadorias e serviços, inclusive os serviços de construção.]]

Artigo 3. Âmbito de Aplicação:

[a) a qualquer [medida adotada ou mantida] [lei, procedimento ou prática aplicada] por uma Parte [ou entidade contratante da mesma] com relação à compra de bens, serviços [e obras públicas] ou de qualquer combinação dos mesmos] que esteja no âmbito deste Capítulo]; e...

Artigo 5. [Tratamento nacional e tratamento de nação mais favorecida] [Não-discriminação]

[5.1. Com relação à qualquer medida [e qualquer compra] prevista neste Capítulo [e contingente à exceção prevista no artigo 27 (Exceções),] [transições e reservas previstas no mesmo], cada Parte [e cada entidade contratante] outorgará [imediata e incondicionalmente] aos bens [e serviços] de qualquer outra Parte, e aos fornecedores de qualquer outra Parte [que ofereçam os bens e serviços de qualquer outra Parte,] um tratamento não menos favorável que aquele outorgado pela referida Parte [ou entidade contratante] a:

- a) bens, serviços, e fornecedores/prestadores nacionais;
- [b) bens, serviços, e fornecedores/prestadores de qualquer outra Parte]]

[5.2. Em relação à qualquer medida e compra compreendida neste Capítulo, uma [Parte] [entidade contratante] não poderá:

- a) tratar menos favoravelmente um fornecedor/prestador estabelecido localmente em relação a outro fornecedor estabelecido localmente em razão de uma afiliação ou propriedade estrangeira, nem
- b) discriminar um fornecedor/prestador estabelecido localmente tendo por motivo o fato de que os bens ou serviços oferecidos por esse fornecedor para uma compra particular são bens ou serviços de qualquer outra Parte.]

- **Capítulo XX Direitos de Propriedade Intelectual**

Artigo 1. Natureza e alcance das obrigações

[1.1. Cada Parte [conferirá] [assegurará] em seu território, aos nacionais das outras Partes¹, proteção e observância adequada e eficaz dos direitos de propriedade intelectual². Cada Parte assegurará que as medidas destinadas à proteção e observância desses direitos não se convertam em obstáculos ao comércio legítimo [nem ao desenvolvimento socioeconômico e tecnológico].]

1.2. Cada Parte poderá conceder em sua legislação [, embora não seja obrigada,] uma proteção aos direitos de propriedade intelectual mais ampla do que a exigida no presente Capítulo, contanto que tal proteção [não seja incompatível com o presente Capítulo] [não infrinja as disposições do presente Capítulo].

1.3. Cada Parte poderá estabelecer livremente o método adequado para aplicar as disposições do presente Capítulo, no âmbito de seu próprio sistema e prática jurídicos.

[Artigo 3. Princípios gerais]

[3.1. Cada Parte, ao formular ou modificar suas leis e regulamentos, poderá adotar as medidas necessárias para proteger a saúde pública e a nutrição da população, ou para promover o interesse público nos setores de importância vital para seu desenvolvimento socioeconômico e tecnológico, contanto que tais medidas sejam compatíveis com o disposto no presente Capítulo.]

• CAPÍTULO XXI Marco Institucional

Artigo 1. Conselho

1.1. Fica estabelecido um Conselho que será composto pelos Ministros Responsáveis pelo comércio de cada Parte ou seus representantes.

Artigo 2. Comitê Executivo

2.1. Fica estabelecido um Conselho Executivo, que será composto pelos Vice-ministros ou funcionários de hierarquia equivalente responsáveis pelo comércio de cada Parte ou seus representantes.

Artigo 3. [Comitês]

[3.1. Os Comitês serão compostos por representantes de todas as Partes do Acordo. Serão integrados por peritos que se reúnem a pedido do Comitê Executivo, para assessorar os Vice-Ministros e Ministros sobre a aplicação dos Capítulos deste Acordo que sejam matéria de sua competência.]

Artigo 4. [Comitê Consultivo da Sociedade Civil]

4.3. O Comitê será composto por, no máximo, quatro (4) pessoas por país: dois (2) do setor empresarial (incluindo-se um da pequena e média empresa); um (1) do setor sindical; e um (1) do “terceiro setor” (ONGs), organizações sociais e/ou instituições acadêmicas. A representação também poderá dar-se por blocos de países e a delegação de poderes será aceita.

Artigo 7. [Disposições Comuns para o Conselho, o Comitê Executivo e os Comitês da ALCA]

[7.1. Salvo disposição em contrário, as decisões do Conselho, do Comitê Executivo e de qualquer entidade, comitê, sub-comitê ou grupo de trabalho que se estabeleça neste Acordo ou seja criado nos termos do mesmo serão adotadas por consenso das Partes presentes.]

[7.3. Quando uma decisão tiver que ser tomada sem consenso, cada Parte terá um (1) voto que poderá ser exercido em seu nome por um Representante designado nos termos do Artigo 7.2.]

Artigo 9. Secretaria

9.1. Fica estabelecida a Secretaria da ALCA como órgão de apoio logístico e operacional encarregado de prestar serviços administrativos [e técnicos] às entidades estabelecidas neste Acordo [e às Partes].

9.2. A Secretaria terá como sede permanente a cidade de [...] e nela serão normalmente celebradas as reuniões do Comitê Executivo e dos Comitês Técnicos.

Artigo 12. [Financiamento]

12.1. A Secretaria da ALCA disporá de um orçamento para atender seus gastos de funcionamento [e prestar apoio ao mecanismo de solução de controvérsias.]

12.2. O orçamento será financiado pelas contribuições dos trinta e quatro (34) países do Hemisfério [em partes iguais] [proporcionalmente à sua participação no produto interno bruto regional] [proporcionalmente à sua participação no comércio intra-hemisférico] [proporcionalmente à sua participação no comércio mundial] e por outras fontes de financiamento, se houver.⁵

Artigo 13. [Órgão de Solução de Controvérsias]

[13.1. O Órgão de Solução de Controvérsias será composto por todas as Partes deste Acordo (integrado pelas mesmas Partes que compõem o Comitê Executivo). Encarregar-se-á de administrar a plena aplicação do mecanismo de Solução de Controvérsias deste Acordo, que conta com duas Instâncias.]

a) [Grupo Neutro ou Painel (Primeira Instância).]

b) [Órgão de Apelação (Segunda Instância)]

ANEXO 2

COMUNICADO CONJUNTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Brasil e Estados Unidos decidem criar uma relação mais estreita e qualitativamente mais forte entre os nossos dois países. É hora de se definir um novo e decidido rumo em nosso relacionamento, guiado por uma visão comum de liberdade, democracia, paz, prosperidade e bem-estar para nossos povos, com vistas à promoção da cooperação hemisférica e global.

Estamos entre as democracias mais populosas do mundo, formadas a partir de culturas variadas, o que comprova que nossa força reside em nossa diversidade. Países de dimensões continentais e origem imigrante, compartilhamos a crença fundamental de que liberdade, democracia e justiça social são aspirações universais, essenciais à paz e à prosperidade, independentemente de diferenças culturais ou de níveis de desenvolvimento econômico. É firme e inabalável nosso compromisso com os direitos humanos para todos, em todas as nações.

Concordamos em que a democracia representativa e o estado de direito são indispensáveis à construção de economias modernas e sistemas políticos que promovam o crescimento, com responsabilidade, transparência e estabilidade, e que incentivem oportunidades econômicas, sem favorecimentos ou preconceitos. A democracia é essencial ao desenvolvimento sustentável. No mesmo sentido, a redução das desigualdades e o aumento da justiça social contribuem para a estabilidade e a segurança internacional.

Afirmamos que os países devem adotar políticas que promovam o crescimento e a inclusão social, condições indispensáveis para o aumento da renda, melhoria dos padrões de vida e para o fim da pobreza e da fome. Estamos convencidos de que os governos devem atuar para fortalecer a cidadania por meio de políticas de boa governança, combate à corrupção, garantia à segurança pessoal e incentivo à iniciativa empresarial, bem como do acesso de todos à educação de qualidade, a serviços satisfatórios de saúde e à alimentação adequada.

Concordamos em que o livre comércio impulsiona a prosperidade e o desenvolvimento e contribui para a promoção da iniciativa empresarial e o fortalecimento do setor privado, com impactos sociais positivos. Concordamos também em que a liberalização comercial pode contribuir para o crescimento dinâmico, para a inovação tecnológica e, no longo prazo, para o progresso individual e coletivo. Reafirmamos, assim, nosso compromisso com o combate ao protecionismo.

Construímos sociedades criativas e empreendedoras. Temos importantes responsabilidades nos planos regional e global em áreas como comércio, ciência e tecnologia, energia, proteção do meio ambiente, educação e saúde. Os fluxos de comércio e cultura que unem nossas sociedades são fortes e profundos. Nossa comunhão de valores nos leva a ambicionar a formação de uma parceria natural que busque esforços comuns.

Como duas nações que reconhecem as potencialidades e a pobreza desesperadora da África, assim como os fortes laços e a herança africanos de muitos de nossos cidadãos, comprometemo-nos a trabalhar juntos por um continente africano que viva em liberdade, paz e crescente prosperidade. Tencionamos perseguir esse objetivo através de nossa diplomacia e da promoção de projetos que reforcem os vínculos econômicos, comerciais, sociais e culturais com os países da África.

Por tudo isso, Brasil e Estados Unidos estabelecerão consultas regulares, trabalhando juntos pela prosperidade, governança democrática e paz, no hemisfério e no mundo. Reafirmando nosso compromisso em promover valores comuns, continuaremos a trabalhar juntos para a proteção e promoção da democracia, dos direitos humanos, da tolerância, da liberdade religiosa e de expressão, da independência dos meios de comunicação, das oportunidades econômicas e do estado de direito.

Cooperaremos em temas de interesse comum, que contribuam para a defesa e a segurança do hemisfério, redobrando esforços conjuntos para combater o terrorismo, o tráfico e consumo de drogas, o tráfico de seres humanos e outros crimes transnacionais que ameacem a paz na região.

Nossa força reside na capacidade de nossos povos de decidir seu destino e de realizar suas aspirações de uma vida melhor. É por isso que o Brasil e os Estados Unidos são e permanecerão aliados na causa da democracia. Compartilharemos nossas experiências no fomento e fortalecimento das instituições democráticas em todo o mundo, combatendo, assim, as ameaças à ordem democrática relacionadas à pobreza, ao analfabetismo, à intolerância e ao terrorismo. Além disso, reconhecemos que o tratamento adequado dos desafios que enfrentamos no nosso hemisfério requer a conjugação de esforços. Por isso, trabalharemos juntos para o fortalecimento da Organização dos Estados Americanos, baluarte da cooperação regional, inclusive mediante a implementação da Carta Democrática Interamericana. Do mesmo modo, necessitamos reforçar o sistema das Nações Unidas, especialmente explorando maneiras de tornar o Conselho de Segurança e outros órgãos da ONU mais efetivos e capazes de melhor responder aos desafios e realidades internacionais da atualidade.

Temos muito o que aprender com nossas experiências singulares em matéria de modernização econômica, bem como com os progressos alcançados em ciência, tecnologia e medicina, nas soluções para os problemas mais urgentes na área de meio ambiente, no atendimento das necessidades e desafios energéticos, na promoção da educação de qualidade e na universalização das matrículas no ensino fundamental. Estamos comprometidos a trabalhar juntos na busca de mecanismos que estendam os benefícios dessas reformas a nossos povos.

Cooperaremos, inclusive mediante contatos diretos entre nossas comunidades empresariais, para o reforço das relações econômicas, comerciais e de investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos e - reconhecendo nossa responsabilidade como co-presidentes - para a conclusão exitosa das negociações para uma Área de Livre Comércio das Américas até janeiro de 2005.

Bibliografia

AQUINO, Rubim Santos Leão de, et all. História das Sociedades Americanas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ALCA: integração soberana ou subordinação ? Org. Emir Sader. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os primeiros anos do século XXI: O Brasil e as relações internacionais contemporâneas. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDREFF, Wladimir. Multinacionais globais. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AYERBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. São Paulo: UNESP, 2002.

BANDEIRA, Moniz. Relações Brasil-EUA no contexto da globalização: Presença do EUA no Brasil. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. Relações Brasil-EUA no contexto da globalização: Rivalidade Emergente. São Paulo: SENAC, 1998.

BARAN, P.A. A Economia Política do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino- americanos. São Paulo: Editora Peres, 1994.

BERMAN, Marshall. Tudo eu é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

- BECK, Ulrich. O que é globalização ? Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BEDIN, Gilmar Antônio... et al. Paradigmas das relações internacionais: idealismo, realismo, dependência, interdependência. Ijuí-RS: Unijuí, 2000.
- BORON, Atílio Alberto. Império e Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- CAROS AMIGOS, nº 51. Editora Casa Amarela: São Paulo. Junho/2001.
- CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: UNB/IBRI, 2001.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: UNB/IBRI, 2002.
- CHESNAIS, François. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. (coord.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. A globalização e o curso do capital de fim de século, in Economia e Sociedade, Campinas, Revista do Instituto de Economia da Unicamp, nº 5.
- COGGIOLA, Osvaldo. O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2002.
- EXAME. As 500 maiores empresas do Brasil. Julho/2001
- FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In TAVARES, M^a C.; FIORI, José Luís (orgs). Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 87-147.
- FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. São Paulo: BOITEMPO, 2000.
- FRANK, André Gunder. Acumulação, dependência e subdesenvolvimento. Lisboa-Portugal: Iniciativas Editoriais Lisboa, 1977.

FURTADO, Celso. A formação econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

_____. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

_____. A economia latino-americana. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

_____. O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GILPIN, Robert. A economia política das relações internacionais. Brasília: UNB, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Globalização e Desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, Williams. Relações Internacionais. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2002.

LESBAUPIN, Ivo. O desmonte da nação em dados. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

LÊNIN, V.I. Obras Escolhidas, v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

JAKOBSEN, Kjeld e MARTINS, Renato. ALCA: quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas. São Paulo: Ed Perseu Abramo, 2002.

LIMA, João Policarpo e Júnior, Enildo Meira. Integração Regional , Mercosul e a Indústria de bens intermediários do Nordeste. Política Hoje. Nº 10. 1999.

LIMA, Marcos Costa (org.). O lugar da América do Sul na nova ordem mundial. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Os trabalhadores no Mercosul. Política Hoje. Nº 10. 1999.

_____. Mercosul: a frágil consistência de um bloco regional emergente e a necessidade de aprofundar a integração. In: DANTAS, Ivo (org.). *Processos de Integração Regional*. Curitiba: Juruá, 2002.

LIMA, Marcos Costa e MEDEIROS, Marcelo de Almeida (Orgs.) O Mercosul no limiar do século XXI, São Paulo, Cortez Editora, 2000.

MACHADO, Luis Toledo. Concepções Políticas do Estado e da Questão Nacional nos Séculos 19 e 20. São Paulo: Mandacaru, 2000.

MANDEL, Ernest. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

_____. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (os economistas)

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Buenos Aires: CLACSO/Vozes, 2000.

MARX, Karl. Prefácio para a crítica da economia política. In: Marx. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

_____. O Capital Livro 3, vol 1 e 2 Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl e ENGELS, F. Sobre el sistema colonial del capitalismo. (?) Akal Editora (?)

MELLO, Alex Fiúza. Marx e a globalização. São Paulo: Boitempo, 1991.

MINUTA do Acordo da ALCA após quebra de Confidencialidade. Disponível em www.ftaa-alca.org

NAU, Henry R. O mito da decadência dos Estados Unidos: a liderança americana na economia mundial na década de 1990. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992

NYE, Joseph S. O paradoxo do poder americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de, e ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (orgs). Série ALCA, vol 1, 2 e 3. São Paulo: FTD, 1998.

PETRAS, James. Armadilha neoliberal e as alternativas para a América Latina. São Paulo: Xamã, 1999.

PFETSCH, Frank R. A União Européia. História, instituições, processos. Brasília: UNB:Imprensa Oficial, 2001

POLÍTICA HOJE. Revista Semestral do Mestrado em Ciência Política da UFPE. Recife: Universitária, V. 2, n. 3, janeiro/julho de 1995.

RESOLUÇÕES da Vigésima Quarta Reunião de consulta de Ministros das Relações Exteriores do Conselho Permanente da OEA. Disponível em < www.mre.gov.br [28 set.2001].

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org). Relações Internacionais: dois séculos de história. V I e II. Brasília: IBRI, 2001.

SCHOULTZ, Lars. Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Buenos Aires: CLACSO/Vozes, 2000.

SOROS, George. A crise do capitalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

JÚNIOR, Gelson Fonseca e CASTRO, Sérgio Henrique de (orgs). Temas de Política Externa Brasileira vol I e II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs). Poder e dinheiro: uma economia da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Vários autores.

VIGENANI, Tullo; MARIANO, Marcelo Passini. ALCA: O gigante e os anões. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

WIONCZECK, Miguel S. A integração latino-americana e a política econômica dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.